

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL INSTITUTO DE
FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA**

JULIA HELENA DIAS

**O "MAL-ESTAR" NA HISTÓRIA EM THREE GUINEAS
DE VIRGINIA WOOLF: ESCRITA FEMINISTA E A CRISE DO HISTORICISMO**

**PORTO ALEGRE
2019**

JULIA HELENA DIAS

**O "MAL-ESTAR" NA HISTÓRIA EM THREE GUINEAS
DE VIRGINIA WOOLF: ESCRITA FEMINISTA E A CRISE DO HISTORICISMO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Linha de Pesquisa: Teoria da História e História da Historiografia

Orientador: Prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi

Porto Alegre
2019

**O "MAL-ESTAR" NA HISTÓRIA EM THREE GUINEAS
DE VIRGINIA WOOLF: ESCRITA FEMINISTA E A CRISE DO HISTORICISMO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Linha de Pesquisa: Teoria da História e História da Historiografia

Aprovada em 11 de fevereiro de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi – UFRGS
(Orientador)

Prof^ª. Dr^ª. Natalia Pietra Mendez – UFRGS
(Examinadora)

Prof. Dr. Antonio Barros de Brito Júnior – UFRGS
(Examinador)

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt - UFRGS
(Examinador)

CIP - Catalogação na Publicação

Dias, Julia Helena
O "MAL-ESTAR" NA HISTÓRIA EM THREE GUINEAS DE
VIRGINIA WOOLF: ESCRITA FEMINISTA E A CRISE DO
HISTORICISMO / Julia Helena Dias. -- 2019.
154 f.
Orientador: Fernando Felizardo Nicolazzi.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2019.

1. Teoria da História. 2. História das Mulheres. 3.
Escrita Feminista. 4. Estudos de gênero. 5. Virginia
Woolf. I. Felizardo Nicolazzi, Fernando, orient. II.
Titulo.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

À Marielle Franco e a todxs que
resistem!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, pela bolsa de estudos concedida, sem a qual não seria possível realizar a pesquisa aqui apresentada. Que o investimento em educação e pesquisa seja prioridade em nosso país. Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS pela oportunidade de aprendizagem constante e, principalmente, ao meu orientador Professor Fernando Felizardo Nicolazzi, aos professores Benito Bisso Schmidt e Céli Pinto pelas aulas que contribuíram diretamente com este trabalho.

Agradeço aos professores Antonio Barros de Brito Júnior e Natalia Pietra Mendez pela participação na banca de qualificação e pela contribuição generosa e atenta com a pesquisa. Agradeço também aos professores Fernando Seffner e Carla Beatriz Meneirz da Faculdade de Educação da UFRGS com quem também cursei disciplinas durante o mestrado, suas disciplinas sobre gênero e ensino das relações étnico raciais foram fundamentais para este trabalho e são fundamentais para esta Universidade.

Agradeço aos colegas de pós-graduação e de orientação Guilherme, Vicente e Pedro pelas leituras e sugestões à minha pesquisa.

Agradeço às amigas e companheiras de vida acadêmica que tanto e tão bem souberam apoiar este trabalho e está pesquisadora: Aline, Bruna, Mauren, Giulia, Daisy e a Camila que além de todo apoio ainda revisou este trabalho.

Por fim, agradeço ao meu irmão, a minha mãe e ao meu namorado pela presença em minha vida e por incentivarem o meu trabalho.

Pra “nois” punk é quem amamenta, enquanto enfrenta a guerra
Os tanque, as roupas suja, a vida sem amaciante
Bomba a todo instante, num quadro ao léu

Emicida

RESUMO

Neste trabalho, faço uma análise do que chamo de “ensaísmo feminista” de Virginia Woolf. Assim, busco interpretar os ensaios em que a autora explora as condições históricas de submissão das mulheres na sociedade, principalmente na sociedade inglesa. Retomo a discussão da crítica literária e da crítica feminista sobre seus ensaios, mas também procuro ver o discurso de Virginia Woolf através do conceito de “historiadora amadora” formulado por Bonnie Smith. As historiadoras amadoras seriam as mulheres que escreveram história de fora da historiografia profissional do século 19 até meados do século 20. Através de uma comparação com a luta pelo acesso à cidadania das primeiras feministas, vejo como o feminismo de Woolf se associa e se distânciava das convicções de feministas pioneiras como Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft em questões como o patriotismo e o desejo de pertencer à Nação. O enfoque deste trabalho recai sobre o ensaio mais criticado de Virginia Woolf, *Three Guineas*, publicado em 1938, e pensado pela escritora como uma continuação de *Um Teto todo Seu* (1929). Nesse ensaio de 1938, Woolf associa a questão da submissão das mulheres com a ascensão fascista e propõe uma ligação entre o patriarcado, o nacionalismo e o fascismo. Assim, a partir do uso do gênero como uma categoria histórica, como teorizado por Joan Scott retomo os argumentos e comparações de Woolf para defender a razoabilidade de seus apontamentos. No entanto, ponho em questão a sua defesa de uma ação política pacifista para as mulheres através de uma comparação dessa posição com a experiência de luta das mulheres travada, no mesmo período, na Guerra Civil Espanhola (1936-1939); do mesmo modo, questiono os limites de um posicionamento político em nome das mulheres em uma sociedade heteronormativa. Por fim, entendo que seu “ensaísmo feminista” é um documento relevante para uma historiografia que leve em conta a história das mulheres.

Palavras-chave: Virginia Woolf; ensaísmo feminista; gênero; fascismo; historiografia; história das mulheres.

ABSTRACT

In this work, I analyse what I call the “feminist essays” of Virginia Woolf. Thus, I seek to interpret the essays in which she explores the historical conditions of the submission of women in society, especially in English society, as in her feminist essays. I bring the discussion of literary and feminist critics about these essays, but I also seek to explore Virginia Woolf’s discourse through the concept of “amateur history written by women” elaborated by Bonnie Smith (2003). The amateur historians were the women who wrote history apart from the professional historiography of the 19th and early 20th centuries. By comparing the struggle to acquire citizenship of the first feminists, I comprehend how Woolf’s feminism associates with and dissociates from the convictions of pioneer feminists such as Olympe de Gouges (1995) and Mary Wollstonecraft (2016) in themes such as patriotism and the desire to belong to a Nation. The scope of this work is the most criticized of Woolf’s essays, *Three Guineas*, published in 1938, and developed as a sequence of *A Room of one’s own* (1929). In her 1938’s essay, Woolf associates the theme of the submission of women to the ascension of Fascism and proposes a link between patriarchy, nationalism and fascism. Hence, based on the use of gender as a historical category, as theorized by Joan Scott (1992), I analyse Woolf’s arguments and comparisons to defend the validity of her appointments. Nevertheless, I question her defence of a pacific political action for women by comparing this position with the experience of armed revolt of women in the same period during the Spanish Civil War (1936-1939). I also discuss the limits of a political position in the name of women inside a heteronormative society (BUTLER, 2016). Finally, I propose a comprehension that Woolf’s “feminist essays” is a relevant document for a historiography that takes into account the history of women.

Keywords: Virginia Woolf; feminist essays; gender; fascism; historiography; history of women.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. Capítulo I: O mal-estar do gênero	29
2. 1. O gênero da/na historiografia.....	29
2.2 A masculinização da história e a feminilização do amadorismo.....	31
2.3 Virginia Woolf e a história das mulheres.....	36
2.4 <i>A memória, o feminismo e a política no ensaísmo de Virginia Woolf</i>	48
2.5. Uma ensaísta feminista.....	55
3. Capítulo 2: O mal-estar da categoria mulher	72
3.1 O antinacionalismo de Virginia Woolf e a tensa relação das mulheres com a nação.....	72
3.2. O sujeito “engendrado”.....	73
3.3. As estratégias feministas: de fora e de dentro da nação.....	79
3.4. <i>Three Guineas</i> e o fascismo a partir de uma análise de gênero.....	96
3.4.1. Notas de um ensaísmo.....	97
3.4.2. Como conceituamos o fascismo?.....	107
3.4.3 Cartas contra a guerra: uma escrita anti-fascista.....	114
3.4.4 A valorização da feminilidade: estratégias e limites.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
Referências	149

1. INTRODUÇÃO

Virginia Woolf (1882-1941) ficou conhecida pelo seu trabalho como romancista e é lembrada como uma figura importante no movimento modernista europeu. Nascida em uma família de classe média inglesa, em 1882, no período que ficou conhecido como “era vitoriana”, devido ao longo reinado da Rainha Vitória e à expansão do imperialismo britânico. Contudo, mesmo para mulheres de sua classe, a abundância econômica (para os ingleses, não os colonizados) não resultou em um investimento social em seu gênero, o acesso à educação para as mulheres permaneceu, como em épocas anteriores, restrito, em sua maioria, a uma educação não formal. Não há registros seguros de que Woolf tenha frequentado nem ao menos uma escola primária.

No entanto, é necessário reconhecer que isso não significa que a educação que ela recebeu tenha sido limitada; devido à “sorte”, como a própria Virginia Woolf se refere, de ter tido um pai escritor e crítico literário. Mesmo que ele não achasse necessário enviá-la à escola, não impôs limites na sua biblioteca ao que Woolf e sua irmã Vanessa pudessem ler. Ao lermos suas críticas e seus diários podemos constatar que ela aprendeu, ao menos, francês e grego como línguas estrangeiras. Assim, mesmo portadora de uma educação não escolarizada, ela teve acesso aos conhecimentos que não eram possibilitados à maioria das mulheres, não apenas pelo preconceito com seu gênero, mas também devido à pobreza que atingia grande parte das mulheres pertencentes à classe trabalhadora. Por isso, torna-se importante reconhecer as limitações do entendimento de Virginia Woolf, isto é, seus questionamentos – embora tratem da condição feminina, não representam todas as mulheres porque não partem das mesmas condições de possibilidade nem experiências de opressão. É preciso que levemos em conta sua raça, classe e geografia. Portanto, é necessário delimitar que analiso as críticas de uma mulher branca, de classe média e ocidental. Reconhecer esses pertencimentos de Virginia Woolf vão nos ajudar a entender também as limitações de suas proposições.

Contudo, não subestimo a capacidade de Woolf de entender o seu lugar na sociedade inglesa e a sua impossibilidade de falar por todas as mulheres, acredito mesmo que ela nunca teve este objetivo. Esse reconhecimento não necessariamente diminui seu poder de atuação enquanto uma escritora feminista, visto que isso não a impossibilitou de se solidarizar com as mulheres operárias. Em seus diários ela narra idas aos congressos de sociedades de mulheres trabalhadoras, buscando conhecer e

ouvir as suas experiências e reivindicações.

Além dos relatos de encontros com as mulheres operárias em seus diários, Woolf escreveu o ensaio *Memórias de uma União de Trabalhadoras* (1931), que, em sua origem, era o prefácio de um livro organizado por uma cooperativa inglesa de mulheres trabalhadoras¹, publicado pela editora de Virginia e seu marido Leonard Woolf, a Hogarth Press. Assim, em suas próprias palavras podemos perceber a sua autocrítica diante das lutas femininas e feministas da sua época:

Aquelas mulheres reivindicavam divórcio, educação, direito de voto – boas coisas, todas elas. Reivindicavam salários maiores e jornadas menores – haveria coisa mais razoável? (...) Todas essas questões – era isso talvez que estava no fundo – que interessam tanto às pessoas aqui, questões de saneamento, de educação, de salários, essa reivindicação de um xelim a mais, de um ano a mais na escola, de oito em vez de nove horas atrás de um balcão ou numa fábrica, não me tocam, não no cerne e na alma. Se todas as reformas reivindicadas fossem atendidas naquele mesmo instante, isso não moveria um único fio de minha confortável cabeça capitalista, logo, um interesse é meramente altruísta. É um verniz superficial e desbotado. Não tem força na vitalidade. Posso aplaudir ou bater os pés com toda força, o som tem um vazio que me denuncia. Sou uma espectadora benevolente (WOOLF, 1931, p. 69-70).

Tendo publicado o livro da cooperativa de trabalhadoras em sua editora, Woolf também foi uma das incentivadoras para que as operárias escrevessem sobre suas memórias, sobre os problemas que enfrentavam. Assim, mesmo que não falando por todas as mulheres e sabendo disso, na sua escrita, ela trouxe repetidas vezes o tema da necessidade de ampliação do espaço de experiência das mulheres, principalmente, uma educação que lhes fosse acessível e libertadora. Dessa forma, para que todas as mulheres, assim como ela, pudessem narrar as suas experiências e ultrapassar as limitações impostas pela sociedade.

O conceito de experiência é fundamental para que possamos adentrar na escrita de Virginia Woolf, ela mesma buscou conceitualizar a sua escrita como uma escrita da experiência. Crítica da maneira pela qual a experiência é abordada na historiografia,

¹ “Um outro texto marcante dentro da temática trabalhista, é um dos últimos ensaios do livro, intitulado ‘Memórias de uma União das Trabalhadoras’, em que Woolf, convidada a escrever a introdução para um livro da Cooperativa de Trabalhadoras, opta por escrever-lhes uma carta, repleta de memórias significativas em que pontua como as mulheres se organizaram dentro da União, e criaram ali um espaço para a escrita criativa, leitura coletiva, discussões críticas e além de tudo, um lugar onde podiam se sentir apoiadas umas pelas outras. A criação da União em 1883, que começou com 7 membros, deu àquelas mulheres a esperança de um mundo mais socialmente justo; onde pensavam maneiras de ‘remodelar suas vidas’” (ARAÚJO, Eliza de Souza Silva. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*, de Virginia Woolf, 2015, p. 196).

Joan Scott buscou por uma conceituação que dialogasse com o pós-estruturalismo e os estudos de gênero. Assim, para ela, em *A invisibilidade da experiência* (1998):

[...] a experiência, concebida tanto por meio de uma metáfora de visibilidade, quanto por outro modo que torne o significado como transparente, reproduz, mais que contesta, sistemas ideológicos dados – aqueles que presumem que os fatos da história falam por si mesmos e aqueles que se fundamentam em ideias de uma oposição natural ou estabelecida entre, digamos, práticas sexuais e convenções sociais, ou entre homossexualidade e heterossexualidade (SCOTT, 1998, p. 302).

O que podemos perceber é que para Scott a experiência narrada não é uma simples memorização do que “realmente” aconteceu e nem o discurso mais autorizado sobre o passado ao trazer à tona essa “experiência”. Partindo das teorias pós-estruturalistas sobre o sujeito e o discurso, ela define a experiência como sempre discursiva e como constituídas e constituintes dos sujeitos, mas não de um real para além do discurso:

[...] precisamos nos referir aos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e apresentam suas experiências. Não são indivíduos que têm experiências, mas sim os sujeitos que são construídos pela experiência. Experiência nesta definição torna-se, então, não a origem de nossa explanação, não a evidência legitimadora (porque vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecido, mas sim o que procuramos explicar, sobre o que o conhecimento é apresentado. Pensar sobre a experiência desse modo é historicizá-la, bem como historicizar as identidades que ela produz (SCOTT, 1998, p. 304).

Sem a crença num discurso verdadeiro da experiência Scott defende a necessidade de um novo olhar da historiografia para o discurso literário, um discurso repleto de experiências de sujeitos posicionados dentro da “realidade”. Contudo, sua maneira de pensar sobre a experiência não é uma negação das identidades nem da própria experiência, mas se fundamenta na historização dos discursos:

Tratar a emergência de uma nova identidade como um acontecimento discursivo não é introduzir uma nova forma de determinismo linguístico, nem é privar sujeitos de serem agentes. É recusar uma separação entre “experiência” e linguagem e insistir na qualidade produtiva do discurso. (...) Sujeitos são constituídos discursivamente e experiência é um acontecimento linguístico (não acontece fora de significados estabelecidos), mas nenhum deles está confinado a uma ordem fixa de significado. Uma vez que o discurso é por definição compartilhado, a experiência é coletiva, bem como individual (SCOTT, 1998, p. 319-320).

Ao lermos os ensaios de Virginia Woolf buscamos então pela sua experiência como mulher de classe média na sociedade inglesa, da primeira metade do século 20 – essa era a sua posição discursiva, social e histórica. Essa experiência retratada por ela, essa identidade conflituosa, contestada e, por vezes, estrategicamente afirmada, como

aponta Scott, era também uma experiência coletiva. Seus ensaios, desse modo, disputam uma identidade para as mulheres, contestando a identidade de outros discursos sociais sobre elas. Seus ensaios são, portanto, parte da sua história, pois, retratam a sua experiência, bem como pontua Scott: “Experiência é a história de um sujeito. A linguagem é o campo no qual a história se constitui. A explicação histórica não pode, portanto, separar as duas” (SCOTT, 1998, p.320). Ainda, como veremos, a relevância para a historiografia dessas experiências, da experiência das mulheres, não era legitimada, é o que Scott ressalta: “O que conta como experiência não é auto-evidente nem direto; é sempre contestado e, portanto, sempre político” (SCOTT, 1998, p.324).

O ensaio foi o gênero dessa escrita da experiência mais contestadora e feminista dentro do que podemos chamar da obra de Virginia Woolf. Woolf utilizou este gênero para a sua escrita durante toda a sua vida, contribuindo inclusive para periódicos, bem como assinala Gualtieri: “[...] foi colaboradora regular de resenhas para publicações como *The Times Literary Supplement*, *Nation* e *Athenaeum* (GUALTIERI, 2000, p. 1)”. Muitos de seus ensaios tinham como pano de fundo os livros que ela era contratada para resenhar, porém, devido à sua criatividade e habilidade para argumentar, seus ensaios acabavam extrapolando o objetivo de apenas resenhar a obra em questão. Essa parte de sua obra acabou quase esquecida pela história da literatura, até a década de 1970². A partir deste processo de esquecimento e de posterior reconhecimento, este trabalho tem como proposta uma análise do “ensaísmo” feminista de Virginia Woolf, buscando analisar alguns de seus ensaios, com especial atenção para *Three Guineas* publicado em 1938³. Talvez esse seja um dos ensaios mais esquecidos dentro de sua obra, sendo tratado pela crítica literária como “o seu pior livro”, “mal-humorado”, “rancoroso”. Tais designações merecem ser problematizadas por meio de uma retomada dos temas abordados por Virginia Woolf.

Portanto, o que pretendo ao recortar o gênero ensaio de sua vasta produção literária é dar enfoque na sua produção sobre as mulheres. Mas também busco reconhecer a própria definição que Virginia Woolf tinha da sua escrita, ela não se via “apenas” como romancista, como acabou majoritariamente reconhecida pela história da literatura:

² “Essa possibilidade foi realizada por Michele Barret em 1979 com a publicação de *Women and Writing*, uma seleção dos ensaios mais feministas de Woolf [...] De acordo com Barret, os ensaios mostram uma definição clara da intenção de elaborar de forma materialista uma análise da história das opressões das mulheres” (GUALTIERI, 2000, p. 13-15).

³ WOOLF, Virginia. *Tres Guineas*. GODOT: Buenos Aires, 2015.

Woolf abre o texto falando sobre sua própria profissão, que define como sendo “literatura”. Essa sutil colocação direciona muito da nossa percepção acerca de Woolf, que não se define simplesmente como escritora, mas que tem a própria literatura como profissão, já que, como provam os engenhosos ensaios que seguem, se dedica a ler incansavelmente, pesquisar a respeito da produção literária de sua época, dos anos anteriores, dos clássicos, ler críticas, e pensar criticamente sobre o fazer literário num universo ainda bastante dominado pelas vozes masculinas. Woolf é, de fato, mais que uma romancista, ensaísta, escritora. Sua profissão é a literatura, algo maior, mais complexo, terreno onde encontra resistência e dificuldades reais, onde se coloca na linha de frente para defender a qualidade e a necessidade da escrita das mulheres (ARAÚJO, 2015, p. 195).

A escolha pelo destaque para *Three Guineas* se deve à continuidade da pesquisa que desenvolvi em meu Trabalho de Conclusão de Curso, em que analisei a questão, posta por Woolf, a respeito da relação da mulher com a ficção em *Um Teto Todo Seu* (1985 [1929])⁴. A problemática elaborada por Woolf é respondida com uma análise crítica das condições das mulheres no passado que acabaram por influenciar nas dificuldades que elas tinham para construir carreira como escritoras. Como *Three Guineas*⁵ foi pensado pela escritora como uma continuação da obra de 1929 acredito que há uma continuidade, entre as duas obras, da sua proposta de pensar o lugar das mulheres na sociedade⁶.

Contudo, cabe assinalar que em seus contos⁷ Virginia Woolf também marca o contexto em que escreve e traz os temas da guerra, da opressão feminina, do peso da tradição, e da história; desse modo, em alguns momentos trarei trechos de seus contos que colaboram com as inquietações da escritora sobre esses temas, assim como anotações de seus diários. Nesse espaço de escrita de si, Woolf escreveu seus temores em relação à guerra e ao fascismo, mas também sua esperança na liberdade de pensamento e de escrita.

⁴WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

⁵“O dicionário de Oxford explica que guinea é a moeda comum para uma taxa profissional e para uma inscrição em sociedade ou instituição; também para os preços obtidos pelas obras de arte e corridas de cavalos, e às vezes propriedades” (CAMARGO, 2001, p.86)

⁶“É importante lembrar que *Three Guineas* foi concebido como uma sequência de *A Room of One's Own*. Contudo, o processo de elaboração foi longo e árduo. Virginia Woolf estava tentando desenvolver uma nova forma literária, a qual ela denominou ‘romance-ensaio’, em que ela poderia simultaneamente trabalhar tanto as questões políticas, quanto estéticas. A princípio, o livro, intitulado *The Pargiters*, alternava cenas de ficção com comentários e análises históricas e deveria abordar a evolução de uma família da classe média de 1880 aos dias atuais. No entanto, mais tarde Woolf decide separar o ensaio do romance. Publicado em 1937, *The Years* tornou-se um best-seller, já *Three Guineas*, publicado em 1938, recebe várias críticas e causa diversas polêmicas” (OLIVEIRA, Maria Aparecida de. *Three Guineas e a crítica literária feminista: revisão e releitura*. Estação Literária: Londrina, v. 9, p. 204-219, jun. 2012, p. 205).

⁷ Outras críticas pensam que até mesmo seus romances podem ser lidos a partir de um olhar feminista e pacifista: “Longe de criar uma oposição entre uns e outros, os ensaios de Woolf e os seus romances são vistos por Bowlby como aspectos articulados e complementares do mesmo projeto: contar histórias não-contadas e representar novas formas de consciência” (GUALTIERI, 2000, p.15). [Rachel Bowlby é a autora da introdução da publicação de ensaios de Virginia Woolf *A Woman's Essays* (1992)].

Minha hipótese é de que a partir de uma leitura histórica do ensaísmo de Woolf, podemos ver em *Three Guineas* uma tentativa dela de construir um discurso contrário a guerra, através de uma crítica a sociedade patriarcal e a própria história. Assim, ela propõe a questão: como podemos evitar uma nova guerra? Para a qual dá a seguinte resposta: mudando as relações de poder entre os gêneros.

Virginia Woolf propõe com sua crítica um outro olhar sobre a guerra, a partir das relações de gênero, mas também um outro olhar sobre a história. No contexto historiográfico inglês de 1930 a história era um discurso sobre as glórias do Império numa aura de justificação de sua pretensa superioridade civilizacional:

A historiografia inglesa do século XIX é marcada não apenas pela influência que recebe de Ranke e do historicismo alemão. A famosa historiografia whig – um tipo de historiografia presentista que se atém a uma perspectiva de ratificação e glorificação do presente como resultado de uma evolução linear dos eventos passados (BUTTERFIELD, 1931) – é outra influência. O período vitoriano, 1837-1902, é palco do desenvolvimento historiográfico, com trabalhos que discutiam a política e a cultura do país, com o discurso que cada vez mais se valorizava na Europa (SILVA, 2013, p.38)⁸.

Levando em conta as condições das mulheres na Inglaterra e sua representação na história Woolf coloca em dúvida essa pretensão. Ela faz uma crítica da história inglesa que podemos pensar como historicista, uma história nacionalista e que reproduziria os valores de uma elite, e assim, justificaria as suas posições de poder. Sua percepção de história, talvez, pudesse ser aproximada com a crítica de Nietzsche⁹ ao historicismo, pois, assim como ele, Woolf defende um discurso histórico que seja capaz de pensar o novo. O novo para ela, seria uma mudança nas condições das mulheres, uma nova organização das relações de gênero em termos de igualdade e não mais de hierarquia.

Todavia, para chegar a essa conclusão Woolf também faz a narrativa de um diagnóstico a respeito de como essas relações se davam em uma relação de dominação das mulheres pelos homens. Assim, leio seu ensaísmo como um testemunho da sua época. Sendo assim, sua interpretação da continuidade da posição de submissão das mulheres nos anos 1930, corrobora com a historiografia feminista que questiona a

⁸ SILVA, Leonardo de Jesus. *Historiografia inglesa em revista: a English Historical Review e a história pensada no século XIX*. Goiânia: UFG, 2013.

⁹ Nietzsche em sua obra *Segunda Consideração Intempestiva*: da utilidade e desvantagem da história para a vida (1874) crítica dessa forma o “historicismo”: “Quase parece que a sua tarefa fosse vigiar a história da qual nada surge a não ser histórias, mas nenhum acontecimento, que a sua tarefa fosse impedir que a história torne qualquer personalidade ‘livre’, ou seja, que ela atue verdadeiramente contra si, contra os outros, e, em verdade, em palavras e ações” (NIETZSCHE, 2003, p.44).

interpretação da Grande Guerra (1914-1918) como uma experiência que trouxe maior independência às mulheres no período conhecido como “entre guerras”. Dessa forma, seu ensaísmo pode ser pensado como um documento para questionar os discursos dos supostos avanços nas condições de possibilidade das mulheres na sociedade inglesa do Pós-Guerra.

Podemos entender o ensaísmo de Virginia Woolf como um discurso, uma vez que ele faz parte da “instituição” literária. No entanto, em uma relação tensa com tais instituições literárias, já que suas posições são tidas como oposições a normas e tradições literárias já estabelecidas. Como veremos, seu ensaísmo não é um discurso homogêneo, é por vezes contraditório, dependendo a quem ele se dirige e, também, como ele se posiciona contra ou a favor a determinado poder. Por discurso alinhado-me à compreensão de Michel Foucault, que, em obras como *A Ordem do Discurso* (1970)¹⁰, explora as relações da linguagem com os poderes, como jogos que constituíssem mutuamente como Natanael Silva (2017) busca definir:

[...] em Foucault (1988, p.111), o discurso é entendido “como uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável. (...) Mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes”. Neste caso, o que se busca a partir de uma análise do discurso é recompor a trama de sua produção e as regras que incidem em coisas ditas e ocultas, em enunciações exigidas e interditas; com o que supõe de variantes e de efeitos diferentes segundo quem fala, sua posição de poder, o contexto institucional em que se encontra (FOUCAULT, 1988, p.111 Apud SILVA, 2017, p.130).

Em *Three Guineas* Woolf desenvolve a ideia de “filhas ou irmãs do homem educado” para designar as mulheres de seu próprio meio vindas de famílias de classe média. Porém, como elas não possuíam a propriedade dos bens da família nem, na maioria dos casos, alguma renda própria Woolf hesita em vê-las como burguesas também. Como Woolf lembra no ensaio, essas filhas e irmãs eram proibidas de participarem do exército ou de investirem na bolsa de valores, assim: “Com efeito, não podemos recorrer a pressão da força nem a pressão do dinheiro (WOOLF, 2015, p. 23)”. Ao tentar compreender as posições políticas de Woolf em relação às condições das mulheres e pensando nelas a partir do feminismo, concordo com as teóricas que as posicionam como pertencente a um “feminismo social”:

Dentre as várias formas de feminismo – liberal, marxista, socialista, anarquista – Black (2004) identifica o feminismo de Woolf como o feminismo social, baseado nas diferenças, que provém da experiência e das características distintas femininas. O objetivo é mais do que a igualdade ou o

¹⁰FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 22ed., 2012.

tratamento igualitário, Woolf pertence ao feminismo social devido à sua valorização por uma civilização feminina, visando à transformação política e social (OLIVEIRA, 2012, p. 208).

Para que entendamos como nascem os questionamentos de Woolf precisamos lembrar que a situação das mulheres era “nova” e complicada ao fim da Grande Guerra (1914-1918). A autonomia conquistada no período bélico passou a ser questionada. Durante a guerra, devido à necessidade, as mulheres foram requisitadas pelo estado para manter a economia. A participação das mulheres no mercado de trabalho e na liderança de suas famílias foi numerosa, a ponto de gerar um discurso estatal que já buscava se precaver de que elas pudessem querer manter essa nova posição, como argumenta Françoise Thebaud: “a vontade de confinar as mulheres a funções de substitutas – only for the duration, [“apenas durante a guerra”] dizem os Britânicos” (THEBAUD, 1991, p.55). Dessa maneira, com a volta dos homens da *Grande Guerra* (1914-1918), a relação entre os gêneros não teve uma solução simples, como demonstrará Virginia Woolf.

Se Woolf é uma testemunha de como era viver essa época, a historiadora Françoise Thebaud também problematiza essa “nova” condição temida pelos conservadores ou comemorada por feministas e progressistas. Para ela, essa não foi uma época tão revolucionária como se costumou pensar na historiografia¹¹. Thebaud critica a preferência do discurso histórico para as questões “objetivas” como as batalhas, as artimanhas políticas sobre a guerra, deixando de lado a história das mulheres do “entre guerras”:

[...] a perspectiva econômica e política do conflito predominou: fins, causas ou custos da guerra, estratégias e táticas militares. Mais recente e mais sensível aos frêmitos da retaguarda, a história social, que abriu tantas pistas, não podia ignorar a presença das mulheres, principalmente a das trabalhadoras de guerra. Mas o estímulo primordial deve-se às interrogações levantadas pelo movimento feminista dos anos sessenta e setenta. (THEBAUD, 1991, p. 32)¹²

Para a historiadora Thebaud, uma nova interrogação sobre a condição das mulheres naquele período ocorre apenas nos anos sessenta e setenta quando temos a

¹¹ “A ideia de que a Grande Guerra alterou as relações entre os sexos e contribuiu muito mais para a emancipação das mulheres que anos ou mesmo séculos de combates anteriores é muito corrente durante o conflito e no período que imediatamente se lhe segue. Quer seja saudada ou denunciada, rigorosamente avaliada ou fantasmaticamente amplificada, esta ruptura torna-se um lugar comum da literatura e do discurso político” (THEBAUD, 1991 p. 31).

¹² THEBAUD, F. (1991). *A grande guerra. O triunfo da divisão sexual*. In: G. Duby & M. Perrot (orgs.), *História das mulheres no ocidente* (pp.31-93). (Trad. Alberto Couto). São Paulo: Afrontamento.

volta da força política do movimento feminista. Porém, ao recorrermos aos ensaios de Virginia Woolf, pode-se notar que eles registram a condição complexa e dúbia da sociedade de lidar com a “liberdade” das mulheres. Outro paralelo, é que tanto Thebaud, assim como Woolf, que reconhecia esse perigo em *Three Guineas*, argumentam que a própria guerra, vista como libertadora, fez parte do processo de silenciar as mulheres na sociedade novamente. Sendo assim, Thebaud assinala:

A guerra teria bloqueado o movimento de emancipação que se esboçava em toda a Europa do início do século XX e que se encarnava numa nova mulher (new woman) econômica e sexualmente independente e num poderoso movimento feminista, tão igualitarista como imaginativo. A guerra teria reforçado a identidade masculina em crise nas vésperas do conflito e reposto as mulheres no seu lugar de mães prolíficas, de donas de casa na melhor das hipóteses libertadas pela gestão (management) doméstica, e de esposas submissas e admiradoras (THEBAUD, 1991, p. 33).

Contudo, nem Thebaud nega que a experiência de viverem sozinhas durante a guerra foi marcante nas vidas dessas mulheres:

É verdade que, para as mulheres, a guerra constitui uma experiência de liberdade e de responsabilidade sem precedentes. Em primeiro lugar, pela valorização do trabalho feminino ao serviço da pátria e pela abertura de novas oportunidades profissionais, em que as mulheres descobrem, geralmente com prazer, o manuseamento de utensílios e técnicas que desconheciam. A guerra destrói, por necessidade, as barreiras que opunham trabalhos masculinos e trabalhos femininos e que vedavam às mulheres numerosas profissões superiores. (...) Porque essa foi a novidade essencial: viver sozinha, sair sozinha, assumir sozinha responsabilidades familiares, tudo coisas que pareciam anteriormente impossíveis e perigosas. E por vezes ousar escrever, ser ocasionalmente poetisa, para tecer a metáfora patriótica ou fazer seu diário de guerra, narrativa dos seus esforços e das suas misérias (THEBAUD, 1991, p.49-52).

Mas, com o cenário devastador deixado pela guerra na Europa, o peso da obrigação de reerguer as “grandes” nações recaiu sobre os sobreviventes. Para os estados apoiados em concepções religiosas e conservadoras o pilar dessa reconstrução devia ser a família, centrada no papel da mãe, que deveria voltar a dar atenção exclusivamente ao futuro da nação – os filhos – e, assim, proporcionar as condições para que os homens reconstruíssem suas vidas em casa e voltassem aos seus postos de trabalho. Para isso, elas precisaram deixar esses postos ocupados durante a guerra e voltar para o trabalho doméstico:

Quando tocam os sinos do armistício a 11 de Novembro de 1918, a guerra deixa uma Europa exangue ao lado de uma América triunfante, países vencidos e rapidamente desmembrados (entre os quais os grandes impérios da Áustria-Hungria e da Alemanha), Estados vencedores mas traumatizados (França, Reino Unido, Itália). O total das vítimas civis não é conhecido, mas é elevado, na Europa Central e Oriental. Nove milhões de homens morreram, milhões de outros tiveram de ser desmobilizados e de voltar à vida civil. Para as mulheres, a quem os aduladores ocasionais ou os partidários da emancipação feminina tinham prometido um futuro radioso com palavras

pomposas, ou pelo menos uma indispensável participação no esforço de reconstrução, chegou o momento de ceder o lugar. Rotuladas de oportunistas e muitas vezes de incapazes, são convidadas a regressar ao lar e às tarefas femininas, em nome do direito dos antigos combatentes, em nome da reconstrução nacional e da defesa da raça. Umam resistem, outras aceitam, extenuadas por anos de trabalho e de solidão, ou entregues à alegria dos reencontros. (...) Apostando numa rápida reintegração dos veteranos na família e no trabalho, esta violência que é feita às mulheres parece ter uma função tanto psicológica como econômica: por um lado, reafirmar uma identidade masculina abalada por quatro anos de combates anônimos, por outro lado apagar a guerra e responder, num período de febre social e reação política, ao profundo desejo dos combatentes de restaurar o antigo mundo (THEBAUD, 1991, p.78-79).

Um dos interesses de voltar ao ensaísmo de Virginia Woolf é de constatar a tensão deste momento. Havia o propósito do Estado em recolocar as mulheres de volta ao lar como pilar da nação, mas havia também as mulheres que com a experiência de uma vida mais autônoma e independente resistiram a essa volta, ou precisaram lidar com suas frustrações e novos questionamentos ao voltarem para a vida doméstica. Thebaud, ao reconhecer as novas possibilidades de emprego para as mulheres que não quiseram permanecer apenas como donas de casa, cita Virginia Woolf e a importância que ela deu a este momento para as mulheres inglesas:

O desenvolvimento dos empregos terciários, prestes a tornarem-se o lugar privilegiado da actividade feminina, no comércio, nos bancos, nos serviços públicos e mesmo nas profissões liberais, que se abrem mais amplamente às mulheres. Na Grã-Bretanha, graças aos Sex Disqualification Removal Acts (1919) que Virginia Woolf saúda, em Três Guinéus, como a aurora de um novo mundo para <as filhas de homens cultos>. (...) A par do receio do celibato e dos revezes da fortuna nas classes médias, esta feminização do terciário permite às jovens da burguesia exercer uma profissão e obter um relativo direito ao trabalho (THEBAUD, 1991, p. 82).

Porém, a esperança de Woolf de novas possibilidades para as mulheres e de uma mudança nas relações de gênero dos anos 1920, constatada em *Um Teto Todo Seu* (1929), é abalada nos anos 1930 quando a possibilidade de uma nova guerra ressurge. O posicionamento de Woolf como crítica da guerra e de seus supostos avanços para as mulheres vai ser o de defender o pacifismo como ação política para elas. Assim, entendendo seu ensaísmo como um discurso que defende o pacifismo ao apostar nas mulheres, que, segundo Woolf, excluídas do poder, teriam uma maior capacidade de ver a guerra como um ato de barbárie. Mantidas de fora da vida pública, mesmo da educação universitária, as mulheres teriam desenvolvido outros saberes, entre eles o de reconhecer a “psicologia” do poder. Para provar essa suposição Woolf vai usar a história, mostrando a relação de exclusão das mulheres das esferas de poder político e

militar ao longo do tempo. Além disso, através do uso de biografias que Woolf mostra as observações e os desejos das mulheres para a sociedade em uma tentativa de demonstrar as suas capacidades de análise:

Bem, felizmente, há um ramo da educação que é colocado na categoria de "educação não remunerada" que implica na compreensão dos seres humanos e suas motivações, e que - se removemos da palavra qualquer conotação científica. Poderia ser chamado de psicologia. Certamente, o casamento - a única grande profissão aberta para a nossa classe desde o início dos tempos até o ano de 1919; Casamento: a arte de escolher o ser humano com quem viver a vida de forma satisfatória - ele nos ensinou algo sobre esse assunto (WOOLF, 2015, p.14).¹³

Como dito, o trabalho abordará outros ensaios de Virginia Woolf, mas será centrado em *Three Guineas*. Este ensaio é composto de três capítulos que não podem ser definidos pela presença de um tema central já que a escritora vai e volta nas temáticas que aborda. Assim, são abordados no ensaio, principalmente: a história das mulheres, através de citações de biografias e de dados que tentam provar a condição de submissão das mulheres na sociedade inglesa; biografias de homens, com citações buscando compreender a visão deste “outro” sobre a guerra; seu diagnóstico do problema da hierarquia na sociedade inglesa, principalmente no campo da educação, do exército e da política; sua análise das estratégias de luta das mulheres, passando de uma crítica e defesa do feminismo para a sua proposição de manter uma liberdade de pensamento e atuação dissociada das instituições, entendidas por ela como masculinas; a denúncia da barbárie da guerra, através da descrição de imagens da Guerra Civil Espanhola (1936-1939); e a sua associação entre o patriarcado e o fascismo. O ensaio também é composto por uma seção final de notas, isto é, uma extensa seção que compõe um quarto do ensaio. Nessas notas Woolf traz as fontes de suas citações, além de propor discussões mais aprofundadas sobre seus temas, demonstrando, assim, um trabalho árduo de pesquisa para sua escrita.

É interessante observar que para a crítica literária este ensaio é tido como repetitivo e muito longo, com notas excessivas. Houve um reforço na memória de Woolf como uma escritora “apenas” de ficção, assim, o ensaio é lido com uma expectativa a que ele não se propõe, ele não é uma prosa de ficção, mas sim uma prosa de não-ficção.

¹³ As citações que seguem do ensaio *Three Guineas* são traduções minhas da edição em espanhol *Trés Guineas* (2015), quando houve dúvidas sobre alguns termos foi consultada a edição em inglês: WOOLF, Virginia. *Three Guineas*. London: Hogarth, 1952.

O objetivo maior de Woolf neste ensaio é a sua tentativa de demonstrar a relação entre a masculinidade e a guerra, chegando a sua interpretação do fascismo como uma condição de possibilidade das sociedades patriarcais. Para Elena Gualtieri: “*Three Guineas* não parece demonstrar muito a existência de uma ligação entre o patriarcado e o fascismo como um fato, faltando uma lógica como a prova das fotos dos corpos da Espanha as quais funcionam como um subtexto do ensaio” (GUALTIERI, Elena. *Virginia Woolf's Essays: Sketching the Past*. Palgrave Macmillan, 2000, p.85). Minha proposta de análise histórica a partir da categoria de gênero, contrariando a crítica de Gualtieri, é que outro subtexto do ensaio são as relações de poder atravessadas pelo gênero que estão presentes em todos os exemplos e argumentos de Woolf. Portanto, ela demonstra durante todo o ensaio os efeitos da masculinidade e, por fim, a associação entre essa masculinidade e a ideologia fascista.

Assim, para Virginia Woolf a virilidade e a violência, comportamentos socialmente atribuídos aos homens, são responsáveis pelo fomento das guerras. Woolf vê nesse comportamento, além da explicação das guerras, o motivo da condição de submissão das mulheres. A construção do seu argumento é pioneira ao atribuir à opressão das mulheres uma condição fundadora da masculinidade. Mas é importante perceber como ela já via nessa construção da identidade masculina uma relação de opressão entre os próprios homens. Por isso, ela cita em seu ensaio um poema de um soldado-poeta que, sendo obrigado a lutar na Grande Guerra (1914-1918), condena a guerra pela estupidez de sua violência. Woolf reforça que a guerra não era uma escolha de todos os homens e que eles também sofriam com a sua violência.

Dessa forma, leio seu ensaísmo como um discurso que complexifica nossos conhecimentos sobre as interpretações e as estratégias que as mulheres construíram para fazer parte da história e para disputar a narrativa histórica na primeira metade do século 20. É importante observar que esse período costuma ser lembrado pelo impacto das duas guerras mundiais, pela ascensão do fascismo, pela brutalidade do nazismo. A experiência das mulheres nesse contexto de conflito acabou por ser estudada em termos de testemunha das consequências da guerra em casa, servindo à família e ao estado no lugar do homem, mas muito pouco em termos das suas participações políticas e mesmo militares nos conflitos. Virginia Woolf foi uma das mulheres que propôs uma análise social e política da guerra e do fascismo, a partir de uma ótica “feminina” e defendeu uma posição política para as mulheres, a opção pela paz. Contudo, *Three Guineas* não teve esse reconhecimento na crítica literária, muito menos na história que visa tratar das

experiências das mulheres. Por exemplo, o ensaio nunca foi traduzido no Brasil. Parte dessa falta de reconhecimento se deve ao tratamento que foi dado para a memória da escritora como ensaísta até que ela passasse a ser estudada pela crítica feminista.

Minha proposta é analisar o ensaísmo de Virginia Woolf em parte dentro da tradição estudada por Bonnie Smith¹⁴, das mulheres que, deslocadas da disciplinaridade acadêmica, produziram uma escrita sobre a história a partir da chave do amadorismo. Contudo, a leitura de seus ensaios precisa ser feita também dialogando com a história escrita profissionalmente. Já que mesmo de fora da academia, e dos seminários de historiadores profissionais, Woolf era uma leitora crítica dessa história produzida por eles e a utiliza como referência para os seus escritos. Além disso, ela também emprega uma pesquisa e utiliza argumentos nos moldes dessa história, como veremos na análise de suas notas bibliográficas.

Para que possamos continuar, acredito ser necessário definir melhor o que, por fim, chamamos de crítica? Para responder ao que podemos entender como crítica retorno à compreensão de Foucault¹⁵, o qual define o papel da crítica nas sociedades contemporâneas ocidentais como:

[...] a crítica existe apenas em relação a outra coisa que não ela mesma: ela é, meio para um devir ou uma verdade que ela não saberá e que ela não será, é um olhar sobre um domínio onde quer desempenhar o papel de polícia e onde não é capaz de fazer a lei. Tudo isso faz dela uma função que está subordinada por relação ao que constituem positivamente a filosofia, a ciência, a política, a moral, o direito, a literatura etc. E, ao mesmo tempo, quais que sejam os prazeres ou as compensações que acompanham essa curiosa atividade de crítica, parece que ela traz, de modo suficientemente regular, quase sempre, não somente alguma rigidez de utilidade que ela reivindica, mas também que ela seja subentendida por uma sorte de imperativo mais geral – mais geral ainda que aquela de afastar os erros. Há alguma coisa na crítica que se aparenta à virtude (FOUCAULT, 1990, p.2).

Para Foucault, o Iluminismo foi o momento de emergência da crítica, que ele caracteriza como um “trabalho histórico-filosófico” devido a “que é aí que aparecem de alguma forma no âmago e na superfície das transformações visíveis, essas relações entre poder, verdade e sujeito que se trata de analisar” (FOUCAULT, 1990, p. 12). Nessa perspectiva, penso ser possível analisar a crítica de Woolf como uma crítica histórico-

¹⁴ SMITH, Bonnie G. *Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica*. São Paulo: Edusc, 2003.

¹⁵ FOUCAULT, Michael. Qu'est-ce que la critique? *Critique et Aufklärung Bulletin de la Société française de philosophie*, v. 82, n. 2, p. 35-63, avr/juin 1990 (Conferência proferida em 27 de maio de 1978). Tradução de Gabriela Lafeté Borges e Revisão de Wanderson Flor do Nascimento.

filosófica. Assim, sugiro que Woolf, a quem a vida acadêmica foi negada, escreveu críticas de fora do campo disciplinar, mas pautada num imperativo de denunciar as injustiças que via, desse modo, criticando o lugar relegado às mulheres na sociedade e na história. Ao analisarmos a estrutura de seus ensaios, vemos como eles se aproximam do tom especulativo do gênero filosófico através de suas análises e questionamentos. Porém, ela não perde de vista a historicidade, buscando compreender o espaço de experiência e o horizonte de expectativa das mulheres, através do recurso aos dados das suas biografias, de trechos de seus diários, sempre buscando pela experiência daquelas mulheres no seu contexto histórico, numa busca de entender a limitação ou a complexidade de suas ações na história:

[...] empreguei o termo experiência para designar o processo pelo qual a subjetividade é construída para todos os seres sociais (...) A constelação ou configuração de efeitos de significados que denomino experiência se altera e é continuamente reformada, para cada sujeito, através de seu contínuo engajamento na realidade social, uma realidade que inclui – e, para as mulheres, de forma capital – as relações de gênero. Pois, conforme comecei a argumentar naquele livro, seguindo as concepções críticas de Virginia Woolf e de Catherine MacKinnon, a subjetividade e a experiência feminina residem necessariamente numa relação específica com a sexualidade (LAURETIS, 1994, p.228).

Passando para uma descrição dos capítulos que compõem este trabalho¹⁶, no primeiro capítulo proponho pensarmos na definição de gênero enquanto categoria de análise útil para a história, como a categoria que serve para a compreensão das relações de gênero e como ela pode ajudar na interpretação do ensaísmo de Woolf. Através da categoria de gênero e buscando localizar as reflexões de Woolf numa escrita da história das mulheres proponho uma análise também do gênero historiográfico.

Entendo que a instrumentalização do conceito de gênero como uma categoria de análise histórica como proposta por Joan Scott foi possível através de uma apropriação feminista¹⁷ das teorias de Foucault sobre o poder e sobre o saber. Para ele, ambos os conceitos não eram dados fechados, mas tinham um papel metodológico¹⁸ para a

¹⁶ Neste trabalho utilizo “gênero” nos títulos dos capítulos fazendo referência aos seus dois sentidos. Como categoria histórica para analisar os papéis atribuídos aos sujeitos socialmente identificados como homens e mulheres, como utilizado nos estudos feministas e de gênero. Mas, também utilizarei “gênero” com o significado de “gênero literário” como atribuído pela crítica literária.

¹⁷ “Especialmente a partir das formulações de Foucault, a percepção do exercício do poder na sociedade burguesa pode ampliar-se consideravelmente, ao ser deslocado do campo da ‘ideologia’ para o do biopoder, da incidência sobre a alma e as ideias para o corpo e os espaços físicos. O corpo ganhava materialidade e o pensamento, uma outra história” (RAGO, 2000, p.42).

¹⁸ “Utilização, portanto, da palavra saber que se refere a todos os procedimentos e a todos os efeitos de conhecimento que são aceitáveis num momento dado e em um domínio preciso, e secundamente, do termo poder que não faz outra coisa senão recobrir toda uma série de mecanismos particulares, definíveis e definidos, que parecem susceptíveis de induzir comportamento ou discursos” (FOUCAULT, 1990,

compreensão das relações que ele buscava estudar. Assim como o gênero não é essencializado pela teoria feminista de Scott e é sempre relacional, o que é/foi ser mulher, para a sociedade, num dado período equivale ao que não foi/é ser homem no mesmo período¹⁹. Woolf na década de 1930 busca para as mulheres um protagonismo social e histórico que não condizia com as suas condições de possibilidade naquele momento, mas ela o faz para disputar o futuro. Diante da possibilidade de uma nova guerra, ela responsabiliza as mulheres para que esse futuro não se concretize, idealizando para elas um protagonismo social. As mulheres ainda não eram, em sua maioria, donas de seu próprio destino, no entanto, Woolf vê nessa possibilidade uma solução para a violência da guerra. Neste caso, sua concepção do que era uma mulher é, assim, relacional ao que eram os homens para ela. Se eles faziam a guerra, elas deveriam impedi-la, ela enfatiza, se tivessem liberdade de ação e de pensamento para tanto. Ao longo do trabalho, farei uma crítica a essa concepção de Woolf de designar às mulheres toda a esperança e responsabilidade de transformar a sociedade. Contudo, precisamos entender o que era esperado das mulheres em sua sociedade, dessa forma, poderemos compreender que a sua aposta no protagonismo das mulheres na construção da paz foi uma forma de se opor às limitações impostas a qualquer ação pública das mulheres.

Na segunda parte do primeiro capítulo proponho revisitarmos a memória criada pela crítica literária sobre Virginia Woolf. Essa(s) memória(s) é plural e contraditória, é disputada entre a definição de uma escritora vanguardista, mas indecifrável, devido à sua instabilidade emocional e mental, mas ela também foi vista como uma pioneira da crítica feminista que foi pouco considerada pelos críticos de sua época. Para tanto, será analisada a sua biografia mais conhecida, *Virginia Woolf: Uma Biografia* (1985 [1971]) escrita por Quentin Bell, sobrinho da escritora em contraposição aos ensaios autobiográficos de Virginia Woolf reunidos e publicados na obra póstuma *Momentos de Vida* (1986).

Já no segundo capítulo faço uma leitura comparativa entre Woolf e outras feministas a partir do conceito de gênero em busca da historicidade de seus

p.14).

¹⁹ A construção do conceito de identidade a partir de delimitações e oposições também foi estudada por Koselleck em *A semântica histórico-política dos conceitos antitéticos assimétricos*: “Mas um grupo designado por um ‘nós’ só poderá constituir-se em uma unidade de ação politicamente eficaz se incluir em si algo mais do que uma mera designação ou denominação. Uma unidade de ação política e social só se constitui por meio de conceitos pelos quais ela se delimita, excluindo outros, de modo a determinar a si mesma” (KOSELLECK, 2006, p.192). Portanto, ao falar em nome das mulheres Woolf opera uma ação política.

posicionamentos críticos em relação ao nacionalismo e a relação das mulheres com a nacionalidade e a cidadania. Entendo que *Three Guineas* não foi um evento isolado, suas ideias têm uma historicidade, uma continuidade com a crítica de Olympe de Gouges e a denúncia das mulheres estarem de fora da sociedade política, não como uma condição natural, mas como uma imposição na disputa de poder com os homens. No entanto, seu ensaísmo é também uma ruptura com outros posicionamentos sobre o lugar da mulher na sociedade. Por isso, faço uma comparação com a *Reivindicação dos Direitos da Mulher* (1792) de Mary Wollstonecraft²⁰, que não foi considerada pela intelectualidade iluminista, mas é uma obra de filosofia da história.

Wollstonecraft se definia como filósofa, lia e criticava autores iluministas como Rousseau; ainda, através da defesa do uso da razão pelas mulheres, vê na história a prova da inferioridade imposta às mulheres: “O que revela a história senão as marcas da inferioridade e o modo como poucas mulheres se emanciparam do julgo exasperante do homem soberano?” (WOOLSTONECRAFT, 2016, p. 57). Penso o texto de Wollstonecraft como a emergência de um posicionamento crítico sobre as condições das mulheres, mas não apenas como uma reivindicação por direitos, como o título sugere. Este texto faz uma acusação da falta de moralidade das mulheres, uma reivindicação pela aceitação da maternidade como a principal função social da mulher enquanto cidadã, pontos que serão retomados pela "era vitoriana" e fixados como o estado natural das mulheres. Woolf, que também reivindica direitos às mulheres, emerge com uma crítica que busca a subversão dessa moralidade atribuída à posição da mãe de família.

Na segunda parte deste capítulo passamos para uma análise centrada em *Three Guineas*. Sendo assim, busca-se entender como Woolf constrói a masculinidade como a responsável pela ascensão do fascismo, e como ela defende que a submissão das mulheres é a primeira condição para o sentimento de superioridade; que, baseado também no racismo e no ódio ao outro, configurou a ação fascista. Uma posição que sugiro ter proximidade com o entendimento de Joan Scott²¹ sobre a hierarquização das relações de gênero, sobre como o poder das relações de gênero é uma das forças que organiza a sociedade e, portanto, também estaria presente nas sociedades fascistas. Não pretendo com essa abordagem diminuir o significado do racismo antissemita e contra outras populações não-arianas nos discursos e nas ações fascistas, minha proposta é

²⁰WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos Direitos da Mulher*. Boitempo: São Paulo, 2016.

²¹ SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: Educação & realidade. Porto Alegre, v. 15, n. 2, jul. /dez., 1990, p. 5-22.

pensar o gênero e o racismo como relações de poder que estruturam as hierarquias sociais, como defende Joan Scott. Assim, o racismo e o machismo, como a classe e a raça, não se excluem, mas são vivências e pertencimentos que se mesclam e condicionam socialmente os sujeitos. Para ampliarmos os entendimentos sobre a masculinidade e a feminilidade e as expectativas sociais dos gêneros, no contexto da década de 1930, trago também ensaios de Sigmund Freud. Ele, assim como, Woolf escreveu sobre a guerra e buscando por respostas de como evitá-la. Mas, como veremos, a partir de concepções de gênero opostas as da escritora.

Além disso, veremos como as conclusões de Virginia Woolf e seu projeto de ação política para as mulheres têm semelhanças com o grupo *Mujeres Livres*. Para tanto, através de Margareth Rago, que escreveu biografias das fundadoras do grupo formado em plena Guerra Civil Espanhola (1936-1939), poderemos ver as múltiplas formas de agir das mulheres diante da guerra e da ascensão fascista. Por fim, vou contrapor a proposta de Woolf da possibilidade das mulheres de refundar a sociedade, visando uma sociedade sem opressões, à teoria de Judith Butler que problematiza a própria capacidade de subversão da identidade feminina quando ela faz parte da heteronormatividade.

Dessa forma, com este trabalho pretendo responder a seguinte questão: como Woolf estipula uma relação entre o nacionalismo, a educação, a guerra, o fascismo e a submissão das mulheres? Interpreto que Woolf alerta para a não singularidade da experiência italiana e alemã, propondo que a ameaça do fascismo já existiria no sentimento de superioridade masculina. Ou seja, um contraponto à teoria de Hannah Arendt²² e sua defesa de uma "superioridade" dos preconceitos ingleses, que os preveniria de seguirem o caminho do fascismo, ou seja, não levando em conta a opressão de gênero na sociedade inglesa. Proponho pensarmos o fascismo, como sugere Woolf, como um dos discursos que regulamentam os papéis de gênero através da autoridade masculina e da submissão e aceitação das mulheres em seu papel de mães da Nação, reclusas dos espaços de poder público do estado.

Foucault, ao escrever o prefácio da edição americana de *Anti-Édipo*, intitulado “Introdução à uma vida não fascista”, alerta para o perigo permanente do fascismo. Para ele, o fascismo é uma condição de possibilidade não-exclusiva dos acontecimentos históricos na Alemanha e na Itália na primeira metade do século 20:

²² ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

E não somente o fascismo histórico de Hitler e Mussolini – que tão bem souberam mobilizar e utilizar o desejo das massas –, mas o fascismo que está em nós todos, que martela nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar esta coisa que nos domina e explora (FOUCAULT, 1993, p.199)²³.

Desse modo, o que seria um “fascismo não histórico”? Entendo que Foucault, como Woolf, alerta para o perigo da ameaça fascista de toda a sociedade que se deixa levar pelo desejo de poder através da submissão do outro. Porém, se pensarmos como propõe Woolf, que a primeira submissão se dá através da hierarquia dos gêneros ao estabelecer a diferença sexual como um pilar da organização das sociedades ocidentais, não podemos entender o fascismo como uma possibilidade de fora da história. Já que a diferença sexual não é natural, não é um dado, ela é estabelecida e reforçada pelas relações de gênero construídas pela história patriarcal da sociedade ocidental, bem como pontua Torrão: “Os estudos de gênero já mostraram como as diferenças entre os sexos, estabelecidas de maneira hierárquica, são construídas historicamente e como as noções de masculino e feminino são igualmente históricas” (TORRÃO FILHO, 2005, p. 148)²⁴.

Nesta introdução vimos como o ensaísmo de Virginia Woolf pode ser utilizado como uma fonte para a história das mulheres. Buscaremos, a seguir, entender como ela estabelece com sua escrita o propósito ético de evitar a guerra a partir de uma análise histórica e sociológica da hierarquia na Inglaterra e como ela propõe o fim da guerra através do fim da submissão das mulheres.

²³ FOUCAULT, Michel. “O Anti-Édipo: Uma Introdução à Vida Não Fascista”. In; *Cadernos de Subjetividade/ Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 197-200, 1993. (Originalmente publicado como Prefácio à edição americana de O anti-Édipo. Capitalismo e esquizofrenia, de Gilles Deleuze e Félix Guattari).*

²⁴TORRAO FILHO, Amílcar. *Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam*. Cad. Pagu [online], n.24, p. 127-15, 22005.

2. Capítulo I: O mal-estar do gênero

Na verdade, sempre havia existido um "mal-estar" na relação entre o feminismo e o marxismo. Quase sempre permanecia certos entraves de ordem teórica e política quando se tentava incorporar a chamada "questão feminina" pelo marxismo (CUNHA, 2000, p. 150)²⁵

2. 1. O gênero da/na historiografia

Os estudos de gênero têm procurado, desde Joan Scott, enfatizar a relação de poder que se dá entre os socialmente identificados como homens e as socialmente identificadas como mulheres. Assim, para Torrão Filho, o gênero se converte numa categoria útil não apenas para contar a história das mulheres, mas para operar uma reescrita de toda a história, ele enfatiza como a abordagem a partir do gênero descaracteriza o “sujeito universal” da historiografia:

Ele pode lançar luz sobre a história das mulheres, mas também a dos homens, das relações entre homens e mulheres, dos homens entre si e igualmente das mulheres entre si, além de propiciar um campo fértil de análise das desigualdades e das hierarquias sociais. Scott argumenta que o conceito de gênero foi criado para opor-se a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter fundamentalmente social. “O gênero enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade”. 1. Este aspecto relacional vem da preocupação de alguns de que os estudos femininos se centravam sobre as mulheres de maneira demasiado estreita, assim a noção de gênero daria conta de que as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não poderiam ser entendidos separadamente. Além disso, o gênero enquanto categoria de análise teria a vantagem de propor uma transformação dos paradigmas do conhecimento tradicional, não apenas acrescentando novos temas, mas também impondo “um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente”. 2. Ao lado das noções de classe e “raça”, gênero assinalava o interesse da historiografia em uma história que incluía os discursos dos “oprimidos”, numa análise do sentido e da natureza desta opressão (TORRÃO FILHO, 2005, p.129-130).

Sugiro que o gênero enquanto categoria de análise histórica sofre de descrédito e resistência por boa parte dos historiadores e historiadoras ainda em nosso presente. Portanto, há um mal-estar do seu lugar na historiografia, assim como, a partir da profissionalização da história no século 19, houve um mal-estar sobre a escrita da história classificada como amadora²⁶.

²⁵ CUNHA, Maria de Fátima da. *Mulher e Historiografia: da visibilidade à diferença*. In: Hist. Ensino, Londrina, v. 6, p. 141-161, out. 2000.

²⁶ “Rejeitada, superficial e associada mais com mulheres que escreviam sem muito cuidado do que com homens, a história amadora do século 19 foi tão envolvida pelo desdém profissional que mereceu uma atenção relativamente pequena dos estudiosos. Com o objetivo de ignorar esse constrangimento, a maioria das mulheres eruditas profissionais preferiram considerar que a história escrita por mulheres iniciou-se apenas na década de 1970” (SMITT, 2003, p. 88).

Para que minha leitura do ensaísmo de Virginia Woolf ganhe um sentido histórico precisamos compreender o que é estudar a história a partir das relações de gênero. A categoria de gênero tem sido trabalhada, sobretudo, na história e nas ciências humanas por pesquisadoras e pesquisadores identificados com as teorias feministas ou que viram na categoria de gênero uma forma de análise válida para temas que já trabalhavam. É o caso principalmente da antropologia e dos estudos sobre as relações de parentesco. Porém, a categoria poderia fazer parte de forma mais difundida das pesquisas abarcando o próprio cerne das epistemologias do conhecimento e trazendo novas interpretações não apenas para temas preestabelecidos como também favoráveis a uma abordagem de gênero, mas para qualquer temática. Como propõe Joan Scott em *Gênero: Uma categoria útil de análise histórica* (1990), qual seria a história da Revolução Francesa a partir de uma abordagem das relações de gênero?²⁷

Assim, caracterizo a historiografia como o lugar de disputa e de manifestação das subjetividades e das relações de poderes entre os gêneros. Dessa forma, estudar a escrita das histórias das mulheres não é apenas reconhecer o silenciamento das mulheres na disciplina histórica. Mas, evidenciar as estratégias dessas relações de poderes que se exercem na escrita da história para que possamos criar outras estratégias que mudem essa relação em favor de novas histórias:

Scott defende, com razão, a necessidade da construção de um arcabouço teórico que dê conta de responder por que as mulheres foram excluídas da história e que, indo além dessa reflexão, compreenda como a história opera, para que possa efetivamente promover mudanças epistemológicas que transformem a dicotomia entre o feminino e o masculino. É tempo, pois, de mudanças (SILVA, 2008, p.229).

Propor pensar sobre a história da historiografia ocidental a partir da categoria de gênero é procurar contar uma história do silenciamento das mulheres, mas também da construção da disciplina pelos homens, através da negação das características identificadas como femininas nas escritas amadoras sobre a história. Esse processo é percebido por Reinhart Koselleck como uma exigência progressiva por unidade poética:

²⁷ Foucault, em *a Microfísica do Poder*, ao ser questionado sobre sua suposta distância do marxismo, responde: “Cito Marx sem dizê-lo, sem colocar aspas, e como eles não são capazes de reconhecer os textos de Marx, passo por aquele que não cita Marx (...) É impossível fazer história atualmente sem utilizar uma sequência infundável de conceitos ligados direta ou indiretamente ao pensamento de Marx e sem se colocar num horizonte descrito e definido por Marx. Em última análise poder-se-ia perguntar que diferença poderia haver entre ser historiador e ser marxista” (FOUCAULT, 2008, p. 142-143). Podemos entender que não pensamos mais a história disciplinar fora da categoria de classe, na universidade não se fez uma “história” e uma “história com classe”. Será que o gênero um dia encontrará a legitimidade acadêmica para fazer parte de forma hegemônica da pesquisa histórica?

A ocorrência dessa história [Geschichte], ao mesmo tempo criticada e ressaltada, que se distanciava de qualquer caráter exemplar digno de ser repetido, foi também um resultado da transposição das fronteiras entre história e poética. Passou-se progressivamente a exigir unidade épica também da narrativa histórica (KOSELLECK, 2006, p.50).

A questão não posta por Koselleck, mas levantada por Smith é: quais foram os sujeitos que tiveram acesso a um aprendizado profissional de pesquisa e passaram a escrever essa história? Smith além de elaborar essa questão ainda analisa que as escritas que não adentraram nessa nova normativa passaram a ser definidas como amadoras. Contudo, para Smith, esse amadorismo não é sinônimo de desqualificação, mas um nome que marca a sua posição como escrita de fora da academia, de fora da normatividade imposta pela disciplina, uma disciplina masculina como por fim classifica Bonnie Smith. Para tanto, ela utiliza a categoria de gênero de Joan Scott e encontra nos discursos dos historiadores um jogo de poder que buscou garantir que o autor legítimo sobre o passado fosse o pesquisador autorizado a frequentar a universidade e a sociedade. Em sua obra *Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica* (2003) Smith narra a história da profissionalização da historiografia como uma disputa pela legitimidade de falar sobre o passado, e como o lugar da escrita científica acabou sendo reservado, no final do século, majoritariamente aos homens, sendo eles os sujeitos para quem a universidade estava aberta. A partir daí, Smith também pontua como essa escrita foi entendida como a mais apropriada e verdadeira sobre o passado. Dessa forma, por meio de uma concepção crítica feminista²⁸, a autora retoma o processo de profissionalização da escrita da história como o processo de masculinização do discurso histórico.

2.2 A masculinização da história e a feminilização do amadorismo

Para Smith, os historiadores estabeleceram uma polaridade entre uma escrita dita

²⁸ Entendo por uma concepção crítica feminista como Joan Scott uma relação crítica que procura desmascarar: “A dificuldade aqui tem sido a de que a abstração do conceito de indivíduo mascara a particularidade da sua figuração. Somente aqueles que não se assemelham ao indivíduo normativo têm sido considerados diferentes. A dimensão relacional da diferença – seu estabelecimento em contraste com a norma – também tem sido mascarada. A diferença tem sido representada como um traço fundamental ou natural de um grupo enquanto a norma padronizada (o indivíduo homem branco) não é considerada como possuidora de traços coletivos” (SCOTT, 2005, p. 24).

científica e, portanto, profissional da história, e outra classificada como sem método e por isso, amadora, uma polaridade também entendida: “entre história política e ninharias culturais, entre o espírito e o corpo – polaridades em que o último termo era sempre inferior ao anterior” (SMITH, 2003, p.30-31). Para ela, o amadorismo, ainda que não praticado apenas pelas mulheres é a partir do século 19 entendido como uma escrita feminina, pois, sem poder frequentar a universidade, e sem ter a mesma vivência pública que os homens, seus temas históricos ao se concentrarem na vida cotidiana, ao que elas tinham acesso para escrever, são considerados temas menores. A história escrita na universidade, local masculino, vai se contrapor à vida cotidiana, privada, seus temas vão ser a política e a guerra, ou seja, vivências legitimadas apenas aos homens, seres públicos²⁹. Ao longo do século 19, a história escrita com metodologia científica será estabelecida como a única história possível e os textos escritos segundo outras possibilidades de discurso acabam definidos como amadores, “literários”. Segundo Smith, muitas mulheres escreveram essas histórias “amadoras” no século 19 e meados do 20, mas não foram consideradas pela história da historiografia³⁰. Ao fazer uma distinção entre “a história profissional” e “a história amadora”, ela demonstra como a escrita da história foi marcada pelo gênero.

Para Smith os textos “amadores” são plurais, vão desde relatos de viagem a biografias de rainhas e são de difícil definição exatamente pela falta de um rigor normativo, disciplinar. Mas, em sua maioria, as autoras amadoras não se colocam como mulheres que reivindicam um espaço na história, ou seja, uma postura feminista, a qual disputará um lugar na historiografia profissional a partir da segunda metade do século 20. Ela observa que muitas das abordagens dessas autoras foram capturadas posteriormente pela historiografia profissional através do recorte da “história social”,

²⁹ Sabemos que as mulheres viviam também a experiência da guerra, como vítimas, como enfermeiras e como esposas, filhas e mães que ficavam de fora do campo de batalha, mas que também tinham suas vidas mudadas completamente. Atuavam até mesmo como soldadas, como hoje alguns relatos históricos e memorialísticos demonstram. Contudo, a representação na história do soldado e do “herói” de guerra era exclusivamente masculina no século 19 e ainda no 20.

³⁰ “As mulheres escreviam sem parar e ao mesmo tempo administravam o nascimento dos filhos, as famílias e a catástrofe política, além de regatear condições com os editores; elas representavam a história em *tableaux vivants*, traziam à luz uma variedade ímpar de documentos, coleções e informações, tentando fazer esse material vibrar em livros de viagens e romances históricos. Os profissionais, ao contrário, direcionavam o foco para treinamentos e seminários e consideravam-se pesquisadores de arquivos que interagiam com documentos autênticos, ainda que empoeirados. Eles também praticavam a história mais privadamente em casa, arregimentando mães, esposas, filhas, cunhadas, primas e outros parentes do sexo feminino para o trabalho de pesquisa, arquivamento, editoração e até mesmo da própria escrita. Todos os créditos iam para o autor homem. Esse trabalho do profissional masculino como o mais verossímil narrador do passado e a concomitante omissão das contribuições de suas parentes e das amadoras, são um outro aspecto da determinação do gênero da ciência histórica” (SMITH, 2003, p.31-32).

demonstrando, segundo ela, que o problema para a validade de suas pesquisas não eram os seus temas, mas a sua autoria feminina. Entende, assim, que a história profissional foi uma forma de recusar o “feminino” da escrita sobre o passado e relegar ao amadorismo as mulheres que escreveram sobre a história:

[...] o que nos tem impedido de considerar a obra de mulheres amadoras e seu relacionamento com o desenvolvimento da feminilidade intelectual e política é uma historiografia que erradica o amadorismo para contar uma história singular sobre as altas realizações do profissionalismo (SMITH, 2003, p.29).

Essa disputa de poder pela legitimidade da narrativa histórica também teve como base a afirmação da autoria do texto histórico escrito pelo pesquisador profissional:

A categoria “autor”, como Foucault propôs, ajudou a organizar a disciplina em torno da classificação de textos históricos e do desenvolvimento de outros procedimentos críticos que a invocação de um único autor facilita, permitindo o surgimento de genealogias de influência e ascendência (SMITH, 2003, p.216).

Em seu artigo, “As vidas de um gênero: biografia, história, ficção” (2017), a historiadora Maria da Glória Oliveira retoma a relação entre a biografia e a história e aborda como ambas constituíram-se no século 19 como gêneros para contar as histórias dos grandes homens. Ao lembrarmos do estudo realizado por Koselleck³¹, do processo de transformação das histórias na história singular coletiva, por um momento, os dois acontecimentos parecem contraditórios, mas Oliveira argumenta que os filósofos da história viam as vidas dos “grandes homens” como o melhor exemplar do que havia acontecido em uma época, daí eles servirem de modelo ao coletivo:

No século XIX, não se escrevem biografias que não sejam aquelas dos “grandes homens”. A referência central para esta última noção, não por acaso, encontra-se no próprio esforço, empreendido nesse momento, de elaboração das filosofias da história. De modo mais específico, nas reflexões filosóficas do francês Victor Cousin, correntemente citado entre os historiadores do Oitocentos, em seu *Cours de l'histoire de la philosophie* [Paris, 1828], formula-se uma teoria dos “grandes homens” como indivíduos eminentes, capazes de “encarnar” os povos e as coletividades (GERÁRD, 1998, pp. 37-38). Desse modo, o “espírito geral de um povo” manifestar-se-ia nos indivíduos notáveis: “abre os livros de história, afirma Cousin, e não verás senão nomes próprios; os historiadores têm fortes razões de se ocupar dos grandes homens, é necessário que eles se ocupem desses personagens pelo que, de fato, são: não os ‘senhores’, mas os representantes daqueles que não aparecem na história” (COUSIN, 1841, pp. 299-300). Tais reflexões estão fortemente impregnadas pela ideia de “grande indivíduo histórico universal”, ancorada na filosofia da história de Hegel. Para o filósofo alemão, os grandes indivíduos históricos seriam “instrumentos de um fim mais alto e

³¹ Segundo Koselleck, “a História no coletivo singular definiu as condições para as possíveis Histórias individuais [...] Esse mundo da experiência tinha sua pretensão imanente de verdade” (2013, p.127).

vasto, do qual eles nada sabem – que realizam inconscientemente”. As individualidades histórico-mundiais deveriam, portanto, ser reconhecidas como heróis, dotados da “visão do que era necessário e do que era oportuno” em sua época, “as suas ações, as suas palavras, são os melhores desse momento” (HEGEL, 2008, pp. 32-33) (OLIVEIRA, 2017, p. 26-27).

Como vimos com Smith, no entanto, no século 19 foram escritas biografias também sobre outros personagens, “as grandes mulheres”, principalmente rainhas que atraíam a atenção das amadoras. Mas, como aconteceu na história da historiografia, também na história da biografia estas autoras e obras costumam ser ignoradas. Oliveira traça ainda uma interessante relação entre essas biografias dos grandes homens e os discursos históricos nacionais amparados nas figuras dos heróis da nação:

Não seria fortuito, portanto, que os projetos biográficos nacionais no século XIX compartilhassem de um forte sentido coletivo tanto na criação dos panteons de homens ilustres quanto na mobilização de inúmeros letrados para a sua escrita e elaboração. Essa dupla dimensão coletiva pode ser notada na *Biographie universelle ancienne et moderne*, organizada por Louis- Gabriel Michaud, entre 1811 e 1828, que serviria de modelo para outros empreendimentos similares em outros contextos. O dicionário monumental de Michaud apareceu muito antes dos similares ingleses, como o *Dictionary of National Biography*, de Leslie Stephen e Sidney Lee, cujos 66 volumes foram publicados entre 1885 e 1901. Ao prefaciá-la edição revisada da *Biographie universelle* em 1843, Charles Noidier destacaria a monumentalidade do empreendimento, por meio de uma comparação entre biografia e história, afirmava que, na medida em que a história dos fatos se mistura com a dos homens, o biógrafo deveria, tanto quanto o historiador, apreender “as particularidades individuais e semear os ensinamentos e o pensamento na tessitura das suas narrativas” (NOIDIER, 1843, p. v). (OLIVEIRA, 2017, p. 27).

Maria da Glória Oliveira cita Leslie Stephen, pai de Virginia Woolf, como um dos importantes autores ingleses a levarem a cabo a tarefa de biografar os “grandes nomes” da história inglesa numa obra compilada e que serviu de referência histórica durante muitas décadas na Inglaterra. Alguns comentários devem ser feitos a respeito desses trechos do artigo. Em primeiro lugar, Oliveira evita entrar numa discussão de gênero, mas a relação está dada em seu texto, pois fica evidente o deslocamento das mulheres tanto das narrativas bibliográficas quanto das históricas. Se elas não eram “heroínas” da nação, devido ao impedimento de possuírem cargos públicos ou militares, elas estavam de fora dessas narrativas, com uma ou outra exceção de uma rainha ou *lady* que tenha sido considerada merecedora de algumas páginas. Em segundo lugar, Virginia Woolf diversas vezes escreveu sobre a sua experiência de leitura de biografias desde a infância, hábito possivelmente herdado com o pai. Portanto, quando ela desenvolve seu olhar crítico para a história e para o nacionalismo é contra esse modelo narrativo, perpetuado por seu próprio pai, que ela se rebela. Oliveira dando seguimento

ao desenvolvimento do gênero na Inglaterra cita também um dos melhores amigos de Virginia Woolf, Lytton Strachey que foi durante a vida deles entendido como um ensaísta e biógrafo muito mais relevante que ela:

A ênfase no sentido e na função monumental da escrita biográfica como recurso capaz de garantir a memória das vidas e feitos grandiosos também esteve na base do projeto biográfico que, no contexto britânico, encontrara o seu ícone referencial e divisor de águas nas obras de Lytton Strachey, mas que também se desdobrará ao longo do século XIX, adquirindo, no entanto, algumas particularidades nas décadas iniciais do XX. Márcia de Almeida Gonçalves (2011) analisou o debate que envolveu intelectuais como Harold Nicolson e André Maurois, entre as décadas de 1920 e 1940 em torno da emergência da nova biografia inglesa, que buscou conciliar a narrativa verídica dos fatos com a perfeição da forma literária (OLIVEIRA, 2017, p. 28-29).

A historiadora, contudo, não esquece de Virginia Woolf e retoma seu ensaio teórico em que ela trata justamente da “arte” de ler e de escrever biografias:

Neste sentido, vale a pena retomarmos algumas palavras do célebre ensaio “A arte da biografia”, publicado em 1939, no qual a escritora Virgínia Woolf ainda ecoava tais debates. É importante destacar que a discussão em torno do gênero biográfico estava, de certa forma, inscrita no histórico familiar da escritora, que era filha de Leslie Stephen, editor responsável pelo já citado *Dictionary of national Biography*. No ensaio, Woolf indagava se a biografia seria comparável às artes da ficção e da poesia. Poderia, perguntava ela, a biografia “produzir algo com a intensidade da poesia, algo com a emoção do drama” e, ao mesmo tempo, reter a “peculiar virtude que há nos fatos”? [...] Por conta das características específicas do gênero, o trabalho do biógrafo, afirmava Woolf, era “limitado por fatos” que, mesmo não sendo como os “fatos da ciência”, eram passíveis de serem verificados por outras pessoas além do próprio biógrafo [...] A biografia, concluía Woolf, “alargará seu escopo pendurando espelhos em cantos inesperados” e, para tanto, era necessário questionar se apenas a vida dos grandes homens deveria ser recordada (OLIVEIRA, 2017, p.29).

Assim, Oliveira traz as impressões críticas de Virginia Woolf sobre o gênero biográfico, além de demonstrar como era o seu trabalho enquanto ensaísta; um trabalho que envolvia método de pesquisa, retomando o debate de outros críticos e expressando suas próprias conclusões, mesmo que elas fossem pouco populares na época, como a de indagar se: “Qualquer um que tenha vivido uma vida e deixado registro dessa vida não merece uma biografia – tanto os fracassados como os vitoriosos, tanto os ilustres quanto os humildes?” (WOOLF apud OLIVEIRA, 2017, p. 29).

Ao retomar os estudos de Bonnie Smith e os de Maria Glória Oliveira, proponho pensarmos como o discurso cientificista da historiografia buscou legitimar-se através da ideia de um discurso objetivo e universal e como ter história e fazer história foi resultado de um processo da modernidade que singularizou a concepção de história e

também as práticas legítimas de sua escrita³². Nas narrativas da história da crítica feminista costuma-se situar o momento de emergência da crítica a essas concepções nas décadas de 1960 e 1970, quando as feministas começaram a estabelecer carreiras universitárias. Assim, elas passam a criticar a construção do sujeito universal histórico como uma representação unicamente do homem ocidental, o homem europeu foi o modelo para o sujeito dessa história “universal”. Da mesma forma que Smith, outras historiadoras feministas constataram o silenciamento das mulheres na narrativa histórica e na sua produção:

[...] Assim, na ótica de M. Perrot, os arquivos públicos, "olhar de homens, sobre homens, calavam as mulheres". Um outro caminho para os pesquisadores, apontado por ela, seria o dos arquivos privados, nos quais as mulheres se exprimiam de maneira mais abundante, pois as correspondências e os diários íntimos eram recomendados às jovens solteiras por seus confesores e pedagogos, como forma de controle sobre si, transformando-se num domínio de refúgio para elas (CUNHA, 2000, p. 144-145).

Minha proposta é analisar a crítica ensaística de Virginia Woolf, pelo menos 30 anos antes da crítica feminista à historiografia, em que já havia um reconhecimento do silenciamento das mulheres na história e da sua condição submissa na vida acadêmica e na sociedade. Assim, minha hipótese é que em seus ensaios, escritos nas décadas de 1920 e 1930 e reconhecidos como feministas por pensadoras feministas, há uma crítica à própria historiografia. Nestes ensaios ela trata criticamente não apenas das condições materiais de vida das mulheres na sociedade do seu presente e do seu passado, mas também da representação das mulheres (ou da falta dela) nos discursos históricos e literários.

2.3 Virginia Woolf e a história das mulheres

Woolf trata de como a condição de silenciamento das mulheres teve reflexos nas

³² “Como um dos aspectos marcantes da estética literária contemporânea, a produção expressiva de bioficções e autoficções, um fenômeno que ultrapassa o âmbito do contexto editorial francês, talvez sirva como pretexto oportuno para uma retomada, sob novos termos, do problema das relações, nem sempre reconhecidas, de vínculo original da historiografia com a literatura, auxiliando os historiadores, quem sabe, a enfrentarem de modo mais consciente os fantasmas e os espectros do ficcional” (OLIVEIRA, 2017, p. 29-30).

possibilidades das mulheres de se verem na história e de escreverem história. Mesmo as mulheres que escreveram história, como demonstra Smith, por estarem fora da universidade, suas biografias, relatos de viagem, ensaios – alguns frutos de pesquisas em arquivos – foram relegadas ao amadorismo, pois elas não tinham a legitimidade dos pares e, em sua maioria, não frequentaram a universidade ou os seminários de pesquisa, portanto, não era reconhecido que elas utilizassem alguma metodologia científica ou que fizessem uma crítica de suas fontes. Essa é uma relação que os estudos de gênero nos ajudam a compreender quando entendemos que historicamente às mulheres foi atribuída a falta de racionalidade, sendo a emoção sua única forma de expressão. Dessa forma, a escrita masculina foi identificada facilmente com a cientificidade e o discurso apropriado para a escrita histórica. Contudo, quando não atravessamos o gênero na história, a historiografia pode parecer naturalmente um campo neutro, mas foi escrita por homens no século 19, porque, enfim, as mulheres não estavam na universidade, não frequentavam os seminários, os arquivos. Quando, porém, problematizamos a neutralidade das ciências através da crítica feminista, quando atravessamos o gênero nessa história, encontramos, como Smith, o deslocamento dos textos femininos. Como não acadêmicos, foram desprovidos de possuir um conhecimento. Ao retomar esse processo de profissionalização masculina e apagamento do amadorismo/feminino, questiono a potencialidade desses textos: quais experiências com o tempo as mulheres viveram e relataram? Quais visões sobre a história elas construíram de fora da academia? Reivindicar a volta a estes textos denominados amadores em prol de uma “visão feminina” acaba fazendo parte do paradoxo feminista, como argumenta Érica Melo³³:

Scott afirma que a repetição na história feminista ultrapassa o conflito entre princípios universais e práticas de exclusão e atinge o problema da “diferença sexual”. Este, mais que um fato natural, é uma justificativa ontológica, para um tratamento diferenciado no campo político e social. E é a partir da questão da “diferença sexual” que se constituiu o paradoxo que permeou toda a história do movimento feminista (MELO, 2008, p.555).

Não temos como fugir desse paradoxo, mas não precisamos essencializar uma identidade para as mulheres e, em nome dela, reivindicar o seu resgate histórico. Pelo contrário, para entendermos a pluralidade de experiências e identidades que essas

³³ MELO, Érica. *Feminismo: velhos e novos dilemas uma contribuição de Joan Scott*. Cad. Pagu [online]. 2008, n.31, p. 553-564.

mulheres construíram para si é que devemos estudá-las.

Ao apresentar a crítica de Bonnie Smith à historiografia, em seu estudo ela refere-se justamente à historiografia inglesa, além da francesa e americana; proponho que pensemos que foi nesse contexto historiográfico que Virginia Woolf produziu seus ensaios. Assim, compreendo Woolf como uma dessas autoras que por escrever sobre o passado das mulheres de fora das instituições disciplinares pode ser considerada em uma posição amadora pela historiografia profissional.

É preciso que reconheçamos que na historiografia inglesa do século 19 e meados do século 20 foi travada essa disputa entre a escrita amadora (associada ao feminino) e a escrita científica (associada ao masculino) como conclui Bonnie Smith. Dessa forma, proponho a hipótese de pensarmos o ensaísmo de Virginia Woolf como um exemplar dessas escritas amadoras. Contudo, ela coloca para o passado que representa em seu ensaísmo o problema de ser mulher, as limitações que foram colocadas a essas personagens, o que outras “amadoras” não fizeram. Assim, vejo as dificuldades impostas às mulheres para seguir uma vida acadêmica como uma condição para que o amadorismo tenha sido o seu gênero de escrita e o ensaio uma das modalidades de escrita escolhida por elas. Mas, a própria Virginia Woolf também escreveu biografias³⁴, embora, como já vimos com Smith, não tenha sido a única.

Quentin Bell em sua biografia sobre Woolf traz em seus anexos um relatório que ela escreveu enquanto dava aulas de história para mulheres operárias na escola Morley College. Reproduzo trechos do documento para demonstrar a complexidade do entendimento de Woolf sobre a história. Ela tinha como preocupação que suas aulas tivessem algum significado para suas alunas e não fossem apenas uma apresentação de datas e fatos que não lhes acrescentasse em nada para a vida prática nem lhes fizesse refletir:

Julho de 1905

[...] devia ser uma aula de história desta vez; apesar de os responsáveis encararem isso com frieza; disseram-me que história era a disciplina menos popular na escola; ao mesmo tempo não me puderam refutar quando assegurei que também era uma das mais importantes. [...] eu tinha que ministrar toda semana algo parecido com a história inglesa. Cada semana lia sobre um reinado ou dois no Freeman ou no Green; tomando notas enquanto progredia. De cada vez tentava incluir uma boa “cena” na qual supunha concentrar o interesse delas. [...] tentava tornar o verdadeiro interesse da história – pelo meu critério – visível para elas. Depois dava-lhes uma relação de datas para estudar em casa; de modo que tivessem algo sólido em que se

³⁴ *Flush: Uma Biografia* (1933), considerado um livro infantil por tratar-se da biografia de um cachorro; *Roger Fry: a biography* (1940), Fry foi um pintor, crítico e amigo de Virginia Woolf; ele próprio escolheu-a para ser sua biógrafa.

interessar nos lapsos da minha fala. Assim abrimos caminho pelos britânicos antigos, e romanos, anglo-saxões, e dinamarqueses, e normandos, até chegarmos ao solo mais substancial dos reis plantagenetas. Não sei quantos dos fantasmas que passaram por aquela lúgubre sala de aula deixaram uma imagem naquelas mulheres; costumava indagar a mim mesma: como seria possível fazê-las sentirem o sangue e a carne dessas sombras? Para elas o presente é tão tênue; o passado não permanecerá, então, sempre um espectro? [...] mas como todos os outros estabelecimentos educacionais, o Morley College precisa cumprir programas e prefere a segurança da mediocridade aos possíveis perigos de um ideal elevado. Esse é meu modo de dizer que eles prefeririam que um grande número de pessoas aprendesse uma disciplina de menor valor como Composição Inglesa, que uns poucos fossem encorajados a estudar História Inglesa. Portanto, devo parar no rei João (WOOLF APUD BELL, 1988, p. 250-252).

Assim, percebemos nela uma compreensão de história, mais próxima da literatura, o que a aproxima da concepção amadora de história, como um texto que devia produzir sentimentos e refletir experiência. Mas, baseada na sua formação autodidata, através da leitura da história profissional³⁵, ela também procura extrair objetivos, ensinamentos e propósitos da história. Essa concepção da história enquanto conhecimento fica clara em seu ensaio *Um Teto Todo Seu* (1929), quando ela encoraja as mulheres a tomarem a história para si, a se fazerem representar naquele discurso.

Ainda, é curioso notar que uma escritora, que ficara reconhecida pela sua prosa literária, tenha achado em algum momento da sua vida que estudar história era mais importante do que estudar composição em língua inglesa. Nesse relatório vemos uma Virginia Woolf que era capaz de pensar num programa de história inglesa e de ministrar aulas sobre história sem, contudo, deixar de ter uma concepção crítica de como fazer essa história ter algum significado para suas alunas, demonstrando um descompasso com essa história. A história por si não teria valor, ela precisava se relacionar, significar para as mulheres. Provavelmente, Woolf ainda não tinha concluído o que concluíra em *Um Teto Todo Seu* (1929), que essa história não era a história das mulheres, crença que ela mantém em *Three Guineas* (1938) ao chegar a dizer que as mulheres não eram “filhas da Inglaterra”, mas no máximo “filhas bastardas”.

Em sua dissertação sobre Virginia Woolf, “Versões do Feminino: Virginia Woolf e a Estética Feminista” (2001), Mônica Hermini de Camargo tece uma crítica às

³⁵ Ou como foi classificada pela história da historiografia. Em seus diários somos informados que ela lia Michelet, Macaulay, Maitland, entre outros. Woolf chegou a trabalhar como assistente de Maitland na escrita da biografia de seu pai, Leslie Stephen: “[...] certas cartas Maitland achava que ela devia ler antes dele – principalmente cartas de amor entre os pais dela, Virginia devia selecioná-las e copiá-las. Além disso, pediu-lhe algumas páginas descrevendo a relação de Leslie com os filhos: foi a primeira coisa dela jamais publicada. Virginia foi também, com certeza, fonte de algumas passagens em que Maitland cita, terna e discretamente, os erros de Leslie em assuntos de educação e vida doméstica” (BELL, 1988, p.129).

escritas de mulheres que Virginia Woolf achou relevante tentar recuperar em *Um Teto Todo Seu* (1929). Assim, para Camargo, a escritora deixou de fora:

Ironicamente, toda a produção feminina de textos religiosos, de aconselhamento e proféticos é excluída do levantamento da autora, que considera as cartas, diários e biografias sua tentativa de organizar um cânone da literatura feminina [...] Embora não publicados oficialmente, todos aqueles textos tinham mais prestígio em sua época do que na nossa ou na de Virginia Woolf e impor os padrões de nosso tempo para conferir-lhes qualidade parece injusto (CAMARGO, 2001, p.118).

Esta é uma crítica válida, pois, de fato, Woolf não cita textos religiosos escritos por mulheres como exemplo de literatura feminina, e eles existiam. Porém, podemos interpretar esse silenciamento, talvez, não como um julgamento estético da escritora sobre a qualidade destes textos, mas, assim como outras pesquisadoras sobre as mulheres³⁶, como uma recusa de considerar exemplar de uma escrita feminina textos escritos sobre uma fé que elas entendiam como subjugadora das mulheres. Woolf não professava em sua vida adulta fé religiosa, ao menos não associada à Igreja Anglicana ou à Católica, mas mantinha uma postura crítica a essas instituições. Na próxima passagem, podemos ver que ela não deixa de culpar o discurso religioso sobre a sexualidade feminina como uma força de censura na vida das mulheres:

[...] pois a castidade pode ser um fetiche inventado por certas sociedades por motivos desconhecidos – mas que era, ainda assim, inevitável. A castidade tinha então – e tem ainda agora – importância religiosa na vida de uma mulher, e de tal modo enredou-se em nervos e instintos, que libertar-se dela e trazê-la à luz do dia exigia uma coragem das mais raras. Levar uma vida livre em Londres do século XVI teria significado, para uma mulher que fosse poetisa e dramaturga, um colapso nervoso e um dilema que bem poderia matá-la (WOOLF, 1985, p.63).

Camargo continua sua crítica à seleção de textos e autoras feitas por Virginia Woolf, citando Rosenman³⁷:

[...] segundo, Rosenman, que enquanto ela gostaria de reconhecer o desempenho feminino, onde quer que ele se manifestasse, permanece relutante em promover obras consideradas de segundo escalão [...] Como Virginia Woolf reduziu o foco de seu trabalho arqueológico de busca de autoras, ela deve ter ignorado muitos textos pertencentes a atmosfera menos profissionalizadas. Ela teria subestimado a participação das mulheres na cultura antes do século XVIII (CAMARGO, 2001, p. 118).

Teço, agora, algumas considerações a essas críticas de Rosenman duplicadas por Camargo. Virginia Woolf era uma crítica literária, além de ser uma romancista

³⁶ Por exemplo, Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo* (1949) tece uma crítica à “mística” feminina das mulheres religiosas e de seus textos de fé fervorosa. Ela faz uma leitura psicanalítica que associa sua fé com o desejo sexual reprimido.

³⁷ ROSEMAN, Ellen Bayuk. *A Room of One's Own: Women Writers and the Politics of Creativity*. New York: Twayne Publishers, 1995.

extremamente exigente consigo mesma, a qual reescrevia cada um de seus romances diversas vezes. Portanto, inegavelmente ela não considerava qualquer texto escrito por mulheres como uma peça digna de reconhecimento a priori, simplesmente porque gostaria que a tradição literária feminina fosse conhecida. Mas, mesmo assim, ela tinha uma profunda consciência de que as condições materiais, sociais e psicológicas influenciavam as escritas das mulheres³⁸ e, apesar de achar a condescendência mais uma forma do patriarcado agir sobre as mulheres, sabia reconhecer o esforço de uma autora que não produziu uma “grande obra”, de acordo com o seu olhar crítico, mas conseguiu expressar uma ideia, conseguiu construir para si uma voz. Nada para ela era mais importante do que ter algo a dizer, do que conseguir envolver de alguma forma o leitor com a sua narrativa.

Outro ponto das críticas é o da cronologia utilizada por Virginia Woolf, que poderia ter “subestimado a participação das mulheres na cultura antes do século XVIII” (CAMARGO, 2001, p.119). Como toda pesquisadora, Woolf estabeleceu um recorte cronológico para sua pesquisa sobre as autoras. E seu argumento em *Um Teto Todo Seu* (1929) é justamente da necessidade de observar o fenômeno ocorrido na virada do século 18 para o século 19 em que as mulheres, em uma quantidade notável, passaram a escrever:

[...] Assim no término do século XVIII promoveu-se uma mudança que, se eu estivesse reescrevendo a história, descreveria mais integralmente e consideraria de maior importância do que as Cruzadas ou as Guerras das Rosas: a mulher da classe média começou a escrever (WOOLF, 1985, p. 69).

Coincidentemente, Bonnie Smith desenvolve sua pesquisa sobre a historiografia e as escritoras amadoras mais de 60 anos depois e elege o mesmo recorte cronológico, a partir de fins do século 18, para falar de uma ascensão da escrita das mulheres. Como leitora que era de Virginia Woolf, Smith talvez tenha aceitado a dica de pesquisa da escritora.

Após ter retomado a pesquisa historiográfica de Bonnie Smith sobre a definição da ciência histórica como uma concepção masculina, que buscou rejeitar as contribuições das mulheres e também lhes tirar o poder de escrever legitimamente sobre o passado, podemos compreender a proposta de Victoria Browne em sua obra *Feminism, Time and Nonlinear History* (2014)³⁹. Nela, Browne argumenta sobre como

³⁸ “Assim, conclui, fechando a vida do Sr. Oscar Browning e empurrando o resto para longe, é bastante evidente que, mesmo no século XIX, a mulher não era incentivada a ser artista. Pelo contrário, era tratada com arrogância, esbofetada, submetida a sermões e admoestada” (WOOLF, 1985, p. 68).

³⁹ BROWNE, Victoria. *Feminism, Time and Nonlinear History*. Palgrave Macmillan, 2014.

a cronologia estabelecida pela historiografia ocidental pode não contemplar as ações das mulheres enquanto sujeitos históricos e sobre o quanto essa cronologia serve para apagar as mulheres da história, ao definir os marcos temporais unicamente a partir das ações dos “grandes” homens. Portanto, uma forma de romper com o silenciamento sobre as mulheres na história é buscar outras formas de narrar suas histórias, que desloquem suas ações de uma cronologia fechada e linear. Quando lemos os ensaios de Virginia Woolf vemos que sua não-linearidade traz as emoções e as ações das mulheres para o foco da narrativa, mostrando como elas compreendem ou criticam essa história que lhes tentam imputar, na qual elas não têm lugar enquanto agentes. Daí toda a sua ironia ao demonstrar desconforto, descrença e despreparo ao tentar responder a solicitação de ajuda dos homens para impedir a guerra em *Three Guineas*.

A partir da análise das relações de gênero na história da historiografia, penso que podemos contextualizar de outra forma o “giro linguístico” dos anos 1970 e a emergência da crítica de Hayden White. Para Smith a escrita amadora:

[...] ampliava a cognição para incluir registros estéticos, emocionais e cinéticos construindo-os dentro de um conhecimento histórico que estava e permanece ainda – além do horizonte do profissional [...] Tensão, medo, alegria, prazer e outros sentimentos tácitos, que reconhecemos hoje como transmissores de conhecimento, constituíram a linguagem dos desacreditados (SMITH, 2003, p. 360-361).

Características que foram negadas ao texto histórico pelo processo de profissionalização do final do século 19 em nome de uma metodologia científica. Porém, Hayden White recupera a historiografia desse século como modelo de uma história que não nega a sua relação com a ficção e que, por isso, seria uma história com mais capacidade de se relacionar com seus leitores. Contudo, mais uma vez apagadas da historiografia, pensamos a crítica de White como o grande insight de perceber a potencialidade da narrativa na escrita da história:

A escrita da história prospera com a descoberta de todas as possíveis estruturas de enredo que poderiam ser invocadas para conferir sentidos diferentes aos conjuntos de eventos. E a nossa compreensão do passado aumenta precisamente ao grau com que logramos determinar até que ponto esse passado se adapta às estratégias de dotação de sentido que estão contidas, em suas formas mais puras, na arte literária. [...] se há um elemento do histórico em toda poesia, há um elemento da poesia em cada relato histórico do mundo (WHITE, 1994, p. 109-114)⁴⁰.

Para a historiografia essa aproximação abriu a possibilidade de voltarmos a pensar no texto histórico não apenas como um texto de apresentação de dados: “Por

⁴⁰ WHITE, Hayden. “O Texto Histórico como Artefato Literário”. In: Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 1984.

força da pressão em favor de uma história científica, os historiadores têm genericamente descurado o papel que, em seu trabalho, desempenha o imaginário” (COSTA LIMA, p. 86)⁴¹. Essa abertura significa pensar a construção do texto histórico, os recursos de linguagem utilizados pelos historiadores e historiadoras, além das discussões sobre o que é ter um atestado de cientificidade, o que é dizer a verdade na escrita da história. Levar as críticas de Hayden White para a teoria da história, contudo, tem resultado em diferentes posicionamentos, assim, para Costa Lima entre a história e a literatura permanece uma diferença fundamental:

[...] cada uma delas [escrita da história, ficção e literatura] ocupa uma posição diferencial quanto à imaginação. A imaginação atua na escrita da história, mas não é o seu lastro. Porosa, a história não há de ser menos veraz. Mas veraz, ela não pode pretender, como as ciências da natureza, a formulação de leis porque não pode renunciar à parcialidade. É, insistamos, de caráter deliberativo; semelhante à verdade judiciária” (COSTA LIMA, p. 65).

Um posicionamento diferente pode ser encontrado em Miguel Bolaños que, por entender o discurso histórico sobretudo como uma narrativa e, portanto, mais próximo do discurso ficcional que do científico, propõe entendermos a potencialidade de textos historiográficos que não reprimam sua relação com a ficção. É importante lembrar que ele não entende ficção como sinônimo de mentira, assim, argumenta que todo texto, mesmo o histórico, com suas fontes, tem um caráter ficcional. O tratamento que os historiadores dão às suas fontes para transformá-las em um texto interpretativo sobre o passado é um ato de criação, ou seja, ficcional. Essa concepção tem como base que a linguagem faz parte do mundo real, não sendo, contudo, um instrumento transparente para representá-lo. Assim sendo, uma nova concepção do que é uma representação realista é possível⁴².

Bolaños propõe praticar a ficção como um experimento historiográfico. Para tanto, reconstrói a historicidade da ficção na história. Assim, ele não se restringe a defender o ficcional na narrativa histórica apenas como uma perspectiva pós-moderna, mas retoma os historiadores e literatos modernos para demonstrar como essa

⁴¹ COSTA LIMA, Luiz. “A ficção externa e a historiografia”. In: História & Narrativa.

⁴² “[...] se não existem fatos brutos, mas eventos sob diferentes descrições, a factualidade torna-se questão dos protocolos descritivos para transformar eventos em fatos (...) os eventos acontecem, os fatos são constituídos pela descrição linguística. O modo da linguagem usado para constituir os fatos pode ser formalizado e governado por regras, como nos discursos científicos e tradicionais; pode ser relativamente livre, como em todo discurso literário modernista ou pode ser uma combinação de práticas discursivas formalizadas e livres” (WHITE, Hayden. “Teoria literária e escrita da história.” In: Revista Estudos Históricas. Rio de Janeiro, n. 7, 1994, p. 21-48).

possibilidade não é nova⁴³:

Como se tem assinalado em várias ocasiões, até o desenvolvimento de uma concepção “científica” e profissional da disciplina, no final do século XIX, a novela e a historiografia colaboraram juntas na tarefa de representar o passado, como podemos encontrar na obra de Walter Scott, Thomas Carlyle e Jules Michelet, por exemplo (BOLAÑOS, 2014, p. 222)⁴⁴.

Tanto a crítica de Hayden White quanto a de Costa Lima e Bolaños têm em comum a percepção de que o discurso histórico é escrito a partir de uma perspectiva, de uma autoria e que, portanto, não tem como esgotar o assunto que se propõe a analisar. Essas perspectivas que reconhecem um maior ou menor parentesco com a literatura tornam igualmente menos objetivista o discurso histórico e abrem a possibilidade para que reconheçamos textos sobre o passado de outras perspectivas como igualmente potencialidades para a história. Assim, quando reconhecemos o olhar para o passado em nome do presente, quando entendemos que não alcançaremos uma verdade, mas possibilidades verossimilhantes de respostas, o discurso histórico pode ser pensado a partir de novas fontes e de outras modalidades narrativas para além da descrição dos fatos.

Ainda que estejamos de fato longe de um consenso, não podemos negar que a história ocidental tem sido repensada enquanto um discurso universal, mostrando o quanto a história foi escrita por um sujeito oculto, não tão oculto, que se ocultou em seu objeto. Mostrando com isso que a dita pretensão de racionalidade e objetividade da história foi usada por homens brancos a partir de seus valores e para seus fins, como o de operar como justificativa da posição de poder desse gênero e raça como dominante. Desse modo, alegando que a racionalidade seria uma característica apenas dos homens ocidentais, ou seja, uma forma de garantir que a história seria escrita apenas a partir dos seus entendimentos do que é racional, do que é digno de ser narrado, do que é importante, de quem tem ou não tem história.

Com essa discussão do valor do ficcional para o discurso histórico, é importante reconhecer que não podemos deixar de levar a literatura em consideração quando tratamos da escrita de uma história que busca ver as experiências das mulheres. De outra forma, acabaríamos por diminuir em muito as fontes para conhecer como as mulheres representaram a si mesmas, é o que destaca Monteiro: “O conhecimento da distância entre o ideal vitoriano de como a mulher deveria viver e o modo como na

⁴³ Contudo, ele também cita apenas autores homens como exemplo. As amadoras não escreviam sobre essa mesma perspectiva?

⁴⁴ BOLAÑOS DE MIGUEL, Aitor. *Experimentos historiográficos postmodernos* (3): diálogos entre la novela y la historia, *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 16, p. 217-238, 2014.

realidade vivia constitui justamente um dos temas que Charlotte Brontë aborda em *Jane Eyre*” (MONTEIRO, 1998, p. 65)⁴⁵. Temas esses também abordados por Jane Austen, outra escritora fundamental do século 19, na literatura inglesa, que representou as experiências das mulheres, pelo menos as de classe média como ela mesma. Além de deixar transparecer uma consciência crítica com as condições de possibilidades destinadas mesmo às mulheres de sua classe, e do poder de representação masculino:

— [...] Todas as canções e ditados mencionam o temperamento volúvel da mulher. Mas a senhorita vai me dizer, talvez, que eles foram todos escritos por homens. — Talvez eu o diga. Sim, sim, por favor, não vamos nos referir a exemplos de livros. Os homens tiveram todas as vantagens em relação a nós no que diz respeito a contar sua versão da história. Eles tiveram uma educação muito mais refinada; a pena sempre esteve em sua mão. Não vou aceitar nenhuma prova tirada dos livros (AUSTEN, 2012 [1818] p.253)⁴⁶.

A historiadora Natalia Pietra Mendez estabelece um apanhado das problematizações das teorias da história sobre o caráter político e subjetivo da condição da escrita histórica que levaram a revisões das metodologias e temas de pesquisa:

No mesmo período (anos 1960-1970) em que a crítica feminista avançava nas universidades, a história, enquanto área de conhecimento, experimentava importantes transformações. Destaco aqui a nova história social, nos Estados Unidos e a História Cultural, França, reivindicando a necessidade de que a pesquisa incorporasse a ação de novos sujeitos, até então marginalizados pelas análises dos historiadores. Como exemplo: as três gerações dos Annales quanto às transformações dos temas, dos problemas históricos e de uma verdadeira inovação metodológica que ampliou a noção de documento; os debates sobre o estatuto científico da história levantada principalmente pelo que se convencionou chamar ‘giro linguístico’; os estudos conduzidos pelos marxistas britânicos, interessados em realizar a “história dos de baixo” e uma crítica ao economicismo do marxismo vulgar que pouco espaço atribuía à experiência dos sujeitos na constituição da consciência de classe. Estes movimentos de mudança na produção historiográfica abriram perspectivas de diálogo com historiadoras, muitas delas vinculadas ao feminismo que, em suas pesquisas objetivavam ‘dar voz’ às mulheres na história (MÉNDEZ, p.197-198, 2017).

A partir desse apanhado que relaciona as mudanças sofridas pela historiografia com a ascensão universitária do feminismo, é preciso reconhecer que estas mudanças dialogam com as críticas propostas pelas teorias feministas. Dessa forma, propor pensar a historiografia a partir da categoria de gênero nos permite ver que a história foi e é escrita através das relações de gênero. Tornar essa condição presente e trazê-la para o

⁴⁵ MONTEIRO, Maria Conceição. Figuras Errantes Na Época Vitoriana: A Preceptora, A Prostituta e a Louca. In: Fragmentos, Florianópolis, v. 8 n. 1, p. 61-71, jul./dez., 1998

⁴⁶ AUSTEN, Jane. *Persuasão*. Tradução de Fernanda Abreu. Rio de Janeiro: Zahar, 2012 [1818]b. Virginia Woolf era uma grande admiradora de Jane Austen. Para ela, Austen era um exemplo de escritora que conseguiu ter uma voz própria na literatura inglesa, mesmo com toda a desaprovação que enfrentou por escrever em pleno início do século 19.

primeiro plano da pesquisa permite uma ampliação de nossas fontes, a elaboração de novos critérios de análise, além de possíveis novas formas de narrativa.

É a partir dessa história da historiografia que as feministas propõem a própria compreensão do que seja a historiografia sofre mudanças. Clare Hemmings vai definir historiografia como:

Historiografia é, no sentido mais amplo, o nome para os relatos históricos, ou teóricos da história. Combinado à prática da genealogia, mostrou-se particularmente conveniente para o trabalho feminista e queer que busca enfatizar que toda história acontece no presente, pois fazemos e refazemos estórias sobre o passado para legitimar determinado presente. Gayatri Spivak cita o ataque irônico de Hayden White ao historiador que busca a verdade absoluta “enterrada nos arquivos, esperando encontrar a ‘forma da realidade’ que servirá como objeto da representação no relato que escreverá ‘quando todos os fatos forem conhecidos’ e quando finalmente ‘terão entendido corretamente a estória’”. Para Spivak, e para White, entender corretamente a estória é um ato inaceitável de violência epistêmica, que desvia a atenção dos investimentos políticos que motivam a vontade de saber e que criam as práticas metodológicas e epistemológicas de um autor. Em um contexto feminista, é sempre uma questão de poder e autoridade determinar quais estórias predominam ou são elididas ou marginalizadas. (HEMMINGS, 2009, p. 219)

Essa concepção crítica de historiografia de Hemmings, que problematiza os sujeitos produtores e produzidos pelo conhecimento, pela historiografia, tem sido denominada como uma concepção pós-moderna de crítica e de história. Contudo, alinhando-me na dúvida de Judith Butler sobre o que seria o “pós-modernismo” e entendo, como ela, que essas concepções críticas têm mais uma fidelidade com o pós-estruturalismo. Butler defende que o pós-estruturalismo não é a negação do conhecimento nem do sujeito, mas:

Não sei em relação ao termo “pós-moderno”, mas se há um argumento válido naquilo que eu entendo melhor como pós-estruturalismo, é que o poder permeia o próprio aparato conceitual que busca negociar seus termos, inclusive a posição do sujeito do crítico; e mais, que essa implicação dos termos da crítica no campo do poder não é o advento de um relativismo nihilista incapaz de oferecer normas, mas ao contrário, a própria pré-condição de uma crítica politicamente engajada. Estabelecer um conjunto de normas que estão acima do poder ou da força é em si mesmo uma prática conceitual poderosa e forte que sublima, disfarça e amplia seu próprio jogo de poder, recorrendo a tropos de universalidade normativa. E a questão não é acabar com seus fundamentos, ou mesmo defender uma posição que se classifica como antifundamentalismo. Ambas as posições são versões diferentes de fundamentalismo e da problemática cética que engendram. Em vez disso, a tarefa é interrogar o que o movimento teórico que estabelece fundamentos autoriza e o que precisamente exclui ou priva de direitos (BUTLER, 1998, p.16).

Natanael de Freitas Silva no artigo, “Quando dizer é fazer: a dimensão generificada do discurso historiográfico” (2017), a partir da teoria feminista de Donna

Haraway, defende a importância dos pesquisadores entenderem criticamente a sua posição enquanto sujeitos sexuados e racializados diante da pesquisa e do conhecimento:

É entender – e aqui me inspiro em Haraway (1995) – que nomear e interpelar são dimensões políticas que marcam lugares em detrimentos de outros. Ainda conforme a autora, o nosso saber é local e localizável. Por isso, ela vai dizer que “o conhecimento do ponto de vista do não marcado é realmente fantástico, distorcido e, portanto, irracional” (HARAWAY, 1995, p. 27). A autora argumenta que a pretensa objetividade e neutralidade do discurso não passa de um ato irracional. Dessa maneira, defende que o posicionar-se é “a prática chave, base do conhecimento organizado [de] boa parte do discurso científico e filosófico ocidental” (HARAWAY, 1995, p. 27 apud SILVA, 2017, p. 135-136).

A conclusão, portanto, de Silva, e de boa parte das historiadoras e historiadores feministas, é de que não se reconhecer como sujeito posicionado tende a influenciar na permanência no discurso historiográfico de uma pretensa neutralidade. Ainda, esta “neutralidade” apenas serve como um poder de manutenção das hierarquias entre os temas/fontes/sujeitos legitimados ou não legitimados na pesquisa. Silva prossegue dentro dessa perspectiva:

Reconheçamos que o nosso discurso, nossa forma de ver e de interpretar, de dar sentido ao mundo também é sexuada, pois “o modo como escrevemos tem tudo a ver com nossas escolhas teóricas e políticas” (LOURO, 2007, p.237); isto é, o silenciamento e/ou exclusão e hierarquização entre os temas considerados ‘pertinentes’ ou não à produção histórica e correlatas delata o quanto o nosso saber é sexista e alicerçado numa concepção heteronormativa de saber-poder (SILVA, 2017, p. 138).

Nesta seção, busquei olhares críticos e teóricos que colocaram em dúvida as certezas disciplinares da historiografia, problematizando que a universalidade e a objetividade esconderam uma relação de poder perpassada pelo gênero e pela raça que beneficiou o historiador profissional. Dessa forma, mesmo que Woolf não tenha escrito uma monografia histórica, nos moldes normativos da disciplina histórica, ela escreveu ensaios em que tratada relação das mulheres com a história, em busca de uma história delas. Estando de fora de uma formação acadêmica mesmo conhecendo a história profissional, mesmo utilizando uma metodologia de pesquisa, como suas notas demonstram, Virginia Woolf não quis ou não sentiu que possuía legitimidade para escrever em outro formato suas reflexões e narrativas. Pairava sobre si a figura do historiador profissional que construía sua disciplina excluindo dela as mulheres, então entendidas como amadoras.

Por fim, não busco resumir o seu ensaísmo a uma escrita histórica, a estética e os objetivos de sua escrita são amplamente estudados e possuem diversas interpretações.

Meu interesse é demonstrar, nos ensaios selecionados, o que ela realiza em termos de uma representação de passado para as mulheres, de questionamento desse passado e de temores, esperanças e expectativas para o futuro delas. Assim, reivindico que Woolf usou seus ensaios para escrever uma história, uma história indisciplinada, ou até mesmo amadora, como classifica Smith⁴⁷, mas que agora pode ser reconhecida por uma historiografia pensada a partir da crítica feminista.

Na continuação deste trabalho, veremos como Virginia Woolf escreve sobre o passado das mulheres, sempre ancorada no presente, mas também escreve o seu próprio passado em suas memórias, tal como pontua Rago:

Produzir relatos autobiográficos femininos, assim como escrever a história das mulheres, é, a meu ver, uma prática de resistência. Dar publicidade à própria vida é uma maneira de existir no mundo, de inscrever-se socialmente, de adquirir existência pública; é uma questão de reconhecimento social e de direitos. Dar publicidade ao próprio passado é uma maneira de apresentar-se segundo seu próprio olhar, muitas vezes destoante do olhar projetado socialmente; é, portanto, uma maneira de contrapor-se às formas de normalização imperantes em nossa cultura, que aciganam identidades e constroem estranhas classificações sociais, sexuais ou étnicas (RAGO, 2017, p. 210).

A partir da reflexão de Margareth Rago quanto à disputa de poder para escrever sobre si mesma, a importância subjetiva de poder contar o seu próprio passado, seguiremos com os registros memorialísticos deixados por Virginia Woolf. Esses registros serão contrabalançados com a biografia escrita pelo seu sobrinho Quentin Bell, para que possamos construir uma compreensão de como os ensaios da escritora, principalmente os ditos feministas, foram hierarquizados em relação à sua obra.

2.4 A memória, o feminismo e a política no ensaísmo de Virginia Woolf

Naqueles dias – os últimos da rainha Vitória – toda a casa tinha seu Anjo. [...] “Querida, você é uma moça. Está escrevendo sobre um livro que foi escrito por um homem. Seja afável; seja meiga; lisonjeie; engane; use todas as artes e manhas de nosso sexo. Nunca deixe ninguém perceber que você tem opinião própria. E principalmente seja pura” [...] Fiz de tudo para esganá-la. Minha desculpa, se tivesse de comparecer a um tribunal, seria legítima defesa. Arrancaria o coração de minha escrita. [...] demorou para

⁴⁷Bonnie Smith ao longo de *Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica* (2003) cita Virginia Woolf em três momentos. Mas, em nenhum deles de forma afirmativa classificando a escritora como amadora. Contudo, a minha leitura é de que ela deixa seu entendimento implícito. Por exemplo: “Em 1931, ao apresentar um estudo de cinquenta anos sobre a vida das mulheres das classes trabalhadoras, Virginia Woolf apregou que as pesquisadoras de classe média por si próprias tinham ‘pouco conhecimento sobre o que lhes agrada chamar de realidade’” (SMITH, 2003, p. 365).

morrer. Sua natureza fictícia lhe foi de grande ajuda. É muito mais difícil matar um fantasma do que uma realidade (WOOLF, 2012, p. 12 - 13)⁴⁸

Michael L. Hall, em *The Emergence of the Essay and the Idea of Discovery*⁴⁹(1989), propõe associar a emergência do gênero do ensaio na Europa do século 16 com o contexto histórico das navegações e “descobertas” do “Novo” Mundo. Assim, de Montaigne a Francis Bacon, passando por Sir Thomas Browne até John Donne, o ensaio se caracterizaria por uma busca de descobrir como o mundo estava mudando através de uma “retórica da descoberta”:

Tanto o “ensaio” emergente quanto a “ideia” da descoberta estão associados a algo que ocorre em toda a Europa nos séculos XVI e XVII: um despertar para o impacto da descoberta da Renascença, particularmente nas ciências de observação como a astronomia e a geografia (HALL, 1989, p.73).

Esses autores buscavam expressar as suas experiências no tempo através de um duplo olhar para o passado e para o futuro. Um método primeiro teorizado por Montaigne:

[...] voltaram sua atenção para o exame das opiniões recebidas, para uma busca por verdades internas, bem como por verdades externas (...) de uma reavaliação do lugar dos homens (e mulheres) na nova concepção do universo que começava a emergir das ruínas da ordem antiga. (HALL, 1989, p.74)

Possivelmente, as mulheres a quem o autor se refere representam uma concessão de que não só de homens se fazia a sociedade, indicando, assim, um lembrete da existência desse outro ser. Contudo, como os nomes citados pelo autor em seu ensaio nos demonstram, quem repensava o lugar da “humanidade” no universo— a partir de uma retórica da “descoberta” (para quem foi “descoberto”, uma retórica de dominação) publicamente através da escrita ensaística— eram apenas homens. Afinal, foram os homens os sujeitos que tiveram a experiência de viajar ao redor do mundo, no século 16⁵⁰; além disso, são os relatos dessas experiências que eram interessantes socialmente que chegassem ao público.

Lúcia Miguel Pereira⁵¹, historicizando o ensaio na Inglaterra, associa a sua proliferação com o fato de que no século 18 ele tenha passado a ser publicado nos

⁴⁸ WOOLF, Virginia. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. L&PM: Porto Alegre, 2012.

⁴⁹ HALL, Michael L. “The Emergence of the Essay and the Idea of Discovery”. In: *Essays on the Essay*. The University of Georgia Press: Londres, 1989. [As traduções que seguem de trechos do ensaio são minhas].

⁵⁰ Como vem pesquisando a historiadora Flávia Varella, mulheres no século 18 também passaram a escrever relatos de viagem, em sua maioria elas viajavam acompanhando seus maridos. E algumas como Maria Graham conseguiram mesmo ser publicadas e atrair um público leitor considerável.

⁵¹ PEREIRA, Lúcia Miguel. Prefácio. In: *Ensaístas Ingleses*. São Paulo: W.M. Jackson, 1950

periódicos. Nesse momento os ensaios começaram a ter uma maior circulação pela sociedade, como explicita Pereira: “[...] escreviam, sobretudo para a classe média, em cujos hábitos iam incluindo a leitura, tornada acessível pela disseminação de sua folha divertida e instrutiva” (PEREIRA, 1950, p.10). No entanto, ela cita apenas autores homens que teriam feito parte desta história. Como vimos, no século 19 foi travada a disputa sobre a legitimidade de quem poderia escrever história publicamente, assim, desacreditando os textos escritos por mulheres. Possivelmente, no século 19 as mulheres tenham escrito ensaios também, mas não entraram para a história do gênero.

Para Elena Gualtieri, o ensaio na Inglaterra tinha um caráter de escrita marginal, ele era visto como o local da escrita amadorística, talvez, consequência da difusão do gênero pela publicidade dos periódicos. Ainda que percebido dessa forma, ele também era um gênero de algum prestígio, visto que, os escritores mais canonizados da literatura inglesa também escreveram ensaios. Dessa forma, Gualtieri classifica o ensaio como um gênero síntese da experiência e do conhecimento em forma de arte:

Como forma, o ensaio tenta estabelecer uma ponte entre o conhecimento e a experiência dando ao conhecimento a forma de uma experiência estética. Em vez de produzir conhecimento da maneira como a ciência produz, o ensaio cria uma forma de conhecimento que pode ser vivenciada como arte. (GUALTIERI, 2000, p. 5).

No começo do século 20 Virginia Woolf inicia sua carreira como ensaísta, escrevendo para periódicos ingleses. Em um primeiro momento, é contratada principalmente para escrever resenhas críticas. Além da prática de escrita, o interesse dela com este trabalho era o de obter um sustento próprio. Para Camargo, o ano em que Woolf inicia o seu trabalho como resenhista/ensaísta é emblemático: “Em 1904, Leslie Stephen falece e liberta Virginia Woolf de uma tutela poderosa e sufocante. Não é só coincidência que seu primeiro ensaio tenha sido publicado nesse ano” (CAMARGO, 2001, p.11). A própria escritora em seu diário afirma que sem a morte do pai a sua carreira não existiria. Isso demonstra que ela sentia o peso da autoridade paterna mesmo em sua vida adulta; denota também que Leslie Stephen não abriu mão de seus ideais vitorianos a respeito do lugar das mulheres na família e na sociedade. Porém, após a sua morte, ser filha deste conhecido crítico e biógrafo acabou por abrir portas para Woolf. Assim, na esteira do nome de seu pai, o contato com editores amigos de Stephen deram a oportunidade para que ela fosse publicada.

No entanto, ter tido essa facilidade inicial não a protegia de ser censurada e ter ensaios recusados quando eles pareciam muito provocativos ao tratarem de temas

“femininos”. Desse modo, o reconhecimento de seu trabalho enquanto crítica literária e ensaísta foi uma longa jornada, com altos e baixos, como veremos mais adiante: “Somente vinte anos depois, com sua participação com a palestra ‘Character and Fiction’ em um evento promovido pela associação dos Heretics de Cambridge, é que Virginia Woolf foi reconhecida como crítica literária” (CAMARGO, 2001, p. 24). Não por acaso, uma das grandes realizações de Virginia, junto de seu marido Leonardo Woolf, foi a criação de uma editora própria, a Hogarth Press. Ela mesma editou e publicou *Um Teto Todo Seu* e *Three Guineas*. Outras mulheres naquela época talvez nunca chegassem a ter ensaios como esses publicados, sem os mesmos recursos e contatos.

Contudo, mesmo para ela, ocupar o espaço da escrita pública não foi uma tarefa fácil. Ela tenta nos fazer sentir sua experiência como mulher nesse ambiente com a metáfora do “Anjo do Lar” que precisou matar em sua escrita. Woolf lutava contra o sentimento de inadequação, de falta de capacidade, pois quem seria ela para fazer críticas aos “grandes” autores do passado e do presente?

Assim, Woolf, a quem a vida universitária foi negada por uma família tipicamente vitoriana, usou o ensaio como lugar para estabelecer suas análises e críticas. É importante reconhecê-la como uma teórica não apenas da condição das mulheres na sociedade, mas do próprio gênero que ela escolheu para escrever suas análises. Para Elena Gualtieri, seu ensaísmo aborda:

[...] à história e à natureza do gênero sempre foi marcada como uma tentativa de identificar dentro do que viu como uma tradição masculina uma linha de descendência alternativa à qual ela poderia se afiliar. Isto, ela esboçou, enfatizando a conexão entre o ensaio e a autobiografia, mas um tipo de autobiografia que ela insistiu era essencialmente não narrativa e apresentava-se como um conglomerado de momentos de percepção e reflexão (GUALTIERI, 2000, p. 49).

Portanto, mesmo sem a autoridade da academia, Woolf— como crítica literária, e defendendo, como crítica do lugar das mulheres na sociedade, teorizou sobre a prática da escrita, tendo assim publicado textos como: *The Modern Essay* (1922) e *The Art of Biography* (1939). Ela teorizou sobre a especificidade do ensaio, pensando nele como um gênero para narrar a experiência, para falar de si e da vida tentando uma aproximação com o outro. Contudo, ela mesma usou de tal gênero com objetivos mais amplos, possivelmente porque outros espaços de escrita para ela estavam interditados. Busco assim, apontar que o ensaio, para as mulheres que estavam de fora da vida acadêmica, foi também usado para criar análises e propor teorias. Porém, como veremos

no caso de Woolf, quando escrito por uma mulher era recebido com menor entusiasmo e, geralmente, com uma desconsideração que buscava deslegitimar a sua posição crítica.

Gualtieri chega a defender que Woolf opera uma reescrita da história do ensaio. Ao escrever sobre a teoria do ensaio, Woolf propôs o ensaísta Sir Thomas Browne como um marco no gênero, por ele ter tentado fazer do ensaio uma escrita da sua experiência; nessa perspectiva, ela ignoraria o papel de Francis Bacon para o ensaio na Inglaterra, quebrando com a cronologia da história do gênero:

Ao ler o ensaio como um gênero autobiográfico, Woolf definiu assim uma forma de escrita que poderia unir a crítica e a experiência privada de leitura em um tipo íntimo de historiografia que lhe permitia falar através das lacunas que a sequência narrativa conspirou para fechar (...) Ela argumenta que a descoberta da introspecção na literatura trouxe uma mudança marcante na experiência da leitura, que mudou do caráter público das performances teatrais para a privacidade do livro individual (...) A definição “pessoal” de Woolf da história do ensaio em sua crítica assimila o gênero a uma forma de escrever sobre o eu que não está organizado em uma narrativa. Esboço parcial e epifania, o ensaio participou e talvez até iniciou para Woolf uma mudança importante na história da literatura, quando a prosa tomou o lugar da poesia como a forma literária dominante e o culto do autor marcou o fim da literatura impessoal (GUALTIERI, 2000, p. 49 - 56).

Woolf veria na introspecção proporcionada pela escrita ensaística um ponto de mudança entre as obras clássicas e as modernas. Para ela, nas obras clássicas não se veria uma perspectiva pessoal, o leitor não seria levado a pensar no autor daquele texto, essa perspectiva histórica combina com o entendimento de Foucault sobre a emergência do autor. Contudo, não concordo com Gualtieri quando ela caracteriza que o entendimento de Woolf sobre o ensaio seria uma forma de falar apenas de si e de romper com a narrativa. Em *Three Guineas* veremos Woolf usar o “nós” para se referir às mulheres, ela escreve, mas com o objetivo de estar falando por uma coletividade, ela entende assim a sua experiência como a experiência de um grupo de mulheres na sociedade inglesa e na história. Também discordo de Gualtieri que Woolf, em seus ensaios, tenha rompido com a narrativa. Minha hipótese é que ela rompia com a linearidade. Em seus dois ensaios publicados como livros independentes, *Um Teto Todo Seu* (1929) e *Three Guineas* (1937) Woolf está contando uma história, construindo um argumento. Porém, não segue uma lógica cronológica, pois dá voltas no tempo, lança-se de um acontecimento a outro, mas no todo, os acontecimentos servem para fundamentar as suas críticas e os seus argumentos dentro de um discurso narrativo proposital.

Georgia Johnston, em *The Whole Achievement in Virginia Woolf's The Common Reader*⁵², analisa a coletânea de ensaios, *The Common Reader*, reunidos por Woolf e

⁵² JOHNSTON, Georgia. “The Whole Achievement in Virginia Woolf's The Common Reader”. In:

publicados em 1925. Johnston faz observações sobre a escrita ensaística de Woolf que acredito ainda serem válidas para interpretarmos a estrutura e a metodologia também de *Three Guineas*. Johnston afirma que Woolf humaniza os personagens reais com que lida, busca através de métodos fictícios uma ferramenta criativa para reconstruir textos históricos. Assim, em 1938 vemos como, ao citar trechos de documentos biográficos ou estatísticos sobre as mulheres, ela busca imaginar como elas se sentiam, bem como pontua Johnston: “ela apresenta suas experiências sensoriais” (JOHNSTON, 1989, p.149)⁵³, trazendo também a sua própria experiência de ser uma mulher em um mundo governado por homens.

Diferentemente da crítica de seu tempo, que caracterizou o ensaio de Woolf como “semi-criativo” e “não penetrante”, Johnston percebe a intenção e o método de Woolf – que escreve visando “um todo”, trazendo os seus argumentos de forma “circular” e os amarrando em “um laço”. Johnston também cita que: “Em seus diários fica evidente a intenção de que fosse uma obra dialogada” (JOHNSTON, 1989, p.150). É importante observar que para provarmos as intenções de Woolf com seus ensaios, precisamos ainda recorrer aos seus diários em que ela demonstra as suas intenções e objetivos. Já que a crítica de seu tempo os recebeu com pouca atenção e não perdeu muito tempo procurando entender o objetivo de Woolf com eles.

Talvez porque depois de ter resolvido seu “complexo de anjo do lar”, ou tentado⁵⁴, ela começa a fazer críticas mais duras a todo sistema literário e aos críticos diretamente. E mesmo que ela já sentisse que era alguém para criticá-los, eles⁵⁵ certamente não achavam que ela tinha esse direito: “Woolf começa a sugerir que os críticos, em vez de descobrir o valor textual nos textos dos escritores, criam regras para inscrever o valor textual” (JOHNSTON, 1989, p.152). Assim também para Michele Barret e Kathleen Klein, um dos grandes temas de Woolf é tentar demonstrar a discrepância entre as condições dos autores e das autoras para escreverem e serem

Essays on the Essay. The University of Georgia Press: Londres, 1989.

⁵³ [Minha tradução].

⁵⁴ Criticando a si mesma, Woolf, em *Um Esboço do Passado* (1939-1940), detecta que mesmo em 1925, quando já tinha 20 anos de carreira, ainda lutava contra uma maneira “polida” vitoriana. Ao fazer suas críticas ela ironicamente diz que sentia como se oferecesse chá e perguntasse aos leitores “se eles queriam chá com creme ou açúcar” (WOOLF APUD JOHNSTON, 1989, p. 155).

⁵⁵ Johnston critica os termos atribuídos pelos críticos aos ensaios de Woolf: “Embora essas frases pareçam elogios, termos sexistas como ‘aventura criativa’ e ‘ensaio elegantes’ implicam que os ensaios de Woolf não eram críticas sérias” (JOHNSTON, 1989, p. 150).

lidos⁵⁶:

[...] já que as fontes e os atos históricos usuais são inadequados para colocar as mulheres adequadamente, Woolf começa a criar uma nova historiografia (...) as mulheres sentiram as limitações e não as oportunidades da época (KLEIN APUD JOHNSTON, 1989, p. 154).

Em *Um Teto Todo Seu* (1929) Woolf tenta provar essa discrepância e por causa dela advogar sobre a necessidade de as mulheres criarem para si sua própria tradição literária, colocando em dúvida o que e o quanto uma mulher podia aprender com a literatura canônica masculina, porém, ela mesma não deixou de aprender com estes autores. Ao resenhar *Os Ensaíos* (1588) de Montaigne, em seu ensaio intitulado: *Montaigne* (1924), Woolf admira o método do ensaísta de tentar trazer para o texto a sua experiência da forma mais direta possível, um texto que vibraria e conseguiria se comunicar com o leitor. Essas são características que Woolf também buscava para o seu ensaio. John Donne, em *Essays in Divinity* (1611?), invoca imagens em sua escrita como forma de argumentar os seus pontos de vista. Já Woolf, em *Three Guineas*, recorre repetidas vezes à descrição de imagens, às fotografias dos jornais da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), além de criar imagens e as narrar para sustentar seus argumentos: “Klein mostra que Woolf usou imagens para conectar os luxos do poder e do dinheiro aos homens” (JOHNSTON, 1989, p. 155).

Barbara Currier Bell e Carol Omann, em *Virginia Woolf's Criticism: A Polemical Preface* (1974), “afirmam que ela deliberadamente escreve de forma não-pretensiosa, ela evita a autoridade e o tom professoral para reivindicar uma comunidade democrática de leitores e escritores” (BELL; OMANN apud JOHNSTON, 1989, p.156). Johnston concorda com essa crítica e afirma que Woolf adota uma persona⁵⁷ “despretensiosa” em seus ensaios, caracterizando essa persona como uma forma de enfatizar as suas teorias. Em *Three Guineas* vemos como ela critica a hierarquia da academia, do governo e denuncia a exclusão das mulheres do poder – público e privado. Portanto, adotar um tom que não reivindica uma autoridade pode ter sido uma estratégia para provar seu ponto de vista. Para ela, o sentimento de superioridade masculina que se expressa nas hierarquias de poder era o grande problema que resultava na violência e

⁵⁶ Já sobre os autores, ela buscava demonstrar “o vigor com que o sistema de crítica os promovia” (JOHNSTON, 1989, p. 155).

⁵⁷ Teoria de Phyllis Rose que a caracteriza como uma persona humilde e não profissional, já que Woolf sempre lembra que não teve instrução acadêmica. Acredito que essa persona seja muito mais uma estratégia retórica do que como ela de fato se via. Ela teve uma grande educação autodidata e desenvolveu uma escrita profissional em seu ensaio através da prática frequente, da leitura de outros ensaístas e da elaboração de teorias para sua prática.

nas guerras.

2.5. Uma ensaísta feminista

Vimos como a crítica literária vem estudando contemporaneamente os ensaios da escritora. Porém, até a década 1970, com a difusão da crítica feminista, os ensaios de Virginia Woolf permaneceram pouco comentados. Para entendermos esse silenciamento é importante que saibamos como seus ensaios foram lidos dentro da sua “obra completa”. Para isso, passo a comentar a sua biografia, *Virginia Woolf: Uma Biografia*⁵⁸, escrita por Quentin Bell em 1971. Bell foi um professor universitário de história da arte e era sobrinho da escritora. Essa biografia foi a primeira escrita sobre a autora e funciona até hoje como uma referência para os estudos que procuram relacionar sua obra com sua vida. O parentesco com Woolf garantiu a Bell a autorização do marido da autora, Leonard Woolf, a todas as suas cartas e seus diários. Após a morte de Leonard Woolf, a esposa de Bell, Anne Oliver Bell, editou para publicação, em cinco volumes, *Os diários de Virginia Woolf* (1981). O prefácio dos diários é também escrito por Quentin Bell. Portanto, a visão de Bell sobre a escritora é legitimada pela crítica literária pela quantidade de fontes que ele teve acesso e pelas quais foi responsável pela publicação.

Contudo, gostaria de fazer um contraponto a essa memória construída na sua biografia. Desse modo, meu contraponto irá se estabelecer através da crítica feminista e da própria escrita autobiográfica da escritora. Assim, veremos como a biografia é problemática e limitadora ao deslegitimar a escrita ensaística de Woolf. Bell ao refletir a opinião da crítica literária dos anos 1930 sem contrapô-la, acabou influenciando na permanência do pouco interesse pelos ensaios de Woolf:

Ela, enquanto crítica, foi excluída por seus contemporâneos, como colocam Rosenberg e Dubino, que também lamentam que esta rejeição continue nas “histórias mais recentes da crítica literária” (p.6). Felizmente esse descartar injusto começou a ser desfeito e, a partir dos anos 70, os ensaios de Woolf começaram a ser reavaliados, seguindo o impulso feminista da década (BRANDÃO, 1999, p.2 30)⁵⁹

A partir da observação da crítica feminista sobre a desvalorização de seus ensaios, trago também dois ensaios autobiográficos de Virginia Woolf, *Um esboço do*

⁵⁸ BELL, Quentin. *Virginia Woolf: Uma biografia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

⁵⁹ BRANDÃO, Izabel. *Virgínia Woolf e o ensaio sob o olhar feminista*. In: *Literatura e feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro: Elo, 1999.

Passado e Eu sou esnobe? Eles foram publicados na obra póstuma, *Momentos da Vida* (1986), em que os manuscritos foram organizados pela pesquisadora Jeanne Schulkind:

Sua ficção, declaradamente baseada em experiências particulares, denota agudeza de percepção. Entre seus escritos encontram-se diários, ensaios, contos, romances, biografias e um rico texto autobiográfico, intitulado *Moments of Being* (Momentos de vida), no qual Virginia Woolf não somente revela a extensão da importância dos fatos de sua vida pessoal para a construção de sua obra, como também aponta alguns aspectos de sua visão e sensibilidade estética, descortinando ao leitor métodos de escrita e reflexões a respeito da natureza da consciência (PADILHA, 2011, p. 1-2)

Estes ensaios póstumos⁶⁰ farão o papel de contraponto com as observações e afirmações de seu biógrafo, não como uma forma de chegarmos à verdadeira Virginia Woolf, uma vez que ela mesma coloca em dúvida a verdade do que escreve e do que a memória é capaz de lembrar. Contudo, ela reconhecia a importância da memória e da tentativa de sua escrita:

Virginia argumenta que o papel da memória é fundamental, pois atesta a qualidade duradoura da experiência. De valor incalculável para se ampliarem as dimensões do momento, a memória constitui o meio pelo qual o indivíduo constrói padrões de significado pessoal nos quais ancora sua vida. “O presente, apoiado pelo passado, é mil vezes mais profundo que o presente quando este pressiona tão de perto que não podemos sentir nada mais (...) Mas para sentir o presente deslizando sobre as profundezas do passado, a paz é necessária. (WOOLF apud PADILHA, 2011, p. 6).

Ainda que possamos remeter a prática da escrita biográfica há um passado longínquo⁶¹, nas próprias diferenças teóricas de como narrar as experiências de vida de um sujeito entre a escrita (auto)biográfica de Virginia Woolf e a biografia escrita por Quentin Bell, atestamos que esses gêneros:

Em função das práticas e teorizações renovadas acerca do gênero, sempre é prudente considerar que a designação de “biografia”, longe de remeter a um objeto discursivo estático em suas formas, denota mais um conjunto de *démarches* que colocam em xeque a ideia de uma categoria literária estável e homogênea, autorizando-nos a pensar em modalidades e usos plurais do biográfico (MADELENAT, 2000). Isso implica, portanto, considerar que o histórico e o biográfico, tomados como gêneros de escrita, não podem ser

⁶⁰ “É importante ainda observar que estes textos autobiográficos não foram preparados por Virgínia Woolf para publicação. Leonard Woolf, seu esposo, não hesitou em revisá-los e editá-los, fazendo os devidos ajustes relativos à pontuação, ortografia, ao uso de abreviações, da mesma forma como sempre fizera com os outros originais da esposa” (PADILHA, 2011, p. 3).

⁶¹ “Frente à finitude dos feitos humanos e aos efeitos corrosivos do tempo, restava o recurso às práticas da recordação, através das quais esses feitos, sob a tutela de Mnemosyne, poderiam adquirir certa permanência. Assim, nas palavras de Arendt, ‘a tarefa do poeta e do historiador (postos por Aristóteles na mesma categoria por ser o seu tema comum a *práxis*) consiste em fazer alguma coisa perdurar na recordação. E o fazem traduzindo *práxis* e *léxis*, ação e fala, nesta espécie de *poiésis* ou fabricação que, por fim, se torna a palavra escrita” (OLIVEIRA, 2017, p. 25).

compreendidos como formas puras ou inalteráveis em seus conteúdos e disposições, mas como práticas discursivas, apropriadas e condicionadas por diferentes contextos e tradições letradas (OLIVEIRA, 2017, p. 24).

Da mesma forma como a historiografia e o ensaio, também, a escrita da memória pode e deve ser pensada a partir das relações de gênero. Nas interpretações de Bell sobre Woolf podemos perceber um descompasso com os significados dados pela escritora para traumas, eventos e realizações, os quais Bell não consegue perceber ou mesmo considerar como relevantes. Sua própria escrita opera silenciamentos e mesmo violências simbólicas para com a sua memória:

[...] a memória – e especialmente aquela marcada pelas diferenças de gênero – traz a intensidade e a particularidade da experiência, as emoções, os medos, as fissuras, as feridas, os traumas que o olhar masculino não percebe, mas produz. Além do mais, o processo de memorização é também um processo de elaboração da experiência, de criação ficcionalizada, de invenção. Lembrar é uma maneira de transformar a vivência em experiência, ao elaborar o que aconteceu e dar-lhe um sentido e um lugar, quem sabe como forma de despedida, num trabalho de luto (RAGO, 2017. p. 214).

A ideia da escrita como trabalho de luto pode ser pensada para estes ensaios autobiográficos de Woolf. Ela mesma associa ao poder de escrever como uma forma de ter lidado com a “obsessão” que tinha com a memória da mãe, que morreu quando ela tinha apenas 13 anos. Assim, trago esses ensaios também pelo olhar crítico que ela possuía sobre a própria função de uma escrita (auto)biográfica:

Essa influência – e, por influência, quero dizer o poder exercido por outros grupos sobre nós; a opinião pública, o que as outras pessoas dizem e pensam, todos esses ímãs que nos atraem para um determinado lado, para ser de uma determinada maneira, ou que nos repelem para outro lado e nos fazem ser de maneira diferente – nunca foi analisada em nenhuma dessas Vidas que eu gosto de ler, ou, quando foi, a análise era muito superficial. No entanto, é por essas presenças invisíveis que o “sujeito das memórias” é arrastado para esse ou aquele lado todos os dias de sua vida; são elas que o mantêm em determinado lugar. Pensem na força enorme que a sociedade exerce sobre cada um de nós, e que essa sociedade muda de década para década; e também de classe para classe; bem, se não pudermos analisar essas presenças invisíveis, saberemos muito pouco sobre o sujeito das memórias; e então, como se torna inútil escrever autobiografias! Vejo-me como um peixe num rio; arqueado; impedido de se mover; mas incapaz de analisar o rio (WOOLF, p. 94, 1986).

O momento (1939-1940) em que ela escreve o trecho do ensaio citado, *Um esboço do Passado*, é testemunho de que ela mesma trabalhava em uma biografia, a de seu amigo Roger Fry. Assim, penso que ela passa a escrever sobre si mesma para pensar nos limites e possibilidades do gênero:

Entre as dificuldades encontradas ao compilar suas memórias, destaca o grande número de coisas das quais se lembra e os diferentes modos de se escrever uma autobiografia. Que fatos selecionar para compor suas

memórias? Que recortes fazer entre tantas lembranças? O que privilegiar? Acredita ainda que as memórias, como narrativa de vida, sejam enganadoras, pois as coisas das quais não nos recordamos podem ser igualmente importantes, talvez até mesmo mais extraordinárias do que aquelas que surgem facilmente. Temos recordações daquilo que é excepcional – mas não há uma razão específica pela qual um fato seja tão especial e outro não. (PADILHA, 2011, p. 3-4).

Outro fator de influência para seus ensaios autobiográficos era o de estar com quase 60 anos e em meio a *Segunda Guerra* (1939-1945); assim, esses elementos favoreceram para que ela passasse a encarar mais a finitude da vida⁶². Neste mesmo ensaio, Woolf comenta os planos dela e de Leonard de cometerem suicídio, caso os alemães tomassem o poder na Inglaterra. Leonard Woolf era de família judaica e eles temiam ser capturados e levados aos campos de concentração⁶³.

Uma questão interessante nas teorias de Virginia Woolf é que elas não deixavam de fazer parte da sua observação e tentativa de interpretação das suas próprias experiências de vida. Assim:

A forte influência da mãe, constante em suas memórias de infância, obcecou-a até escrever *Passeio ao Farol* (1927). Esta é reconhecidamente uma das ‘presenças invisíveis’ que exerceram grande influência em sua vida e obra. Virginia define “presença invisível” como a consciência de outros grupos, a opinião pública, o que outras pessoas dizem ou pensam, tudo o que influencia nossa maneira de ver o mundo, de pensar ou agir. Essa definição é perfeitamente corroborada pelos argumentos de Paul Eakin (1999, p. 43), segundo o qual “toda identidade é relacional” (PADILHA, 2011, p. 4).

Essa característica de sua escrita/vivência antes de uma demonstração de mesquinhez e falta de conexão com o mundo exterior, como apontado por parte dos críticos ao seu trabalho e pelo seu biógrafo, faz parte de uma experiência de escrita que acabou sendo comum às mulheres. Se o que elas podiam viver publicamente era limitado, suas vidas interiores podiam tentar compensar, um pouco ao menos, esses limites. Além disso, mulheres como Woolf, que tiveram condições materiais de escrever, puderam transmitir essas experiências em suas escritas, como elas viam o mundo a partir de si e de suas vivências. Ao fazerem isso, suas experiências, principalmente com o os limites e as violências impostas a elas, acabavam mostrando uma relação com o mundo e entre elas mesmas. Não uma igualdade de experiências,

⁶² Devido à depressão, a morte sempre esteve presente como uma possibilidade para a escritora, tendo passado por algumas tentativas de suicídio durante a sua vida.

⁶³ “Em 22 de setembro de 1940, ainda no calor da guerra, Virginia escreve sob grande tensão, não somente interna, mas também a provocada pelas invasões e pelos ataques aéreos – ou pelo adiamento destes devido ao mau tempo. Amargura, melancolia, indiferença, tudo parece se misturar. Os efeitos da guerra são devastadores para o seu equilíbrio psicológico; depressiva, teme enlouquecer” (PADILHA, 2011, p. 11).

condições ou poderes, mas outros olhares para a realidade que eram pouco legitimados, justamente, por estarem afastadas das esferas de poderes econômicos e políticos.

Voltando a Bell, no prefácio de sua biografia, ele explicita o seu objetivo: “O objetivo desta obra é puramente histórico”, e defende que fará uma “apresentação de fatos”, visando “contribuir para a crítica literária” (BELL, 1988, p.19). Assim, ele pouco se coloca como o produtor de uma visão sobre a vida e a obra de Virginia Woolf, mas almeja chegar a uma representação “verdadeira” da sua biografia. A própria escritora duvidava desse formato para uma biografia e não se via como a mesma pessoa por toda a sua vida:

Deparo neste ponto com uma das dificuldades dos autores de memórias, uma das razões por que muitas – embora eu tenha lido muitas – fracassam. Eles deixam de fora a pessoa com quem as coisas aconteceram. A razão disso é que é muito difícil descrever qualquer ser humano. Então eles dizem: “Foi isso o que aconteceu”; mas não dizem como era a pessoa com quem aconteceu. E os eventos significam pouco, se não soubermos primeiro com quem eles aconteceram. Quem era eu nessa época? (WOOLF, 1986, p. 76).

Proponho pensarmos na categoria de autor, como problematizada por Michel Foucault em *O que é um autor?* (2006)⁶⁴, para que vejamos como essa categoria opera nessa biografia de Virginia Woolf. Assim, veremos que à Woolf é atribuída uma vasta produção, que vai desde seus romances até suas cartas, passando por seu diário e por suas resenhas e ensaios. Mas cada um desses escritos será tratado de uma forma distinta pelo biógrafo e pela crítica literária que ele retrata na biografia. Contudo, seu romance é sempre a escrita considerada como principal; além disso, em toda a biografia, o sofrimento de Virginia Woolf durante o processo de escrita de seus romances e suas ditas influências para escrevê-los é o foco principal da narrativa.

O objetivo de Bell de contribuir para a “crítica literária” através da biografia de um indivíduo faz parte do entendimento contemporâneo sobre as escritas de si. Como argumenta Ângela de Castro Gomes⁶⁵, com a nova ideia de cidadania a partir do fim do século 18, desenvolveu-se um interesse social pelo indivíduo, já que: “todo o indivíduo é social”. Paradoxalmente há o reconhecimento da singularidade de cada um através da valorização e do reconhecimento da sua subjetividade. Diante da constatação da instabilidade do eu através da psicanálise na contemporaneidade e da sua fragmentação no(s) tempo(s) resulta paradoxalmente em um interesse por produções de si coerentes,

⁶⁴ FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* (1969). In: Ditos e Escritos – Estética: literatura e pintura; música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

⁶⁵ GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo*. In: Escrita de si, escrita da história. RJ: FGV, 2004.

como uma forma de segurança identitária. Ao se tratar de uma biografia de uma mulher, ainda podemos ressaltar o quanto as escritas de si foram parte constitutiva de suas subjetividades, visto que, escrever publicamente lhes era desestimulado pela sociedade. E mesmo ao se tratar de uma escritora que publicou romances, vemos que essa interdição do que uma mulher podia escrever publicamente ainda opera na vida de Virginia Woolf.

Em *Um Esboço do Passado*, podemos perceber a escritora com um olhar crítico sobre si mesma semelhante ao de *Um Teto Todo Seu* (1929). Ainda como em 1929, ela lamentava a ausência de ter frequentado a escola, além de um perceptível sentimento de inferioridade intelectual em relação aos homens e de como isso afetava a sua própria escrita:

Contudo, para descrevermos a nós mesmos com sinceridade, temos de ter algum padrão de comparação: eu era inteligente, burra. Bonita, feia, exaltada, fria...? Em virtude, em parte, do fato de nunca ter frequentado uma escola, de nunca ter competido em nada com crianças da minha idade, nunca pude comparar meus dons e meus defeitos com os de outras pessoas (WOOLF, p.77, 1986).

Essas observações sobre educação e autoimagem de Woolf foram interpretadas por Quentin Bell como o seu “ressentimento” com o mundo dos homens. No entanto, a partir de uma crítica feminista, analisamos a experiência dela como uma percepção das limitações que foram impostas a ela pelo fato de ser entendida como mulher numa sociedade patriarcal. Mesmo que sua experiência tenha sido limitada, em relação à da maioria das mulheres de sua época, ela foi um caso excepcional. Isto é, mesmo sem frequentar a escola, Woolf ainda teve uma situação privilegiada; já que para a maioria das mulheres suas condições materiais e a autoimagem que elas faziam de si mesmas as impedia de escrever. Elas não achavam relevantes as suas experiências de vida, ou a maioria nem mesmo era alfabetizada, ou se tivessem sido alfabetizadas, não disporiam do tempo para a escrita (RAGO, 2017)⁶⁶.

Sobre as fontes utilizadas por Quentin Bell elas são amplas, devido à sua proximidade familiar com a escritora. Assim, ele teve acesso aos diários de Woolf, os quais foram cedidos por seu marido, Leonardo Woolf, que naquele momento ainda não haviam sido publicados em sua íntegra. Teve acesso também aos documentos da família Stephen, como diários do pai de Virginia, Leslie Stephen, álbuns de família e muitas correspondências, principalmente, entre Virginia e sua irmã, Vanessa Bell, mãe do

⁶⁶ RAGO, Margareth. “Autobiografia, gênero e escrita de si: Nos bastidores da pesquisa”. In: O que pode a biografia. Letra e Voz, 2017.

autor.

O biógrafo acompanha Woolf do nascimento à morte, começando pelo registro de seus antepassados ilustres, os “homens de letras” da família de seu pai, traçando um paralelo até o seu nascimento. Bell acaba deslizando para uma “ilusão biográfica”⁶⁷ ao demonstrar como ela estava destinada à escrita. É importante observar que a própria Virginia se mantinha consciente desse problema comum das biografias e sabia que um biografado não é sempre o mesmo sujeito de seu nascimento à sua morte. Contudo, é curioso que mesmo que ela tenha começado a escrever “notícias” familiares para um jornal, escrito em parceria com seus irmãos, aos nove anos e que depois, na adolescência, tenha escrito ensaios sobre história e sobre a história das mulheres, o biógrafo sempre reforce a sua predestinação para o romance. Desse modo, todas as outras escritas funcionam como um ensaio para a sua carreira de romancista. Portanto, opera aí uma escolha e um silenciamento, nas palavras de Foucault um: “esquecimento essencial e constitutivo”. Foucault, ao explicar a operação da função autor na constituição de uma autoria, salienta a importância do tecido social em que se constitui um discurso: “A função autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade” (FOUCAULT, 2006, p. 274).

A crítica feminista, assim como a própria Virginia Woolf, nos lembra o quanto as mulheres foram historicamente impossibilitadas de participar da vida pública, o quanto ser lidas e tomadas a sério por suas ideias foi (e é) difícil. Assim, no início do século 20, a escrita do romance parecia mais aberta devido às precursoras do século 19. E, também, devido ao entendimento do romance como um gênero de escrita da imaginação, da sensibilidade romântica, atributos também designados para a feminilidade. Porém, buscar propor críticas e discussões sociais mais diretamente, apresentadas como manifestos ou teorias, ou seja, uma intervenção política na vida pública, não parecia ser o gênero e o espaço para uma mulher ocupar.

Passo a citar trechos da biografia para que façamos o exercício de retornar ao texto. Assim, veremos como opera essa função de definir Woolf como uma romancista acima de todo o restante de sua escrita:

Melymbrosia a ocuparia pelos cinco anos seguintes e eventualmente se transformaria em *The Voyage out*. Não sabemos muito sobre suas tentativas anteriores do que chamava “uma obra da imaginação” (...) Ela continuou a

⁶⁷ BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

fazer muitas resenhas. Uma série de artigos para o Cornhill, publicados em 1908, deu-lhe a chance de ser um pouco mais ambiciosa do que fora em suas colaborações para *The Guardian*, *The Times Literary Supplement* e outros jornais, pois havia mais espaço para manobrar; mas ela não publicou ficção antes dos 33 anos (BELL, 1988, p. 164-165).

Nestes trechos, vemos que o autor cita seu trabalho nos periódicos, mas apenas como uma parte de sua trajetória para a “verdadeira” obra, seu primeiro romance. Ao lado da imagem de romancista, ao longo da narrativa, Bell também vai construindo para Virginia Woolf uma identidade com uma mulher “fútil”, referindo-se a ela constantemente por “esnobe”, quer por suas ideias ou por sua forma de escrita. Mas o que seria esse esnobismo da autora? O biógrafo atribuiu o esnobismo de Woolf à sua escrita, sua maneira estilística, que para a literatura foi considerada uma revolução no romance, seus “fluxos de consciência” entre seus personagens permitiram toda uma nova forma de expressar a experiência com o tempo em uma narrativa. Contudo, sua leitura podia ser mais “difícil”, mas como ela era uma mulher, propor uma leitura mais trabalhosa só poderia ser sinal de um esnobismo?

Não podemos negar que Virginia Woolf não abandone seus privilégios de classe, ao mesmo tempo, de quantos intelectuais marxistas se fez a mesma exigência? Todos eles sempre falaram de um lugar, a sua maioria do lugar da burguesia, como Woolf, e muitos deles sem problematizar essa pertença. No entanto, se Woolf não abandona seus privilégios de classe, não podemos dizer que ela os ignora. Assim, ao não os ignorar e os reconhecer ela os problematiza:

A essência do esnobismo é querer impressionar outras pessoas. O esnobe é uma criatura com uma mente agitada, de lebre, tão pouco satisfeita com sua própria posição que, a fim de consolidá-la, está sempre brandindo um título ou uma honra na cara das outras pessoas, para que acreditem e ajudem a acreditar naquilo que ela não acredita: que ela é, de alguma forma, uma pessoa importante. Esse é um sintoma que eu observo em mim mesma (...) Isso revela, tal qual uma erupção ou uma mancha na pele, que tenho a doença. Mas vou além e pergunto: quando e como a peguei? (WOOLF, 1986, p. 236).

O trecho acima faz parte do ensaio autobiográfico que tem como título a pergunta que Virginia Woolf se faz: *Eu sou esnobe?* E aqui vemos como ela reconhece que sim. Mas antes de responder a questão, ela entende que precisa definir o problema: “Mas, a fim de responder a essa pergunta, tenho de começar fazendo uma outra: o que é ser esnobe?” (p. 234-235).

Possivelmente, Bell utilize o adjetivo corroborando a própria escrita autobiográfica de Virginia Woolf. Mas ele o toma como uma certeza e o utiliza para diminuir as suas críticas sociais, principalmente as feministas. Assim, ele deixa de

perceber o sentido irônico com que ela se autointitulou esnobe. O exercício de reconhecimento dos privilégios e do ridículo que ela faz de sua classe, demonstra mais uma vez o alcance social de suas críticas.

Assim, ao questionar o próprio esnobismo ela coloca em evidência as vaidades, o vazio de sua própria classe. Woolf não nega gostar do luxo, dos salões e até mesmo de ter proximidade com a aristocracia, apesar de desprezar a hierarquia e o governo monárquico. Virginia Woolf era contraditória, o que pode ser lido como um problema para suas teorias feministas ou como exemplo da complexidade dos pertencimentos que os indivíduos realizam durante as suas vidas. Não podemos esquecer que a escrita de Woolf era profundamente irônica, ela se coloca como parte do problema, também, para dar legitimidade e poder criticar o esnobismo burguês. Com isso, não nego que ela mesma fosse esnobe, mas ela reconhecia o esnobismo como um problema, uma “doença” como ela chama.

Ao mencionar outros escritores, os amigos de Woolf, entre eles o próprio pai, Clive Bell, Quentin Bell não critica a complexidade da escrita desses autores, nem os acusa de esnobismo, mesmo quando Clive Bell, por exemplo, manifesta a opinião de que Virginia Woolf deveria escrever apenas romances já que nos ensaios ela tenta fazer política e Woolf não deveria escrever sobre isso. Penso que ao recorrer ao ataque de sua intelectualidade como esnobismo, o biógrafo está operando uma tentativa de deslegitimar as ideias de Woolf como crítica da sociedade. A acusação não ocorre com seus romances, pois uma escritora de romances podia ser esnobe, eles não seriam feitos para serem entendidos, mas apreciados esteticamente⁶⁸ e quanto mais “difíceis”, mais bem realizados. Porém, é uma forma de negar à escritora a possibilidade de expressar opiniões e análises políticas. Mais uma vez, Bell, ao atribuir à sua escrita essa característica, silencia sobre seus ensaios dentro da sua produção. Neles, Woolf procura uma escrita mais convencional, irônica e metafórica, mas com uma argumentação encadeada em um texto que busca uma análise social. A essa escrita o biógrafo, quando a menciona, chama de: “panfleto feminista”, assim, claramente buscando entendê-las como obras menores.

⁶⁸ Woolf certamente foi beneficiada pelo círculo de pensadores que ela e seus irmãos formaram em Bloomsbury, pois dessa forma ela contava com um público leitor masculino. Porém cabe pensar quem foram os leitores de seus romances que a transformaram em uma romancista famosa, já que: “Conforme observado na introdução de uma recente coletânea de artigos sobre Gender and reading, há evidências de que os homens são ‘leitores antagonistas’ da ficção feminina. Mais exatamente, ‘não é que os homens não possam ler textos escritos por mulheres; é que eles não querem’ (LAURETIS, T. “A tecnologia do gênero”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994).

Bell também constantemente insiste que Woolf não gostava de política, não pensava sobre política e que seus escritos sobre o social não são relevantes, pois não fazem sentido. Todavia, ele próprio não omite as ações de Woolf e, assim, fica complicado para o leitor entender como uma mulher que não gostava e não pensava sobre política tenha se envolvido tanto com ela. Trago aqui alguns exemplos do envolvimento político de Virginia Woolf: ela participou da luta pelo sufrágio universal; trabalhou durante anos, antes da Primeira Guerra, em um Comitê enviando envelopes para membros da sociedade pedindo apoio a causa das mulheres; interessou-se em dar aulas, de história e de literatura inglesa, para mulheres operárias durante três anos no Morley College, uma escola para operários; ia às reuniões do Partido Trabalhista Inglês (Bell interpreta que Woolf ia para acompanhar o marido, não por um interesse próprio, uma justificativa comum para deslegitimar a luta política das mulheres); além disso, escreveu ensaios, como: *Um Teto Todo Seu* (1929) em que ela denuncia a condição histórica e social das mulheres e *Three Guineas* (1938), em que ela defende o pacifismo. Para uma pessoa que não gostava de política ela acabou por se envolver em demasia com a política, escrevendo sobre questões como a falta de cidadania das mulheres, a necessidade de se impedir os horrores da guerra, a importância da educação para a formação de leitores, entre outras.

Porém, a insistência em desvincular a escritora da política pode ser pensada para além dos preconceitos de seu biógrafo e, também, a partir da chave da incompreensão. Bell e Woolf possivelmente tinham concepções diferentes do que era agir politicamente, trago mais um trecho, interessante notar que o biógrafo se inclui na narrativa, nos lembrando de que conheceu a biografada. Assim ele narra uma ação política de ambos:

Lembro dela durante esses anos em reuniões do Partido Trabalhista de Rodmell, um pequeno grupo do qual por algum tempo foi secretária, e também do meu desespero quando tentava fazer o grupo aprovar resoluções que apressassem a formação de uma Frente Única – ou algo igualmente vital e urgente – e, Virginia conseguia transformar o debate de tal maneira que acabava numa troca de mexericos sobre Rodmell. Nisso, naturalmente, ela ficava muito mais próxima do que eu dos sentimentos das massas, se podemos descrever assim os seis ou sete membros do Partido Trabalhista de Rodmell. Eu queria falar de política, as massas queriam falar da esposa do vigário (BELL, 1988, p. 481).

Nesta passagem, vemos como Bell entende que as reuniões políticas devem ser “objetivas”, feitas para definir medidas de ação, de preferência sem muito diálogo com “as massas”, pois, quem melhor do que ele, um intelectual, para saber como elas deveriam agir? Mais uma vez, opera na escrita de Bell sua tentativa de deslegitimar as

atitudes políticas de Woolf: mesmo que ela participasse de reuniões do Partido Trabalhista, ela iria para fazer fofocas. Penso nas reuniões de coletivos em que muitas mulheres sentem a necessidade de falar sobre sua vida pessoal, pois não conseguem separá-la da política e, às vezes, reclamar do marido/companheiro é um ato de política, uma política de mulheres⁶⁹. Talvez Bell não entendesse a potência política dessas “fofocas”.

Quando, enfim, Bell concede algumas linhas a um de seus ensaios, ele as usa para mostrar o quão absurda foi a ideia desenvolvida pela escritora. Para ele *Three Guineas* era um absurdo por querer falar das condições das mulheres na sociedade, logo no momento em que o fascismo ganhava força na Europa. Contudo, Woolf analisa justamente como as condições de submissão em que as mulheres viviam contribuem para a ascensão de pensamentos “viris” de submissão pela força e pela guerra e de pensamentos de intolerância com o outro. Mas para Bell o fato de Woolf defender o pacifismo era um reducionismo ao seu preconceito contra os homens, curiosamente a sua crítica recairá em um comentário machista: “Virginia odiava a violência – associava à agressividade masculina (...). E então, devemos fugir como solteironas assustadas ante os avanços fascistas?” (BELL, p. 480, 1988). Como sugere a citação, Bell ridiculariza a posição política de Woolf e a acusa veladamente de ingenuidade, mas ela foi testemunha da Grande Guerra (1914-1918). Não podemos pensá-la como alguém sem noção da complexidade política que envolve uma guerra. O que o biógrafo não entende é que sua análise parte das relações de poder que são silenciadas, mas que estão presentes em toda a esfera política e social. Um dos discursos mais fortes em favor das guerras é a alegada necessidade de “proteger as mulheres” desse outro homem estrangeiro. Argumento esse refutado por Woolf ao declarar não querer essa proteção, além de apontar que as mulheres viviam em condições em que deviam temer os homens de seu próprio país em primeiro lugar.

Ao definir Virginia Woolf como esnobe e não interessada por política, o biógrafo pode mesmo compará-la com outro escritor, seu contemporâneo e amigo, dessa forma: “Virginia tentou muito menos do que Forster contribuir para os debates de seu

⁶⁹ Nos anos 1970 as feministas vão definir política como: “Segundo elas, era necessário prestar atenção às experiências femininas: a opressão incluiria tudo o que as mulheres ‘experenciasssem’ como opressivo. Ao definir o político de tal maneira que acomodasse essa concepção de opressão, toda atividade que perpetuasse a dominação masculina passava a envolver qualquer relação de poder, independentemente de estar ou não relacionada com a esfera pública” (PISCITELLI, Adriana. “Gênero: a história de um conceito.” In. ALMEIDA, Heloísa Buarque de & SZWAKO, José (Orgs.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis&Vertecchia, 2009 p. 116-149).

tempo – ou melhor, quando o fez, foi uma contribuição tão idiossincrática que não podia servir a nenhum objetivo útil” (BELL, p.480, 1988). Não poderíamos, talvez, completar o início da frase com: “Como uma mulher Virginia...”? Assim, vemos como a interpretação da obra e da vida da escritora por seu biógrafo funciona para criar uma identidade para a biografada, uma identidade que a própria narrativa coloca em dúvida, se interpretarmos as ações e as obras de Woolf a partir de uma perspectiva feminista.

Contudo, não há dentro da própria crítica feminista um consenso sobre o feminismo de Virginia Woolf. E isto se dá pela própria característica plural das abordagens teóricas utilizadas pelas feministas. Assim, para feministas marxistas, Woolf não consegue abandonar a sua visão a partir de seus privilégios de classe e isso limita o alcance de suas críticas. Para algumas vertentes feministas, a teoria da mente andrógina apresentada em *Um Teto Todo Seu* (1928) é um ataque à identidade das mulheres e, dessa forma, uma negação da possibilidade de uma união em comum entre elas contra a opressão patriarcal.

Portanto, reconhecer o ensaísmo feminista de Virginia Woolf como tal, não é uma tarefa fácil. Ironicamente, se para feministas o feminismo dela é algo que se possa colocar em dúvida; para os críticos literários contemporâneos de Woolf, ele era uma certeza e um problema:

[...] a própria Virginia Woolf foi criticada por demonstrar seu desgosto pelas condições das mulheres, por vezes rancorosamente, como em *Three Guineas* (1938), conforme J.B. Bachelor expôs no artigo “Feminism in Virginia Wolf” (1968): “Não há dúvidas que em contraste com *A Room of One’s Own*, cuja leveza está sempre presente, *Three Guineas* é um trabalho marcado por expressões contínuas de rancor” (BACHELOR, p.169-170 apud CAMARGO, 2001, p. 30-31).

E. M. Forster, amigo de longa data de Woolf, em um texto em sua homenagem logo após a sua morte escreve:

O feminismo inspirou um de seus livros mais brilhantes – o charmoso *A Room of One’s Own*. Mas o feminismo também é responsável pelo pior livro – o mal-humorado *Three Guineas* – e pelos detalhes menos bem-sucedidos de *Orlando*. Há mostras de seu feminismo em todo seu trabalho, ele estava sempre em sua mente (FORSTER, E. M. “Virginia Woolf”, 1942 p.22-23 apud CAMARGO, 2001, p. 31).

“Há mostras de seu feminismo em todo seu trabalho”, o tom da observação e a afirmação de que o feminismo foi responsável pelo pior de seus livros e pelos piores momentos de um de seus romances não deixa dúvidas de que, para Forster, ser feminista era uma fraqueza de Virginia Woolf enquanto escritora. Nas duas críticas

vemos como a função nomeada por Woolf como “Anjo do Lar” ainda funciona nos anos 1940 e contra ela própria. Para esses críticos, o seu feminismo não era um problema contanto que ela falasse sobre a opressão feminina de forma “leve”, sem entrar em conflito com os homens e buscando uma conciliação a partir da teoria da mente andrógina. Mas, ao escrever sobre essa opressão com menos esperanças de uma possível reconciliação e denunciando mais enfaticamente a condição de submissão e a violência das mulheres, então, ela é tida como “rancorosa” e “mal-humorada”. O que esses críticos estabelecem é uma tutela de seu feminismo, ele poderia dizer “isto”, mas não “aquilo”, a depender do tom, ele era demais.

Contudo, minha leitura de *Um Teto Todo Seu* (1929)⁷⁰ não é tão simples. Ainda que ela use do humor em todo o ensaio, há ali também uma denúncia do silenciamento histórico das mulheres, da criação de uma fantasia feminina e do quanto as mulheres estavam presas a ela. Como a própria escritora escreveu em carta para G. L. Dickson, em novembro de 1930, respondendo a seus elogios ao ensaio, ali já havia uma indignação e a vontade de denunciar a opressão das mulheres, ela diz sobre o estado de espírito da sua escrita: “meu sangue ferve”, e o seu objetivo com o ensaio era: “encorajar as jovens”, pois: “há muitas coisas que deveriam ser ditas e não são” (CAMARGO, 2001, p.32).

Como vimos nesses exemplos, não é difícil entender o porquê do silenciamento sobre os seus textos teóricos: “Depois de sua morte em 1941, seus textos teóricos foram ainda mais negligenciados. Muitos críticos de seus romances chegaram a enfatizar sua domesticidade e seu caráter feminino” (CAMARGO, 2001, p.107). Se ela não estava mais viva para escrever e causar constrangimentos aos críticos e amigos⁷¹ com seu feminismo, bastava ignorar os seus ensaios e readequar seus romances e sua personalidade ao que se esperava de uma escritora “feminina”. Numa tentativa de não lidar com o impacto dos ensaios e deixá-los no esquecimento era até possível afirmar que: “Ela nunca se permitira extravasar seus ressentimentos claramente em ações políticas. Diz E. M. Forster” (CAMARGO, 2001, p. 125).

⁷⁰ Em meu trabalho de conclusão de curso na licenciatura em história escrevi sobre *Um Teto Todo Seu* e a proposição de Virginia Woolf para que as mulheres escrevessem as suas histórias: DIAS, Julia. *As Mulheres e a Escrita do Tempo em Um Teto Todo Seu, de Virginia Woolf*. Porto Alegre: 2017.

⁷¹ Woolf era profundamente consciente da má vontade com sua escrita feminista: “Não terei, quando publicado mais nenhum amigo” (em carta) “Serei espancada, rirão de mim, serei exposta ao escárnio e ao ridículo (em seu diário). Ambos comentários são referências a publicação de *Three Guineas* (CAMARGO, 2001, p. 91).

A crítica a *Three Guineas* sobressai como a mais virulenta, o que não deixa de atestar que este é o ensaio mais combativo da escritora, paradoxalmente, ele almeja o pacifismo. Porém, mesmo pacifista, Virginia Woolf não se calou contra a opressão feminina em nome de uma união em seu nome, era preciso chegar à paz, mas reconhecendo a violência contra as mulheres como uma questão social e que precisava ser resolvida para que houvesse uma verdadeira paz:

Disse Virginia Woolf que o mundo privado e o público são intimamente ligados e que as tiranias e servidão do primeiro são as tiranias e a servidão do segundo. Diante disso, ela dedicou muita atenção à questão da guerra e de como evitá-la lidando com a opressão das mulheres, tanto na vida pública quanto na privada. Ela via a opressão feminina como parte da cadeia de causas e efeitos que culminava em guerras (CAMARGO, 2001, p. 86)

No entanto, para a crítica de sua época, mesmo para algumas mulheres, as conclusões de Virginia Woolf foram tidas como equivocadas e até mesmo fruto de seus preconceitos: “A crítica mais famosa de *Three Guineas* foi ‘Caterpillar of the Commonwealth, Unite!’, onde Q.D. Leavis declara que enfatizando tanto sua classe, sexo e profissão, Virginia Woolf incitava ao esnobismo” (CAMARGO, 2001, p.92). Como vimos, a própria Woolf não negava um certo esnobismo em seus gostos e costumes. Mas a acusação de esnobismo em seu ensaio faz referência ao peso que ela dá para a necessidade das mulheres escritoras de lutarem pela liberdade cultural e intelectual. Ainda, ela associa essas possibilidades às mulheres “filhas dos homens instruídos”. Em minha interpretação ela não está fazendo um autoelogio à sua classe e a essas mulheres, mas reconhecendo o privilégio delas como uma obrigação de manterem-se conscientes dos problemas sociais e de se responsabilizarem por não se calarem diante deles:

A argumentação em *Three Guineas* segue o ponto de vista político e sociológico: as mulheres sempre formaram uma classe separada, as divisões entre os sexos são tão significativas quanto as diferenças entre as classes trabalhadora, média e aristocrática. O fato de as mulheres não terem poder político, por exemplo, tem sido encoberto pela crença de que não há distinção entre o poder da mulher e do homem enquanto cidadãos produtivos. Obviamente, antes de se corrigir uma injustiça, ela deve ser diagnosticada como tal. (CAMARGO, 2001, p. 88 - 89).

Também podemos pensar que falar sobre os privilégios da burguesia e das dificuldades da classe trabalhadora na Inglaterra dos anos 1930 podia ser lido como um esnobismo. Não era interessante dar crédito ao que Woolf dizia, afinal, o valor do trabalho devia ser preservado, assim como a legitimidade dos privilégios. Portanto, concordo com essa aceção: “Jane Marcus acredita que a honestidade de Virginia

Woolf sobre a classe trabalhadora é sempre interpretada erroneamente como esnobismo” (CAMARGO, 2001, p.93). No segundo capítulo retomaremos os diagnósticos e também os problemas, que podem ser apontados em *Three Guineas*.

Em minha leitura, os ensaios críticos das condições das mulheres na sociedade de Virginia Woolf devem ser entendidos como feministas. Como argumenta Rita Terezinha Schmidt, o ponto de partida para a problematização feminista e para a produção de conhecimento sobre as mulheres é o questionamento de si mesma em relação ao seu lugar na sociedade e no conhecimento:

[...] como, onde, por quem e para quem o conhecimento é produzido? (...) É possível argumentar que a epistemologia feminista opera como uma forma específica de produção de conhecimento, na medida em que postula e afirma, a posicionalidade do sujeito em termos da relação entre experiência e conhecimento (SCHMIDT, 1999, p. 30).

O questionamento das relações de poder entre os gêneros era o mote dos ensaios de Virginia Woolf, bem como a busca por estratégias para mudar essas relações de poder. Estratégias que pudessem ser usadas por mulheres, escritoras e de classe média, como ela, ou diferentes dela, como as mulheres trabalhadoras. Contudo, sua forma de pensar era voltada para propor mudanças, principalmente no mundo que ela entendia melhor, o literário e o cultural. Assim, concordo também com a conclusão de Moi:

Moi conclui que Virginia Woolf deveria ser mais bem analisada e acolhida pelas feministas de nosso tempo. Através dos anos ela já foi criticada por não ter sido suficientemente feminista, elogiada por sua crítica em detrimento de sua ficção, criticada por ter sido feminista demais, considerada uma autora de gênio sem confiabilidade crítica (CAMARGO, 2001, p. 106).

Portanto, quando acusada de não ter se engajado politicamente na luta das mulheres, precisamos pensar o que entendemos por engajamento político. Boa parte da luta feminista, dos anos 1970 em diante, tem se travado na Universidade. Não é mais possível e provavelmente desejável separar militância da universidade. Com isso, não desmereço os movimentos sociais autônomos da universidade. Mas os espaços de militância são múltiplos e a escrita também é um deles, e escrever foi o espaço de militância feminista de Virginia Woolf.

É possível que essa militância não fosse o suficiente, mas levando em conta o cenário em que ela viveu, ter usado de seu prestígio como escritora para escrever sobre esses temas é algo a ser reconhecido. Uma militância mais física como a que ela exerceu na juventude trabalhando em escritórios que enviavam cartas pedindo apoio ao movimento sufragista também era necessário. Porém, sua condição de privilégio de classe não a protegeram de sofrer com um sofrimento psíquico que a abalou por quase

toda sua vida, culminando em seu suicídio em 1941⁷². Para alguém que sofria de depressão e ansiedade o ato de escrever e de se posicionar contrária ao *status quo* acarretava em mais ansiedades, como podemos observar em seus diários em que ela escrevia o sofrimento de esperar e receber as críticas aos ensaios.

Mas não deixemos de fazer críticas ao alcance feminista do que Virginia Woolf escreveu, e elas devem referir-se justamente ao limite de suas observações, ao limite do que ela considerava como prioridade pelas próprias experiências que teve, assim como os seus privilégios. Por exemplo, quando ela fala em *Three Guineas* que não se considera uma inglesa, há um peso simbólico nessa afirmação. Contudo, ela não reconhece a diferença de recursos a que ela como branca e nascida na metrópole do império inglês teve acesso, em detrimento de uma mulher indiana e pobre nascida na Índia transformada em colônia inglesa.

Portanto, precisamos manter consciência da falta de interseccionalidade em seu ensaísmo, principalmente no quesito racial, mais do que no de classe. Assim, ressaltamos que suas observações não levam em conta essas diferenças de condições e pertencimentos e, por isso, devem ser entendidas como perspectivas e não universais. Mesmo assim, minha proposta é retomar o ensaísmo de Virginia Woolf buscando compreender historicamente o que ele criticava e propunha. Como vimos, o seu feminismo foi deslegitimado pela intelectualidade de seu tempo. Além disso, mesmo nos anos 1970 associar o machismo ao fascismo não parecia fazer sentido, como sugere Quentin Bell. Meu interesse é ver como ela usa a história para criar suas teorias de associação entre a guerra, o fascismo e a opressão das mulheres.

⁷² A análise de sintomas de personalidades do passado não costuma fornecer um diagnóstico preciso. Assim, os médicos, psicólogos e psiquiatras que tentaram diagnosticar Woolf a partir do relato de seus sintomas, transitam em afirmar que ela era esquizofrênica e/ou bipolar, passando por quadros depressivos ao longo da vida.

3. Capítulo 2: O mal-estar da categoria mulher

3.1 O antinacionalismo de Virginia Woolf e a tensa relação das mulheres com a nação

Antes da análise específica do ensaio *Three Guineas* (1938), faremos uma interpretação comparada entre os posicionamentos de Virginia Woolf relativos à relação das mulheres com a cidadania, a nação e o nacionalismo e os posicionamentos das “primeiras feministas”, historicamente assim reconhecidas, Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft. Tanto Gouges quanto Wollstonecraft, influenciadas e participantes do contexto revolucionário, criticaram o conceito liberal de cidadania e o universalismo dos direitos e deveres que notavelmente excluíram as mulheres.

A justificativa para a comparação entre essas escritoras feministas, uma revolucionária francesa, uma filósofa inglesa, ambas do século 18, e uma romancista-ensaísta inglesa, da primeira metade do século 20, é a relação de continuidade e ruptura que seus discursos estabelecem historicamente uns com os outros. Maria Aparecida Oliveira em sua tese *A Representação Feminina na Obra de Virginia Woolf: um diálogo entre o projeto político e o estético* (2013) estabelece uma relação entre elas:

O texto de Mary Wollstonecraft é fruto da revolução francesa, cujos ideais estavam sendo disseminados na Inglaterra, dentro desse cenário de lutas e conquistas, a autora acreditava que a mulher também deveria emancipar-se, deixando de ser coadjuvante da conquista masculina. Wollstonecraft é uma das primeiras pensadoras a questionar o “Eu” presente no projeto do iluminismo e a perceber a exclusão feminina da perspectiva liberal humanista. Wollstonecraft considerava que somente por meio de uma educação adequada a mulher poderia se desenvolver intelectualmente, melhorando sua condição (OLIVEIRA, 2013, p. 81).

O texto de Wollstonecraft tem como tentativa de diálogo o contexto da proclamação de direitos ao cidadão, ela visitou Paris no período revolucionário, e sua crítica à irracionalidade do governo monárquico atesta a relação; então, devido a esses fatores, ela mantém uma posição de admiradora da república, mas ao mesmo tempo, critica os ideais burgueses ao excluírem as mulheres da esfera pública da sociedade. Essas críticas encontram ecos nas críticas levantadas por Olympe de Gouges ao projeto revolucionário de excluir as mulheres do “universalismo” da cidadania. Por sua vez, Maria Aparecida Oliveira identifica em *Three Guineas* uma conexão profunda com a obra de Wollstonecraft:

É importante ressaltar o contexto político em que *Three guineas* foi escrito, o que nos remete ao pensamento de Woolf de que os livros são uma

continuidade de outros livros. Nesse sentido, *Three guineas* é fruto de dois livros fundamentais considerados textos fundadores do feminismo na Inglaterra, o primeiro *A vindication of the rights of woman* de Mary Wollstonecraft, escrito em 1792 e o segundo *Subjection of women* de John Stuart Mill, publicado em 1869. Ambos discutem a questão da educação disponível para a mulher naquele momento e a questão da subordinação feminina. Ambos preconizavam a independência intelectual e financeira da mulher, o que ocorreria por meio de uma educação adequada (OLIVEIRA, 2013, p. 81).

A seguir, poderemos atestar como e o quanto essas relações marcam os discursos dessas escritoras feministas. Ainda, como as suas propostas para as mulheres emergem de uma diferença marcante entre suas posições políticas: enquanto Gouges e Wollstonecraft querem fazer parte da nação, Virginia Woolf defende a permanência das mulheres de fora das suas redes de poder.

3.2. O sujeito “engendrado”

Se o sujeito da cidadania e da subjetividade individual surge no século 18 e conta a sua história de forma profissional no século 19 e esse sujeito para a crítica feminista não pode mais ser pensado como o representante da humanidade, mas o representante da masculinidade, sendo assim, a questão que se colocou para as mulheres era: quem elas seriam? Como reivindicar direitos dentro do ideal de cidadania quando esse ideal as excluía? Em fins do século 18 essas questões emergem, para Joan Scott⁷³ as mulheres constroem a sua subjetividade política e a luta por direitos também em termos liberais:

Não nego que o feminismo – ao menos quando reclama por direitos para as mulheres – tenha sido produzido pelo discurso do individualismo liberal, nem que dependa do liberalismo para sua existência; não havia alternativa; e todavia não há (...) O feminismo não foi um signo das operações benignas e progressistas do individualismo liberal, e sim, um sintoma de suas contradições constitutivas. Essas contradições podem ter sido deslocadas para outras esferas por reformas como o voto, mas não desapareceram, por essa razão também não desapareceu o feminismo (SCOTT, 2002, p. 37).

Quando Scott afirma que não havia alternativa entendo que ela esteja posicionando as mulheres dentro da mesma temporalidade que os homens, isto é, elas não estavam externas aos acontecimentos⁷⁴. Mas ainda assim, por não estar incluída no

⁷³ SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

⁷⁴ “As feministas formularam suas reclamações por direitos em termos epistemológicos muito diferentes, e seus argumentos devem ser lidos desse modo, e não como evidência de uma contínua consciência da Mulher ou da experiência das mulheres. A ideia de um padrão de paradoxos repetidos carrega uma aura de intemporalidade, mas os conceitos que as feministas usavam têm suas raízes em seu tempo, e, por

ideal de cidadania propagada pelos sujeitos e pelas instituições, essa posição “de fora”, como chamaria em 1938 Virginia Woolf, abriu a possibilidade de que, mesmo visando os mesmos objetivos liberais, as mulheres desenvolvessem uma crítica às limitações do liberalismo.

As “primeiras feministas”⁷⁵ tanto na França revolucionária quanto na Inglaterra de fins do século 18 tiveram como objetivo incluir a “mulher” no ideal de cidadania burguesa. Assim, o grande tema tanto da *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* (1791), de Olympe de Gouges, quanto da *Reivindicação dos Direitos da Mulher* (1792), de Mary Wollstonecraft, é a extensão da cidadania às mulheres. Ambas entenderam que: “Na era das revoluções democráticas, ‘as mulheres’ nasceram como excluídas políticas um produto do discurso da diferença sexual” (SCOTT, 2002, p.20).

É justo recordar que não apenas mulheres como Gouges e Wollstonecraft denunciaram a não inclusão das mulheres na cidadania em fins do século 18. O filósofo Nicolas de Condorcet foi um dos homens que não apenas percebeu a contradição da exclusão das mulheres em ideais “universais” de cidadania, como também refutou as justificativas “naturais” para tal exclusão:

O marquês Nicolas de Condorcet (1743-1794), filósofo, matemático e enciclopedista, defendia publicamente as mesmas teses que Mary Wollstonecraft e Olympe de Gouges, como testemunha seu *Sur l'admission des femmes au droit de cité*. Indignado com a exclusão das mulheres da Assembleia Constituinte, ele enfatiza o absurdo de se falar em igualdade de direitos enquanto metade do gênero humano é privada de cidadania. Pergunta ele: como se pode falar em direitos iguais quando uma assembleia de 300 ou 400 homens se outorga a prerrogativa de decidir sobre o destino de 12 milhões de mulheres? Além do mais, prossegue, para que essa exclusão não fosse um ato de tirania, seria necessário provar que os direitos naturais das mulheres não são os mesmos dos homens, ou provar que elas não podem exercê-los. Pois aquele que vota contra o direito de outro, por causa de sua religião, cor ou sexo, está ao mesmo tempo abjurando seus direitos (MOTTA, 2016, p. 10).

Pensemos Condorcet⁷⁶, assim como John Stuart Mill que publicou *Subjection of women* em 1869, como solidários com a condição das mulheres. Mas para o recorte

último, só podem ser compreendidos em sua especificidade” (SCOTT, 2002, p. 31).

⁷⁵ Não procuro fazer uma história das origens, contudo, ambos os textos vêm sendo tratados como um marco inicial do feminismo liberal europeu. A nova edição brasileira da *Reivindicação dos Direitos da Mulher* é apresentada dessa maneira em seu prefácio: “Eis um texto escrito em fins do século XVIII que continua atual. Por sua defesa veemente da igualdade entre os gêneros, a *Reivindicação dos direitos da mulher* pode ser considerada o documento fundador do feminismo” (MOTTA, Ivana Pocinho. “Prefácio”. WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos Direitos da Mulher*. Boitempo: São Paulo, 2016, p. 7). Como veremos, a atualidade do texto também está aberta a interpretações.

⁷⁶ Condorcet utilizou sua posição de privilégio para trazer a questão das mulheres no espaço de poder ao qual elas eram deslegitimadas: “Condorcet defendeu, na Assembleia Nacional, a emancipação da mulher, exercendo pressão para que três questões fossem apresentadas aos deputados franceses em 1793, ou

deste trabalho ficaremos com as obras produzidas pelas mulheres feministas. Para entendermos as críticas de Virginia Woolf ao nacionalismo, ao estado e às próprias feministas, retomaremos essas duas obras iniciais do feminismo para percebermos as reivindicações que as mulheres foram construindo e como elas buscaram desenvolver uma cidadania que as incluísse. Entre ambas as obras podemos estabelecer continuidades e rupturas com o ensaísmo de Woolf, da primeira metade do século 20. Essa comparação indica, principalmente, que a “questão da mulher” e “seu lugar” na nação, mais de um século e meio depois, ainda não estava “resolvida”.

Em 1791 Gouges torna pública sua *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* baseada na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789), escrita pelos revolucionários franceses. Gouges retoma cada artigo do texto de 1789 incluindo nele as mulheres, porém o seu discurso não se resume a ser uma réplica que apenas adiciona as mulheres nos mesmos termos dos homens. Ela se dirige aos homens em nome das mulheres para advogar o direito delas de fazerem parte da nação e da Assembleia: “As mães, as filhas, as irmãs, representantes da nação, pedem para constituir-se em assembleia nacional” (GOUGES, 1995, p.302). Portanto, ela reconhece a não universalidade dos direitos de cidadania defendidos pelos revolucionários; além disso, defende ainda que a exclusão das mulheres das esferas de poder público e de direitos se dá à base das desigualdades: “Considerando que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos da mulher são as únicas causas das desventuras públicas e da corrosão dos governos, elas resolveram expor numa solene declaração os direitos naturais inaliáveis e sagrados da mulher” (GOUGES, 1995, p. 302). Gouges legitima a Declaração ao mesmo tempo em que a crítica, ou seja, a Declaração “esqueceu” as mulheres, mas pode ser reformada se passar a reconhecer os direitos e, ela frisa, os deveres das mulheres:

[...] lembre incessantemente os seus direitos e os seus deveres, a fim de que os atos do poder das mulheres e os do poder dos homens, podendo a todo instante ser confrontados com os fins de toda instituição política, sejam mais respeitados, a fim de que os reclamos das cidadãs, baseados doravante em princípios simples e incontestáveis, sejam sempre voltados para a manutenção da Constituição, dos bons costumes e da felicidade de todos. (GOUGES, 1995, p. 302).

sejam: 1. A aglomeração das mulheres em Paris deve ser permitida? 2. Podem as mulheres exercer os direitos políticos e tomar parte ativa nos assuntos governamentais? 3. Podem elas deliberar, reunidas em associações políticas ou em sociedades populares? (BAUDOIN, 1973, p.28 [Minha tradução]) [...] Apesar dos esforços de Condorcet, a Assembleia respondeu negativamente as questões (SCHMIDT, 1991, p. 241).

Para Ute Gerard, a inclusão das mulheres nessa nova Declaração não é, contudo, apenas uma simples imitação da original. Gerard em *Sobre a liberdade, igualdade e dignidade das mulheres: o direito 'diferente' de Olympe de Gouges*⁷⁷ vai pontuar que ela não as inclui exatamente nos mesmos termos pensados pelos revolucionários homens, mas propõe uma radicalidade dos significados do direito à liberdade:

[...]Parece-me antes que as “pequenas diferenças” devem ser entendidas como uma radicalização dos direitos individuais. A *Declaração*, de fato, não só fórmula a oposição contra o ordenamento social ou os privilégios de classe, mas ataca o domínio e o poder também no privado, nas relações entre homens e mulheres, revelando assim a outra condição fundamental da sociedade burguesa: a contradição entre o poder aparentemente pacífico do monopólio do poder do Estado e a exclusão e submissão das mulheres sob a aparência do direito matrimonial ou no “espaço livre do direito” à privacidade (...) não se limita a substituir simplesmente, nos artigos que seguem, o conceito de “ser humano” por “mulher”, não tira portanto uma desforra numa contraposição sexista, mas antes sublinha continuamente a necessária “união da mulher do homem” (artigo III) e pretende proteger tanto os direitos da mulher e do homem (artigo II) (GERHARD, 1995, p. 53).

Tendo em vista a especificidade do “olhar” feminino sobre a sociedade, a leitura de Gerhard propõe justamente esse encontro no desencontro entre as mulheres que buscavam lutar por seus direitos e a sociedade. Isto é, mesmo reivindicando direitos para si, elas buscavam a reformulação de toda a sociedade. Ao denunciarem a sua falta de cidadania elas usavam argumentos de que essa falta era uma imoralidade e uma contradição para todos que acreditavam no ideal de liberdade, igualdade e fraternidade. No entanto, as proposições de Gouges pareciam radicais e sem cabimento para seus contemporâneos⁷⁸: “Homem, sabes ser justo? É uma mulher que te pergunta: não quererás tolher-lhe esse direito. Diz-me, quem te deu o soberano poder de oprimir o meu sexo? A tua força? As tuas capacidades?” (GOUGES, 1995, p. 302). O entendimento masculino do sujeito da cidadania não alcançava as mulheres, como explica Scott: “a maternidade foi frequentemente oferecida como a explicação para a exclusão das mulheres da política” (SCOTT, 2005, p.18). Elas não eram entendidas como humanas nos mesmos termos, a maternidade sendo assim uma limitação que as impediria de exercer os deveres de um cidadão, dessa forma, também não mereciam usufruir dos mesmos direitos, bem como pontua Scott:

Os homens eram indivíduos porque eram capazes de transcender o sexo, as mulheres não poderiam deixar de ser mulheres e, assim, nunca poderiam

⁷⁷ GERHARD, Ute. “Sobre a liberdade, igualdade e dignidade das mulheres: o direito ‘diferente’ de Olympe de Gouges”. In: *O Dilema da Cidadania: Direitos e Deveres das Mulheres*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

⁷⁸ Uma crítica parecida com a sofrida por Virginia Woolf e seu “pacifismo anacrônico” na luta contra o fascismo.

alcançar o status de indivíduo. Não tendo semelhança com os homens, elas não poderiam ser consideradas iguais a eles e assim não poderiam ser cidadãs (...) nesses argumentos a igualdade pertence a indivíduos e a exclusão a grupos; era pelo fato de pertencer a uma categoria de pessoas com características específicas que as mulheres não eram consideradas iguais aos homens (SCOTT, 2005, p. 17).

Para Gouges a reação masculina foi radical, o medo de suas ideias acabou por condená-la como inimiga da Revolução e ela foi guilhotinada em 1793 a mando de Robespierre. Além da sua morte física, também sua obra foi eliminada da história do direito até ser retomada pelo movimento feminista:

A *Declaração* dos direitos da mulher e da cidadã, redigida em 1791 por Oympe de Gouges, é o documento de História do Direito – significativamente ausente de todos os compêndios – que contesta sistematicamente a restrição masculina do conceito de igualdade. A história da sua eliminação ou da sua transmissão apenas fragmentária, assim como sua recepção até agora insuficiente, são provas evidentes do acúmulo de resistências contra a equiparação dos direitos das mulheres (GERHARD, 1995, p. 52).

Joan Scott em seu artigo *O enigma da igualdade* (2005) analisa a emergência do discurso feminista no contexto revolucionário francês e realça a contradição dos objetivos das mulheres com as estratégias utilizadas por elas. Assim, ao passo que: “O feminismo foi um protesto contra a exclusão das mulheres da política, seu objetivo foi o de eliminar a diferença sexual na política (SCOTT, 2005, p. 21)”, porém: “[...] a sua campanha foi voltada às mulheres. Pelo fato de agir em favor das mulheres, o feminismo produziu a diferença sexual que buscava eliminar – chamando a atenção exatamente para a questão que pretendia eliminar” (SCOTT, 2005, p. 21). Para atestar essa conclusão, Scott cita Gouges e a maneira como ela, ao reivindicar a cidadania sem fazer diferença de sexo, o faz em nome dele:

Ouçamos Olympe de Gouges, valentemente equilibrando essas duas posições. Ela designa-se a si mesma como um homem de Estado, uma imitadora de Rousseau e melhor do que ele. Ela aponta sua feminilidade: “Ó povo, cidadãos infelizes, ouvi a voz de uma mulher justa e sensível”. (SCOTT, 2005, p. 21)⁷⁹.

A observação de Scott não nos serve para deslegitimar o feminismo como um

⁷⁹ Woolf também aposta que as mulheres poderiam ser “melhores” que os homens, no sentido de menos capazes de justificar a violência e de explorarem o outro, mas essa não seria uma atribuição inata, da sua “natureza”. Mas justamente como uma consequência da sua submissão, pelo sofrimento com a opressão elas teriam uma visão “dos de baixo” que poderia fazer delas mais sensíveis e empáticas ao sofrimento alheio, menos tolerantes a brutalidade.

discurso político⁸⁰. Ainda que feministas, como Judith Butler, afirmem que ele tenha passado a servir também para afirmar uma identidade feminina que impõe limitações aos próprios sujeitos que visa “libertar”. Mas entender o porquê de o feminismo ter sido o discurso político dessas mulheres não é uma tarefa difícil. O feminismo surge como uma resposta ao discurso político que, ao dirigir-se “à humanidade”, dirigia-se apenas aos homens:

A acentuação da diferença é por isso sobretudo necessária como instrumento de oposição ao direito existente (chamado positivo, mas na realidade masculino), à lógica do pensamento ocidental que identifica o indivíduo com o homem e ao universalismo de uma moral que raramente pediu à outra metade do gênero humano que exprimisse a própria opinião e os próprios juízos de valor (GERHARD, 1995, p. 70).

Ainda assim, é preciso termos cuidado ao reivindicarmos uma mesma visão enquanto “mulheres”, como nos lembra Scott: “Na realidade, a experiência comum de ser excluída foi confundida em ocasiões com uma visão compartilhada do significado de ser mulher” (SCOTT, 2002, p. 34). É importante não cairmos em essencialismos nem universalismos que silenciem sobre as diferenças de raça, classe e sexualidade, que busquem uma identidade homogênea e um significado único da experiência sexista. O feminismo, hoje é entendido como um discurso plural, reconhecido como “os feminismos” e, portanto, deve se manter o(s) discurso(s) capaz de questionar as normas e os universalismos. Uma contraposição ao discurso normativo dos “papéis sexuais” atribuídos aos “homens” e às “mulheres”, e que mantém a hierarquia dos gêneros, que busca por uma padronização dos comportamentos e uma identidade fechada. Os feminismos como contraponto ao essencialismo biológico do gênero normativo devem ser os discursos que não negam a historicidade das relações humanas: “As tensões se resolvem de formas historicamente específicas e necessitam ser analisadas nas suas incorporações políticas particulares e não como escolhas morais e éticas intemporais” (SCOTT, 2005, p. 11).

Em uma tentativa de teorizar essa condição contraditória dos feminismos e das mulheres feministas, Teresa de Lauretis em *A tecnologia do gênero* (1994)⁸¹ posiciona as mulheres feministas como de fora do gênero, uma vez que estão em constante construção da crítica à ideologia social que o produz, mas, ao mesmo tempo, dentro do

⁸⁰ “[...] é devido a diferenciação de poder entre homens e mulheres que as feministas têm-se referido às mulheres como uma minoria, mesmo que elas perfaçam mais da metade da população” (SCOTT, 2005, p. 18).

⁸¹ LAURETIS, T. “A tecnologia do gênero”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

gênero; já que não poderia haver um sujeito do feminismo sem uma identificação com a mulher. As mulheres feministas ocupam assim um “outro lugar”, uma brecha, dentro e fora do gênero:

[...] habitar os dois tipos de espaço ao mesmo tempo significa viver uma contradição que, como sugeri, é a condição do feminismo aqui e agora: a tensão de uma dupla força em direções contrárias – a negatividade de sua teoria – e a positividade afirmativa de sua política – é tanto a condição histórica da existência do feminismo quanto sua condição de possibilidade. O sujeito do feminismo é “en-gendrado” lá. Isto é, em outro lugar. (LAURETIS, 1994, p. 238).

Teresa de Lauretis defende também que o feminismo, ao definir a mulher pela diferença sexual, além de não sair do discurso estabelecido pelo patriarcado, teria criado uma mulher universal em oposição ao homem universal das epistemologias “universais”. Desse modo, Lauretis contrapõe essa posição com a crítica de que é preciso uma concepção de mulher/mulheres mais radical:

Por potencial epistemológico radical quero dizer a possibilidade, já emergente nos escritos feministas dos anos 80, de conceber o sujeito social e as relações de subjetividade com a sociabilidade de uma outra forma: um sujeito constituído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais, um sujeito “engendrado” não só na experiência de relações de sexo, mas também na raça e de classe; um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido (LAURETIS, 1994, p. 208).

A partir da crítica de Lauretis podemos pensar os discursos dessas mulheres feministas como perpassados pela tensão de estar dentro e fora do gênero. Elas reivindicam uma possibilidade que estava “de fora” da concepção social de mulher que se tinha, mas reivindicam-na “de dentro” desse gênero. Porém, como as suas próprias reivindicações nos demonstram elas não estavam de comum acordo com as expectativas e os discursos sobre o seu gênero.

3.3. As estratégias feministas: de fora e de dentro da nação

Rousseau se esforça em provar que tudo estava certo originalmente, inúmeros autores, que tudo está certo agora; e eu, que tudo estará certo (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 34)

Feministas contemporâneas que estão construindo suas análises a partir da categoria de gênero e das expectativas relegadas a cada gênero na sociedade têm associado a função reprodutiva feminina como o fator de sua exclusão da cidadania e, ainda hoje, de uma cidadania não plenamente realizada. Se no mundo ocidental as mulheres, a partir de meados do século 20, passaram a ter direito ao voto e direito de

representação política; na maioria dos países hoje em dia a proporção de mulheres em cargos legislativos é ainda inferior em relação ao de homens, com médias entre 10 e 30 por cento de representação. Além de que, em inúmeros países, como no caso de quase toda a América Latina, as mulheres ainda estão lutando por seus direitos reprodutivos, talvez não por acaso os direitos mais negados a elas pela sociedade patriarcal. Em *A Dependência Construída e a Interdependência Negada. Estruturas de Gênero da Cidadania* (1995) Chiara Saraceno retoma o problema da cidadania feminina:

As dificuldades da posterior inclusão, portanto, não seriam tanto ou apenas um fenômeno de atraso ou resistência, mas indícios daquela oposição constitutiva, que construiu as mulheres como não-cidadãs – ou melhor, como não capazes de cidadania –, porque (ao mesmo tempo) as construía como esposas e mães de cidadãos, ou seja: ao mesmo tempo como sujeitos eminentemente familiares e responsáveis pela unidade familiar (SARACENO, 1995, p. 207).

O discurso iluminista responsabilizou as mulheres pela reprodução, como uma prova de sua ligação mais com a natureza do que com a cultura, ao mesmo tempo que via na mulher a base de sustentação social, já que elas eram as responsáveis pelo nascimento das crianças. Dessa forma, a exclusão das mulheres da cidadania acabava sendo “naturalizada”, ou seja, se estavam em casa cuidando da família não poderiam estar nas ruas exercendo direitos e deveres. Ainda, além de retirar das mulheres o direito a terem direitos, essa ideologia também possibilitou que fosse naturalizado aos homens os seus direitos sobre o trabalho feminino no seio familiar⁸². Assim, foi sobre essa estrutura que eles puderam acessar a sua própria cidadania:

A “solução” foi considerar a família a “base natural” da existência masculina, dos cidadãos-homens que se encontram e negociam livremente entre si na sociedade civil, e ao mesmo tempo ocultar as diferenças internas numa unidade hierarquicamente construída por meio da exclusão dos direitos civis e políticos de todos aqueles que, na família, não coincidem com o chefe de família: esposas e filhos dependentes (SARACENO, 1995, p. 207- 208).

Essa ideologia do papel feminino na família e na sociedade é anterior ao século 18, mas os iluministas ajudaram a reforçá-la tornando as mulheres exclusivamente responsáveis pela criação dos filhos e presas na função natural de povoar a nação. Importante ressaltar que Gouges e Wollstonecraft eram leitoras de Rousseau e outros iluministas, assim, procuraram, através do uso da própria “razão iluminista”, apontar a submissão das mulheres nesse discurso; como observa Rita Terezinha Schmidt em *O*

⁸² “O paradoxo da ‘dependência feminina’, com efeito, consiste no fato de que as mulheres ‘dependentes’ são tais porque outros dependem delas. A tal ponto que, como observa Hilary Graham, ‘para muitas mulheres, ser dependente é sinônimo não de receber assistência, mas de dá-la’” (SARACENO, 1995, p. 226).

*projeto iluminista e os direitos da mulher*⁸³ (1991):

No auge dos ideais libertários prevaleceu um pensamento e um discurso pré-revolucionário com relação ao papel e status da mulher na sociedade. Essa constatação exige que se coloque sob suspeita tanto a coerência do discurso iluminista quanto o próprio alcance de seu ideário (SCHMIDT, 1991, p. 236).

A obra de Rousseau não deixa dúvidas sobre a sua defesa da inferioridade feminina. Em *O Contrato Social* (1762), a organização do novo estado é baseada nessa crença e o papel ativo na construção pública da cidadania é reservado apenas aos sujeitos masculinos, tal como destaca Schmidt:

Considerado uma utopia de organização política, o *Contrato* se baseia na noção de que um estado constitucional, mais justo e racional no seu funcionamento, deve garantir aos cidadãos o exercício da liberdade, e de que estes devem respeitar e cumprir as premissas estabelecidas pela vontade geral da coletividade, que vêm a ser o alicerce do pacto contratual. A base do estado passa a residir no conceito de indivíduo e não mais na ideia da grande família feudal. É justamente dessa concepção de indivíduo-cidadão que as mulheres foram excluídas, não se constituindo, portanto, como sujeitos de direitos perante a nova ordem que se consolidava (SCHMIDT, 1991, p.237).

Em *Emílio* (1762), Rousseau postula uma educação, bem como uma sociabilidade para as mulheres voltadas para a família, o casamento e a maternidade. Schmidt assinala que esses ideais eram pautados sob o papel biológico da mulher:

Não é de surpreender que, com esse texto, Rousseau emergiu como o teórico da “desigualdade natural” entre os sexos. Segundo ele, era preciso respeitar, antes de tudo, a hierarquia imposta pela própria natureza. Assim, a mulher é definida essencialmente por seu papel biológico, o que significou que não houve alteração do conteúdo do tratado *Ménagier de Paris* de 1393, no qual eram limitados os papéis femininos (SCHMIDT, 1991, p.238).

Não por acaso, Mary Wollstonecraft irá construir o seu discurso a partir da crítica a *Emílio*. Para ela: “Rousseau, porém, bem como a maioria dos escritores que têm seguido seus passos, defende com ardor que a educação das mulheres seja dirigida inteiramente a um objetivo: fazê-las agradáveis” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.48). E o mais importante, ela argumenta que as concepções de Rousseau sobre as mulheres não provinham da razão, o que faria delas justas, segundo os princípios iluministas, mas essas concepções eram fruto de seus preconceitos advindos de seus sentimentos: “Quando deveria ter raciocinado, ele tornou-se apaixonado, e a reflexão inflamou sua imaginação, em vez de iluminar seu entendimento” (WOOLSTONECRAFT, 2016, p. 121). De forma geral, ela questiona o uso da razão quando diz: “Os homens, em geral,

⁸³ Schmidt, Rita Terezinha. *O projeto iluminista e os direitos da mulher*. In: Caminhos para a liberdade: a revolução francesa e a inconfidência mineira: as letras e as artes. Porto Alegre: UFRGS, 1991. p. 184-190.

parecem empregar a razão para justificar preconceitos, assimilados quase sem saber como, em vez de procurar desarraigá-los” (WOOLTONECRAFT, 2016, p. 30).

Gouges por ousar posicionar-se foi assassinada, Wollstonecraft morreu jovem ainda em consequência do parto de sua segunda filha⁸⁴. Contudo, elas, ainda que críticas das concepções dos iluministas sobre as mulheres, identificavam suas obras como parte dessa filosofia. Mesmo assim, ambas foram sumariamente ignoradas pelo discurso iluminista de sua época, bem como da história da filosofia posteriormente. Isto é, encontra-se então outra característica em comum com Virginia Woolf, que, como vimos, também teve dificuldades para ser reconhecida enquanto uma ensaísta feminista.

Porém, contemporaneamente podemos pensá-las como uma leitura importante para entendermos a relação das mulheres com a filosofia de seu tempo. Wollstonecraft, sobretudo, ao mesmo tempo em que se coloca de fora da visão iluminista sobre as mulheres, se coloca dentro do discurso racional e defende o uso da razão como forma das mulheres atingirem as mesmas condições sociais dos homens; além de acusar os homens de que impedir as mulheres de exercerem a razão era um ato irracional deles. Sua interpretação da história é, em princípio, menos crítica do que a de Virginia Woolf e possivelmente isso se deve ao momento de sua escrita⁸⁵. Bonnie Smith nos lembra que no fim do século 18 e na primeira metade do 19 a história ainda não tinha se definido como uma história com gênero e, portanto, as mulheres que pensavam sobre a história ainda não se viam como de fora dela:

Antes da década de 1850, a história não tinha ainda claramente um gênero, nem as mulheres intelectuais situavam-se de maneira plena como parte do universo feminino. Como mulheres, elas estavam além do círculo da cidadania; como intelectuais, contudo, elas próprias excluía-se ou afastavam-se das definições de feminilidade (SMITH, 2003, p. 115).

Olympe de Gouges, que buscou refutar alguns dos princípios iluministas sobre as mulheres, percebia na maternidade não uma característica que inferiorizava as mulheres em relação aos homens, portanto, não como uma justificativa válida para a sua exclusão da cidadania; mas pelo contrário, reivindicou a maternidade como um poder social das mulheres, como uma forma de dependência dos homens em relação a elas. Para Saraceno, a resposta a essa ameaça do poder da maternidade foi o controle

⁸⁴ Que veio a ser a autora de *Frankenstein* (1818), Mary Shelley.

⁸⁵ Porém, Mary Wooltonecraft já percebia que as mulheres na história tinham uma relação desfavorável de poder: “O que revela a história senão as marcas da inferioridade e o modo como poucas mulheres se emanciparam do julgo exasperante do homem soberano?” (WOOLTONECRAFT, 2016, p. 57).

exercido pelo casamento:

Como escreve Johnson, é o estatuto social de esposa, mais que o de mãe, que constitui/constrói a diferença feminina como fraqueza e dependência; ele submete e inverte em fraqueza e incapacidade a própria força da autêntica diferença que as mulheres poderiam fazer valer (e que foi com efeito periodicamente reivindicada por algumas delas, a começar por Olympe de Gouges, como fonte autônoma de direitos de cidadania) nos confrontos com os homens: a capacidade de gerar, de pôr e de manter um filho no mundo. Ao mesmo tempo, oculta a dependência dos maridos em relação às esposas (como mães de seus filhos, como responsáveis pelo atendimento, como “espelhos simbólicos”, para falar como Virginia Woolf), invertendo-a sobretudo em autoridade e independência. É a partir dessa dupla inversão – da capacidade das mulheres em dependência, e da dependência dos homens em independência – que a questão da inserção das mulheres na cidadania foi historicamente colocada como questão de uma “promoção” para elas, “não obstante” seus vínculos e deveres familiares, e não como uma redefinição completa tanto das condições da unidade da família, como das relações de poder e de divisão do trabalho entre os sexos, na família e pela família (SARACENO, 1995, p. 209).

Saraceno compreende que a estratégia de lutar pela cidadania em nome da maternidade é uma tentativa de inversão de poderes. Assim, indo em contraposição ao entendimento masculino de definir a capacidade de gerar filhos como uma limitação das atribuições femininas. Mas ao mesmo tempo, Saraceno alerta para o seu perigo:

Não admira, então, que, para sair desse impasse que coloca as mulheres como incapazes que devem ser capacitadas por um ato de generosidade externo, grupos femininos tenham periodicamente proposto a maternidade como base da cidadania feminina, correndo, todavia, o risco de ficarem prisioneiras da própria maternidade (SARACENO, 1995, p. 209-210).

Em a *Reivindicação dos Direitos da Mulher* (1792) podemos entender o perigo sobre o qual alerta Saraceno. Mary Wollstonecraft era uma filósofa e utilizava as estratégias iluministas de exaltação da razão para reivindicar a cidadania para as mulheres, defendendo a racionalidade e a humanidade delas. Porém, acaba por transparecer em seu discurso uma influência religiosa, puritana e moralista sobre as atribuições femininas⁸⁶. Assim, ela julga que: “No atual estado das coisas, a esposa que é fiel ao marido, mas não amamenta nem educa os filhos, dificilmente merece o nome de esposa e não tem nenhum direito à cidadania. Retirem, porém, os direitos naturais, e os deveres se tornam nulos” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 189).

Para Wollstonecraft, atrelar a maternidade aos direitos da cidadania era uma

⁸⁶ Ela buscava a racionalização da religiosidade, via o corpo como “o templo do Deus vivo”. Ainda que critica do discurso religioso mais conservador que imputava uma moral apenas às mulheres, ela mesma tinha uma concepção da virtude da modéstia, com a diferença que ela devia servir a ambos os sexos: “Poder-se-ia pensar que dou demasiada ênfase à reserva pessoal, mas esta é sempre a serviçal da modéstia” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 167).

relação lógica e um ganho para as crianças que teriam mães mais cuidadosas e para as mulheres que se sentiriam úteis e respeitadas pela nação. O que Wollstonecraft não pôde prever é que para o discurso nacionalista utilizar-se do trabalho feminino na criação das crianças não necessitaria vir atrelado a uma relação de troca e de reconhecimento de direitos. Para a nação não era nem mesmo necessário que essa mãe fosse considerada uma filha de seu solo. Saraceno identifica no Código de Napoleão (1804)⁸⁷ a emergência da condição jurídica de inferioridade das mulheres dentro do discurso nacionalista:

Como sustenta Serena Stolke, desenvolvendo as argumentações de Yuval Davis e Shapiro, “ironicamente, enquanto as mulheres são construídas como ‘sustentáculos da nação’ [bearers of the nation], ao mesmo tempo são desprovidas de nacionalidade própria”. Assim, durante muito tempo (e na Itália até há poucos anos), as mulheres seguiram não podendo transmiti-la aos filhos. Mais uma vez, o Código de Napoleão foi o primeiro ato legislativo com base no qual as mulheres, via legislação matrimonial, perderam qualquer vínculo seguro e individual com a nacionalidade. No curso do século seguinte, outras nações – seja utilizando o critério do jus sanguinis ou, vice-versa, do jus soli, para garantir a nacionalidade – procederam na mesma direção e com motivações análogas: a necessidade de garantir a unidade da família e a certeza do controle sobre a descendência – tanto do pai quanto da nação. A construção dos Estados-nações e a prescrição por lei de uma unidade da família com base na hierarquia desenvolveram-se, assim, como dois processos contemporâneos e coligados (SARACENO, 1995, p. 211).

Dessa forma, quando a cidadania é atrelada ao trabalho feminino na criação das crianças e em tudo que esse trabalho inclui, como o cuidado com a própria casa, ainda hoje: “É difícil, com efeito, pensar numa cidadania ‘igual’ quando existe alguém que, por definição, é titular de deveres de assistência e alguém que, inversamente, é titular de direitos de assistência para si e para os seus” (SARACENO, 1995, p. 229). Contudo, mesmo Mary Wollstonecraft não achava justo que toda a responsabilidade com os cuidados dos filhos recaíssem sobre as mães, mesmo em fins do século 18, ela argumentava pela necessidade da divisão dessas responsabilidades⁸⁸:

Mas até que os homens se tornem atentos aos deveres de pais, é inútil esperar que as mulheres passem no quarto das crianças aquele tempo que elas, “com a sabedoria de sua geração”, preferem passar diante do espelho, porque tal exercício de astúcia é apenas um instinto natural que lhes permite obter de forma indireta um pouco daquele poder do qual são injustamente excluídas; pois, se não for permitido às mulheres desfrutar de direitos legítimos, elas tornarão viciosos não só os homens, mas elas mesmas, a fim de obter

⁸⁷ Ancorado no mito da “mulher natural”: “Suas disposições legais reforçaram os plenos poderes maritais e decretaram a morte civil da mulher, visando a se constituir, por mais de um século, num dos principais obstáculos às aspirações de emancipação feminina” (SCHMIDT, 1991, p. 239).

⁸⁸ Como não podemos deixar de notar, ela chama a atenção dos homens fazendo um julgamento moralista do comportamento das mulheres. Contudo, cabe ressaltar que ainda hoje as relações de poder entre os gêneros tendem a designar a responsabilidade do cuidado com os filhos somente às mulheres.

privilégios ilícitos (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 21).

Ao voltarmos à historicidade do discurso nacionalista europeu percebemos que, na sua construção, as mulheres já estavam excluídas de suas vantagens. O nacionalismo, assim como a cidadania, não foi pensado para incluí-las, a sua função social em ambos era a mesma: gerar filhos e ser a base familiar sobre a qual o estado se ergueria. Benedict Anderson em *Nação e Consciência Nacional* (1989) interpreta a nação como: “[...] a nação é imaginada como comunidade porque, sem considerar a desigualdade e exploração que atualmente prevalecem em todas elas, a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal” (ANDERSON, 1989, p. 16). Para que aja uma relação de companheirismo é preciso que os sujeitos envolvidos nessa relação entendam-se, pelo menos a princípio, como iguais. Como podemos perceber com Olympe de Gouges no fim século 18, mesmo período da emergência do discurso nacionalista, as mulheres não eram vistas em nada iguais aos homens, ou seja, esse companheirismo e horizontalidade idealizada não as incluíam como sujeitos dessas comunidades imaginadas.

Virginia Woolf, leitora de história, leitora de biografias, crítica da permanência de uma cidadania limitada para as mulheres ainda na primeira metade do século 20, deixa de esperar que a nação abraça as suas “enteadas” – tal como ela designa as mulheres com “suas” pátrias⁸⁹. Ao negar fazer parte da nacionalidade dá um passo diferente das feministas do século 18, e das próprias feministas de sua época que, ao fazerem do direito ao voto sua maior bandeira, fizeram de seu objetivo “entrar para a nação”. Veremos mais adiante este aspecto de diferença da reivindicação de Woolf em nome das mulheres.

Mas, ainda buscando pelas similaridades entre essas mulheres feministas, analisemos a estilística de seus discursos. Olympe de Gouges ao retomar a *Declaração* masculina busca deixar clara a exclusão das mulheres do texto original, mas também tenta estabelecer um diálogo com a autoridade masculina. Essa característica de buscar o diálogo com essa autoridade e nesse processo afirmar a sua própria autoridade como parte deste diálogo também foi adotada por Mary Wollstonecraft. Observamos essa estratégia discursiva em *Reivindicação*, ao dedicar seu texto para Charles – Maurice de

⁸⁹ Woolf faz a seguinte observação da condição da mulher na Nação, se em tempos de guerra ela é chamada a apoiar sua nação devido ao patriotismo que deve devotar, então, sua nacionalidade é tão precária que: “O fato de as mulheres mudarem de nacionalidade como resultado do casamento prova que elas são enteadas e não filhas da Inglaterra. Não importa o quanto ela tenha colaborado para derrotar os alemães, se uma mulher se casa com um alemão, ela se torna alemã. Suas opiniões políticas sofrerão uma inversão total e sua piedade filial será transferida (WOOLF, 2015, p. 224).

Talleyrand-Périgord (1754-1838), bispo de Autun e político ativo durante a Revolução Francesa:

[...] dedico-lhe este volume – a primeira dedicatória que já escrevi – para induzi-lo a uma leitura atenta e porque acredito que o senhor me entenderá, o que não suponho ocorrer com muitos dos que se consideram homens de espírito, os quais talvez venham a ridicularizar os argumentos que não puderem rebater (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 17).

Traçando um paralelo com Woolf, *Three Guineas* (1938) é escrito como uma carta-resposta para um interlocutor masculino que teria pedido a contribuição financeira de Virginia Woolf para uma Sociedade contra a guerra, além de perguntar a ela como eles poderiam evitá-la. Assim, ironicamente⁹⁰ Woolf retoma essa tentativa de diálogo com a autoridade discursiva masculina, visto que a carta e a pergunta são tratadas com um desdém e neste desdém ela delinea a pouca responsabilidade das mulheres no advento das guerras, assim como o pouco poder para impedi-las:

[...] é difícil julgar algo que não compartilhamos (...) A resposta que dita nossa experiência e nossa psicologia: “Combater não tem sentido”, é uma resposta que carece de qualquer valor. Evidentemente, alguns de vocês encontram alguma glória em combater, certa necessidade, certa satisfação que nós nunca sentimos nem desfrutamos (WOOLF, 2015, p. 15).

Em seus diários Virginia Woolf escreveu sobre seus temores com a recepção de seus ensaios nos momentos em que eles eram publicados. Ela esperava pelo deboche e pelo escárnio da crítica literária e de seus próprios amigos devido ao seu posicionamento em favor das mulheres e de suas críticas ao patriarcado. Vemos na dedicatória de Mary Wollstonecraft a mesma expectativa de recepção; além disso, também é perceptível como ela procura “induzir” o seu interlocutor pedindo a ele que se desarme do preconceito, já antecipado por ela, e faça uma leitura “atenta” de sua obra.

Outra característica em comum entre suas obras e trajetórias como feministas é a defesa pacifista. Ainda que o pacifismo de Woolf seja atrelado à sua crítica ao nacionalismo; e a defesa do pacifismo de Gouges e Wollstonecraft não fosse devido a uma crítica ao nacionalismo, mas à vontade de por um fim aos conflitos civis com o objetivo de pacificar a nação. Mesmo assim, podemos ver nessa recusa de ambas escritoras à violência um reflexo da experiência das mulheres como vítimas constantes da violência do patriarcado. Assim, ao rejeitarem o uso da violência, elas buscaram

⁹⁰ “[...] a ironia é um comentário sobre a futilidade de se separar o positivo e o negativo, a afirmação e a difamação. A ironia é um meio de lidar com o fato de que o grupo ao qual se é relegado se torna, para fins de diferenciação social e de contestação política, o grupo de nossa identificação afirmativa” (SCOTT, 2005, p. 22).

deslegitimá-la como parte da vida “natural” em sociedade⁹¹, como ressalta Motta:

Gouges, como Wollstonecraft, abraça a causa da abolição da escravatura, a criação de instituições de apoio a mães solteiras e de um teatro para a dramaturgia feminina. Pacifista, como continuam sendo as feministas contemporâneas Olympe opõe-se à pena de morte. Quanto a isso, mais uma vez o pensamento das duas mulheres se aproxima, pois também Mary Wollstonecraft se chocaria com os desmandos da Revolução Francesa e escreveria um panfleto de denúncia. No ano seguinte, Olympe de Gouges seria presa e, três meses depois, guilhotinada por fazer essas mesmas críticas, sendo seu corpo jogado na vala comum (MOTTA, 2016, p. 10-11).

Woolf associou a violência à masculinidade, não de forma “natural”, como se os meninos nascessem violentos, ela propõe que as instituições promovem a violência, até mesmo a escola e a universidade. Ainda, Wollstonecraft também propõe que a escola funciona como um primeiro espaço de socialização violenta para os meninos. Contudo, para ela, a violência masculina era o reflexo de uma “natureza” acentuada por uma educação só entre meninos:

Essa crueldade habitual é primeiramente vista na escola, onde um dos raros esportes dos meninos é atormentar os infelizes animais que cruzam seu caminho. A transição, quando eles crescem, da barbárie para com os animais à tirania doméstica sobre as esposas, as crianças e os empregados é muito fácil. A justiça, ou mesmo a benevolência, não será uma causa de ação eficaz, a menos que se estenda a toda criação; mais ainda, creio que possa ser considerado um axioma o fato de que aqueles que podem ver a dor sem se comover logo aprendem a infringi-la (WOOLSTONECRAFT, 2016, p. 222).

Mary Wollstonecraft trabalhou como preceptora de crianças e tinha a educação como uma das grandes ferramentas para a mudança social. Assim, ela advogava a necessidade de uma educação acessível e pública a todas as classes e preferencialmente mista. Desse modo, suas observações sobre a educação mostraram-se muito pertinentes no decorrer dos séculos. Contudo, ela tinha uma crença de que as mulheres, ao terem acesso à educação e ao provarem-se tão inteligentes e capazes quanto os homens, veriam resolvidos os problemas para fazerem parte da vida política e cultural na sociedade:

Estou persuadida de que na busca por conhecimento as mulheres nunca serão insultadas por homens sensatos, e raras vezes por homens de qualquer tipo, se elas não lembrarem a eles por meio da falsa modéstia de que são mulheres; atuando com o mesmo espírito das senhoras portuguesas, que considerariam um insulto a seus encantos se, quando deixadas sozinhas com um homem, ele não tentasse, pelo menos, ser grosseiramente íntimo. Os homens nem sempre são homens na companhia das mulheres nem as mulheres sempre se recordariam que são mulheres, se lhes fosse permitido adquirir mais

⁹¹ Cabe ressaltar que a concepção de rejeitar a violência por parte das mulheres não deve ser universalizada. Mais contemporaneamente tem sido reconhecida a memória das combatentes mulheres, como as mulheres russas que lutaram na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) retratadas em: ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *A guerra não tem rosto de mulher*. Companhia das Letras, 2016.

entendimento (WOOLSTONECRAFT, 2016, p. 161).

Antes de contrapormos a história à crença de Mary Woolstonecraft, cabe a observação de sua visão etnocêntrica sobre as mulheres portuguesas. Como já observado, a sua postulação de uma modéstia feminina a fazia julgar muitas vezes o comportamento feminino como inapropriado e inclusive culpabiliza as mulheres pelo comportamento masculino sobre seus corpos. Assim, o dever de manter uma “pureza” atribuída às mulheres funcionou também como uma forma de idealizá-las. Esse discurso era tão impregnado na sociedade que, como vemos, não escapou nem mesmo às primeiras feministas. Para Woolstonecraft, o grande “pecado” da mulher era “descer” ao comportamento masculino quanto à expressão da sua sexualidade e ao abandono de suas obrigações “naturais” enquanto mães.

Passando da contraposição às suas esperanças, a história das mulheres nos conta que as esperanças de Woolstonecraft não se concretizaram. Mesmo quando as mulheres puderam acessar os espaços de educação e mostraram-se capazes de ser racionais, a história da ocupação desses espaços foi uma história travada entre obstáculos e violências. Em *Three Guineas* Virginia narra as dificuldades das mulheres universitárias que, mesmo anos após conseguirem entrar na universidade, ao se formarem não recebiam a titulação de Bacharel em Artes. A falta deste título servia, por sua vez, como justificativa para que elas não pudessem dar aulas na universidade. Em Trinity nos anos 1930 a votação da proposta para que as mulheres pudessem receber a titulação foi negada por mil seiscientos votos contra seiscientos e sessenta e um a favor da proposta. Virginia Woolf ressalta como os estudantes homens reagiram à votação:

O comportamento dos estudantes depois que anunciaram o resultado do conselho foi excepcionalmente deplorável e vergonhoso. Um grupo deles saiu do conselho, e se dirigiu a Newham e destruiu as portas de bronze que se haviam erigido em homenagem a senhorita Clough, sua primeira reitora. (WOOLF, 2015, p. 49).

Nesta pequena narrativa Virginia Woolf demonstra que as esperanças numa boa recepção das mulheres ao “mundo masculino” estavam perdidas e que a humilhação e a resistência era o que elas podiam esperar dos homens ao tentarem ocupar as instituições, mesmo as instituições educacionais que em teoria prezavam pela racionalidade e pela educação. Ainda, essa postura dos estudantes de Trinity não era um caso isolado, mas resultado da historicidade de um discurso sobre as mulheres, bem como um conhecimento que defendia a exclusão justificada delas destes espaços, como pontua Smith:

Quando as mulheres passaram a frequentar a universidade, a desaprovação da educação intelectual feminina que se desenvolvera a partir das revoluções Francesa e Americana evoluiu para uma bem-estabelecida “verdade científica”, segundo a qual o estudo destruiu a saúde física e emocional delas. O estudo de Patrick Geddes e J. Arthur Thomson, na Inglaterra, e do Dr. Edward Clarke, em Harvard, atestou que o trabalho intelectual arruinaria a capacidade das mulheres de reproduzir e amamentar. De acordo com Herbert Spencer e outros cientistas sociais, a abstinência das mulheres de qualquer atividade intelectual como parte de uma divisão sexual de tarefas é o estágio mais alto da evolução. À medida que a taxa de fertilidade passou a declinar no fim do século 19 e à medida que grandes potências ocidentais começaram a preocupar-se com a “boa forma” de suas populações, o trabalho intelectual das mulheres passou a ser visto como especialmente problemático, perigoso e até impatriótico (SMITH, 2003, p. 395).

Para continuar a comparação entre as escritoras, passemos a reconhecer as suas diferenças e, com isso, a multiplicidade e historicidade do discurso feminista. Quanto às diferenças mais acentuadas podemos encontrá-las, por exemplo, nas diferenças de posições de Wollstonecraft e Woolf sobre a maternidade e o nacionalismo. No discurso de Wollstonecraft há uma tentativa de definir características para todas as mulheres, o que acaba por aprisioná-las ainda mais no que a sociedade espera da feminilidade. Ela atrela o direito à cidadania ao dever de ser uma “boa” mãe e de educar os filhos com uma educação patriótica:

Se as crianças têm de ser educadas para entender o verdadeiro princípio do patriotismo, suas mães devem ser patriotas; e o amor à humanidade, do qual surge naturalmente uma série de virtudes, só pode nascer caso seja considerado o interesse moral e civil da humanidade; mas, hoje, a educação e a situação da mulher deixam-na fora de tais indagações (WOOLSTONECRAFT, 2016, p. 19).

Wollstonecraft, como já vimos, atrelou a cidadania à maternidade e mesmo que defenda que ser mulher não se resume à maternidade e reivindique o direito à educação e à profissão para as mulheres, ela não defende os direitos das mulheres em termos autônomos. Porém, sua defesa se estabelece em termos de um “proveito” para toda a família, não pensando a mulher como um sujeito por si mesma: “Façamos das mulheres criaturas racionais e cidadãs livres, e elas rapidamente se tornarão boas esposas e mães – isto é, se os homens não negligenciarem os deveres de maridos e pais” (WOOLSTONECRAFT, 2016, p. 229).

Essa associação entre dever da maternidade e nacionalismo serviu muito bem ao discurso vitoriano no século 19 que moralizou e estipulou um padrão de comportamento para as mulheres. A respeito desse aspecto Maria Conceição Monteiro, em *Figuras Errantes na Época Vitoriana: a preceptora, a prostituta e a louca* (1998), traz algumas considerações:

Na Inglaterra do século XIX, mais precisamente no período vitoriano, o progresso das ciências e a sofisticação da técnica, com reflexos em todas as camadas sociais, criaram um ambiente propício para o surgimento de um tipo feminino cujo perfil se pode nitidamente traçar. Nessa época, com efeito o questionamento religioso de par com um processo evolutivo indiferente aos anseios sociais suscitou a necessidade de se buscar um ponto de equilíbrio entre o público e o privado, uma base que refletisse solidez e estabilidade. Esta base, naturalmente, era o lar, e como seu representante elegeu-se alguém com as qualidades de guardião moral e da castidade. A exigência de um *anjo do lar* fez nascer a mulher vitoriana (MONTEIRO, 1998, p. 61).

O discurso nacionalista quando atribuído às mulheres serviu para justificar a exclusão do direito à educação, à profissão e à cidadania em favor da tarefa de ser esposa. Tendo em vista essa concepção de gênero do discurso vitoriano, não deixa de ser demonstrativo da complexidade dos poderes que o gênero engendra que no momento da emergência de um discurso moralizante sobre as mulheres a Inglaterra fosse governada por uma mulher. Isto é, ser mulher não garantiu à Rainha Vitória uma sensibilidade diferenciada para a condição das mulheres. Ou seja, como a Rainha constituiu-se dentro das concepções de gênero vigentes à sua época, então, mesmo ocupando uma posição de poder “masculino”, ela não deixou de defender a exclusão das mulheres da cidadania em nome da natureza:

A mulher com o perfil assim delineado tinha todo o apoio da rainha Vitória, que atribuía o sucesso do seu reinado à moralidade da corte e à harmonia da vida doméstica. Conseqüentemente, olhava o movimento em defesa dos Direitos da Mulher como ameaça à virtude do sexo “frágil” (MONTEIRO, 1998, p. 61).

Virginia Woolf nasce quando o regime do discurso vitoriano ainda estava vigente, o qual está exemplificado nas concepções de seu pai do lugar das mulheres na sociedade; contudo, Woolf percebe essa contradição entre a liberdade das mulheres e a defesa do nacionalismo. Interpreto que justamente por entender que para a Nação o lugar das mulheres seria sempre em primeiro lugar a maternidade, Woolf reconhecia no processo de geração de filhos a função primordial de manutenção da sociedade⁹². Portanto, como estratégia pacifista Woolf destaca a reivindicação de outras mulheres para que elas deixassem de ter filhos em nome do fim da guerra:

Naturalmente, a mulher instruída produz uma arma essencial: as crianças. E um método para ajudar a prevenir a guerra é recusar ter filhos. Então, a

⁹² “O fato, como penso que havemos de concordar, é que as mulheres, desde os primeiros tempos até o presente, têm dado à luz toda a população do universo. Essa atividade toma muito tempo e energia. [...], mas o que é necessário não é apenas a educação. É que as mulheres tenham liberdade de experiência, possam divergir dos homens sem receio e expressar claramente suas diferenças [...] que todas as atividades mentais sejam incentivadas para que sempre exista um núcleo de mulheres que pensem, inventem, imaginem e criem com a mesma liberdade dos homens e, como eles, não precisem recear o ridículo e a condescendência” (WOOLF, 2012, p.50).

senhora Helena Normanton acredita que "a única coisa que pode fazer qualquer mulher em qualquer país é deixar de produzir carne de canhão" (*Relatório do Conselho Anual para a Igualdade Cidadã*, The Daily Telegraph, 5 de março de 1937). As cartas enviadas aos jornais muitas vezes compactuam com esse ponto de vista: "Eu vou dizer ao Sr. Harry Campbell por que as mulheres se recusam a ter filhos nestes tempos. Quando os homens aprenderem a gerir o governo da terra de modo que as guerras afetem apenas aqueles que estão envolvidos na disputa, em vez de arrastar para elas quem não têm nada com elas, talvez, assim, as mulheres novamente sintam vontade de ter uma grande família. Por que deveriam as mulheres trazer crianças para um mundo como o que temos hoje?" (Edith Matutin-Porch no The Daily Telegraph, 6 de setembro de 1937). O fato de que a taxa de natalidade da classe educada está em declínio parece indicar que as mulheres instruídas estão seguindo o conselho da Sra. Normanton. As mulheres receberam o mesmo conselho em circunstâncias muito semelhantes há mais de dois mil anos atrás por Lisístrata (WOOLF, 2015, p. 222)⁹³.

Ao historicizar o direito à cidadania das mulheres inglesas Woolf encontra a sua "arma" para questionar a necessidade de patriotismo das mulheres. Diferentemente de Gouges e de Wollstonecraft, ela abandona o ideal reformista de ser acolhida pela pátria, sua defesa é pelo rompimento com o patriotismo:

Mas para a irmã do homem educado... O que o patriotismo significa para ela? Você tem os mesmos motivos para se sentir orgulhoso da Inglaterra, amar a Inglaterra e defender a Inglaterra? Quando consultado, a história e a biografia parecem indicar que o lugar das mulheres na morada da liberdade tem sido bastante diferente do de seu irmão, e a psicologia parece indicar que a história não passa sem deixar marcas na mente e no corpo (WOOLF, 2015, p.19).

Wollstonecraft constrói a sua *Reivindicação* como uma aposta no governo racional e iluminista de uma República que reconheceria a racionalidade e o direito à liberdade das mulheres. Contudo, seu próprio discurso é vítima de uma moralidade sobre o comportamento feminino, ainda que sobre o comportamento masculino também, mas seu discurso apresenta uma associação com o puritanismo religioso que acaba por reforçar o caráter de uma feminilidade vítima de uma vigilância permanente do corpo e da sexualidade das mulheres. Wollstonecraft acreditava que a falta de cidadania das mulheres era a responsável por seu estado infantilizado e até mesmo sem moral com que elas se comportavam em sociedade. Ressalta ela que suas críticas são dirigidas às mulheres da alta sociedade, ela reconhecia na necessidade de trabalhar das mulheres pobres uma forma de enobrecer os seus espíritos e a sua postura diante dos homens.

Como solução para educar essas mulheres do seu estado de tolice e dar sentido às suas existências, Wollstonecraft advoga a necessidade de uma educação nos moldes da educação dirigida aos homens, uma educação que lhes apresentasse uma destinação

⁹³ Virginia Woolf faz referência à comédia de Aristófanes *Lisístrata*, encenada em 411 a.C., em Atenas.

maior que apenas serem esposas. Ela defende assim a possibilidade de as mulheres terem uma profissão, mas vê na educação feminina o alicerce para que o patriotismo lhes fosse ensinado e elas os transmitissem aos filhos. Um paralelo interessante traçado por ela é a similaridade de comportamentos que ela vê entre as mulheres e os soldados:

Os soldados adquirem algum conhecimento superficial, arrancado da corrente turva da conversação, e, devido ao fato de estarem continuamente em sociedade, ganham o que é chamado de conhecimento do mundo (...) Quanto à profundidade de entendimento, eu me aventurarei em afirmar que esta é tão rara de ser encontrada no Exército quanto entre as mulheres; a causa, insisto, é a mesma. Pode ainda ser observado que os oficiais também dedicam especial atenção a si mesmos, amam a dança, os salões repletos de gente, as aventuras, as zombarias (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 45).

Esse paralelo serve a Mary Wollstonecraft para criticar tanto a tolice feminina quanto a idolatria e a falta de razão dos soldados. Entre suas críticas estava a falta de necessidade na manutenção de um exército permanente. Ainda que seu pacifismo fosse relativo e ela julgasse algumas guerras justas⁹⁴, ela não via razão para que homens dedicassem unicamente as suas vidas ao exército e via na obediência militar a falta do uso da razão, assim como ela supunha ser o caso das mulheres que viviam “apenas” para os interesses de festas e salões.

Virginia Woolf, por outro lado, coloca em dúvida esse estado de inércia em que as mulheres supostamente viviam. Para ela, a experiência de ser deixada de fora da cidadania era um sofrimento e uma forma de opressão, contudo, também uma forma de aprendizado. Se para Wollstonecraft a condição das mulheres levaria a um permanente estado de falta de entendimento da realidade; para Woolf, a experiência de ser deixada de fora, bem como a experiência com a submissão patriarcal poderiam ensinar as mulheres como o poder nestes termos e a violência utilizada pelos homens para se manterem nessa posição eram forças negativas. Porém, Woolf enfatiza que a possibilidade da construção de uma visão crítica das mulheres passava pela sua independência econômica e intelectual. Dessa forma, elas precisavam buscar por uma profissão e por uma educação que as emancipasse e, assim, elas poderiam se voltar contra as tiranias sustentadas pelo patriarcado: “E se voltassem a depender de seus pais e irmãos, voltariam a estar a favor da guerra, de modo consciente e inconsciente. A história parece colocar essa afirmação fora de toda a dúvida” (WOOLF, 2015, p. 59).

Como se respondesse à Mary Wollstonecraft, Woolf nega a afirmação que ela

⁹⁴ “Contudo, se a guerra defensiva, a única guerra justificável, no atual estado avançado da sociedade, em que a virtude pode mostrar sua face e amadurecer em meio aos rigores que purificam o ar no topo das montanhas, somente fosse aceita por ser justa e gloriosa, o verdadeiro heroísmo da Antiguidade poderia novamente animar os seios femininos” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 189).

faz de que algumas mulheres adquiriam poderes na sociedade através da sedução e do charme que enredava os homens e lhes fazia conseguir os seus favores de forma imoral⁹⁵. Virginia Woolf não nega essa possibilidade, mas se nega a ver nessas relações uma forma de acesso real ao poder. Para ela, a influência pelo charme é restrita, pois as mulheres velhas e feias não a possuiriam; além disso, Woolf acaba por afirmar que o melhor seria chamar esses comportamentos como prostituição “de uma vez”. Dessa forma, ela relativiza o acesso ao poder, mesmo das mulheres aristocratas, e ironiza sobre a inadequação que as excluía desses espaços de poder:

[...] seria difícil de negar que sempre houve mulheres influentes na política. A famosa duquesa de Devonshire, Lady Palmerston, Lady Melbourne, madame de Lieven, Lady Holland, Lady Ashburton – podemos saltar de um nome célebre a outro – possuíam sem dúvida uma grande influência política. Suas famosas mansões e os banquetes que ali celebraram adquiriram um tal protagonismo nas memórias políticas da época que dificilmente podemos negar que a política inglesa, talvez até mesmo as guerras inglesas, teriam sido outras sem essas mansões e sem esses banquetes. Todas essas memórias compartilham uma característica: os nomes dos grandes líderes políticos – Pitt, Fox, Burke, Sheridan, Peel, Canning, Palmerston, Disraeli, Gladstone – aparecem espalhados por todas as páginas; sem dúvida, você não encontrará uma única filha de um homem educado recebendo os convidados no hall de entrada, nem tão pouco a verá presente em nenhuma sala privada. Talvez não tiveram o encanto, o gênio, o alcance nem o vestido adequado (WOOLF, 2015, p. 25-26).

As posições contrárias quanto aos efeitos da falta de poder das mulheres na sociedade entre Wollstonecraft e Woolf parecem estar ligadas às suas concepções quanto aos efeitos do patriotismo. Para Wollstonecraft, a solução da falta de condições para acessar a vida pública para as mulheres passava por uma educação patriótica que as ensinasse os valores da nação e a obediência a esses valores. Para ela, as mulheres seriam indiferentes à ordem e isso as degradaria. Como crítica ao patriotismo, Woolf via nessa posição de fora das instituições nacionais de poder uma possibilidade de subverter estes poderes através do questionamento do nacionalismo. Não ser obediente aos valores nacionais não era para Woolf uma degradação, mas sim uma vantagem, uma possibilidade de perceber os limites do discurso nacionalista que, em nome do monopólio da violência, mantém permanentemente o estado em possibilidade de guerra com outros estados. Interpreto que Virginia Woolf chega à sua crítica do nacionalismo

⁹⁵ “É certo que as mulheres, ao adquirir poder por meios injustos, mediante a prática ou a fomentação do vício, evidentemente perdem o lugar que a razão lhes assinalaria e se convertem ou em escravas abjetas, ou em tiranas caprichosas. Perdem toda a simplicidade, toda a dignidade mental ao adquirirem poder e agem da mesma forma que os homens quando exaltados pelos mesmo meios” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 69).

justamente porque, diferentemente de Wollstonecraft, não quer mais uma igualdade com os homens nos mesmos termos deles, não quer fazer parte de uma nação bélica e imperialista. Ela chega à conclusão que essa nação nos “moldes masculinos”, como ela caracteriza, levaria sempre à guerra e ela nunca seria justa.

Virginia Woolf ao definir a posição das mulheres como “de fora” argumenta que poderia ser desse lugar que elas iriam contribuir para uma reforma de toda a sociedade. Diferentemente das feministas do século 18 que queriam acessar a cidadania e a nação para delas usufruir seus direitos e vantagens, Woolf não vê mais essas posições de poder como desejáveis. Desse modo, defende a potencialidade de manter-se de fora e de fazer a crítica a esses poderes, bem como destaca Oliveira:

Ao afirmar que “in fact, as a woman, I have no country. As a woman I want no country. As a woman my country is the whole world”, Woolf (1993) [“De fato, como uma mulher, eu não tenho um país. Como uma mulher eu não quero nenhum país. Como uma mulher meu país é o mundo todo”] está propondo o começo de uma revisão histórica e cultural, opondo-se ao discurso nacionalista e à tirania da sociedade patriarcal, ela sugere uma visão de mundo que nos liberta do desejo de posse e de dominação sobre o outro, além de oferecer uma política feminista pacifista bastante revolucionária. (OLIVEIRA, 2012, p. 206).

Como outros escritores das décadas de 1920 e 1930 Virginia Woolf, ao testemunhar os horrores da Grande Guerra (1914-1918), passa a duvidar da superioridade defendida pelo discurso iluminista da racionalidade. Ela não vê mais a realidade como algo que pudesse ser entendida sempre a partir de um discurso racional, muito menos acreditava que essa racionalidade era progressista e ao usá-la iríamos atingir uma sociedade igualitária⁹⁶. Ela passa a questionar e perceber como as atrocidades e submissões podiam ser racionalizadas e defendidas também como muito lógicas e necessárias.

Como argumenta Rita Terezinha Schmidt os discursos das primeiras feministas que ousaram apontar os limites da Revolução contribuíram para uma radicalização do

⁹⁶ Virginia Woolf era crítica também da capacidade de pesquisadores e até mesmo pesquisadoras das classes privilegiadas de retratarem a realidade da classe trabalhadora. Ela mantém uma consciência da limitação do seu olhar para a sociedade e não esperava falar por outras mulheres que não as que tinham as mesmas condições que ela. Com isso não achava que as mulheres pobres e operárias não deviam ter espaço na literatura e na história, mas que esse espaço devia ser criado por elas mesmas. Assim, ela publica em sua editora uma obra que traz a escrita da experiência dessas mulheres: “Em 1931, ao apresentar um estudo de cinquenta anos sobre a vida das mulheres das classes trabalhadoras, Virginia Woolf apregoou que as pesquisadoras de classe média por si próprias tinham ‘pouco conhecimento sobre o que lhes agrada chamar de ‘realidade’” Introdução de *Life as We Have Known*, de Margareth Llewelyn Davies, Hogarth Press, 1931 (SMITH, 2003, p. 365).

entendimento da liberdade, pois:

[...] deixaram exposta a falácia da lógica discursiva que a alimentou, mostrando que grandes princípios revolucionários, inscritos em constituições nacionais, são literalmente postos de lado quando se trata das diferenças de gênero e, principalmente, que qualquer projeto que se quer verdadeiramente revolucionário não pode ser elaborado dentro dos limites de uma cultura que se configura como a cultura dominante. O seu movimento, desde então atingiu as mais diversas fronteiras, acrescentou elementos chaves importantes para a compreensão da modernidade: a consciência de perda da inocência da história e a crença de que a grande crise do sujeito lógico, da razão objetiva e das grandes legitimações não é senão a crise da cultura de dominação (SCHMIDT, 1991, p. 242).

Em seu ensaísmo Woolf retoma a crítica a esses limites impostos às mulheres pela dominação masculina. No entanto, as suas críticas não são mais voltadas para os revolucionários, como Wollstonecraft e Gouges, mas para os nacionalistas. Woolf percebe que o nacionalismo do século 20, após ter servido para a consolidação do Estado-nação no 19, demonstrava o seu caráter violento com a facilidade para justificar a guerra entre as nações. E elas eram justificadas através do que o próprio discurso nacionalista fomentava, tal como pontua Saraceno:

O etnocentrismo e o racismo, a face obscura da nacionalidade, explicitam, reforçando-a, tanto essa exigência de controle sobre as mulheres, para salvaguardar a nacionalidade, como a sua analogia com os sistemas de controle familiar: “provedoras da nação”, elas constituem também o instrumento e a garantia da sua “pureza”, como quer que esta seja definida (SARACENO, 1995, p. 212).

Portanto, a crítica de Virginia Woolf sobre o discurso nacionalista e a política patriarcal parte da sua visão sobre a opressão feminina. Porém, ela precisa ser feita também a partir de uma concepção intersseccionada entre as opressões de raça, classe e gênero. A dominação sobre as mulheres em nome da manutenção da nacionalidade na Europa se faz também em nome do racismo para garantir a hegemonia da raça branca; assim como em favor das classes médias e altas já que o ideal de feminilidade nunca atingiu plenamente as mulheres pobres a quem o trabalho fora de casa não era negado, mas fazia parte de suas vidas por uma necessidade de sobrevivência, mesmo quando eram casadas. Assim, o nacionalismo e o patriarcado são entrelaçados de relações de poder que visam à dominação de um sujeito normativo sobre “os outros” gerando “momentos” que:

[...] quando exclusões são legitimadas por diferenças de grupo, quando hierarquias econômicas e sociais favorecem certos grupos em detrimento de outros, quando um conjunto de características biológicas ou religiosas ou étnicas ou culturais é valorizado em relação a outros – que a tensão entre indivíduos e grupos emerge (SCOTT, 2005, p. 18).

Ainda que Woolf, Gouges e Wollstonecraft não tenham construído as suas

críticas sobre a submissão das mulheres amparadas por uma perspectiva teórica que pensasse concretamente sobre a pluralidade de condições em que as mulheres existiam, também não seria verdade dizer que elas não se davam conta de que eram mulheres privilegiadas em relação à grande maioria das mulheres. Penso que elas usaram desses privilégios para, nos seus limites de percepção, tentarem a libertação de todas as mulheres, como salienta Wollstonecraft: “devemos recordar que não peço um lugar para um pequeno número de mulheres ilustres” (2016, p. 57).

3.4. *Three Guineas* e o fascismo a partir de uma análise de gênero

Muitos trabalhos dedicados à obra de Virginia Woolf, principalmente vindos da crítica literária, mas também da filosofia e da psicanálise, trataram das experiências pessoais de Woolf buscando traçar paralelos com a sua obra, geralmente concentrados em seus romances. Na maioria desses trabalhos foi analisada a influência da participação de Woolf no grupo de Bloomsbury e o quanto seus participantes como críticos e incentivadores da escritora foram importantes para o desenvolvimento da sua narrativa.

Devido à quantidade de obras que se dedicaram a essa questão, ela não faz parte do presente trabalho, não de forma direta pelo menos. A própria biografia de Quentin Bell, discutida no primeiro capítulo, dá destaque ao tema de Bloomsbury. Bell esmiúça a formação do grupo, suas gerações e a relação de Woolf com seus membros, principalmente Clive Bell, Lytton Strachey e o próprio Leonard Woolf. Minha intenção é pensar o ensaísmo de Woolf apesar da influência dos membros de Bloomsbury. Uma perspectiva que penso ter justificado ao vermos como a crítica literária, composta em parte de membros do grupo, recebeu seus ensaios feministas.

Apesar das tentativas de deslegitimarem seu discurso, apesar do desdém com que eram feitas as críticas, Woolf continuou propondo o tema das mulheres em seus ensaios. Em *Three Guineas* (1938) vemos como ela relaciona o tema das mulheres com o contexto da ascensão do fascismo, da brutalidade da guerra e da proposta utópica pelo pacifismo.

Virginia Woolf realiza com *Three Guineas* o que ela mesma prescreve, tanto discursivamente como na ação prática ao destinar o dinheiro arrecadado com as vendas do ensaio para um fundo em socorro às vítimas da Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Oliveira observa essa questão em seus apontamentos:

Michèle Barrett (1993) na introdução de *Three guineas* nos lembra de forma brilhante que o manuscrito do livro, tão odiado e tão criticado, foi vendido para levantar fundos para os refugiados da guerra civil espanhola. O destino que teve *Three guineas* foi louvável e isso o torna muito mais poderoso e significativo, pois de uma forma bem efetiva ele responde à questão de Woolf no começo de seu ensaio, se ela não contribuiu para evitar a guerra, pelo menos pôde fazer algo efetivo para aliviar suas consequências (OLIVEIRA, 2013, p. 73).

Para compreendermos como ela realiza o que prescreve discursivamente analisaremos sua metodologia de pesquisa, sua construção narrativa e contra o que/quem e a favor de que/quem ela constrói o seu discurso. Como ela faz de sua escrita uma escrita antifascista e em defesa das mulheres?

3.4.1. Notas de um ensaísmo

As notas de *Three Guineas* (1938) foram comentadas pela crítica literária muitas vezes como um excesso, como algo que trouxe um peso desnecessário ao seu ensaio, o tornando inclusive enfadonho e, até mesmo, “dificultando a sua leitura”. As notas estão dispostas ao final do ensaio e não no corpo do texto, talvez ao dispor dessa maneira a intenção de Virginia Woolf era conceder uma maior escolha ao leitor de lê-las ou não. No entanto, seu interesse em apresentar as notas, bem como a profundidade da discussão que estabelece com suas fontes parece uma tentativa de enfim ser levada “a sério”⁹⁷. Woolf busca com esse ensaio transcender a acusação corriqueira de que seu posicionamento sobre a condição das mulheres era uma mera questão de “opinião”, ela quis assim “provar” os seus argumentos.

Ao analisar suas notas acabamos voltando ao questionamento da natureza de seu texto, como entendê-lo? Quando adotei o termo “ensaísmo” para designar seus ensaios sobre as mulheres, seus ensaios que classifico como feministas, busquei assim definir que seu discurso está numa fronteira, em parte dentro da “tradição” amadora como estudada por Bonnie Smith; em parte, em diálogo com a historiografia de seu tempo. *Three Guineas* é o seu ensaio que mais se aproxima de seu projeto idealizado em seus diários de: “Eu devo escrever memórias, eu já tenho um plano de conseguir manuscritos históricos e escrever As Vidas dos Obscuros” (WOOLF, 1954. p. 107). Em outras

⁹⁷ A experiência de ser desacredita e receber críticas agressivas ou condescendentes foram relatadas em seus diários. Sobre o lançamento de *Um Teto Todo Seu* (1929) ela escreve: “não o levarão a sério. Dirão: ‘A senhora Woolf é uma escritora que tudo que escreve é muito agradável de ler’” (OCAMPO, 1954, p. 36).

passagens entendemos que ela designa “obscuros” como sinônimo de mulheres. Deixando claro seu entendimento de que, para ela, a história e a memória das mulheres estavam perdidas, obscurecidas pelo passado e devia ser trazida “à luz”, devia ser escrita. Ela chega mesmo a mencionar nos diários que gostaria de escrever uma história do movimento feminista.

Esses projetos de uma escrita das memórias de mulheres, e de uma escrita do movimento feminista podem não ter sido concretizados como ela idealizou, em obras talvez em outro formato que o ensaio e talvez dedicadas apenas a esses temas. Mas nas notas de *Three Guineas* vemos o resultado de uma pesquisa que caminha para esse fim, em suas 124 notas ela cita mais de 100 fontes que incluem: biografias, cartas, memórias e diários de mulheres, além de relatórios governamentais, discursos políticos e religiosos sobre as mulheres. Além disso, como nunca deixa de faltar em seus ensaios feministas – ela cita obras literárias e históricas e discute a representação que elas fizeram das mulheres.

Se o tema de *Three Guineas* em si é sobre a proposição de como evitar a guerra e, a fim de atingir esse objetivo, ela analisa as condições das mulheres na sociedade retomando a sua história, assim como sua submissão; então, a sua análise é possível devido a uma pesquisa ampla dos discursos sobre as mulheres confrontados com os discursos das próprias mulheres, assim, trazendo para a narrativa do ensaio a experiência delas com seu contexto histórico, colocando em dúvida o discurso histórico de uma submissão passiva ou de uma aceitação da ordem vigente. Sua primeira nota é exemplar da discussão que ela propõe:

The Life of Mary Kingsley, de Steplien Gwynn, p.15. Pode-se supor que aproximadamente vinte ou trinta libras pagaram por toda a educação de Mary Kingsley (1862-1900). Pode-se considerar que, a média, usual durante o século XIX, e ainda mais tarde, era de aproximadamente cem libras. As mulheres educadas sob esse regime muitas vezes sentiam uma aguda falta de instrução: "Eu sempre percebi os defeitos da minha educação, mais penosamente quando eu sai de casa", escreveu Anne J. Clough, a primeira preceptora de Newnham (*Life of Anne J. Clough*, p.60), Elizabeth Haldane, que como a Sra Clough veio de uma família muito educada, mas foi criada praticamente da mesma forma, observa que quando ela era jovem: "o primeiro que eu percebi era que me faltava educação, e comecei a pensar em maneiras de alterar esta falta. Eu teria gostado de ir para a universidade, mas naquele tempo não era comum uma moça fazer tal coisa, e ninguém encorajou essa ideia, a universidade também era cara, era impossível para uma filha única deixar uma mãe viúva, e ninguém fez nada para que esse fosse um plano viável. Nessa época havia um novo sistema de cursos por correspondência..." (*From One Century to Another*, Elizabeth Haldane, p.73) (...) No século XIX, era comum que a ignorância fosse incentivada por circular a idéia comum de que os homens instruídos a preferiam, como evidenciado pela energia com que Thomas Gisborne, em seu livro instrutivo *An Enquiry into the Duties of the Female Sex* (p.278), repreendia a quem

recomendava que as mulheres: "fossem cautelosas e evitassem revelar ao marido todas as suas habilidades e capacidades (...) isso não é descrição, é engano, é simulação, é uma impostura deliberada (...) dificilmente pode se sustentar por um longo tempo sem ser detectada". No entanto, no século XIX, a filha do homem educado era ainda mais ignorante da vida do que dos livros. Na seguinte citação uma possível causa para tal ignorância é sugerida: "Pensou-se que a maioria dos homens não eram 'virtuosos', o que significa que quase todos eram capazes de abordar e de serem inconvenientes – ou algo pior – com qualquer garota que eles conhecessem" ("Society and the Season", de Mary, condessa de Lovelace, em *Fifty Years*, 1882-1932, p.37). Então a mulher estava confinada a um círculo muito fechado e sua "ignorância e indiferença" para qualquer coisa fora desse círculo era desculpável. A relação entre essa ignorância e a concepção oitocentista de masculinidade, tornava "virtude" e virilidade incompatível– ver o herói vitoriano – é evidente. Em uma passagem bem conhecida, Thackeray reclama das limitações que essa relação entre virtude e virilidade impôs ao seu trabalho (WOOLF, 2015, p.219-220).

Dessa forma, vemos como Woolf constrói suas observações trazendo a memória das mulheres “obscuras” do passado, trazendo seu descontentamento com as privações de suas vidas. Seu argumento central é sempre o de provar que as condições presentes das mulheres são permanências desse passado, nada distante, e que ele ainda estava vivo nos preconceitos e nas lutas necessárias para garantir o mínimo de possibilidades para as mulheres. O caráter de prova atribuído às citações que ela traz de suas fontes caracteriza um processo de escrita e de pensar o seu discurso que a aproxima de uma “operação historiográfica”⁹⁸, pois ela critica e edita as suas fontes, assim como as traz para constituir uma prova documentária. Woolf não está aqui lidando com a ficção, não está representando a opressão das mulheres através de sua imaginação, o que ela também sabia fazer. Mas ela está tentando “provar” essa opressão apelando para a legitimidade das vozes de testemunhas do passado.

Vitor Batalhone Júnior retoma em sua dissertação *Uma história das notas de rodapé*⁹⁹ (2011) o processo de profissionalização da escrita da história através da obra de Anthony Grafton, *As origens trágicas da erudição* (1998):

Nesse livro, Grafton analisa o surgimento da tecnologia das notas de rodapé na historiografia ocidental moderna a partir do século XVII até os nossos dias, mas analisando com maior atenção autores como Ranke, em cuja obra por exemplo, reconhecida como um marco do surgimento da historiografia considerada científica, as notas possibilitaram uma maior fundamentação da narrativa, mostrando as fontes utilizadas, assim como as “discussões”, as “polêmicas” entre o autor e a bibliografia utilizada. Segundo Grafton, a

⁹⁸ CERTEAU, Michel de. “A Operação Historiográfica”. In: A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

⁹⁹ BATALHONE Jr, Vitor Claret. *Uma história das notas de rodapé: a anotação da História Geral do Brasil de Francisco Adolf de Varnhagen (1854-1953)*, Porto Alegre, 2011.

proeminência do uso de fontes primárias, do trabalho exaustivo de rastreamento de documentos nos arquivos, implicaram na necessidade de um trabalho mais rigoroso de crítica das fontes a serem citadas ou referenciadas nas notas de rodapé. Além disso, o autor comenta que o privilégio dos documentos primários estaria relacionado a concepção de que as informações processadas desses seriam mais “diretas”, mais “genuínas” do que quaisquer outras fontes de informação. Grafton enfatiza ainda a importância da tradição de exegese documental eclesiástica e das práticas eruditas dos antiquários renascentistas (BATALHONE Jr, 2011, p. 21).

Desse modo, o próprio uso de notas de rodapé por Virginia Woolf caracteriza a sua intenção de realizar uma prova sobre seu discurso, sobre seus argumentos em favor de entender a condição das mulheres como sendo historicamente uma relação de submissão¹⁰⁰. Minha interpretação é que seu próprio ensaio se converte, assim, numa narrativa histórica, apresentando a sua leitura sobre suas fontes, as quais servem de embasamento para as suas posições referentes à guerra e, também, seu ponto de vista sobre como lidar com a ameaça fascista.

Mesmo sem formação universitária e sem frequentar os famosos seminários realizados por historiadores profissionais, Virginia Woolf teve acesso a uma formação autodidata e era filha de um “homem de letras”, autor de uma obra considerada histórica pela historiografia inglesa do século 19, o *Dictionary of National Biography*¹⁰¹. Como vimos, ela mesma foi autora de biografias e trabalhou como assistente do historiador Maynard Keynes na biografia de seu pai. Assim, entendo que ela tinha conhecimento suficiente para construir *Three Guineas* com a intenção de dialogar com o discurso histórico; por isso apropria-se de algumas de suas características, tais como o uso de fontes, a crítica e o diálogo com elas, as notas provando as suas origens. A seguir uma nota em que ela traz um historiador e a sua reflexão a partir da citação:

Os historiadores, sem dúvida, lidam com a guerra e a política, mas às vezes lançam luz sobre a natureza humana. Assim, quando Macaulay se ocupa com a figura do senhorio inglês no século XVII, ele aponta: Os gostos e aptidões de sua esposa e filha eram inferiores aos de uma governanta ou criada de nossos dias. Elas costuravam e teciam, faziam vinho de groselha, curavam malmequeres e faziam a massa para a torta de veado. "Além disso," as donas de casa, cuja tarefa usual era preparar a comida, estavam cuidando de remover os pratos sem demora uma vez terminada a refeição, e deixavam os cavalheiros na companhia de sua cerveja e de seu tabaco" (Macaulay, Thomas. "Chapter III. State of England in 1685", em *History of England from the Ascension of James II*). Muito mais tarde, os senhores continuaram

¹⁰⁰ Ela reconhece textualmente a intenção: “Como prova, podemos tentar elucidar os argumentos que vários ministros do gabinete usaram para se opor à Lei do Sufrágio em várias sessões, aproximadamente de 1870 a 1918. A Sra. Oliver Strachey fez um louvável exercício com esse fim (ver capítulo "The Deceitfulness of Politics" em seu livro *The Cause*” (WOOLF, 2015, p. 262).

¹⁰¹ STEPHEN, Leslie; LEE, Sidney. *Dictionary of National Biography* Sidney Lee. London: Smith, Elder, & Co., 1885-1901; Oxford.

a beber e as mulheres continuaram a retirar os pratos sujos (...) Será a tarefa do cientista do futuro explicar o efeito que o álcool e a propriedade tiveram nos cromossomos (WOOLF, 2015, p. 225-226).

Uma crítica histórica que podemos fazer ao discurso de Virginia Woolf é a impressão que ela deixa de um estado de permanência das condições das mulheres, ela reforça constantemente as poucas mudanças nas condições de possibilidade das mulheres ao longo dos anos. Para os historiadores é necessário frisar que os contextos históricos devem ser estudados profundamente por si mesmos e as relações de permanência devem ser cuidadosamente construídas, a fim de enfatizar que com o tempo ocorrem mudanças e, também, que a história é feita de processos e não de um tempo estático. Contudo, pensando numa história das mulheres e numa história crítica de uma visão progressista do tempo, nem sempre mudar significa tornar as condições de vida melhores, assim, as interpretações de Virginia Woolf acabam servindo aos seus posicionamentos. Woolf não deixa de demonstrar, por meio de fontes de seu próprio tempo, que o seu presente também era um contexto opressivo para as mulheres, ainda que diferente das condições em que viviam as mulheres do século 19.

Para falar de sua própria época, Woolf utiliza muitas fontes jornalísticas, traçando um paralelo com a representação das mulheres na imprensa na década de 1930 e com a das mulheres durante a luta pelo direito de voto:

O poder da imprensa para abafar o debate sobre qualquer assunto indesejável foi, e continua sendo, formidável (...) "No início de 1870 a imprensa de Londres começou a implementar uma política de silêncio sobre a questão, que durou muitos anos e causou que o grupo Associação das senhoras convoca-se o famoso protesto contra a conspiração do silêncio assinado por Harriet Martineau e Josephine E. Butler, que fechou o documento com as seguintes Palavras: 'a verdade é que, enquanto tal conspiração do silêncio seja possível e tenhamos notáveis jornalistas que a respeitam, nos ingleses estaremos exagerando severamente nossos privilégios como um povo livre quando dizemos que defendemos a imprensa livre e que temos o direito de ouvir os dois lados sobre uma questão crucial da moral e da legislação' (*Personal Reminiscences of a Great Crusade*, por Josephine E. Butler, p.49) Durante a batalha pela votação, a imprensa novamente recorreu ao boicote com grande eficiência. Recentemente, em julho de 1937, a senhorita Philippa Strachey em uma carta intitulada "A conspiração do silêncio", que foi publicada no Spectator (decisão que o exalta) repete quase exatamente as palavras da Sra Butler: "Muitas centenas e milhares de homens e mulheres colaboraram com o objetivo de induzir o Governo a eliminar uma cláusula do novo projeto de Lei de Pensões para funcionários profissionais, que estabeleceu pela primeira vez um diferencial de renda para homens e mulheres (...) No decorrer do mês passado, o projeto foi apresentado na Câmara dos Lordes, onde essa cláusula em particular recebeu forte oposição de todos os setores da Câmara. (...) Supõe-se que tais eventos são de interesse suficiente para a imprensa diária registrá-los. No entanto, eles foram ignorados com absoluto silêncio por parte dos jornais, do The Times ao Daily Herald (...). O tratamento diferenciado das mulheres proposto por este projeto despertou nelas sentimentos de animosidade como não eram vistos desde a

luta pelo voto (...) Como se explica que a imprensa oculte totalmente esse assunto? "(WOOLF, 2015, p. 242-243)

Nessa nota vemos como ela utiliza a fonte da imprensa, não sem criticá-la e ressaltar o seu viés de não representar todos os discursos políticos de uma época. Dessa forma, Woolf apresenta a tensão histórica das mulheres para se fazerem representar no espaço público, aqui caracterizado pela imprensa, assim como destaca a pouca visibilidade com que as mulheres foram e ainda eram tratadas pela imprensa. Contrapondo o discurso jornalístico, Woolf traz novamente o testemunho das mulheres, desse modo, tornando as suas memórias uma fonte legítima para contar as suas histórias.

Com isso, Virginia Woolf utiliza em suas notas a narrativa de mulheres escrevendo sobre si mesmas em memórias, além de biografias que retomaram a vida de outras mulheres, podemos perceber que ela utiliza obras sobre o passado das mulheres escritas na chave do amorismo como caracterizado por Bonnie Smith. Ainda, a sua intenção é – além de provar os seus argumentos – trazer essas memórias à tona, retomando assim esse passado que ela sentia como parte de seu presente. Mesmo que Woolf não visse a conquista do voto como o fim da opressão das mulheres, mesmo que ela tivesse desenvolvido um olhar crítico para a cidadania, ela reconhecia o valor simbólico dessa luta e por isso mesmo reclamava o pouco valor que essa história vinha recebendo:

De fato, a luta pelo voto parece ter sido mais intensa do que atualmente se reconhece (...) Além disso, essa luta ainda não ocupa o lugar que lhe corresponde entre as lutas que fizeram da Inglaterra o lar da liberdade e dos ingleses seus maiores defensores. A luta pela votação continua a ser mencionada, em geral, em termos de amargo desprezo: "... e as mulheres (...) ainda não tinham começado aquela campanha de esfaquear quadros, queimar e chicotear que finalmente acabou mostrando a ambos a adequação das mulheres para o sufrágio (*Reflections and Memories*, de Sir John Squire, p.10) (WOOLF, 2015, p. 243)

Uma crítica, e ainda um paradoxo a toda a argumentação de Virginia Woolf sobre o não pertencimento das mulheres ao ideal de nação da Inglaterra, é que não podemos deixar de reconhecer um tom “romântico” dela ao falar sobre a memória da Inglaterra como uma nação que defende a liberdade. Em parte, nem ela mesma estava imune ao discurso nacionalista. Lembremos que o “ideal” inglês de liberdade foi construído através de um passado escravagista e colonizador e era mantido por um presente imperialista: “Ninguém negará de boa mente o caráter profundamente racista do imperialismo inglês do século XIX” (ANDERSON, 1989, p. 105). O nacionalismo

inglês foi mesmo um dos esforços de sua dominação imperialista, como escreve Benedict Anderson:

Victoria von Saxe-Coburg-Gotha, Rainha da Inglaterra e, no final da vida, Imperatriz da Índia. Realmente, seu título é mais interessante que sua pessoa, pois representa simbolicamente o metal mais espesso de uma solda entre nação e império. Seu reinado assinala também o começo de um “nacionalismo oficial” ao estilo londrino, que possui forte afinidade com a russificação que se perseguia em S. Petersburgo (ANDERSON, 1989, p. 99-100)

Um paralelo com a maneira de lidar com a luta das mulheres pelo direito ao voto e a posterior tentativa de esquecer esse passado pode ser traçado com o que ocorreu na França, como narra Joan Scott em *Ciudadanas pero no Individuos: El voto y después* (2012)¹⁰². Scott encontra na França da década de 1940 a mesma tentativa de se esquecer que as mulheres um dia não votavam, assim como toda a luta delas para mudar essa situação. Para Scott, isso ocorria devido à tentativa de negar um passado em que a nação era dividida entre cidadãos e cidadãs de segunda classe, assim como a tentativa de apaziguar e negar que as condições das mulheres na vida prática ainda não fossem iguais às dos homens. É possível que o não reconhecimento da luta das mulheres pelo direito de voto na Inglaterra e o “esquecimento” dessa história fosse motivada pelos mesmos interesses. O ensaio de Virginia Woolf é, portanto, um discurso que vai de encontro com esses interesses e tenta provar que o direito de voto não tornou as mulheres cidadãs nos mesmos termos. Mais recentemente, a luta das sufragistas vem ganhando reconhecimento na historiografia, mesmo quando não se trata de uma historiografia feminista. Marc Ferro, ao falar dos movimentos sociais do início do século 20, ressalta que o único movimento inglês mais organizado e combativo era o das mulheres: “na própria Inglaterra a única revolta aberta é a das mulheres, as sufragistas” (FERRO, 2012, p. 19)¹⁰³.

Virginia Woolf não deixa de fazer referência à situação das mulheres francesas e retoma a sua crítica ao patriarcado ressaltando a hipocrisia de uma luta pela liberdade quando não se reconhecia a situação em que viviam as mulheres:

Deveria ser uma surpresa que os franceses, que se recusam a conceder o voto às mulheres da França e continuam a impor leis cuja severidade quase medieval pode ser estudada em *The Position of the Women in Contemporary France* de Frances Clark, peçam às inglesas que os ajudem a proteger a liberdade e a cultura (WOOLF, 2015, p. 256)

¹⁰² SCOTT, Joan. *Ciudadanas pero no Individuos: El voto y después*. In: Las mujeres y los derechos del hombre: feminismo y sufragio en Francia 1789-1944. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.

¹⁰³ FERRO, Marc. *A Grande Guerra, 1914-1918*. Lisboa: Edições 70, 2002.

O direito de voto às mulheres foi concedido na França apenas em 1944. Assim, quando Woolf publica seu ensaio em 1938, elas ainda não podiam votar e não tinham reconhecida a mesma cidadania que a dos homens franceses. A questão da concessão do voto acabou sendo justamente uma tentativa do governo provisório de reivindicar a França como uma nação democrática perante si mesma, bem como para as outras potências ocidentais, como defende Joan Scott.

Uma das críticas recorrentes a *Three Guineas*, vinda das próprias feministas, é em relação ao direcionamento de Woolf à sua própria classe: “Brenda Silver critica as feministas que ignoram o grupo fechado a que Virginia se refere como daughters of educated men (filhas de homens educados), a quem ela se dirige no texto, quando consideram *Three Guineas* uma representação de teoria feminista” (CAMARGO, 2001, p.93). Esse direcionamento é inegável, contudo, não o vejo como fator de desmerecimento do discurso de Woolf como um discurso feminista. Em suas notas ela retoma alguns temas que podem nos ajudar a entender suas posições. Woolf argumenta que as “filhas dos homens educados”, ou seja, as burguesas, deviam lutar para “reformular a sua própria classe”; isto é, ela reconhece na classe média uma classe viciosa e mesquinha, pouco fiel aos ideais de liberdade e justiça que em teoria defendia. Woolf acreditava que as mulheres da classe média tinham a responsabilidade, adquirida agora que poderiam trabalhar e viver por conta própria, de pensar por conta própria, de agir para mudarem as opressões e as violências propagadas pela burguesia.

Com isso, ela não deixava de pensar sobre as mulheres da classe trabalhadora, mas salientava a necessidade de que a luta da classe trabalhadora fosse travada por elas mesmas, em seus próprios termos, mas não apropriada e, ela acreditava, ridicularizada pelas mulheres da burguesia. Bem distante de uma concepção marxista de luta política, Woolf, contudo, não deixou de reconhecer as condições de privilégio das mulheres de sua classe e a necessidade de conhecer a realidade das mulheres trabalhadoras:

A empregada desempenhou um papel tão importante na vida da classe alta inglesa desde os primeiros tempos até o ano de 1914 (...) que parece necessário algum tipo de reconhecimento pelos serviços prestados. Suas tarefas eram peculiares (...) É realmente lamentável que no *Dictionary of National Biography* não exista uma única biografia de uma empregada que permita elaborar uma explicação mais documentada (WOOLF, 2015, p. 247-248)

Assim, seu direcionamento às mulheres da classe média é, interpreto, mais uma questão da possibilidade de que elas pudessem agir com mais liberdade, inclusive por

não precisarem trabalhar para sobreviver na indústria armamentista, como ocorria com parte das mulheres da classe trabalhadora que, por necessidade, trabalhavam mesmo que discordassem da guerra. Seu direcionamento não é uma segregação, mas um chamado a uma responsabilidade maior em defender o pacifismo a quem tinha maiores condições de assim o fazer¹⁰⁴. Ela também não deixa de mencionar as limitações que acarretavam consequências na vida de todas as mulheres:

"O Ministério da Guerra declarou ontem que o Estado-Maior não tem intenção de abrir o recrutamento para criar um corpo de mulheres" (The Times, 22 de outubro de 1937). A declaração marca uma diferença fundamental entre os sexos. O pacifismo é uma imposição para as mulheres. Os homens ainda têm liberdade de escolha (WOOLF, 2015, p. 261).

Outra característica da estrutura de seu discurso e da sua argumentação é o recurso que ela usa de descrever as fotografias publicadas nos jornais ingleses da Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Em 1938, enquanto ela escrevia *Three Guineas*, o conflito na Espanha já durava dois anos, e seu sobrinho Julian Bell, filho de sua irmã Vanessa Bell, havia falecido em 1937 lutando ao lado das brigadas da Frente Popular contra a Falange, o partido de ultradireita espanhol, caracterizado como fascista por alguns historiadores. A guerra civil teve início com a não aceitação pela ultradireita, e de parte do exército liderado pelo general Franco, das eleições de 1936 que resultaram na vitória da esquerda espanhola. O golpe da ultradireita resultou em uma guerra civil que durou 3 anos, deixando 750 mil mortos. Jovens de esquerda de outros países da Europa foram à Espanha dar o seu apoio contra o que eles viam como uma tentativa fascista de tomar o poder. Do outro lado, tanto Mussolini quanto Hitler mandaram apoio financeiro à Falange. Quentin Bell chega a determinar que *Three Guineas* existe como uma forma de Virginia Woolf lidar com seu luto e ter a conversa que gostaria de ter tido com seu sobrinho, provando a ele que o pacifismo era melhor do que a escolha pela luta. Essa interpretação soa um tanto reducionista, ainda que a perda de seu sobrinho possa mesmo ter sido uma de suas razões para escrever, assim como a escolha dela de trazer as imagens da guerra para o seu ensaio.

Mas suas preocupações como escritora diante da sociedade e o que ela poderia fazer para contribuir são anteriores, como já vimos com seus ensaios feministas ainda na

¹⁰⁴ Woolf não era uma voz isolada nessa luta, ela mesma deixa isso claro em suas notas: "[...] a lista de organizações pacifistas dirigidas direta ou indiretamente pelas inglesas é muito longa para ser citada (para uma lista das atividades pacifistas de profissionais, comerciantes e trabalhadoras, ver *The Story of the Disarmament Declaration*, p.15" (WOOLF, 2015, p. 238).

década de 1920. Contudo, ela também pensava sobre o papel da política na arte de forma mais geral:

Em 1936, Woolf publicou “The Artist and Politics” (The Moment), onde questiona por que os artistas se interessam por política. Ela conclui que o interesse existe porque a arte é o primeiro “luxo” a ser descartado em tempos de crise e que o artista é o primeiro trabalhador que sofre. Ela aproveita para expressar seus sentimentos sobre a sociedade que, quando em situação caótica – provavelmente ela se referia à guerra – isola o artista e exige que ele use a arte a serviço do Estado ou que se dedique a “alguma função mais útil” (CAMARGO, 2001, p. 85).

Ainda que um tanto quanto questionável sua colocação sobre qual trabalhador primeiro sofre em tempos de crise, Virginia Woolf, ao mesmo tempo em que questiona o engajamento político quando ele é requerido pelo Estado, não deixa de se engajar politicamente no momento da ascensão fascista. Assim, o emprego que ela dá às imagens da guerra na Espanha é um uso político. A partir de uma concepção do político e do papel da literatura para a sociedade consideravelmente diferentes é interessante observar que Walter Benjamin, ao tentar caracterizar o que seria uma literatura marxista e comprometida com a luta antifascista e a revolução comunista em *O autor como produtor* (1934)¹⁰⁵, aponte para a necessidade de se tomar a fotografia como uma ferramenta de uso político:

[...] acompanhemos um pouco mais a trajetória da fotografia. Que vemos? Ela se torna cada vez mais matizada, cada vez mais moderna, e o resultado é que ela não pode mais fotografar cortiços ou montes de lixo sem transfigurá-los. Ela não pode dizer, de uma barragem ou de uma fábrica de cabos, outra coisa senão: o mundo é belo. Este é o título do conhecido livro de imagens de Renger-Patsch, que representa a fotografia da “Nova Objetividade” em seu apogeu. Em outras palavras, ela conseguiu transformar a própria miséria em objeto de fruição, ao capturá-la, segundo os modismos mais aperfeiçoados. Porque, se uma das funções econômicas da fotografia é alimentar as massas com certos conteúdos que antes ela estava proibida de consumir – a primavera, personalidades eminentes, países estrangeiros – através de uma elaboração baseada na moda, uma de suas funções políticas é a de renovar, de dentro, o mundo como ele é – em outras palavras, segundo os critérios da moda [...] Temos aqui um exemplo extremo, do que significa abastecer um aparelho produtivo sem modificá-lo. Modificá-lo significaria derrubar uma daquelas barreiras, superar uma daquelas contradições que acarretam o trabalho produtivo da inteligência. Temos que exigir dos fotógrafos a capacidade de colocar em suas imagens legendas explicativas que as liberem da moda e lhes confirmem um valor de uso revolucionário. Mas só podemos formular convincentemente essa exigência quando nós, escritores, começarmos a fotografar (BENJAMIN, 1987, p. 128-129)

¹⁰⁵ Esse texto foi originalmente uma conferência apresentada no Instituto para o Estudo do Fascismo em 27 de abril de 1934.

No trecho a seguir trago um exemplo de como Virginia Woolf utiliza a descrição da fotografia em seu ensaio:

Mas, além das imagens da vida e do pensamento dos outros – essas histórias e biografias –, há também outras imagens: imagens de fatos concretos, fotografias. [...] Vamos ver então se olhar para as mesmas fotografias nos faz sentir as mesmas coisas [...] O governo espanhol envia com obstinação paciente aproximadamente duas vezes por semana. Eles não são agradáveis aos olhos. Quase todos mostram cadáveres. Na seleção desta manhã, há uma fotografia do que poderia ser o corpo de um homem ou uma mulher. Está tão mutilado que poderia ser o corpo de um porco. Mas há outra que é certamente de crianças mortas, outra, sem dúvida, é de uma casa em ruínas em algum lugar [...] Estas fotografias não são um argumento, são uma declaração simples e crua de um fato dirigida aos olhos [...] Quando nós observamos essas fotografias, uma espécie de fusão acontece dentro de nós. Por mais diferentes que sejam a educação e as tradições que nos precedem, temos os mesmos sentimentos e são sentimentos violentos. Você, senhor, chama-os de "horror e desgosto". Nós também chamamos de horror e desgosto [...] A guerra deve acabar. É que agora, finalmente, estamos olhando para a mesma imagem, estamos vendo, ao seu lado, os mesmos cadáveres, as mesmas casas em ruínas (WOOLF, 2015, p. 20-22).

Não poderíamos interpretar que ela as descreve como se as legendasse e procurar a elas uma interpretação de uso político? Uma forma de estabelecer um elo entre homens e mulheres motivados pelo mesmo horror diante da brutalidade da guerra?

Na próxima seção relacionaremos o entendimento da emergência do fascismo de Virginia Woolf com os conceitos elaborados pela história, pela filosofia e pela psicanálise que tentaram explicá-lo. Assim, veremos como Woolf entende o fascismo a partir das relações entre os gêneros.

3.4.2. Como conceituamos o fascismo?

Para que possamos chegar à escrita antifascista de Virginia Woolf é preciso que primeiro possamos definir o próprio fascismo ao qual nos referimos. Por ser um conceito que tenta interpretar realidades múltiplas, com aproximações, mas também diferenças, o fascismo é conceituado também de múltiplas maneiras. Mas, como a intenção é entendermos como Virginia Woolf o caracterizou, então, precisamos buscar definições baseadas no contexto histórico no qual ela vivia e a partir do qual ela escreveu sua crítica antifascista.

No momento em que *Three Guineas* foi escrito a figura de Hitler já era temida pelo resto da Europa, ou admirada como nos lembra Woolf¹⁰⁶, contudo, em 1938 a nova

¹⁰⁶ Eric Hobsbawn em *Era dos Extremos: o breve século XX* (1998), assinala a simpatia ao fascismo na Grã-Bretanha da década de 1930 pela promessa de força para derrotar a esquerda: “O próprio fato, de que

guerra mundial ainda não havia sido proclamada, ainda que já fosse preconizada¹⁰⁷. O que se sabia dos projetos de Hitler eram seus discursos de ódio e de ameaça expansionista, seus primeiros atos de intolerância aos judeus, sua perseguição política a toda oposição, cristalizada na imagem do comunista.

Na Itália, Benito Mussolini já estava no poder há mais de uma década, os partidos políticos de oposição estavam proibidos desde 1926, assassinatos e censura eram as “estratégias” políticas do partido fascista italiano. Com a derrota militar sofrida pelo Partido Comunista Alemão nas suas tentativas de assumir o poder na República de Weimar, Adolf Hitler, um admirador de Mussolini, passou a angariar seguidores e tramou planos de tomar o poder. Sua primeira tentativa de golpe, em 1923, foi malsucedida, fato que o levou à prisão. Ainda que detido, sua pena foi branda; assim, seu período de reclusão foi apenas o tempo suficiente para lapidar o discurso fascista personificado em *Mein Kampf* [Minha Luta] (1925), uma obra que ficou conhecida como “um primor do ódio à humanidade”. Através de artimanhas, do uso de violência contra os opositores e mesmo atentados terroristas e, posterior, incriminação dos comunistas, como no caso do incêndio ao Reichstag (parlamento), os fascistas conseguiram chegar ao poder com a nomeação de Hitler para o cargo de chanceler (primeiro-ministro).

Com a subida ao poder em 1933, os fascistas dissolveram os sindicatos, proibiram a existência do partido-social-democrata, eliminaram o direito à greve, censuraram a imprensa, expurgaram as escolas e as universidades de todos os professores que não compactuassem com a ideologia fascista, perseguiram e prenderam homossexuais, ciganos, comunistas utilizando-se de uma “polícia secreta”. Logo no início de seu governo a propaganda fascista alemã se utilizou também da propagação de mentiras sobre os judeus, os acusando de um plano globalista de dominação através do sistema financeiro, o que legitimou a perseguição genocida a todos com ascendência

nessa época o fascismo fez uma entrada destacada, se bem que que breve, no cenário político até mesmo da conservadora Grã-Bretanha demonstra o poder desse ‘efeito demonstrativo’. A conversão de um dos mais destacados políticos do país e a conquista do apoio de um de seus chefões da imprensa são mais significativas do que o fato de o movimento de sir Oswald Mosley ter sido rapidamente abandonado por políticos respeitáveis e o Daily Mail de lorde Rothermere ter logo retirado seu apoio à União de Fascistas britânica (HOBSBAWN, 1998, p. 127).

¹⁰⁷ Virginia Woolf define o seu presente como uma procissão cujo destino seria a guerra novamente: “Porque temos que perguntar, aqui e agora: queremos participar dessa procissão? Em que condições temos que nos juntar a essa procissão? Acima de tudo, onde está nos levando a procissão dos homens educados? O tempo é curto, pode durar cinco anos, dez anos, ou pode ser uma questão de mais alguns meses” (WOOLF, 2015, p. 98).

judia. Como Hannah Arendt aponta, o preconceito já existente entre os alemães (e entre os europeus quase de maneira geral) contra os judeus favoreceu para que fossem convencidos das mentiras nazistas. Esses preconceitos advindos da população alemã foram condensados na propaganda de ódio fascista, como destaca Arendt:

A propaganda nazista, em outras palavras, descobriu no “judeu supranacional porque intensamente nacional” o precursor do conquistador germânico do mundo, e assegurou às massas que “as nações que primeiro conhecerem o judeu pelo que ele é, e forem as primeiras a combatê-lo, tomarão o seu lugar no domínio mundial. A ilusão de um domínio mundial judeu já existente constituiu a base da ilusão do futuro domínio mundial alemão (ARENDR, 1979, p. 97)

É, portanto, contra esse fascismo que Virginia Woolf vai se ocupar em denunciar. Podemos entender que as observações de Woolf nos ajudam a pensar principalmente o contexto histórico da ascensão do fascismo, não exatamente o seu posterior desenvolvimento culminando numa política genocida contra judeus e potencialmente contra todos os “outros” que não o sujeito ariano. Em 1938 ela conseguia ver tanto no sexismo como no racismo os pilares do fascismo. Uma análise que logo após a Segunda Guerra (1939-1945) e da descoberta mundial sobre a aplicação da “solução final” talvez fosse mais difícil de ser feita. Diante do assassinato de milhões de judeus pareceria complicado pensar nos dois preconceitos e formas de dominação como pesos iguais dentro da ideologia fascista. Dessa forma, iremos nos concentrar no fascismo pré-guerra, nos seus discursos nacionalistas, em defesa da família e em defesa de uma mulher submetida à nação e aos homens, fosse ele o seu pai, seu marido ou o próprio führer. Sobre esse fascismo a questão de gênero podia ser observada como um de seus pilares, assim como também podia ser traçado um paralelo com o discurso e a política das outras nações europeias.

Muitos intelectuais procuraram definir o que foi o fascismo, alguns singularizando os movimentos os separando em “fascismo” quando na Itália, “nazismo” quando na Alemanha, “franquismo” na Espanha. Outros, negando a nomenclatura fascista para quaisquer outras realidades que não a alemã e a italiana. E ainda, como defendido por Hannah Arendt em *As Origens do totalitarismo – Totalitarismo, o paroxismo do poder, uma análise dialética* (1979), não o “simples” uso do conceito de fascismo, mas em seu lugar o conceito de totalitarismo¹⁰⁸. Por sua vez, o totalitarismo

¹⁰⁸ Robert a Paxton nos conta a história do surgimento da expressão, uma história de apropriação de uma crítica transformada em autoelogio: “Giovanni Amendola, líder da oposição parlamentar, e uma de suas vítimas mais notáveis (ele morreu em 1926, após ser espancado por fascistas), cunhou o adjetivo totalitário, em um artigo de maio de 1923 denunciando as tentativas fascistas de monopolizar os cargos

só seria aplicável à Alemanha nazista e à União Soviética stalinista. No entanto, não usarei o conceito de totalitarismo, a seguir busco justificar minha escolha.

O motivo da escolha teórica por não utilizar o conceito de totalitarismo é devido ao fato que Virginia Woolf não cita o stalinismo, pois, ciente ou não das políticas de Stalin, em nenhum momento Woolf as cita. Seus exemplos e críticas fazem referência à Alemanha, à Itália e à Espanha e para ambas ela utiliza o termo “fascismo”. Ainda, não utilizarei tal termo por ter divergências teóricas quanto aos seus usos. Assim, volto aos argumentos de Hannah Arendt, que definiram o totalitarismo, para discordar de alguns de seus pontos fundamentais.

Arendt define da seguinte forma a “massa” dos apoiadores dos regimes totalitários:

A atração que o mal e o crime exercem sobre a mentalidade da ralé não é novidade. Para a ralé, os “atos de violência podiam ser perversos, mas eram sinal de esperteza”. [...] para o assombro de todo o mundo civilizado, estará até disposto a colaborar com a própria condenação e tramar a própria sentença de morte, contanto que o seu status como membro do movimento permaneça intacto (ARENDR, 1979, p. 30).

Nessa passagem, Arendt caracteriza como sujeito predisposto ao totalitarismo aquele que faria parte da “ralé” da sociedade e sua adesão a estes movimentos como um assombro ao mundo “civilizado”. Há em seus argumentos alguma autocrítica à política liberal que deixou propositalmente de fora da cidadania e de seus direitos e obrigações grandes parcelas da população; além de um próprio abandono pela burguesia dos valores coletivos da cidadania em nome dos interesses individuais e do lucro: “Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto (ARENDR, 1979, p. 35). Contudo, sua argumentação mais forte e elaborada deixa a impressão de um ressentimento e preconceito de classe, Arendt propõe que os pobres seguiram o totalitarismo de livre vontade porque já eram propensos à violência. Assim, a elite primeiro ficou chocada, pois era civilizada. Dessa forma, a parcela da elite que acabou sucumbindo ao movimento o fez como algo totalmente novo em suas práticas e crenças políticas, atitude que Arendt classifica como inesperada e de difícil explicação. Desse modo, para ela, o sujeito liberal é, por definição, racional, e o sujeito totalitarista não o é, pois é um

públicos. Como às vezes acontece com epítetos, Mussolini assumiu este e usou-o de forma triunfal (PAXTON, 2008, p. 345).

sujeito “atomizado”. Para o cientista político e historiador Robert Paxton, em seu livro *A Anatomia do Fascismo*, essa interpretação nega a profundidade da participação das elites na ascensão fascista:

Hitler (de maneira totalmente diferente de Stalin), chegou ao poder contando com o assentimento e até mesmo com o auxílio das elites tradicionais, e governou em associação eficaz, embora tensa com elas [...] A teoria totalitária é cega para essa característica fundamental do sistema de governo nazista, tendendo assim a reforçar as afirmativas posteriores das elites de que Hitler havia tentado destruí-las (como, de fato, o cataclismo final da guerra perdida o fez) (2008, p. 348).

José Chasin percebe também no uso do conceito de totalitarismo uma forma de manter o fascismo apenas como uma questão política, em termos de cerceamento de liberdades e direitos, deixando de reconhecer as suas vinculações com o sistema econômico, ou seja, uma maneira de o próprio liberalismo defender-se da sua associação com o fascismo. Lembremos que Virginia Woolf não deixa de ver na exploração econômica capitalista e imperialista uma das expressões da opressão fascista, tal como pontua Chasin:

Confundindo manifestações históricas concretas, e reduzindo-as à sua expressão política, o conceito de totalitarismo opera simplesmente uma sorte de tautologia ao “determinar” o fascismo, o nacional socialismo e tantos outros eventos que ele se permite englobar e que de algum modo contrariam o perfil liberal. Não mais do que isto é afirmar que tais fenômenos traduzem monopolização do poder, utilização da violência e repressão do indivíduo. Cabe mesmo dizer que, se é tautológico o raciocínio em relação aos fenômenos apontados, ele o é também, ao limite, em relação ao poder em geral. Com isto não estamos querendo confundir ou dissolver as distintas formas de hegemonia; pelo contrário, queremos ressaltá-las, afirmando que ela, a hegemonia, sempre está presente ao fenômeno do poder, ao contrário do que a análise liberal pressupõe [...] Decorrentemente, é fácil perceber as vantagens ideológicas que a noção de totalitarismo proporciona para o sistema que o engendra. Desvinculando os fenômenos nazifascistas, isto é, os “fenômenos políticos” das estruturas econômicas, enseja-se a separação entre capitalismo e nazifascismo, ao mesmo tempo em que se busca reforçar a pretendida identidade entre capitalismo e liberalismo, além de estabelecer que os “regimes de terror” são exatamente os que negam o liberalismo, isto é, o capitalismo (CHASIN, 2013, p. 17- 18).

Contudo, Arendt reconhecia no racismo do imperialismo britânico os “elementos” de um governo totalitário:

Transformando a violência em objetivo consciente do corpo político e em alvo final de qualquer ação política definida, a política imperialista transformou-se em um dos pilares do totalitarismo. E porquê? “Porque a força sem coibição só pode gerar mais força, e a violência administrativa em benefício da força – e não em benefício da lei – torna-se um princípio

destrutivo que só é detido quando nada mais resta a violar” (ARENDDT, 1989, p. 167).

Para Virginia Woolf, uma das maneiras de extirpar de vez nas mulheres qualquer resquício de um sentimento patriótico seria voltar à história da Inglaterra, a história da Europa, e desfazer o mito da “superioridade” conhecendo o depoimento “dos dominados”, das vítimas da escravidão e da colonização, isto é, “os índios, os irlandeses” (WOOLF, 2015, p. 165).

Mesmo sem fazer uma reflexão pautada pelas relações de gênero, nas suas conclusões, Arendt acaba demonstrando as implicações de gênero apontadas por Virginia Woolf. Ela cita os efeitos que a guerra, e podemos entender a masculinidade, teve sobre a formação dos laços entre os nazistas:

A guerra havia sido sentida como aquela “ação coletiva mais poderosa de todas” que obliterava as diferenças individuais, de sorte que até mesmo o sofrimento, que tradicionalmente distinguia os indivíduos com destinos próprios não intercambiáveis, podia agora ser interpretado como “instrumento de progresso histórico” [...] Os nazistas basearam toda a sua propaganda nessa camaradagem indistinta, nessa “comunidade de destino”, e conquistaram grande número de organizações de veteranos de guerra em todos os países europeus (ARENDDT, 1979, p. 59-60).

Para Robert Paxton, uma tentativa de classificar o fascismo seria pensá-lo como “um composto”:

O fascismo no poder consiste num composto, um amálgama poderoso dos ingredientes distintos, mas combináveis, do conservadorismo, do nacionalismo e da direita radical, usados por inimigos em comum e pela mesma paixão pela regeneração, energização e purificação da Nação. Qualquer que seja o preço a ser pago em termos das instituições livres e do estado de direito. As proporções exatas dessa mistura resultam de processos tais como escolhas, alianças, compromissos e rivalidades. O fascismo em ação se assemelha muito mais a uma rede de relações que a uma essência fixa (PAXTON, 2008, p. 336).

Assim, para Robert Paxton, o peso do discurso nacionalista na ideologia fascista não deve ser menosprezado. Mesmo que o ideal máximo de Hitler fosse exaltar a raça “ariana” foi sobre o povo alemão que o fascismo agiu para angariar adeptos e era em favor deles, em princípio, que suas ações eram levadas a cabo: “temos que nos ater menos às excentricidades do Führer que ao papel projetado sobre ele pelo povo alemão, papel este que desempenhou com sucesso quase até o fim” (2008, p. 339).

Paxton utiliza o conceito de “religião política”, surgido com a Revolução Francesa (1789), como uma das ferramentas para análise dos movimentos fascistas e a sua capacidade de fascinação, assim como suas estratégias de captação:

No nível de uma analogia ampla, ele é útil por apontar a maneira pela qual o fascismo, de maneira semelhante à religião, mobilizava os fiéis em torno de ritos e palavras sagradas, estimulava-os até o ponto do fervor abnegado e pregava uma verdade que não admitia dissidência. Examinado com mais cuidado, o conceito de religião política abrange uma série de questões de natureza diversa. A mais direta delas trata dos muitos elementos que o fascismo toma emprestado da cultura religiosa da sociedade na qual tenta penetrar. Esse tema, com seu foco em mecanismos, nos diz mais sobre os estágios do enraizamento e do exercício do poder do que sobre a tomada de fato desse poder (PAXTON, 2008, p. 350).

Essa maneira de analisar o fascismo como similar a uma “religião política” parece concordar com as observações críticas de Virginia Woolf contra o fomento de uma ideologia de dominação propagada pelos ideais viris de submissão das mulheres e de hierarquia, que mantém os homens como lideranças políticas, econômicas e culturais. Assim, Virginia Woolf recomendava como forma de combate ao fascismo e como estratégia política das mulheres: “Livrar-se do orgulho da nação em primeiro lugar, logo do orgulho religioso, do orgulho universitário, do orgulho escolar, do orgulho familiar, do orgulho sexual e de todas as falsas lealdades que surgem deles” (WOOLF, 2015, p. 124).

Em seu conto *Uma Sociedade*¹¹⁴ (2005), escrito logo após a Grande Guerra (1914-1918), Woolf já esboçava a temática retomada em *Three Guineas* da incompreensão dos motivos que levam a Nação, ou como Woolf entendia como sinônimo, os homens, à guerra. Nesse conto vemos a dupla referência à “Sociedade”, como ela utiliza no ensaio de 1938. A sociedade, e a nação são criticadas por essa outra “sociedade” de mulheres que se reúnem para pensar o seu lugar na nação e se seus sacrifícios pessoais em nome dela têm valido apenas. Assim, temos um esboço do seu projeto da “Sociedade das de Fora”, no conto esse grupo de mulheres se reúnem para decidir se os homens governam bem a sociedade e se elas e suas mães “escolheram” acertadamente quando se dedicam à família para que os homens governassem. Como em *Three Guineas*, a conclusão das personagens será a mesma do ensaio – os homens não governam bem e a “procissão” de sua sociedade sempre caminha para a guerra. Woolf faz assim uma crítica irônica¹¹⁵ em nome das mulheres diante de uma sociedade

¹¹⁴ WOOLF, Virginia. “Uma Sociedade”. In: V. Woolf: contos completos. São Paulo: Cosacnaify, 2005. 469 p.

¹¹⁵ Também aqui ela não deixa de fazer referência a representação histórica e seu olhar crítico diante dela: “Dessa vez era um livro de história, mas esqueci o nome do autor. Nossa trepidação crescia à medida que ela avançava. Nem uma palavra ali parecia ser verdade, e o estilo no qual estava escrito era execrável. [...] quando acabou, Jane, a mais velha e sábia de nós, pôs-se de pé para se declarar não convencida. “Por quê?”, perguntou “se os homens escrevem porcarias assim, deveriam nossas mães ter perdido sua

patriarcal que faz a guerra de forma constante:

“Por que”, gritamos, “os homens entram em guerra?” “Às vezes por uma razão, às vezes por outra”, explicou ela calmamente. “Em 1760, por exemplo...” A berraria lá fora sobrepôs-se às suas palavras. “Novamente em 1797 – e em 1804 – em 1866 foram os austríacos – em 1870, os francos – prussianos – em 1900, por outro lado...” “Mas já estamos em 1914”, interrompemos. “Ah, agora”, ela admitiu, “não sei por que é que estão em guerra não” (2005, p. 179 - 180).

A imprecisão do conceito de fascismo ocorre devido às suas próprias características de agrupar em um discurso de dominação preconceitos, ódios e justificativas “naturais” e religiosas diversas, por vezes, contraditórias. Continuaremos tentando compreendê-lo melhor através do discurso de Virginia Woolf. Como em seu ensaísmo, o fascismo é pensado a partir das relações de dominação e submissão entre homens e mulheres, minha interpretação também será a partir do recorte das relações de gênero¹¹⁶. Veremos as observações de Woolf em contraste com as observações da psicanálise freudiana, que, na figura de Freud, também buscou pensar: como e por que a guerra?

3.4.3 Cartas contra a guerra: uma escrita anti-fascista

Traçar um diálogo entre o ensaísmo de Virginia Woolf e a psicanálise freudiana começa a se justificar pela construção do discurso da escritora. Antes de *Three Guineas*, em *Um Teto Todo Seu* (1929), ela já tinha arriscado pensar sobre a psicologia dos sexos, formulando a sua teoria do ideal de uma mente andrógina. Uma mente que não negaria a sua subjetividade dividida que sentiria e se expressaria tanto de forma masculina quanto de forma feminina. O que de fato seriam essas formas nunca fica precisamente claro, assim como em qualquer discurso que tenta definir taxativamente o que seriam a feminilidade e a masculinidade. Aqui nos encontramos com a psicanálise, uma vez que Freud buscou caracterizar o sujeito e, com isso, acabou pensando também esse sujeito

juventude para trazê-los ao mundo?” (WOOLF, 2005, p. 168).

¹¹⁶ “Joan Scott observou que as significações de gênero e de poder se constroem reciprocamente, e que elas se fazem refletir nas condições das mulheres, independente de uma relação óbvia entre elas. O poder se exerce sobre o gênero como forma de domínio político; por isso na base de regimes totalitários ou ditatoriais as relações de gênero são estreitamente codificadas e vigiadas. Mesmo sem uma justificativa imediata e pragmática, como no caso de dissidentes políticos ou minorias étnicas e religiosas, nos regimes de exceção as minorias sexuais, mulheres e desviantes, são controlados e conformados a uma moral estrita. Há algo mais aí, além de simples preconceito ou desejo masculino de controle” (RAGO, 2000, p. 148).

em termos de masculino e feminino¹¹⁷. Freud ainda conseguiu, segundo ele, estabelecer de fato como a masculinidade e a feminilidade se construiriam a partir de respostas diferentes ao complexo de Édipo; de certa forma, ele justifica a naturalização da diferença entre os gêneros¹¹⁸. As tentativas de Freud e de Virginia Woolf de pensarem sobre o porquê da guerra e como impedi-la passaram, assim, pelas suas concepções de masculinidade e feminilidade. Sendo assim, proponho vermos como tais concepções aproximam-se, mas também se distanciam.

Em *Three Guineas* (1938) Woolf parece ter abandonado o seu ideal de uma mente andrógina. Podemos concluir que diante da ascensão fascista suas próprias concepções e esperanças de uma mudança nas relações entre os gêneros sofrem um revés. Seu foco passa a ser o de estabelecer a diferença entre a masculinidade e a feminilidade, além disso, com a sua interpretação de que a guerra seria uma expressão da masculinidade, a paz poderia ser assim uma expressão da feminilidade, como aponta Camargo:

Ela entende o hitlerismo como o desejo dominador e escravizante que vive no subconsciente dos homens e redefine, neste ensaio, não só o significado de gênero, masculino ou feminino, mas também o conceito de militância. Virginia acrescenta que o princípio que atribui aos homens a responsabilidade pela guerra e às mulheres a responsabilidade pela paz implica equiparar as “obrigações” de fazer guerras e de gerar filhos. Deste modo, Virginia não questiona só a guerra, mas a construção cultural dos eventos da guerra ou da geração de filhos, além das noções de masculinidade e de feminilidade na sociedade (CAMARGO, 2001, p. 95).

O diálogo entre Freud e Woolf será estabelecido a partir, principalmente, de *Three Guineas* e de dois ensaios de Freud: *Considerações Atuais Sobre a Guerra e a Morte* (1915)¹¹⁹ e *O Mal-Estar da Civilização* (1930)¹²⁰. Ainda, veremos as suas

¹¹⁷ “Na obra freudiana, está em jogo a polaridade sujeito-objeto em relação com a diferença sexual. Em Três ensaios de teoria sexual (1905) e na Organização genital infantil (1923a), Freud estabelece uma nítida divisão entre masculino, sujeito, ativo e posse do pênis, por um lado – e feminino, objeto, passivo, não posse do pênis, por outro. Há, aqui, uma definição do feminino pela negativa. Em Totem e tabu (1913b), as mulheres são posse do Pai da horda e objeto de intercâmbio (lugar de objeto). A posse do objeto também é assinalada por Freud em O tabu da virgindade (1918-1917), quando nos diz que uma das causas do tabu é o fato de ser a mulher, para o homem, estranha, hostil, estrangeira. Esse breve passeio nos indica que há um inevitável ponto de vista: o do sujeito de conhecimento diante de um objeto a conhecer” (FLORINI, 2009, p. 124).

¹¹⁸ “Monique David-Ménard (1997) enfatiza que sempre há uma fantasmática em jogo, inevitável no sujeito que elabora a teoria. Não há sujeito neutro no campo do conhecimento, e a angústia de castração é uma marca da posição masculina que define conceituações e teorias. Em consequência, vemos que o enigma da diferença é localizado na menina, quando, na realidade, o enigma é a diferença dos sexos em si, e nesse deslocamento a mulher é situada como encarnação da otredad” (FLORINI, 2009, p. 128).

¹¹⁹ FREUD, Sigmund. *Considerações Atuais Sobre a Guerra e a Morte*. In: Escritos sobre a Guerra e a Morte, Universidade da Beira Interior Covilhã, 2009.

observações sobre o fascismo e a guerra em uma carta escrita em 1932, intitulada com a pergunta: *Porquê a guerra?*¹²¹ Essa carta foi escrita como uma carta-resposta a uma primeira carta de Albert Einstein em que ele faz a questão do “porquê a guerra?” a Freud. Esta carta, parte de um projeto do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, foi realizada pelo Comitê Permanente de Literatura e Artes da Liga das Nações. Assim, uma troca de cartas entre os intelectuais visava a partir de diferentes perspectivas sobre o problema de guerra e estratégias para a paz. A correspondência entre Freud e Einstein foi publicada pela Liga das Nações em 1933¹²² com edições em três línguas: alemão, francês e inglês.

Em seus diários Virginia Woolf registra que sua primeira leitura da obra de Freud teria sido feita apenas no ano de 1939. Mas inegavelmente se ela não o leu antes, ouviu discussões sobre sua obra e, possivelmente, leu alguns de seus comentadores e seguidores. Sua editora, Hogarth Press, traduzia e publicava as obras de Freud na Inglaterra. Em seu diário ela escreve que não o tinha lido antes para não ser influenciada a ponto de conscientemente analisar seus personagens, ou seja, não se deixar influenciar pela psicanálise, mas Woolf estava imersa nesta “atmosfera” da psicanálise, mesmo não tendo lido os textos de Freud diretamente¹²³. Anteriormente a 1939, ela escreve utilizando expressões como “abaixo do consciente”, “tabu sexual”, “complexos”. Não podemos deixar de notar também a similaridade da estrutura de seu ensaio com o projeto da Liga das Nações e a publicação da correspondência entre Freud e Einstein. É possível que ela tenha tido conhecimento desse projeto e dessa publicação. Seu ensaio também é em formato de uma correspondência, seu suposto interlocutor a teria enviado uma carta prévia em que faz a mesma pergunta: como podemos evitar a guerra? Como o tom de *Three Guineas* é por vezes irônico, não poderíamos pensar que seu formato seria uma paródia¹²⁴ do projeto da Liga das Nações e da correspondência de Freud? Ela não

¹²⁰ FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização: novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos* (1930-1936). Tradução de Paulo César de Souza, São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

¹²¹ FREUD, Sigmund. *Porquê a Guerra?* (1932) Carta a Albert Einstein Viena, setembro de 1932. In: *Escritos sobre a Guerra e a Morte*, Universidade da Beira Interior Covilhã, 2009.

¹²² *Why War?* Paris: Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (Liga das Nações), 1933, 57 p. (Tradução de Stuart Gilbert).

¹²³ Curiosamente, Freud declarou que sempre apontavam a influência de Nietzsche em sua obra, mas ele não o teria lido, justamente para não se influenciar, o que também parece não ter adiantado.

¹²⁴ Sobre o uso da paródia em obras modernistas: HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da paródia: ensinamentos das formas de arte do século XX*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989. Não seria a primeira vez que Virginia Woolf escreveria uma paródia, a crítica literária interpreta *Orlando: uma biografia* (1928) justamente como uma paródia biográfica.

deixa de ironizar a surpresa de estar sendo consultada sobre a guerra, sendo ela uma mulher. A surpresa é possivelmente uma ironia com a realidade, já que possivelmente ela não teria sido consultada por nenhuma organização.

Em seu ensaio, *Considerações Atuais Sobre a Guerra e a Morte* de 1915, Freud busca analisar o impacto da Grande Guerra (1914-1918) na sociedade europeia. Isto é, ainda que o conflito estivesse apenas em seu começo, tendo iniciado em 1914, a carnificina daquela guerra proporcionada pelo advento da maquinaria moderna já era evidente, assim como a proporção inédita de suas consequências em território europeu. Freud começava a tentar lidar com o choque de uma cultura até ali entendida em termos de progresso científico que estaria trabalhando para a diminuição da violência:

As elucidações até agora feitas dão-nos já a consolação de comprovar que a nossa indignação e a nossa dolorosa decepção, por causa da conduta incivilizada dos nossos concidadãos mundiais, são injustificadas nesta guerra. Baseiam-se numa ilusão em que nos enredámos. Na realidade, tais homens não caíram tão baixo como temíamos, porque também não tínhamos subido tão alto, como a seu respeito julgávamos. O facto de os grandes indivíduos humanos, os povos e os Estados, terem reciprocamente infringido as restrições morais foi para eles um estímulo compreensível para se subtraírem por algum tempo à pressão da cultura e permitirem uma satisfação passageira das suas pulsões retidas. E não perderam assim, provavelmente, a sua moralidade relativa no seio da colectividade nacional (FREUD, 2009, p. 15)

Assim, Freud tenta explicar a capacidade para a barbárie daqueles seres “civilizados” apontando que na verdade eles não seriam tão racionais o quanto se acreditava. Para ele, as pressões da cultura que sublimam o carácter irracional e violento dos seres humanos naquele momento teriam se afrouxado, explicando porque eles eram capazes de tanta violência:

Assim, pois, a transformação das pulsões em que se funda a nossa capacidade de civilização, pode, em virtude das influências da vida, ficar anulada de um modo temporário ou permanente. Sem dúvida, as influências da guerra integram-se naquelas forças que podem provocar semelhante involução e, por isso, não precisamos de negar a todos os que hoje se comportam de modo incivilizado a disposição para a cultura, e podemos esperar que as suas pulsões tornarão a enobrecer-se em tempos mais serenos (FREUD, 2009, p. 16)

A perspectiva de Freud, a perspectiva de sua psicanálise, seria então de que o problema da guerra, daquela guerra, não estaria na cultura, nos seus valores e nas opressões que ela justificava, mas no inconsciente não civilizado. O inconsciente por motivos também inconscientes “temporariamente”, assim esperava Freud, teria se insurgido contra as pressões culturais e se liberado das normas civilizacionais. A perspectiva de Virginia Woolf, apesar de também buscar por uma explicação psicológica, é, de certa forma, mais materialista. Ela vê na própria cultura, nos próprios

ideais de civilização europeus, baseados na dominação do outro, da mulher, do “incivilizado”, a propensão para a violência que levava à guerra¹²⁵. Woolf reconhece que suas observações como uma mulher são: “generalistas, não especialistas”. Partindo dessa visão geral, ela pede às mulheres para: “Comprometer-se a não participar de nenhuma manifestação patriótica ‘e de todas as cerimônias que fomentem o desejo de impor ‘nossa’ civilização e ‘nosso’ domínio sobre outros povos” (WOOLF, 2015, p. 166).

Em *Porquê a guerra?* (1933) Freud descreve como a comunidade passa do uso da violência para a estipulação do direito, demonstrando que o direito é o vínculo da “união das forças” e a expressão dos laços dessa comunidade:

A comunidade deve manter-se permanentemente, deve organizar-se, criar prescrições que impeçam as temidas insubordinações, deve definir órgãos que vigiem o cumprimento das prescrições – leis – e há-de tomar a seu cargo a execução dos actos de força legais. No reconhecimento de semelhante comunidade de interesses surgem entre os membros de um grupo humano unido vínculos afectivos, sentimentos comunitários, em que assenta a sua verdadeira força (FREUD, 2009, p. 38-39)

Como vimos com as primeiras feministas, elas lutaram para demonstrar que o direito de fins do século 18, que teoricamente se democratizava e trazia o discurso da razão como justificativa, ainda era na verdade uma expressão violenta da dominação masculina na sociedade. Assim, elas não faziam parte da mesma forma e com a mesma força da comunidade. Virginia Woolf acaba por chegar na mesma conclusão, mas em um momento ainda mais delicado, pois o direito na Inglaterra começava a incluir as mulheres, mas não há tempo suficiente, ou mesmo com a força suficiente, para operar mudanças na percepção do lugar dessas mulheres na comunidade¹²⁶. Dessa forma, a organização social que Freud vê como um antídoto para a violência, Virginia Woolf vê como a legitimidade de uma violência cotidiana.

Para provar o seu argumento Woolf traz inúmeros dados das condições sociais das mulheres na Inglaterra, muitos deles provindos do “Almanaque de Whitaker¹²⁷”: “O Almanaque de Whitaker é um livro de referência que documenta uma miscelânea de

¹²⁵ Por isso ela teme a “absorção” das mulheres por aquela sociedade, assim como teme pela necessidade de que elas tivessem que “professar lealdades”: “Se triunfar em sua profissão, é provável que escrevam ao redor de seu pescoço ‘Por Deus e pelo Império’, como uma coleira de um cachorro” (WOOLF, 2015, p. 109).

¹²⁶ Ela constata que mesmo no século 20: “Nossa classe por direito próprio, e não por matrimônio, não possui praticamente nenhuma parte do capital, nenhuma parte da terra, nenhuma parte dos bens, nenhum patronato na Inglaterra” (WOOLF, 2015, p. 31).

¹²⁷ Com uma interrupção de 1997 a 2003 o *Almanaque de Whitaker* continua sendo publicado até hoje no Reino Unido.

dados e cifras de interesse geral e que é publicado anualmente no Reino Unido desde 1868” (2015, p. 73)¹²⁸. A primeira pergunta que ela faz era o porquê de as mulheres ainda serem tão pobres, de modo que precisavam criar associações para ajudá-las a ingressarem no mercado de trabalho. Para demonstrar a pobreza generalizada das mulheres ela traz o dado de que a *Women’s Social and Political Union* (WSPU), a principal organização sufragista, fundada em 1903 em Manchester, contou em 1912 com a cifra de apenas 42 mil libras para desempenhar a sua luta. Woolf argumenta, assim, que tanto as mulheres de classe média quanto as da aristocracia não dispunham verdadeiramente do dinheiro de suas famílias. Desse modo, mesmo a principal causa feminina, que angariou tanto apoio entre elas, foi parcamente financiada, porque elas não tinham acesso a muito dinheiro¹²⁹.

Com a ajuda do Almanaque, Woolf compreende que existia uma grande dificuldade para as mulheres ocuparem os cargos públicos, visto o seu pouco ingresso nesses serviços e sempre nos cargos de pouco poder e de baixa remuneração, assim, Woolf as denomina de “servidoras públicas de terceira classe” (WOOLF, 2015, p. 79). Virginia Woolf estabelece três motivos principais para essa realidade: as mulheres, diferentemente da maioria dos servidores públicos homens, não tinham estudado em Cambridge ou Oxford; elas precisavam ainda enfrentar a resistência familiar para terem empregos; e também, havia a pouca experiência histórica, isto é, os serviços estavam abertos a elas há 60 anos, mas para os homens já estava disponível há mais de 500 anos. Woolf também não deixa de mencionar que os homens possuíam uma herança tradicional: um pai, um avô ou um tio comumente já ocupava o cargo pretendido e isso facilitava o ingresso deles. Mas, acima de tudo, ela via a própria questão “do sexo” como um impedimento: “Portanto, é bem possível que a palavra ‘senhorita’ transmita à comissão ou à divisão uma certa vibração que passa despercebida na sala de exame. ‘Senhorita’ transmite sexo e sexo carrega consigo um aroma” (2015, p. 80).

Woolf passa a citar artigos de jornais em que homens ingleses defendem que as mulheres devem trabalhar em casa e deixar os cargos públicos para eles, para que, assim, eles pudessem continuar casando e sendo os responsáveis pelo sustento da

¹²⁸ Nota de rodapé da tradutora Laura García para a edição argentina de *Three Guineas: Tres Guineas*, 2015.

¹²⁹ No filme *As Sufragistas* (2015) há uma passagem que colabora essa visão: a personagem rica, de família aristocrata, é presa após uma manifestação sufragista. Na delegacia seu marido chega e paga a sua fiança, ela exige que ele pague também a de suas companheiras, mas ele se nega, então, ela diz, “mas o dinheiro é meu”. Porém, sem a assinatura de seu marido concordando com o seu gasto ela não poderia dispor dele.

família. Há nesses textos uma tentativa protecionista do mercado de trabalho, assim como um medo de que a “ordem social” fosse deturpada, ou seja, os homens ganhando menos não poderiam mais casar, as mulheres tendo o próprio sustento talvez não quisessem mais formar uma família. Todos esses dados e observações Woolf traz para demonstrar o quanto a sociedade era inóspita para as mulheres, o quanto tentava regular e estipular para elas as condições em que elas deveriam viver, fortemente limitadas pelas atividades que seriam mais recomendáveis para o seu gênero, nada menos parecido com liberdade do que isso. Assim, elas não estariam livres e nem fariam parte daquela nação da mesma forma que os homens. Dessa forma, Woolf estipula um paralelo entre a sociedade inglesa patriarcal e a ascensão fascista:

Aqui temos o germe da criatura, "ditador", como o chamamos quando é italiano ou alemão, que pensa que tem o direito qual este direito é outorgado por Deus, natureza, sexo ou raça é irrelevante para governar o como devem viver e o que devem fazer os outros seres humanos. Voltar para citação: "A casa é o verdadeiro lugar da mulher atualmente empurrando homens para o desemprego É tempo de o Governo incentivar os empregadores a empregar mais homens para que eles possam se casar com mulheres que eles não podem chegar perto agora". Aproximemos essa citação dessa outra: "Há dois mundos na vida da nação, o mundo dos homens e o mundo das mulheres. A natureza sabiamente agiu para instruir o homem a cuidar da família e da nação. O mundo das mulheres é a família, o marido, os filhos e a casa", uma foi escrita em inglês, a outra em alemão, mas onde está a diferença? Eles não são ambas vozes de ditadores, embora se fale em inglês e outra em alemão, e nós não todos concordamos que o ditador, quando encontramos no exterior, além de ser um animal horrível é um animal muito perigoso? E está aqui entre nós, levanta sua cabeça feia, cospe veneno, ainda é pequeno e enrolado como uma lagarta numa folha, no coração da Inglaterra [...] E que direito temos, senhor, de proclamar nossos ideais de liberdade e justiça em outros países se, quando abanamos nossos jornais mais respeitáveis em qualquer dia da semana, ovos como esses caem? (WOOLF, 2015, p. 85-86).

Precavendo-se da acusação de que as mulheres teriam dinheiro próprio já que elas teriam um “direito espiritual” à metade dos ganhos de seus maridos, motivo inclusive da razão para que eles recebessem mais do que as mulheres solteiras¹³⁰, Woolf tenta provar que esse direito não tinha um peso de lei e, portanto, não era de fato obedecido. Ela ironiza que se para organizações em prol das mulheres as esposas nunca dispunham de grandes quantias para colaborar, porém, com as organizações masculinas elas eram muito generosas: “entrega milhas e milhas de libras a clubes nos quais ela não é admitida, a formações para carreiras que não poderá cursar, a universidades que excluem o seu sexo” (WOOLF, 2015, p. 89). Portanto, possivelmente elas não

¹³⁰ Woolf deixa claro que mulheres casadas da burguesia não estavam no mercado de trabalho. Ela ironiza que uma “senhora”, antes de um nome em Whitaker, seria uma ofensa impensada.

dispunham de fato de metade dos ganhos de seus maridos ou teriam podido financiar clubes, organizações políticas e universidades nos mesmos moldes que os homens. Woolf faz assim um “desenho” da cidadania precária das mulheres inglesas já na década de 1930. Ela chega à conclusão que seria necessário “descartar” as mulheres casadas da luta contra a guerra, pois elas não possuíam os meios para formar uma opinião própria¹³¹. Portanto, quando ela advoga pelo pacifismo feminino ela dirige-se “as filhas dos homens educados”, ou seja, mulheres de classe média, solteiras e que tinham sustento próprio. Ela mesma reconhece que o número de mulheres nessas condições seria: “talvez mil, talvez quinhentas, talvez cento e cinquenta”. Mas o que Woolf reivindica é a necessidade de as mulheres criarem a sua independência e, com ela, uma opinião própria sobre a sociedade e sobre a guerra; assim como Woolf percebe o quanto seria necessário que elas lutassem pelo direito à própria opinião, pela liberdade de crítica. Ela reconhece, assim, que as mulheres no século 20 ainda estavam como as primeiras sufragistas no século 19, isto é, “pedindo” pelas mesmas condições:

A situação e os personagens são quase os mesmos: as mesmas filhas reivindicam os mesmos benefícios dos mesmos irmãos. Os mesmos senhores intentam as mesmas negações pelas mesmas razões. Parece que não há progresso para a raça humana, apenas repetição (WOOLF, 2015, p. 103).

Mas, diferentemente das feministas do século 19, Woolf cria uma “opinião própria” muito crítica sobre a sociedade e ela temia que se as mulheres simplesmente ingressassem nos mesmos cargos e nas mesmas universidades acabariam criando as mesmas opiniões e defendendo as mesmas causas que os homens:

Não temos motivos para acreditar que, se ingressarmos nessas profissões, adquiriremos essas qualidades? E talvez essas qualidades não levem à guerra? Se em um século, digamos, exercitássemos as mesmas profissões, da mesma forma, não nos tornaríamos tão possessivos, tão suspeitosos, tão belicosos, tão certos do veredicto de Deus, da natureza, da lei e da propriedade como esses senhores hoje? (WOOLF, 2015, p. 104).

¹³¹ Mas ela defende que “as mulheres de fora” deviam lutar por um salário para a mulher casada, para que ela pudesse deixar de ser “a mulher” de um homem e pudesse ser ela mesma. Se as esposas tivessem um salário pago pelo estado pelo seu trabalho doméstico, Woolf acreditava que os homens trabalhariam menos também, cada um sendo responsável pelo sustento da casa. Eles teriam tempo com os filhos, tempo para dedicarem-se a tarefas mais humanizadoras do que a busca pelo dinheiro, o que tornaria o trabalho na sociedade e em casa equitativo. Essas mudanças ajudariam a tornar os homens menos competitivos e mais afetivos o, que também contribuiria para a paz. Cabe observar que essas ainda são bandeiras feministas do nosso presente, apesar de algumas vertentes feministas apontarem para o perigo de que com um salário pelo trabalho doméstico as mulheres ficariam ainda mais presas ao ambiente doméstico.

Ela reconhece que as mulheres estavam: “entre a espada e a parede”, de um lado o: “sistema patriarcal, a casa privada”; de outro lado, a possibilidade de: “colaborar com o trabalho sagrado da propriedade”. Reconhecendo a situação, Woolf “escolhe entre dois males”¹³² e decide que se deve ajudar a organização de mulheres para que elas ingressem no mercado de trabalho, mas com a condição de que:

Você deve prometer que fará tudo o que estiver ao seu alcance para que nenhuma mulher que entre em uma profissão impeça o exercício dessa mesma profissão para outro ser humano - seja este homem ou mulher, branco ou negro, e desde que esteja qualificado para exercer essa profissão fará todo o possível para ajudá-lo (WOOLF, 2015, p. 104).

Nessas passagens vemos como Woolf constrói a sua argumentação em oposição à sociedade e à cultura patriarcal, utilizando-se da história para explicar o seu presente. Mas não só para isso, diante da necessidade das mulheres de adentrar no “mundo dos homens” para que tivesse seu próprio dinheiro como forma de liberdade, mas sem passar a expressar as mesmas lealdades, então, ela retoma a biografia das mulheres do século 19. Ela procura por mulheres que também foram “ganhar a vida” em busca de um modelo de conduta para as mulheres do século 20: “Vida dos mortos, a pergunta que formulamos é: como podemos ingressar nas profissões e seguir sendo seres humanos civilizados, ou seja, seres humanos que se opõem à guerra?” (WOOLF, 2015, p. 116).

Woolf faz uso do passado¹³³ em *Three Guineas* com duas finalidades: a finalidade de prova, como discutido com a citação e a crítica de suas fontes em suas notas; mas também, como um modelo, como um conhecimento que poderia ser retomado pelas mulheres, como o acesso a uma experiência que ainda dialogava com elas. Em meu trabalho de conclusão de curso, em que realizei uma análise referente ao

¹³² Ela escreve: “Há que escolher entre dois males. Não seria melhor jogarmo-nos no rio logo, rendermos, declararmos que a totalidade da vida humana é um erro e que por tanto deve terminar?” (WOOLF, 2015, p. 116). Essa passagem causa um impacto quando recordamos que em 1941 ela suicidou-se justamente entrando em um rio, ainda que não possamos ou mesmo devamos explicar suas motivações ou tentar ver aqui um indício, Padilha assinala que: “Em 28 de março de 1941, escreve um último bilhete para o marido, no qual relata ter medo de enlouquecer e de não ser capaz de se recuperar. Num tom bastante emocional, afirma ter sido feliz com ele, até a insanidade apoderar-se dela. Confessa não ter forças para lutar é taxativa: caso alguém a pudesse ter salvo, este alguém teria sido ele, Leonard. Virginia, então, encaminha-se para o Rio Ouse, próximo à sua casa, e adentra as águas para a grande dissolução ou o grande esquecimento (PADILHA, 2011, p. 11).

¹³³ Para os historiadores Fernando Nicolazzi e Caroline Bauer a própria história pode ser pensada como portadora de uma “função social” e, portanto, não de uso exclusivo dos historiadores: “[...] é possível sustentar que a história é um objeto de uso de vários indivíduos ou grupos de indivíduos que nem sempre se reconhecem ou são reconhecidos social, institucional e epistemologicamente como historiadores” (NICOLAZZI; BAUER, 2016, p. 819).

ensaio *Um Teto Todo Seu*, percebi um uso similar do passado, uma vez que ela elabora a necessidade das mulheres de retomarem as escritoras do passado como uma forma de construir uma tradição literária própria. Dessa forma, Woolf defende que as mulheres do passado, mesmo que desprovidas das condições dos escritores homens, têm um saber a oferecer, como destaca Araújo: “Para Woolf, este ângulo de olhar, esta sabedoria do corpo, este contato com o inerentemente humano não deixam nada a desejar em relação aos narradores masculinos dominantes, viajados, cheios de si, descrentes do talento feminino” (ARAÚJO, 2015, p. 196). Assim como em meu trabalho de conclusão, aqui também acredito que ela esteja utilizando o passado com uma finalidade “prática” na vida das mulheres. Para Hayden White¹³⁴, o acesso a um passado prático seria mais eficaz que o acesso ao passado histórico. O passado prático não se limitaria ao texto disciplinar sobre a história, mas retomaria o passado como nas narrativas ficcionais buscando transmitir uma “experiência” com aquele passado, algo que possa mesmo ser “usado” por quem dele se apropria.

O mundo ao qual Woolf critica e situa as mulheres era um mundo que ela acusava de ser machista, pois reconhece no patriarcado a função de objeto reprodutor atribuído às mulheres, em troca de sua liberdade de ação. Outro recurso que ela utiliza nesse ensaio, que ela já havia utilizado em outros, é o recurso ao uso de biografias de mulheres. Woolf traz trechos de biografias e diários dessas mulheres do século 19 e chega à conclusão que para as mulheres do século 20 não se “corromperem” elas precisariam se manter na mesma ordem moral das mulheres do passado. Para demonstrar a repressão e a limitação impostas em suas vidas, Woolf nos traz relatos de mulheres que desejavam outras formas de vida, porém a lei da sociedade e a autoridade paterna não permitiram que elas tivessem outro destino:

Elas são imunes, ainda que não por mérito próprio, a certos vícios. Proteger a cultura e a liberdade intelectual na prática implicaria, como dissemos, submeter-se ao ridículo e à castidade, a pobreza e a perda de publicidade. Porém como vimos, essas são suas mestras habituais. Além disso, Whitaker vem socorrer-nos, com seus fatos, pois ele demonstra que todas as delícias da cultura profissional – cargos diretivos em galerias de arte e museus, cátedras, postos profissionais e editoriais – seguem estando fora do alcance da mulher,

¹³⁴ “O que é o passado prático? O conceito provém de alguns dos últimos escritos do especialista em filosofia política Michael Oakshott e se refere aquelas noções do passado que todos levamos conosco na vida diária e as quais recorremos, voluntariamente e como que nos ajudam a resolver todos os problemas práticos com os quais nos encontramos em nossa situação presente, desde questões pessoais até grandes problemas políticos. Esse é o passado da memória, do sonho e do desejo, assim como também da resolução de problemas práticos, das estratégias e das táticas para a vida, tanto pessoal como comunitária” (WHITE, 2012, p. 25).

de maneira que não teria problemas para adotar uma perspectiva sobre a cultura mais puramente desinteressada que a de seus irmãos, contudo isso não implique que, como afirma Macaulay, elas são desinteressadas por natureza. (WOOLF, 2015, p. 153)

A escritora vê nos sofrimentos das mulheres, assim como nas imposições com as quais elas tiveram que lidar, uma forma de conduta que no presente poderia ser útil por livrá-las da imoralidade e da corrupção¹³⁵ em que a sociedade viveria: assim, ela vê na experiência das mulheres do passado uma resposta ao seu questionamento no presente de como evitar a “corrupção” das mulheres e a aceitação acrítica dos valores masculinos:

[...] responde: se em vez de negar os quatro grandes mestres da filha de homens instruídos - pobreza, castidade, ridicularização e liberdade de falsas lealdades - combiná-los com um pouco de riqueza, um pouco de conhecimento e um serviço às verdadeiras lealdades elas podem entrar nas profissões sem cair nos perigos que as tornam indesejáveis (WOOLF, 2015, p. 123).

Desse modo, ela está apelando para uma ancestralidade: “[...] senhora, as tradições da casa particular, aquela memória ancestral que permanecem atrás de nós neste exato momento, estão lá para ajudá-la” (WOOLF, 2015, p.127). Dessa forma, Woolf faz uma inversão do sofrimento como uma capacidade de se manter incorruptível: “o ridículo, a obscuridade e a censura são preferíveis, por motivos psicológicos a notoriedade e os elogios. Se lhes oferecem emblemas, ordens ou títulos, jogue-os na cara de quem lhes oferece” (WOOLF, 2015, p. 124).

Todas essas colocações para Virginia Woolf são a base na luta antifascista e, portanto, pacifista. Para ela, não se deixar contaminar pelos valores da nação, do mercado capitalista, da universidade e do exército, seriam as maneiras mais eficazes das mulheres lutarem contra a guerra. Por mais utópico que nos pareça seu projeto, não nos escapa a percepção de que ela baseia toda a capacidade das mulheres de se manterem “de fora” desses valores no próprio passado, no entendimento da continuação dele em seu presente:

O ensino da história, corroborado com o ensino dos jornais, nos obriga a assumir uma posição mais restrita. A única coisa que podemos fazer para ajudar a defender a cultura e a liberdade intelectual é defender nossa própria cultura e nossa própria liberdade intelectual (WOOLF, 2015, p. 137)

¹³⁵ Dessa forma, ela entende os valores da sociedade patriarcal capitalista: “Ganhar dinheiro torna-se tão importante que eles têm que trabalhar durante dia e noite. A saúde está perdida. E eles se tornam pessoas tão competitivas que não são capazes de compartilhar seu trabalho com os outros, mesmo que tenham que fazer mais do que podem” (WOOLF, 2015, p. 112).

Retomando a comparação com Freud, poderíamos estabelecer que suas visões são antagônicas; já que para ele a possibilidade de menos violência na sociedade seria o (r)estabelecimento da autoridade¹³⁶ (que ele não deixa de associar à figura masculina). Contudo, para Virginia Woolf a possibilidade da paz se daria com o fim das “falsas lealdades” (lealdades aqui entendidas como “valores masculinos”). Para ela, as mulheres que conseguissem se manter independentes das “falsas lealdades” e fossem pacifistas deveriam se manter indiferentes diante da autoridade masculina, diante dos seus valores bélicos: “Bem, parece mostrar que ser passivo é estar ativo, que aqueles que ficam do lado de fora também são úteis. Quando a sua ausência se torna perceptível, a sua presença torna-se desejável” (WOOLF, 2015, p. 181).

Depois de ter estabelecido uma herança ancestral para as mulheres e de ter projetado a ideia da “Sociedade das de Fora”, Woolf surpreende e diz que essa sociedade de fato já existiria – ela existiria há quase vinte anos, desde 1919, quando a Inglaterra permitiu que as mulheres ocupassem formalmente o mercado de trabalho. Para ela, essa possibilidade foi a abertura da formação dessa sociedade, com as mulheres descobrindo uma liberdade e uma independência que as possibilitava, assim, questionar a própria sociedade. No entanto, há aqui um paradoxo, pois quando as mulheres “entram” na sociedade, para Virginia Woolf, surge a possibilidade de que elas se vejam como “de fora”. E mais, que se mantenham leais a condição de estar “de fora”, pois desse lugar elas poderiam modificar a sociedade, era necessário para Woolf: “palavras novas e novos métodos”.

Assim, ela decide ajudar a causa de seu interlocutor, o autor da carta que seria o mote inicial para o seu ensaio resposta, que lá no início do ensaio além de perguntar como eles poderiam evitar a guerra a teria pedido para doar e se filiar à sua organização.

¹³⁶ “Uma evitação segura da guerra só é possível se os homens se puserem de acordo em estabelecer um poder central, ao qual se conferiria a solução de todos os conflitos de interesses. Aqui conjugam-se manifestamente duas exigências: a de que seja criada semelhante instância superior, e a de que se lhe outorgue o poder requerido. Uma só não bastaria. Ora a Sociedade das Nações foi projectada como uma instância desta espécie, mas não se realizou a outra condição: não possui poder autónomo, e unicamente o obteria se os membros da nova unidade, os Estados singulares, lho conferissem. Hoje, porém, são muito escassas as probabilidades de que tal coisa aconteça. Julgar-se-ia mal a instituição da Sociedade das Nações senão se reconhecesse que nela temos uma tentativa, poucas vezes empreendida na História da Humanidade – e talvez jamais intentada em semelhante escala. É a tentativa para conseguir, mediante a invocação de certas posições ideais, a autoridade – ou seja, o poder de influir preempitoriamente – que em geral se baseia na posse do poder. Vimos que uma comunidade humana se mantém unida, graças a duas coisas: a coacção da violência e os vínculos afectivos – tecnicamente as chamadas “identificações” – que ligam os seus membros. Se faltar um destes momentos, o outro poderá possivelmente manter unida a comunidade” (FREUD, 2009, p. 41).

Ela usa a expressão “sociedade” para a organização pacifista deste interlocutor, para confundir propositalmente sobre qual sociedade ela está se recusando a participar em sua resposta. Assim, no fim do ensaio ela conclui que é válido doar uma guinea a essa sociedade, mas, como já dito, ela não aceita entrar para essa sociedade, pois: “Quem dá não quer ser ‘inglesa’ sob as mesmas condições que você é ‘inglês’” (WOOLF, 2015, p. 154). Ela volta a sua crítica ao nacionalismo e diz que as fronteiras são “limites místicos” impostas pelo “macho monstruoso” (2015, p. 155). Além disso, Woolf relembra a condição das mulheres de que, para elas, não existiriam “os estrangeiros”, já que elas mesmas são feitas estrangeiras se casam com um. Ela define que o nacionalismo nasce de uma fraternidade forçada e propõe o estabelecimento de uma solidariedade em seu lugar. Ainda, Woolf também estabelece que se as mulheres não têm um exemplo do que querem ser, elas têm um exemplo do que não querem com os estados fascistas. Novamente ela usa do passado para falar do presente, “vamos recorrer uma vez mais a biografia vitoriana, pois foi na era vitoriana que a biografia se torna rica e representativa” (WOOLF, 2015, p. 198). Desse modo, Woolf retoma casos no passado em que os pais “vitorianos” proibiram suas filhas de se casarem ou de exercerem uma profissão, assim, ela chama esse comportamento de uma “fixação infantil”. Ou seja, os pais seriam movidos por uma ira, por um terror da possibilidade de perderem o controle sobre suas filhas, pois, ao tornarem-se independentes deles, elas estariam cometendo um “ultraje a sua feminilidade”. Esses comportamentos não só eram silenciados pela sociedade como também eram apoiados por ela: “A sociedade protegia essa ‘fixação infantil’ outorgando plenos direitos dos pais sobre suas filhas [...] Parece que a sociedade era um pai que também sofria de uma fixação infantil” (2015, p. 205). Em todos esses apontamentos Woolf não deixa de manter o foco na sua questão pacifista; assim, para ela, os homens e as mulheres, para serem livres, tinham que aprender a falar livremente (fica subentendido que se trate de “falar livremente sobre a sexualidade”, algo que ela mesma não “fala” livremente...):

[...] porque o medo e a raiva impedem a verdadeira liberdade na casa particular; segundo, porque é possível que o medo e a raiva impeçam a verdadeira liberdade na esfera pública: eles podem ter sua parcela de responsabilidade na guerra (WOOLF, 2015, p. 197).

Como sabemos através de cartas e de biografias, apesar de ter se casado com um homem, Virginia Woolf teve envolvimento amoroso com mulheres. Em *Um Teto Todo Seu* (1928), ela toca no tema da sexualidade não-heteronormativa ao mencionar

que às vezes as mulheres amam outras mulheres e ressalta que esses relacionamentos também deveriam ser representados na literatura, ou seja, na sociedade. Quando ela associa o comportamento conservador e opressivo de gênero da Inglaterra com o fascismo, não estaria ela também associando o fascismo com a sua própria sexualidade e com a proibição legal de vivê-la “em seu país”? Existia uma Lei contra a homossexualidade no Reino Unido até o ano de 1967¹³⁷.

Woolf explícita que toda a rememoração do passado é para falar do presente:

Mesmo que tenhamos usado o tempo passado, logo nos encontraremos usando o presente. Os pais se renderam na esfera privada, é verdade. Mas na esfera pública, pais, reunidos em sociedades, em profissões, estavam ainda mais expostos à doença fatal do que na esfera privada. [...] O desejo de manter a esposa e os filhos: qual motivação é mais poderosa ou mais enraizada? Pois estava ligado à própria masculinidade: se o homem não podia sustentar sua família, ele falhou, de acordo com sua concepção de masculinidade. E talvez essa concepção não estivesse profundamente enraizada nele como a concepção de feminilidade em sua filha? Essas motivações, esses direitos e concepções foram então questionados (WOOLF, 2015, p. 210).

É possível que Virginia Woolf visse no questionamento das mulheres das relações de poder entre os gêneros um dos focos da emergência do fascismo, isto é, ele seria uma reação e uma tentativa de afirmação de uma masculinidade dominadora que tinha começado a ser desafiada pelo menos desde a emergência do feminismo no século 18: “Quando ouvimos essas vozes parece que ouvimos o choro de uma criança na noite escura que se espalha pela Europa, um grito que não fala em nenhum idioma, mas geme: Ai, ai, ai, ai... Mas não é um gemido. Mais uma vez, é um gemido muito antigo” (WOOLF, 2015, p. 213). Sua interpretação da guerra como masculina e da necessidade de as mulheres desvincularem-se dos “valores masculinos” permanecerá com a consolidação da nova guerra mundial:

[...] em 1940, Woolf publica “Thoughts on Peace in an Air Raid” (The Death of the Moth), no qual ela argumenta que a guerra é um evento masculino do qual as mulheres não deveriam participar. Ela acredita que o engajamento das mulheres na “luta mental” é a única maneira de se extinguir as guerras, definindo “luta mental” como pensar contra a corrente e não com ela (CAMARGO, 2001, p. 95).

Para Freud seria impossível eliminar completamente a violência da convivência humana, mas: “Por outro lado, como advertis, não se trata de eliminar totalmente as tendências agressivas humanas; pode tentar-se desviá-las, de modo que já não encontrem a sua expressão na guerra” (FREUD, 2009, p. 45). Sendo assim, para Freud,

¹³⁷ Essa Lei teve consequências também para os territórios colonizados pelos britânicos, ela só foi abolida na Índia em 2018.

a violência não poderia ser eliminada visto que ela faria parte da “pulsão de morte”, uma pulsão em concorrência com a pulsão sexual que estimula o interesse pela vida¹³⁸. Mas essas categorizações permitem que Freud estabeleça uma maneira de diminuir os riscos da guerra:

A partir da nossa mitológica doutrina das pulsões, achamos facilmente uma fórmula que contém os meios indirectos de combater a guerra. Se a disposição para a guerra for um produto da pulsão de destruição, o mais fácil será apelar para o antagonista desta pulsão, para o Eros. Tudo o que estabelecer laços afectivos entre os homens deve actuar contra a guerra. Estes laços podem ser de dois tipos. Primeiro, os vínculos análogos aos que nos ligam ao objecto do amor, embora sem objectivos sexuais. A psicanálise não precisa de se envergonhar, quando aqui fala de amor, pois a religião diz o mesmo: “Ama o teu próximo como a ti mesmo.” Isto é fácil de exigir, mas difícil de realizar. O outro tipo de laço afectivo é o que se leva a cabo por identificação. Tudo o que estabelece importantes elementos comuns entre os homens desperta tais sentimentos de comunidade, identificações. Neles se baseia, em grande parte, a estrutura da sociedade humana [...] Durante quanto tempo deveremos esperar até que os outros se tornem também pacifistas? É difícil dizê-lo, mas talvez não seja uma esperança utópica a de que estes dois factores – a atitude cultural e a angústia justificada perante as consequências da guerra futura – ponham fim aos conflitos bélicos num prazo previsível. É-nos impossível adivinhar porque caminhos ou desvios se conseguirá tal fim. Por agora, só podemos dizer: tudo o que fomente a evolução cultural actua contra a guerra (FREUD, 2009, p. 46 - 49).

Apesar das diferenças que veremos mais a seguir entre o entendimento de Freud e de Virginia Woolf sobre a masculinidade e a feminilidade e seus lugares na cultura e na sociedade, podemos perceber que ambos defendem a mesma estratégia contra a guerra. Virginia Woolf defende a liberdade de pensamento e de ação para as mulheres para que elas pudessem agir em prol de uma cultura e de uma arte que fosse livre de desejos de dominação e de motivações pelo lucro, assim, ela também aposta que se poderia incentivar a liberdade e a paz através do fomento cultural: “Em suma, se os jornais fossem escritos por pessoas cujo único motivo para escrever fosse dizer a verdade sobre a política e a verdade sobre a arte, deixaríamos de acreditar na guerra e acreditaríamos na arte” (WOOLF, 2015, p. 149).

O contexto histórico de publicação do ensaio de Woolf era similar ao de Freud – ambos estão situados numa Europa pós-Grande Guerra e em meio da ascensão do fascismo. Freud escreve buscando compreender o que mantém a sociedade unida e as forças que podem levá-la a um colapso. Diferentemente de Woolf, Freud vê na

¹³⁸ Já Virginia Woolf atribui o desejo pela guerra ao desejo sexual: “Os homens lutam para satisfazer um instinto sexual”.

manutenção da sociedade patriarcal a possibilidade de coesão social, desse modo, era preciso que a lei do pai mantivesse sua função repressiva dos instintos, ligados ao desejo individual, assim, o indivíduo seria “castrado” em prol da manutenção da convivência social e de um comum acordo. Nesse comum acordo, o lugar das mulheres seria a casa, a família, o privado. A liberdade de experiência para as mulheres nem ao menos é uma questão para ele, já que em sua teoria, os sujeitos femininos estariam satisfeitos com a função da maternidade e não poderiam exercer as mesmas atividades que o sujeito masculino. Ainda que Freud faça uma pequena concessão, em uma nota de rodapé¹³⁹, ao reconhecer a dificuldade de se atribuir a todos os seres vivos femininos na natureza uma posição de passividade.

Paradoxalmente, a percepção de Freud da mulher como um sujeito estranho à cultura, à sociedade, é o seu próprio ponto de concordância com a teoria de Virginia Woolf, pois, para ela, as mulheres estariam de fora da sociedade, contudo, não porque seu verdadeiro lugar seja a família, como justifica Freud, mas por causa da repressão operada pelos homens sobre as mulheres através da organização patriarcal que as manteve dentro de casa, na família.

Woolf caracteriza preservar a cultura como o exercício desinteressado da leitura e da escrita em língua inglesa e a liberdade intelectual como a liberdade de dizer e escrever o que se pensa, ou seja, vivências que não eram simples possibilidades para as mulheres, mas as próprias vivências que deveriam ser os seus propósitos de luta para uma real emancipação. Entendo, assim, que as sugestões de Woolf, enquanto escritora, eram para que as mulheres se descobrissem através da luta pelo direito à palavra, da luta pelo direito ao simbólico, de uma luta por representar e se representar no mundo.

A partir da análise histórica da restrição das mulheres do espaço da universidade e do tratamento hostil que elas ainda precisavam enfrentar na década de 1930, Woolf destaca que uma das formas de enfrentar o fascismo seria construindo uma nova universidade; uma universidade sem hierarquias e de livre-aprendizagem, a qual ajudasse a fomentar essa arte e cultura pacifistas:

O que se deve ensinar nessa universidade nova, na universidade pobre?
Nenhuma arte que sirva para subjugar o outro: as artes de governar, matar,

¹³⁹ “Estamos habituados a dizer que cada pessoa mostra impulsos instintuais, necessidades, características tanto masculinas como femininas; a natureza do masculino ou feminino, porém, pode ser indicada pela anatomia, mas não pela psicologia. Para esta, a oposição dos sexos, empalidece ante aquela entre atividade e passividade, na qual identificamos precipitadamente a atividade com a masculinidade e a passividade com a feminilidade, o que de maneira nenhuma se confirma invariavelmente no reino animal.” (FREUD, 2010, p. 115).

acumular terras e capital [...]. O objetivo da universidade nova, da universidade barata, não deve ser a segregação e a especialização, sim a combinação. Deveria indagar os modos possíveis de cooperação entre o corpo e a mente, descobrir combinações novas que componham totalidades benéficas para a vida humana [...] Músicos, pintores, escritores, todos ensinariam aqui, porque também aprenderiam [...]. Então, vamos construir essa nova universidade, essa pobre universidade, onde o aprendizado é um fim em si, onde a publicidade é abolida e onde os títulos não são concedidos (WOOLF, 2015, p.55- 57)

Assim, podemos ver que a defesa da cultura feita por Freud e Woolf como uma forma pacifista de lutar contra a guerra e o fascismo não são exatamente nos mesmos termos. Ela defende uma reformulação geral no entendimento do que seja o conhecimento, a arte e a cultura, uma dissociação com o mercado e o lucro. A universidade deveria ser transformada em um espaço de liberdade e de igualdade entre os saberes e os seus participantes, sem distinção entre alunos e professores, pois, toda forma de hierarquia, para ela, levaria a ideais de superioridade e essa forma de organização social era masculina, mas não deveria ser a forma da sociedade “das de Fora”, das mulheres livres.

A crítica formulada por Virginia Woolf ao “mundo masculino”, a sua negação de participar desse mundo nos mesmos termos que os homens ainda é um problema conceitual e político para as mulheres feministas em nossa contemporaneidade. Judith Butler vai defender a necessidade do feminismo não se restringir a um sujeito mulher, de modo a manter um discurso que desconstrua de fato as opressões de gênero:

Há o refrão que, justamente agora, quando as mulheres começam a assumir o lugar de sujeitos, as posições pós-modernas chegam para anunciar que o sujeito está morto (há uma diferença entre posições do pós-estruturalismo, que afirmam que o sujeito nunca existiu, e posições pós-modernas que sustentam que o sujeito outrora teve integridade, mas não a tem mais). Algumas vêem isso como uma conspiração contra as mulheres e outros grupos privados de direitos que só agora começam a falar em sua própria defesa. Mas o que se quer dizer exatamente com isso e como damos conta das críticas muito fortes do sujeito como instrumento da hegemonia imperialista ocidental teorizado por Gloria Anzaldúa, Gayatri Spivak e vários teóricos do pós-colonialismo? Temos aqui certamente uma advertência de que na luta pela emancipação e democratização podemos adotar os modelos de dominação pelos quais fomos oprimidas, não percebendo que um modo da dominação funcionar é mediante a regulação e produção de sujeitos. Por meio de que exclusões se construiu o sujeito feminista e como esses domínios excluídos retornam para assombrar a “integridade” e a “unidade” do “nós” feminista? E como é possível que a própria categoria, o sujeito, o “nós”, que deveria ser presumido com o propósito da solidariedade, produza a facciosidade que deveria liquidar? Querem as mulheres tornar-se sujeitos com base no modelo que exige e produz uma região anterior de degradação, ou deve o feminismo tornar-se um processo que é auto-crítico sobre os processos que produzem e desestabilizam categorias de identidade? Tomar a construção do sujeito como uma problemática política não é a mesma coisa que acabar com o sujeito; desconstruir o sujeito não é negar ou jogar fora o conceito; ao contrário, a desconstrução implica somente que suspendemos

todos os compromissos com aquilo a que o termo “o sujeito” se refere, e que examinamos as funções linguísticas a que ele serve na consolidação e ocultamento da autoridade. Desconstruir não é negar ou descartar, mas pôr em questão e, o que talvez seja mais importante, abrir um termo, como sujeito, a uma reutilização e uma redistribuição que anteriormente não estavam autorizadas (BUTLER, 1998, p. 23-24).

Virginia Woolf faz sua crítica à masculinidade buscando por uma afirmação da feminilidade. Ela defende a construção de uma sociedade a partir do que ela via como aspectos positivos da experiência histórica das mulheres com a opressão patriarcal. Veremos na sequência como a feminilidade não pode ser pensada como “de fora” da heteronormitividade, e, portanto, encontra limites em sua capacidade de se opor à masculinidade.

3.4.4 A valorização da feminilidade: estratégias e limites

Ainda em diálogo com a psicanálise, passo a fazer uma comparação do entendimento sobre o que é ser mulher para ela e em contrapartida a concepção de Woolf. Pensar a mulher a partir da psicanálise tem como justificativa, seguindo o pensamento de Teresa de Lauretis, que, diferentemente de outros discursos, essa corrente do pensamento se preocupa com as questões de gênero:

[...] como faz a teoria freudiana da psicanálise (mais do que qualquer outra, na verdade, com exceção da teoria feminista) e se oferecem então um modelo de construção de gênero na diferença sexual, mesmo assim o mapa que traçam do terreno entre a sociabilidade e a subjetividade deixa o sujeito feminino desesperadamente atolado nos pântanos do patriarcado, ou encalhado entre o mar e o rochedo (LAURETIS, 1994, p. 229).

Maria Rita Kehl, ao analisar a personagem Emma Bovary de Flaubert, discute a relação entre o contexto social, a frustração do sujeito feminino e o discurso médico sobre o lugar do feminino:

A personagem de Flaubert é tão paradigmática dos impasses da mulher burguesa, presa nas malhas de um discurso que confere a ela um lugar fixo na produção da felicidade doméstica e, ao mesmo tempo, permeável às perspectivas emergentes na segunda metade do século, que algumas décadas mais tarde seu nome foi usado, como vimos, para designar um conjunto de sintomas que a psiquiatria considerava como uma formação delirante mais frequente entre as mulheres: o bovarismo (KEHL, 2008, p. 109).

Mas será delírio ou tentativa de fuga da realidade, como segue a argumentação de Kehl a insatisfação das mulheres do século 19? Com a escrita de Virginia Woolf já

no início do século 20, podemos constatar uma visão crítica da realidade e uma descrição aguda da insatisfação feminina com o seu lugar nessa realidade, e ainda uma visão propositiva de como romper com essa realidade, nada fantasiosa, a partir da reivindicação de espaço de experiência na vida social e no poder político e econômico. Em *Um teto todo seu* (1928), Woolf enfatiza a questão de representar a experiência feminina, ou seja, ela reivindica a possibilidade de comunicar essa experiência.

Na mesma década em que Woolf escreve *Three Guineas*, Freud também escreve um ensaio em que faz um diagnóstico do colapso social e do aumento da violência e da intolerância nas sociedades europeias. Em *O Mal-Estar na Civilização*, publicado em 1930, Freud analisa os laços que mantém (ou tentam manter) a coesão social através do desenvolvimento da cultura. Estes laços ao desenvolverem a cultura por meio da repressão dos impulsos sexuais seriam responsáveis também por um perpétuo mal-estar na sociedade. A comparação é justificada pois Virginia Woolf faz uma análise em *Three Guineas* (1938) sobre como a sociedade poderia evitar a guerra, denunciando a proximidade da cultura patriarcal com o fascismo, uma forma evidente (para quem não é fascista) do limite e do colapso de valores e práticas culturais então vigentes. Na seção anterior vimos como Freud e Woolf apostavam no fomento da cultura como uma forma de diminuir os impulsos violentos da sociedade. Contudo, veremos como ambos pensam a relação das mulheres com a cultura e como cada um caracteriza o “seu lugar” nela.

Freud caracteriza a mulher como o contrário da cultura e como a sua rival ao identifica-la com a família e com os filhos. Assim, podemos entender que, para a psicanálise “clássica”, a mulher é identificada com as funções de manutenção dos aspectos “naturais” da vida em sociedade:

Depois são as mulheres que contrariam a corrente da civilização e exercem a sua influência refreadora e retardadora, elas, que no início estabeleceram o fundamento da civilização através das exigências de seu amor. As mulheres representam os interesses da família e da vida sexual; o trabalho da cultura tornou-se cada vez mais assunto dos homens; coloca-lhes tarefas sempre mais difíceis, obriga-os a sublimações instintuais de que as mulheres não são muito capazes (FREUD, 2010, p. 67).

Penso ser necessário historicizar essas concepções psicanalíticas, apelando para a história. Lembremos que Freud escreve em um contexto em que a imensa maioria das mulheres tinha como destino o matrimônio, a “profissão mais antiga” das mulheres como caracteriza Virginia Woolf. Parece que ele toma uma relação de forçada submissão a este destino como um fim natural, do desejo feminino e, perigosamente,

insinua que desejar outras formas de existência seria um comportamento neurótico, deixando as mulheres restritas em suas possibilidades de escolha e vivência. A psicanalista Leticia Glocer Florini em *As mulheres no contexto e no texto freudiano* (2009) tenta sintetizar a complexidade e, por vezes, o caráter paradoxal do pensamento de Freud sobre as mulheres e não deixa de ver nele reflexos dos preconceitos da época contra as mulheres:

As ideias imperantes, que refletem, em suas afirmativas a respeito da rigidez psíquica das mulheres, um superego deficitário, escasso sentido de justiça, interesses sociais mais débeis, menor aptidão para a sublimação, assim como suas afirmativas a respeito da pouca capacidade de mudança “como se o difícil desenvolvimento da feminilidade houvesse esgotado as possibilidades da pessoa” (Freud, 1933). E, aqui, Freud, alertando para que as feministas não o acusem de discriminação, conclui que as mulheres intelectuais, profissionais, existem somente porque desenvolveram sua parte masculina: uma verdadeira tautologia, como assinala S. Kofman (1980). Por outro ângulo, Freud reconhece (1929, 1930, 1933) a influência dos fatores socioculturais na repressão da sexualidade, quando postula para a mulher a necessidade de uma passagem do ativo para o passivo, juntamente com a mudança de zona do clitóris à vagina e a mudança de objeto da mãe para o pai (FLORINI, 2009, p. 129).

No trecho a seguir, Freud não especifica que está falando sobre as mulheres, contudo observemos como ele caracteriza o indivíduo que questiona a sua realidade e busca por mudanças e novas alternativas de vida; objetivos que podemos atribuir às mulheres feministas que já na década de 1930 questionavam o papel social da mulher:

[...], mas pode-se fazer mais, pode-se tentar refazê-lo, construir outro em seu lugar, no qual os aspectos mais intoleráveis sejam eliminados e substituídos por outros conformes aos próprios desejos. O indivíduo que, em desesperada revolta, encetar este caminho para a felicidade, normalmente nada alcançará; a realidade é forte demais para ele. Torna-se um louco, que em geral não encontra quem o ajude na execução de seu delírio (FREUD, 2010, p.37-38).

É bastante conhecida a história do quanto a histeria e a loucura foram atribuídas às mulheres que se rebelavam com o seu destino e demonstravam a sua insatisfação, rompendo com os padrões sociais de sua época. Assim, entendo que a psicanálise freudiana ainda que tenha estudado essas mulheres e as “explicado” como frustradas sexualmente – o que certamente eram – ao normatizar o desejo feminino com a maternidade¹⁴⁰, e ainda mais, ao caracterizar a mulher como o contrário da cultura, ou

¹⁴⁰ “Freud (1924, 1931) propõe para o desenvolvimento psicosssexual da menina três caminhos: a inibição ou frigidez, o complexo de masculinidade e a maternidade, esta última considerada a meta ideal para a feminilidade e a sexualidade feminina. Está aqui ressaltada uma ênfase fundamental na maternidade como culminação da sexualidade feminina. Mas sabemos que, para Freud, se trata de uma meta de ordem fálica, que estará guiada pela inveja do pênis. Caso contrário, ficarão os caminhos da histeria, a frigidez ou o complexo de masculinidade como destinos femininos. Aqui, nos defrontamos com um vácuo: o lugar da sexualidade feminina. A questão é se sobra um espaço na teoria para a sexualidade feminina, para além da maternidade ou da histeria” (FLORINI, 2009, p. 127).

seja, como um ser mais animal do que humano, mantém as ideias patriarcais que justificavam as limitações sociais submetidas às mulheres.

Penso que Virginia Woolf, assim como outras mulheres escritoras anteriores a ela, buscou uma representação no simbólico a partir de suas experiências enquanto mulher. Uma posição que, segundo a psicanálise, estaria sempre fadada ao fracasso já que ao assumir a posição de sujeito da palavra, abandonaria a posição feminina. Pretendo tensionar essa concepção, não contrariá-la, uma vez que não abordo a prática analítica da psicanálise, busco demonstrar que ela surge dentro de um contexto histórico em que afirmá-la era possível, as mulheres não participavam das instituições sociais, não estudavam e não escreviam na mesma proporção que os homens, de modo que manter essa realidade era certamente uma vantagem para os sujeitos masculinos.

Woolf demonstra o quanto eram limitadas as experiências femininas, com a manutenção da mulher no espaço privado da família e com pouco ou nenhum acesso à educação. Ou seja, ela não trata essa circunstância da experiência feminina como o destino do seu desejo, mas enfatiza o sofrimento das mulheres que se sentiram presas e limitadas por essa forma de existência. Para Zwerdling, no ensaio de 1938, Woolf estaria ainda mais severa em suas críticas à sociedade patriarcal:

Woolf nunca deixou de ser sensível à crítica masculina de sua escrita feminista. Ao mesmo tempo, no entanto, à medida que ela se torna progressivamente indiferente à desaprovação masculina, gradualmente, ela estava mais disposta a enfrentá-la. Ao escrever *Three Guineas*, ela encara o fato de que ela precisará de verdadeira coragem para atacar as posições fixas que são os alvos do livro. Quando os homens de seu círculo discutem a futilidade do pacifismo, a inevitabilidade da guerra, decididamente ela convence-se da necessidade de examinar a atitude deles a partir de seu ponto de vista distanciado. O que teria começado como um medo inútil da autoridade masculina, aos poucos transformou-se em uma perspectiva extremamente crítica e céptica. Mas, é claro que ela não poderia ignorar a cultura masculina, as realidades de poder sendo como eram (ZWERDLING 1983: 13 apud OLIVEIRA, 2012).

Woolf tenta estabelecer durante todo seu ensaio uma ligação entre o patriarcado, e seus valores viris com os quais submeteram as mulheres, com o fascismo que buscava submeter todos considerados inferiores. Ela vai ver na violência simbólica, de considerar a mulher como menos humana e assim com menos direitos e naturalmente inferior, uma similaridade com as teorias racistas do fascismo. Assim, vai atrelar a luta contra o fascismo à crítica aos valores típicos atribuídos à masculinidade, como a violência, o “heroísmo” na guerra e o “cuidado”/submissão da família/mulheres. Traçando um paralelo da seguinte maneira:

As filhas dos homens instruídos que foram chamadas, muito a seu pesar, “feministas”, eram na realidade a vanguarda do movimento que atualmente você promove. Lutavam contra o mesmo inimigo que você luta e pelas mesmas razões. Lutavam contra a tirania do estado patriarcal igual você luta contra a tirania do estado fascista. [...] no estrangeiro o monstro saiu da superfície de maneira mais visível. Não é possível confundi-lo com outra coisa. Ampliou o seu objetivo. Agora interfere na liberdade de vocês, os diz como vocês tem que viver, além de distinguir entre os sexos, distingue entre as raças. Vocês sentem na própria carne o que sentiram suas mães quando foram excluídas, quando as calaram por serem mulheres. Agora excluem vocês, lhes calam, porque são judeus, porque são democratas, por sua raça, por sua religião. [...] A iniquidade absoluta das ditaduras, seja ela em Oxford, em Cambridge, em Whitehall ou em Downing Street, contra os judeus ou contra as mulheres, na Inglaterra ou na Alemanha, na Itália ou na Espanha, se manifestou diante de vocês. Porém agora lutamos juntos (WOOLF, 2015, p. 156-157).

Retomando a perspectiva da psicanálise freudiana, podemos encontrar uma resposta para como o patriarcado se desenvolveu e se justifica. Entendo que a grande questão seja: Como os valores viris acabaram por se tornar o fundamento das relações de poder e da representação das leis sociais? Essa pergunta complexa é respondida de uma forma bastante objetiva pela psicanálise freudiana e lacaniana, através de um desdobramento da autoridade paterna, da “lei do pai”:

O “sujeito” masculino é uma construção fictícia, produzida pela lei que proíbe o incesto e impõe um deslocamento infinito do desejo heterossexualizante. O feminino nunca é uma marca do sujeito; o feminino não pode ser o “atributo” de um gênero. Ao invés disso, o feminino é a significação da falta, significada pelo Simbólico, um conjunto de regras linguísticas diferenciais que efetivamente cria a diferença sexual. [...] Ao afirmar que o Outro a quem falta o Falo é aquele que é o Falo, Lacan sugere claramente que o poder é exercido por essa posição feminina de não ter, e que o sujeito masculino que “tem” o Falo precisa que esse Outro confirme e, conseqüentemente, seja o Falo em seu sentido “ampliado”. [...] Ser o Falo é ser significado pela lei paterna, é tanto ser seu objeto e instrumento como, em termos estruturalistas, o “signo” e a promessa de seu poder. [...], Mas, como as mulheres “parecem” ser o Falo, a falta que encarna e afirma o Falo? Segundo, Lacan, isso se faz através da mascarada, efeito de uma melancolia que é a essência à posição feminina como tal (BUTLER, 2016, p.52 – 75 – 77).

Buscando outra forma de analisar a função da lei na sociedade, Judith Butler utiliza as teorias de Foucault que divergiam da teoria psicanalítica da sublimação dos desejos em atos culturais. Foucault teorizava a lei a partir de uma perspectiva gerativa, ou seja, a própria proibição produz os desejos, sem haver, contudo, a postulação de um desejo original:

Se a sexualidade é construída culturalmente no interior de relações de poder existentes, então a postulação de uma sexualidade normativa que esteja “antes”, “fora” ou “além” do poder constitui uma impossibilidade cultural e um sonho politicamente impraticável, que adia a tarefa concreta e contemporânea de repensar as possibilidades subversivas da sexualidade e da identidade nos próprios termos do poder. [...] em oposição à lei fundadora do

Simbólico, que fixa identidades a priori, podemos reconsiderar a história das identificações constitutivas sem a pressuposição de uma lei fixa e fundadora (BUTLER, 2016, p. 55 – 103).

Trago a crítica de Butler à psicanálise freudiana porque ela abre a possibilidade da mudança nas relações de poder da “lei” do pai. Ela, assim como Woolf, narra o desconforto, o mal-estar dos sujeitos que se constituem subjugados por essa lei, e reivindica a sua transformação e a construção de uma sociedade mais igualitária que a sociedade hierárquica patriarcal. Butler¹⁴¹ questiona o próprio cerne da psicanálise, o complexo de Édipo, como explica Joana Pedro¹⁴²:

Judith Butler busca destruir o sistema binário que opõe natureza (sexo) e cultura (gênero), o eu e o outro, e defende que “o sexo não é dado biologicamente, sobre o qual o gênero é construído”; ao contrário, é apenas um ideal regulativo materializado num corpo por meio de práticas normativas reiteradas. O que se nega agora é que as diferenças marquem o comportamento sexual das pessoas por toda a vida. Na verdade, o que se pede é a desapareição da noção de identidade de gênero. Judith Butler, por exemplo, sustenta que a identidade de gênero é útil à dominação masculina. Quando, em 1990, ela propôs a “performatividade do gênero”, afirmou que gênero é uma construção cultural e que, portanto, não é resultado do sexo nem tão aparentemente fixo como o sexo (PEDRO, 2011, p. 275).

Portanto, dentro da normativa binária masculino/feminino há um limite para o quanto uma performatividade feminina pode subverter as normas sociais. Por isso, Butler defende que a categoria “mulheres” permaneça sempre em aberto dentro do próprio feminismo, sendo essa a sua possibilidade de ser efetivamente contestadora:

Seria errado supor de antemão a existência de uma categoria de “mulheres” que apenas necessitasse ser preenchida com os vários componentes de raça, classe, idade, etnia e sexualidade para tornar-se completa. A hipótese de sua incompletude essencial permite à categoria servir permanentemente como espaço disponível para os significados contestados. A incompletude por definição dessa categoria poderá, assim, vir a servir como um ideal normativo, livre de qualquer força coercitiva. É a “unidade” necessária para a ação política efetiva? Não será precisamente a insistência prematura no objetivo de unidade a causa da fragmentação cada vez maior e mais acirrada das fileiras? (BUTLER, p. 36, 2016).

¹⁴¹ Assim, para Butler o Complexo de Édipo seria um dos responsáveis pela manutenção do binarismo de gênero que estipula tão normativamente uma identidade sexual feminina e masculina: “Como conjunto de sanções e tabus, o ideal de ego regula e determina as identificações masculina e feminina. Considerando que as identificações substituem as relações de objeto e são a consequência de uma perda, a identificação de gênero é uma espécie de melancolia em que o sexo do objeto proibido é internalizado como proibição. Essa proibição sanciona e regula identidades de gênero distintas e a lei do desejo heterossexual. A resolução do complexo de Édipo afeta a identificação de gênero por via não só do tabu do incesto, mas, antes disso, do tabu contra a homossexualidade” (BUTLER, p. 98, 2016).

¹⁴² PEDRO, Joana Maria. *Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea*. Topoi, v. 12, n. 22, jan. -jun. 2011, p. 270-283.

Contudo, como vimos anteriormente, Virginia Woolf já tinha criticado a categoria mulher em outros ensaios¹⁴³ e mesmo escreveu *Orlando*¹⁴⁴, uma metáfora para a androginia desejável para a humanidade. Em *Three Guineas* (1938), no entanto, ela volta a apostar no sujeito mulher para a construção de uma nova sociedade.

Por que Woolf volta a apostar na categoria mulher como uma categoria de sujeitos com potencial para transformar a sociedade? Minha hipótese é o recrudescimento da violência na Europa com a emergência do fascismo e o acontecimento da Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Como ela vê o sujeito responsável pela guerra como o sujeito masculino, tenta apostar na mulher como o sujeito capaz de construir a paz. A grande argumentação de Woolf vai ser apostar que a condição de submissão das mulheres as deu uma capacidade de entender o sofrimento e a “psicologia” da dominação, o que as dotaria de uma capacidade maior de resistir aos apelos do poder hierárquico e da vontade de submissão do outro.

Ela apostou que a condição das mulheres podia servir como uma potencialidade para a mudança, uma leitura até então desconhecida. Tanto para a intelectualidade masculina quanto para as primeiras feministas do século 18, a condição das mulheres em relação aos homens havia sido lida até então como uma relação de falta. As mulheres estariam atrasadas em termos civilizatórios em relação aos homens. Contudo, ao criticar a civilização, Woolf inverte essa relação: justamente por não estarem inseridas da mesma forma que os homens na sociedade, as mulheres poderiam operar a sua reforma.

Um exemplo de organização política feminina e que tem muito em comum com o que defendia Virginia Woolf como ação política para as mulheres foi o surgimento do grupo *Mujeres Libres* durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). A historiadora Margareth Rago retomou a história do grupo através da escrita da biografia das integrantes fundadoras. No artigo *Mujeres Libres: anarco-feminismo e subjetividade na revolução espanhola* (2005), Rago busca justificar o estudo da biografia dessas mulheres. Ela aponta para o comum apagamento da participação das mulheres da história, principalmente, da história das guerras:

¹⁴³ Ela escreveu em *Profissões para mulheres* na década de 1920: “Ah, mas o que é ‘ela mesma’? Quer dizer, o que é uma mulher? Juro que não sei. E duvido que vocês saibam. Duvido que alguém possa dizer, enquanto ela não se expressar em todas as artes e profissões abertas as capacidades humanas. E de fato esta é uma das razões pelas quais estou aqui, em respeito a vocês, que estão nos mostrando com suas experiências o que é uma mulher, que estão nos dando, com seus fracassos e sucessos, essa informação da maior importância” (Woolf, p.14. 2012).

¹⁴⁴ WOOLF, Virginia. *Orlando*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

Como observa Shirley Mangini, saindo dos marcos nacionais: “Dos milhares de artigos e livros sobre a Guerra Civil espanhola, poucos contêm informações sobre o papel das mulheres na guerra e no período seguinte, exceto algumas descrições ou simples referências em notas de rodapé. E, no entanto, (...) a oportunidade mais revolucionária para a emergência das mulheres na cena intelectual e política ocorreu nesse momento” [...]. Não são apenas as histórias da desapropriação das extensas propriedades de terra e da autogestão efetivada por milhares de pessoas nas fábricas e nos campos, que mal conhecemos. Muitas experiências sociais e culturais, como as promovidas pela Agremiação anarco-feminista “Mujeres Libres”, fundada por três ativistas libertárias, também foram silenciadas por várias décadas e, na verdade, vieram à tona, em grande parte, pela ação de suas próprias antigas militantes, desde o final do franquismo, em 1975. Em linhas gerais, a história desse grupo anarco-feminista começa em abril de 1936, às vésperas da eclosão da guerra civil, quando três combativas anarquistas, a jornalista e poetisa Lucía Sanchez Saornil, a advogada Mercedes Comaposada e a médica Amparo Poch y Gascón se unem para criar o grupo “Mujeres Libres”, dedicado à luta pela emancipação feminina no mundo do trabalho (RAGO, 2005, p. 133- 135).

A primeira característica em comum dessas mulheres com o projeto da “Sociedade das de Fora” de Virginia Woolf é que todas elas têm uma profissão, de modo que desenvolveram uma independência intelectual e financeira dos homens. No entanto, Woolf em nenhum momento em *Three Guineas* assume uma filiação política e teórica com qualquer vertente anarquista. Por isso, também caracterizo seu ensaísmo como principalmente feminista. Mas, inegavelmente sua recusa de fazer parte do estado e suas propostas pelo fim das hierarquias e das lideranças aproxima-se de uma visão de mundo libertária. As mulheres do grupo *Mujeres Libres* antes da sua criação já eram militantes políticas:

As três libertárias já traziam uma bagagem política expressiva, como militantes de esquerda, tanto quanto ideais feministas, sobre os quais escreviam nos jornais *Tierra y Libertad* e *Solidaridad Obrera*, ou nas revistas *Estudios*, *Generación Consciente* e *Umbral*. Revoltavam-se com as dificuldades e com a opressão sexual enfrentadas pelas mulheres pobres, mesmo no meio libertário, mais oxigenado, em que eram solicitadas e incentivadas a participar no espaço público. Desde o último quarto do século XIX, os anarquistas haviam conseguido forte penetração social, fundando sindicatos, criando ateneus libertários, promovendo inúmeras atividades culturais por toda a Espanha. Apesar de suas críticas contundentes às instituições sociais, como a Igreja e a família, apesar dos ataques ao casamento, às desigualdades sexuais, à educação coercitiva para as crianças, na prática, a situação feminina continuava fortemente opressiva e poucas melhoras haviam sido feitas (RAGO, 2005, p. 136).

Margareth Rago nos ajuda a entender porque essas mulheres decidiram construir um grupo independente de luta em nome das mulheres. Mesmo dentro dos meios militantes anarquistas, as mulheres sentiam dificuldades de terem suas opressões entendidas com o peso que elas achavam necessário para que fossem de fato combatidas. Assim, mesmo entre homens não conservadores, as mulheres sentiram

necessidade de organizarem-se por si mesmas¹⁴⁶. Diferentemente do olhar de Virginia Woolf que acreditava que as “mulheres educadas” deviam preocupar-se com a reforma da classe média e apenas auxiliar as mulheres operárias e deixar que elas mesmas lutassem em seus termos, as *Mujeres Libres* concentravam-se em:

Mudar as condições de existência das mulheres pobres da Espanha, capacitando-as para o trabalho e para a vida pública, retirando-as do confinamento doméstico e do obscurantismo religioso, proporcionando-lhes meios práticos para a participação na vida social, política e cultural foi uma preocupação constante nas propostas e realizações do Grupo. Assim, além do “Instituto Mujeres Libres” e das centenas de agrupamentos locais espalhados pelo país, elas fundam o “Casal de la Dona Trabajadora”, no Paseo de Gracia, em Barcelona, espaço cultural destinado aos cursos, palestras e oficinas que realizam para cerca de 600 mulheres. No bairro de Sans, nesta cidade, criam um “Instituto nocturno”, também chamado “Mujeres Libres”. Segundo um anúncio publicado no jornal CNT, de 1937, ficamos sabendo que ali eram oferecidos cursos de Aritmética, Gramática, História da Literatura, Geografia, História, Contabilidade, Ciências Naturais, Anatomia, Idiomas, Desenho, cursos de Agricultura, Puericultura, Enfermagem, formação de secretárias, mecanografia, taquigrafia, redação e cursos em Propaganda. Além disso, poderiam estudar mecânica na escola de transporte, entre outros ofícios que não eram tradicionalmente oferecidos às mulheres, mesmo que estas já ocupassem um largo espaço no mercado de trabalho industrial (RAGO, 2005, p. 137)

Além da criação de cursos sobre educação sexual, de creches e de buscarem romper com os ideais burgueses de feminilidade problematizando os papéis de mãe e de esposa, essas mulheres ocuparam-se também da escrita, como defendia Virginia Woolf, com o mesmo objetivo de combater o machismo e defender uma cultura de mulheres através de espaços: “[...] como os da revista que leva o nome do Grupo, em que puderam refletir sobre si mesmas e criar toda uma cultura feminista entre as militantes e simpatizantes do anarquismo” (RAGO, 2005, p. 138).

Outro paralelo entre esse grupo de mulheres anarquistas criado para lutar em nome das mulheres em plena Guerra Civil Espanhola e o ensaísmo de Virginia Woolf é o simbolismo nos nomes escolhidos para representar a causa das mulheres. Quando Woolf nomeia a sua sociedade pacifista de mulheres como “as de Fora”, ela procura

¹⁴⁶ Rago demonstra que o alcance do grupo não foi pequeno: “Aliás, depois de um ano de existência, o Grupo consegue realizar a Primeira Conferência Nacional, em Valência, em 22 de agosto de 1937, o que revela seu rápido crescimento. Em seguida, constitui uma ‘Federação Nacional de Mujeres Libres’, em bases anarquistas. A historiadora Mary Nash indica um total de 153 agrupamentos locais de Mujeres Libres, criados entre 1937 e 1938. Não vinculado oficialmente a nenhum organismo político e defendendo tenazmente a autonomia política, ‘Mujeres Libres’ se declarava anarquista e se dizia identificado com a CNT – Confederação Nacional dos Trabalhadores e FAI – Federação Anarquista Ibérica, também anarquistas. Nem por isso as relações que mantiveram com esses grupos políticos deixaram de ser tensas. ‘Os militantes das Juventudes Libertárias’, em especial, tiveram muitas restrições ao grupo, visto como separatista, pois temiam sua concorrência na cooptação das jovens militantes femininas” (RAGO, 2005, p. 147).

ressignificar o lugar das mulheres na sociedade, tomando sua falta de poder como uma fonte de poder, pois se elas não estavam inseridas na sociedade como os homens, em meio a ascensão fascista, isso significava a possibilidade de não estarem contaminadas pelos valores fascistas e de se organizarem contra eles. Rago faz uma contextualização histórica do machismo para identificar o simbolismo do nome *Mujeres Libres*:

[...] vale lembrar que até os anos 1970, não apenas no Brasil, o termo mulher pública era sinônimo de prostituta. Nos inícios do século XX, não era raro que costureiras, floristas, chapeleiras, trabalhadoras das fábricas de tecido e artistas fossem percebidas como prostitutas, não apenas na Espanha. Portanto, as palavras de Lucía, refletindo a respeito do nome dado ao grupo são esclarecedoras: “Pretendíamos dar ao substantivo ‘mulheres’ todo um conteúdo que reiteradamente se havia negado, e ao associá-lo ao adjetivo ‘livres’, além de nos definirmos como totalmente independentes de toda seita ou grupo político, buscávamos a reivindicação de um conceito — mulher livre — que até o momento havia sido preenchido com interpretações equívocas, que rebaixavam a condição da mulher ao mesmo tempo que prostituíam o conceito de liberdade, como se ambos os termos fossem incompatíveis” (RAGO, 2005, p. 141).

Como vimos ao comparar o discurso de Virginia Woolf com os das primeiras feministas, o “feminismo liberal” tinha seus limites para colocar-se como um discurso que realmente modificasse as relações de poder entre os gêneros. Assim como Woolf, as *Mujeres Libres* viam criticamente esse feminismo em nome da cidadania nos mesmos termos que os homens:

Mulher e direito à liberdade são associados em seu discurso contestador. O feminismo que defendiam, contudo, difere muito do feminismo liberal vigente então. Na tentativa de diferenciarem-se das liberais, que lutavam pelo direito do voto, pelo acesso à esfera pública, deixando inquestionados os códigos da feminilidade da época, as “*Mujeres Libres*” chegaram, às vezes, a declararem-se não feministas, ambiguidade que se expressa nos próprios artigos publicados em sua revista. Assim, se de um lado, a própria revista *Mujeres Libres* afirmava desejar “reforçar a ação social da mulher, dando-lhe uma nova visão das coisas, evitando que sua sensibilidade e seu cérebro se contaminem com os erros masculinos. E entendemos por erros masculinos todos os conceitos atuais de relação e convivência (...)” (no.1, maio de 1936); de outro, criticava o feminismo que, segundo elas, havia levado as mulheres à guerra, “feminismo que buscava sua expressão fora do feminino, tratando de assimilar virtudes e valores estranhos (...)”. Propunham, portanto, um outro feminismo, como diziam claramente: “é outro feminismo, mais substantivo, de dentro para fora, expressão de um modo, de uma natureza, de um complexo diverso frente ao complexo, à expressão e à natureza masculina. Está claro que elas defendiam uma afirmação das mulheres e, por isso mesmo, recusavam a publicação de quaisquer artigos escritos por homens, na revista, reservando e preservando o espaço feminino que construíam e queriam fazer expandir. Como observam: “[a revista] quer (...) fazer ouvir uma voz sincera, firme e desinteressada: da mulher, porém uma voz própria, a sua, a que nasce de sua natureza íntima (...)” (RAGO, 2005, p. 142)

Como demonstrado, podemos concluir que os paralelos entre o discurso de Virginia Woolf e o grupo *Mujeres Libres* são muitos, já que ambas partiram do desejo

da mudança social amparado no reconhecimento da opressão feminina como a base da crise pela qual passava a sociedade, crise que se manifestava na ascensão fascista e na guerra. Contudo, acredito que seja interessante observar que quase 70 anos depois podemos traçar um paralelo do projeto político de Virginia Woolf para as mulheres com o discurso da própria Margareth Rago. No final de seu artigo sobre as *Mujeres Libres* Rago deixa clara a ligação que ela ainda estabelece com nosso presente, defendendo que uma maneira de lutar contra a opressão seja, como acreditava Virginia Woolf, escrever as histórias das mulheres, bem como entender suas estratégias de sobrevivência:

Valendo-me de alguns conceitos de Foucault, creio que se pode afirmar que com suas artes da existência, ou técnicas de si e de relação com o outro profundamente renovadas, feministas e libertárias, as práticas do Grupo “Mujeres Libres” se conectam com nossas preocupações atuais e podem, por isso mesmo, constituir-se num importante repertório para nossa atualidade. Vale notar que, num momento em que as portas têm-se aberto para a participação feminina no mundo político, cultural e social e em que o feminismo é considerado, até mesmo por aqueles que pouco se ocuparam com as questões femininas, como a única revolução que deu certo no século XX, também causa polêmica a emergência de subjetividades ambiciosas, autoritárias e até mesmo bélicas, que contrariam as propostas libertárias do feminismo. Afinal, a aposta maior do feminismo na importância de libertação das mulheres, na conquista de seu direito à cidadania vinculava-se à crença de que as mulheres haviam passado por experiências muito diferenciadas das masculinas, o que as aproximava mais dos valores positivos de construção social (RAGO, 2005, p. 149).

Cabe trazer para o final deste trabalho um questionamento: identificar as mulheres com atitudes pacíficas não seria reforçar ao invés de desconstruir as concepções de gênero patriarcais?

Como vimos, para Judith Butler a construção de sujeito operada pelo binarismo de gênero dentro da norma heteronormativa precisa ser questionada, não reafirmada. Mesmo que seja uma tentativa de reafirmar os aspectos “positivos” dessa construção, como a suposta disposição das mulheres para a paz:

Eu diria que qualquer esforço para dar conteúdo universal ou específico à categoria mulheres, supondo-se que essa garantia de solidariedade é exigida de antemão, produzirá necessariamente facções e que a “identidade” como ponto de partida jamais se sustenta como base sólida de um movimento político feminista. As categorias de identidade nunca são meramente descritivas, mas sempre normativas e como tal, exclusivistas. Isso não quer dizer que o termo “mulheres” não deva ser usado, ou que devemos anunciar a morte da categoria. Ao contrário, se o feminismo pressupõe que “mulheres” designa um campo de diferenças indesignável, que não pode ser totalizado ou resumido por uma categoria de identidade descritiva, então o próprio termo se torna um lugar de permanente abertura e re-significação [...] Em certo sentido, o que mulheres significa foi dado como certo durante tempo demais e o que foi determinado como “referente” do termo foi “fixado”, normalizado, imobilizado, paralisado em posições de subordinação (BUTLER, 1998, p. 24 -25).

Não podemos negar que a opressão de gênero é uma das bases da sociedade hierárquica em que vivemos, também não é de se negar que o fascismo parece ser uma condição de possibilidade das sociedades que convivem com opressões e hierarquias e as “naturaliza”. Portanto, o feminismo continua sendo um movimento político importante e é preciso que se reconheça, ainda em nosso presente, a desigualdade das mulheres na sociedade, bem como a sua vulnerabilidade¹⁴⁷, uma vez que elas continuam sendo mais pobres que os homens, assim como são vítimas de violências unicamente por causa de seu gênero: a violência doméstica, a violência sexual e o feminicídio.

Porém, essencializar uma identidade feminina pacifista e/ou libertária e reivindicar uma nova sociedade a partir de seus valores parece hoje não ser mais o suficiente. Os sujeitos vulneráveis no século 21 são cada vez mais diversos e é necessário que a luta contra o sistema que os esmaga seja travada em conjunto. Judith Butler não deixa de se considerar uma feminista, mas também vem tratando da questão das vítimas da guerra na nossa atualidade, guerras travadas no Oriente Médio, que dizem respeito a esse “Outro” historicamente vítima de tentativas de sujeição pelo Ocidente. Para tanto, ela trabalha com o conceito de “vidas precárias”, e de vidas que são ou não são lamentadas quando perdidas; desse modo, trabalhando com o reconhecimento – as vidas que são reconhecidas e lamentadas quando perdidas; e a exclusão – as vidas que foram excluídas do reconhecimento de terem direito à vida e, por isso, não são lamentadas quando perdidas.

Pensando sobre a relação da história com este presente e com essa luta histórica contra a guerra e contra a submissão, uma das maneiras da história ser usada hoje seria fazer dela a escrita da diferença, isto é, paradoxalmente, fazer da história o lugar para que vissemos a precariedade de todas as vidas, um ato político que poderia nos levar a solidarizarmos com as vítimas da guerra, da miséria e da violência, os sujeitos cuja precariedade é potencializada. Para tanto, precisamos transpor o enquadramento que aprendemos com a história ocidental, como critica Butler ao acusar a história de explicar, justificar, fetichizar e legitimar as guerras, o que contribui para que não

¹⁴⁷ “[...] a secretária-executiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Alicia Bárcena, alertou que na região “a pobreza tem o rosto de mulher”. Segundo a dirigente, mulheres representam uma parcela desproporcionalmente maior dos segmentos de menor renda. Miséria também afeta o bem-estar das crianças e adolescentes. “O gênero, a idade e a condição étnico-racial são três eixos determinantes da distribuição do bem-estar e do poder na sociedade”, disse a dirigente do organismo regional no primeiro dia do encontro de alto nível *Todas as Mulheres, Todas as Crianças, Todos os Adolescentes*”. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/politicas-publicas-devem-ter-perspectiva-de-genero-para-garantir-direitos-das-mulheres-diz-cepal/>>. Acesso em: 25 dez. 2018.

lamentemos o número de mortos em conflitos: “ou não podemos apreender a vida do outro como perdida ou lesada”. Para isso, seria preciso fazer a escrita da história que não apenas explica e justifica a guerra, mas a que denuncia a sua barbárie, ou seja, uma história que demonstra como a guerra exclui vidas do reconhecimento de ter direito à vida e como ela produz a precariedade. Butler assinala questões interessantes a respeito da precariedade:

O “ser” do corpo ao qual essa ontologia se refere é um ser que está sempre entregue a outros, a normas, a organizações sociais e políticas que se desenvolveram historicamente a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros. Não é possível definir primeiro a ontologia do corpo e depois as significações sociais que o corpo assume. Antes, ser um corpo é estar exposto a uma modelagem e a uma forma social, e isso é o que faz da ontologia do corpo uma ontologia social. [...] A concepção mais ou menos existencial da “precariedade” está, assim, ligada à noção mais especificamente política de “condição precária” (BUTLER, 2015, p. 15-16).

Difícilmente podemos pensar o projeto de Virginia Woolf como aplicável para nossa atualidade, mesmo que as mulheres continuem de fora de muitas esferas de poder, as que conseguiram adentrar não permaneceram “incorruptíveis”, então, a utopia de Woolf nos parece perdida. No entanto, tal como Woolf, ainda nos encontramos como espectadores e vítimas das guerras e até mesmo de novos fascismos.

Ainda que difira sobre apostar todas as suas fichas em um único sujeito, a colocação de Butler não difere tanto da conclusão de Woolf. Ainda hoje percebemos que a questão não é só mudar as condições das mulheres e das outras “minorias” na sociedade, mas mudar a própria sociedade:

O problema não é apenas saber como incluir mais pessoas nas normas existentes, mas sim considerar como as normas existentes atribuem reconhecimento de forma diferenciada. Que novas normas são possíveis e como são forjadas? O que poderia ser feito para produzir um conjunto de condições mais igualitário da condição de ser reconhecido? (BUTLER, 2015, p. 20)

Para Butler as normas não são em si mesmas intransponíveis: “o enquadramento não mantém nada integralmente em um lugar, mas ele mesmo se torna uma espécie de rompimento perpétuo” (BUTLER, 2015, p. 25). Em uma operação que ela denomina de “enquadrar o enquadramento” seria possível para o sujeito se constituir fora do enquadramento fornecido pela norma e, assim, colocá-la em xeque: “a norma funciona precisamente por meio da gestão da perspectiva da sua destruição, uma destruição que é inerente às suas construções” (BUTLER, 2015, p. 27).

Por fim, não poderíamos concluir que Butler acredita na mesma capacidade de transformação da norma pelos sujeitos que se constituem, de alguma forma, “de fora”

dela? Se a resposta for afirmativa, poderíamos atualizar o ensaísmo de Virginia Woolf e hoje a sua *Sociedade dxs de Fora* seria constituída pelos sujeitos em condição de precariedade; lembrando que Butler conceitua que o “nível” de precariedade de cada sujeito depende de cada contexto em que ele se encontra.

Butler em seu recente artigo, *Alianças queer e política anti-guerra* (2017) defende que a luta contra a precariedade seja travada através da união entre os sujeitos em condição precária:

A performatividade de gênero, em particular, pode ser entendida como aquele exercício de liberdade em público que vem com muitos riscos e que ameaça expor-nos a condições de precariedade. Isso acontece toda vez que um grupo se reúne para reivindicar direitos à liberdade de gênero e sexualidade em público, quando a polícia falha em nos proteger e quando não somos reconhecidas como minorias dignas de proteção física e legal. Há algo revigorante e assustador quando isso acontece: pedimos por essa liberdade, e quando pedimos isso juntas, abrimos o espaço da liberdade – instituímos essa possibilidade, introduzimos e reintroduzimos essa possibilidade no mundo. Mas sabemos, mesmo quando a abrimos, que a possibilidade pode ser negada e que podemos nos encontrar em posições fisicamente precárias. Esta luta tem que passar pelo júbilo e pelo medo para atingir o ponto aonde se tornará claro que ainda não sabemos o que é a liberdade quando minorias sexuais e de gênero permanecem sem liberdade. Ainda estamos aprendendo o que a liberdade pode ser da mesma forma que ainda estamos aprendendo o que a liberdade e a justiça podem significar. Temos compreendido o que isso significaria para uma tal reivindicação de liberdade se aplicada igualmente às minorias religiosas e raciais, às mulheres e às minorias sexuais e de gênero? Não podemos pensar isso de forma alguma se não aprendemos a pensar juntos. E não podemos pensar juntos se não lutamos com essas diferenças entre as minorias. Quaisquer que sejam as diferenças e os antagonismos que possam existir, eles têm que ser trabalhados ou suspensos em nome da redução de níveis inaceitáveis de precariedade ao qual todas as minorias estão expostas (BUTLER, 2017, p. 38).

Dessa forma, se concordarmos com o entendimento de Butler podemos concluir que os sujeitos aos quais podemos entendê-los como, de alguma forma, em uma condição marginalizada são muitos: as vítimas das guerras imperialistas no Oriente Médio, os negros, os indígenas, xs transexuais, os homossexuais, as lésbicas, os pobres, os latinos, os imigrantes, os refugiados e, ainda, elas – as mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final de 2018 chegou aos cinemas o novo filme do diretor Spike Lee, *BlacKkKlansman*, no Brasil o filme recebeu o título *Infiltrado na Klan*. O filme é baseado nas memórias de um policial negro norte-americano que nos anos 1970 trabalhou infiltrado na organização terrorista Klu Klux Klan¹⁴⁸. Seu trabalho foi realizado em parceria com outro policial branco que ia às reuniões presenciais da “organização”. A partir dessa premissa de retratar o racismo nos Estados Unidos da década de 1970, o diretor deixa evidente a partir da sua narrativa a intenção de estar retratando também o nosso presente.

A aproximação entre esse filme de 2018 e o ensaísmo feminista de Virginia Woolf pode ser estabelecida pela similaridade de serem obras que retratam a opressão de sujeitos dentro de estados legal e ideologicamente que se identificam como democráticos e que, portanto, seriam opostos a profissão de uma ideologia e prática fascista. Porém, ambas obras tentam relatar uma experiência que coloca em xeque a política “não-oficial” desses estados, mostrando o quanto eles toleram e por vezes acobertam discursos e práticas fascistas dirigidas aos “outros”, às mulheres, aos negros, aos judeus, aos gays.

No filme de Spike Lee há uma cena em que o policial negro infiltrado conversa com outro policial sobre os absurdos defendidos pela “organização” e é feito o comentário de que os Estados Unidos nunca elegeriam algum candidato que assumidamente proferisse um discurso similar aquele. Após esse comentário, é dito que seria ingenuidade pensar que isso não aconteceria naquele país. Se não bastasse a alusão ao presidente Donald Trump nesta passagem, no final da narrativa somos apresentados a imagens do presente gravadas na manifestação de Charlottesville ocorrida em 2017 em que supremacistas brancos saíram às ruas para reivindicar novamente os seus valores racistas e misóginos apoiados em um discurso supostamente religioso cristão. Contra eles saíram as ruas homens e mulheres, brancos e negros, heterossexuais e LGBTQ+ opondo-se aos seus preconceitos. Com a eleição de Trump, os grupos mencionados

¹⁴⁸ A “organização” norte-americana desde meados do século 19 reúne homens, brancos, cristãos e heterossexuais que reivindicam a manutenção da ordem (norma) conservadora na sociedade, ou seja, os seus privilégios de gênero, raça e sexualidade. Não apenas professam valores conservadores e preconceituosos, mas historicamente cometeram crimes, incêndios, linchamentos e assassinatos, principalmente, de pessoas negras.

anteriormente voltaram a tomar as ruas defendendo os valores da supremacia branca e masculina. Nessas manifestações os supremacistas atacaram violentamente os manifestantes contrários aos seus “valores” e uma mulher acabou morta, atropelada por um dos supremacistas. No filme o cineasta exhibe a declaração de Trump em que ele defende que “dos dois lados” há pessoas “boas” e “más”, ou seja, legitima o discurso supremacista.

O uso do passado e da história, nesse filme é assim próximo ao uso dado por Virginia Woolf, ou seja, ao mesmo tempo em que se recorre a história, em uma tentativa de entender a opressão contínua, essa volta é feita também em busca de exemplos de como combatê-la, em busca de uma nova narrativa dessas histórias que não apenas apresente “os fatos”, mas que denuncie no próprio presente as marcas desse passado. Spike Lee não deixa dúvidas da intencionalidade de usar o passado para identificar no próprio solo norte-americano o fascismo passado e presente, assim como a ameaça fascista mais global¹⁴⁹. Desde a última eleição nos Estados Unidos houve uma mobilização liderada por mulheres contra o crescimento do discurso conservador e de ódio contra as minorias, que, nesse momento, está bastante voltado contra os imigrantes, mas que não deixa de fazer referência a uma supremacia que tem como vítimas todos os “outros”. Essa mobilização, além de discursos contrários às pautas conservadoras, tem ocupado as ruas com a *Women's March* [Marcha das Mulheres]¹⁵⁰.

Essa mobilização liderada pelas mulheres contra um discurso preconceituoso e, se aceitarmos as definições de Virginia Woolf, um discurso fascista, talvez possa ser lida como uma pequena evidência em favor das conclusões de Woolf em *Three Guineas*. Mesmo que as mulheres não tenham conseguido mudar a sociedade em tempo de evitar a *Segunda Guerra Mundial* (1939-1945) e muitas tenham aderido a ela, quase sem restrições, hoje talvez tenhamos, como sociedade, uma nova chance de nos fazermos as perguntas que Woolf fez em seu ensaísmo: para onde caminha a sociedade? Queremos continuar nessa procissão? Ou podemos construir outro caminho?

¹⁴⁹ “Mas sua cruzada não é dirigida apenas contra Trump, ela se estende por todo o planeta: “Não é só o agente laranja, o do Brasil [o presidente eleito Jair Bolsonaro] é igualmente ruim. Ocorre em nível global. Temos de combater essas pessoas”. A vitória de Jair Bolsonaro e o avanço de partidos populistas na Europa o levam a ficar em alerta para a chegada de velhos fantasmas do passado. “Usam o medo das pessoas. Isso não é novo, é a forma como o fascismo costuma jogar”, sustenta o cineasta”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/10/cultura/1541882571_493778.amp.html?id_externo_rsoc=TW_CC&__twitter_impression=true Acesso em: 06 jan. 2019.

¹⁵⁰ MARTINELLI, Andréa. A Marcha das Mulheres contra Trump se tornou 'indispensável' nos EUA Norte-americanas vão marchar novamente em oposição ao governo de Donald Trump em 2018. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2018/01/19/a-forca-politica-da-marcha-das-mulheres-contra-donald-trump-vai-tomar-as-ruas-novamente_a_23338441/>. Acesso em: 26 dez. 2018.

A organização da *Women's March* ainda que, simbolicamente, represente uma união de forças entre as mulheres contrária a um governo misógino, como é o de Trump, não procura ser um movimento apenas de mulheres. Em consonância com a necessidade político teórica defendida por Judith Butler, Angela Davis¹⁵¹ e tantas outras feministas interseccionais contra um estado opressor, concordam que a luta é mais efetiva se travada em conjunto:

Ao mesmo tempo, 2017 trouxe a primeira marcha das mulheres contra Trump que contagiou o movimento feminista ao redor do mundo e o início do movimento #MeToo em Hollywood que, a partir da mobilização contra o produtor Harvey Weinstein gerou uma onda de denúncias de assédio sexual não só no mundo do entretenimento. Desde então, segundo a Vox, as organizadoras da marcha original adotaram uma abordagem ampla, produzindo eventos em parceria com foco em justiça racial, deficiência e direitos LGBTQ (MARTINELLI, 2018).

Voltemos uma última vez a *Three Guineas*, em uma de suas passagens finais, Woolf escreve:

À medida que essa carta avançava, acrescentando fato após fato, outra imagem foi imposta em primeiro plano. É a figura de um homem; alguns afirmam, outros negam, que é o próprio Homem, a quintessência da masculinidade, o tipo perfeito de que todos os outros são apenas esboços imperfeitos. Sem dúvida, é um homem. Tem olhos vidrados; os olhos brilham com fúria. Seu corpo, plantado em uma pose não natural, está rigidamente vestido com um uniforme. No peito desse uniforme há várias medalhas e outros símbolos místicos costurados. Descanse sua mão em uma espada. Em alemão é chamado Führer, em italiano, duce. Nesta linguagem, tirano ou ditador, [...] essa figura insinua uma relação que para nós é muito importante. Implica que o mundo privado e o mundo público estão inextricavelmente ligados, que as tiranias e servilidades de um são as tiranias e as servilidades do outro. Mas a figura humana, mesmo em uma fotografia, sugere outras emoções mais complexas. Isso implica que não podemos nos dissociar dessa figura, mas que somos essa figura. Implica que não somos espectadores passivos condenados à obediência sem resistência, mas que nossos pensamentos e ações podem modificar essa figura (WOOLF, 2015, p. 215).

A ideia final de Virginia Woolf é de que era preciso resistir ao fascismo¹⁵². Sua ideia de resistência pareceu ridícula e inócua aos seus contemporâneos. Para a sociedade europeia dos anos 1930 a resistência devia ser travada nos campos de batalha e lá o

¹⁵¹ Angela Davis sobre a importância da Marcha: "Esta é uma Marcha das Mulheres e ela representa a promessa de um feminismo contra o pernicioso poder da violência do Estado. E um feminismo inclusivo e interseccional que convoca todos nós a resistência contra o racismo, a islamofobia, ao anti-semitismo, a misoginia e a exploração capitalista". Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2018/01/19/a-forca-politica-da-marcha-das-mulheres-contra-donald-trump-vai-tomar-as-ruas-novamente_a_23338441/>. Acesso em: 26 dez. 2018.

¹⁵² No Brasil em 2018 a palavra resistência também foi muito evocada diante da eleição para presidente de um candidato pró-Trump. Mulheres brasileiras também saíram às ruas contrárias a esse candidato e a seu discurso misógino e racista sob o lema "Ele Não": "Céli Regina Jardim Pinto, da Federal do Rio Grande do Sul, se debruçou sobre a história do feminismo no Brasil e afirma que o #EleNão de 29 de setembro foi a maior manifestação de mulheres da história do país". Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

fascismo das “grandes” figuras foi derrotado. Mas a atualidade de seu discurso é ter percebido que resistir ao fascismo seria muito mais do que vencer uma guerra, era preciso modificar a própria organização da sociedade, desfazer as posições hierárquicas entre os gêneros, entre as raças, entre as nações que geram e justificam as posições e sentimentos de superioridade. Em 2018 quando filmes como *BlacKkKlansman* e marchas de mulheres ainda são necessários, podemos voltar ao ensaísmo de Woolf e pensarmos a atualidade e a potencialidade de discursos em defesa da liberdade e da igualdade, de comprometer-se com uma arte, uma crítica e, também, uma história antifascista, ou seja, antirracista, antissexista e antiLGBTQ+fóbica.

Referências

- ARAN, Márcia & PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. *Cadernos Pagu*, 2007, n.28, p. 129-147.
- ARAÚJO, Eliza de Souza Silva. Resenha Profissões para mulheres e outros artigos feministas, de Virginia Woolf. *Revista Ártemis*, João Pessoa, p.196, 2015.
- ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- AUSTEN, Jane. *Persuasão*. Tradução de Fernanda Abreu. Rio de Janeiro: Zahar, 2012 [1818].
- BATALHONE Jr, Vitor Claret. *Uma história das notas de rodapé: a anotação da História Geral do Brasil de Francisco Adolf de Varnhagen (1854-1953)*, Porto Alegre, 2011.
- BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando Felizardo. O historiador e o falsário Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 807-835, set/dez 2016.
- BELL, Quentin. *Virginia Woolf: Uma biografia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- BENJAMIN, Walter. *O autor como produtor*. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, v. 1, 1987.
- BOLAÑOS DE MIGUEL, Aitor. Experimentos historiográficos postmodernos (3): diálogos entre la novela y la historia. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 16, p. 217-238, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- BRANDÃO, Izabel. Virgínia Woolf e o ensaio sob o olhar feminista. In: *Literatura e feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro: Elo, 1999 p. 227-236.
- BROWNE, Victoria. *Feminism, Time and Nonlinear History*. Palgrave Macmillan, 2014.
- BUTLER, Judith. Alianças queer e política anti-guerra (Queer alliances and anti-war politics). Tradução de Kaciano Barbosa Gadelha. *Revista Bagoas Estudos Gays Gênero e Sexualidades*, Dossiê Michel Foucault e a teoria queer, v. 11, n. 16 jan/jun 2017, p. 29-49.
- BUTLER, Judith. Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. *Cadernos Pagu*, Campinas, p. 11-42, 1998.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In.: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 1999, p. 151-172.

BUTLER, Judith. *O clamor de Antígona*. Parentesco entre a vida e a morte. Tradução: de André Chechinel. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra*. Quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMARGO, Mônica Hermini de. *Versões do Feminino: Virginia Woolf e a Estética Feminista*. 2001.140f. Dissertação (Mestrado em Letras Modernas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2001.

CERTEAU, Michel de. “A Operação Historiográfica”. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHASIN, José. *Sobre o Conceito de Totalitarismo*. *Verinotio*, Niterói, 2012.

COLLINS, Patricia Hill. Rasgos distintivos del pensamento feminista negro. In: *Feminismos Negros: Una Ontología*. Espanha: Traficantes de Sueños, 2012.

COSTA LIMA, Luiz. “A ficção externa e a historiografia”. In: *História & Narrativa*.

CUNHA, Maria de Fátima da. *Mulher e Historiografia: da visibilidade à diferença*. *História & Ensino*, Londrina, v. 6, p. 141-161, out. 2000.

DIAS, Julia. *As Mulheres e a Escrita do Tempo em Um Teto Todo Seu, de Virginia Woolf*. 71f. Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em História, Porto Alegre, 2017.

FERRO, Marc. *A Grande Guerra, 1914-1918*. Lisboa: Edições 70, 2002.

FOUCAULT, Michel. “O Anti-Édipo: Uma Introdução à Vida Não Fascista”. In: *Cadernos de Subjetividade / Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP*. – v. 1, n. 1 (1993) – São Paulo, 1993 [páginas 197 a 200] (originalmente publicado como Prefácio à edição americana de *O anti-Édipo. Capitalismo e esquizofrenia*, de Gilles Deleuze e Félix Guattari).

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* (1969). In: *Ditos e Escritos – Estética: literatura e pintura; música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

FOUCAULT, Michael. *Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung*. *Bulletin de la Société française de philosophie*, v. 82, n. 2, p. 35-63, avr/juin 1990 (Conferência proferida em 27 de maio de 1978). Tradução de Gabriela Lafeté Borges e Revisão de Wanderson Flor do Nascimento.

FERRO, Marc. *A Grande Guerra, 1914-1918*. Lisboa: Edições 70, 2002.

- FLORINI, Leticia Glocer. As mulheres no contexto e no texto freudiano. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, 2009.
- FREUD, Sigmund. Considerações Atuais Sobre a Guerra e a Morte. In: *Escritos sobre a Guerra e a Morte*, Universidade da Beira Interior Covilhã, 2009.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização: novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, Sigmund. Porquê a Guerra? (1932) Carta a Albert Einstein Viena, Setembro de 1932. In: *Escritos sobre a Guerra e a Morte*, Universidade da Beira Interior Covilhã, 2009.
- GERHARD, Ute. “Sobre a liberdade, igualdade e dignidade das mulheres: o direito ‘diferente’ de Olympe de Gouges”. In: *O Dilema da Cidadania: Direitos e Deveres das Mulheres*. Editora UNESP: São Paulo, 1995.
- GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- GOUGES, Olympe. Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791). In: *O Dilema da Cidadania: Direitos e Deveres das Mulheres*. Editora. São Paulo: UNESP, 1995.
- GUALTIERI, Elena. *Virginia Woolf's Essays: Sketching the Past*. Palgrave Macmillan, 2000, p. 85.
- HALL, Michael L. “The Emergence of the Essay and the Idea of Discovery”. In: *Essays on the Essay*. Londres: The University of Georgia Press, 1989.
- HOBSBAWM, E.J. *A era dos impérios: 1875-1914*. 19 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da paródia: ensinamentos das formas de arte do século XX*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989.
- KEHL, Maria Rita. A mulher freudiana na passagem para a modernidade: Madame Bovary. In: KEHL, Maria Rita. *Deslocamentos do feminino*. Rio de Janeiro: Imago, 2008.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. 366 p.
- JOHNSTON, Georgia. “The Whole Achievement in Virginia Woolf’s The Common Reader”. In: *Essays on the Essay*. The University of Georgia Press: Londres, 1989.
- LAURETIS, T. “A tecnologia do gênero”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In. LOURO, Guacira Lopes. *O Corpo Educado Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MATTIO, Eduardo. *Vulnerabilidad, normas de género y violencia estatal: ontología social y política sexual en la última Judith Butler*. Pensamento Plural, Pelotas, p. 159 - 172, julho/dezembro 2010.

MELO, Érica. *Feminismo: velhos e novos dilemas uma contribuição de Joan Scott*. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.31, p. 553-564, 2008.

MENDEZ, Natalia Pietra. *História, Gênero e Feminismo: diálogos possíveis e necessários*. NASCIMENTO, Michelle Vasconcelos Oliveira do (org.) *História, feminismos e estudos de gênero: reflexões interdisciplinares – Michelle Vasconcelos de Oliveira Nascimento; Rodrigo Santos de Oliveira, Isabel da Cruz Lousada (org.)* São Paulo: LiberArs, 2017.

MONTEIRO, Maria Conceição. Figuras Errantes Na Época Vitoriana: A Preceptora, A Prostituta e a Louca. *Fragmentos*, v. 8 n. 1, jul. /dez, p. 61-71, Florianópolis, 1998.

MOTTA, Ivana Pocinho. Prefácio. WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos Direitos da Mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016.

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Tradução: Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

OCAMPO, Victoria. *Virginia Woolf em sudário*. Buenos Aires: Sur, 1954.

OLIVEIRA, Maria Aparecida de. *Three Guineas e a crítica literária feminista: revisão e releitura*. *Estação Literária*, Londrina, v. 9, p. 204-219, jun., 2012.

OLIVEIRA, Maria da Glória. As vidas de um gênero: biografia, história, ficção. In: *Diálogos*, Maringá, v. 21, n. 2, 2017.

PAXTON, Robert. *A Anatomia do Fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, jan. - jun. 2011, p. 270-283.

PEREIRA, Lúcia Miguel. Prefácio. In: *Ensaistas Ingleses*. São Paulo: W.M. Jackson, 1950.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PERROT, Michelle. Práticas de memória feminina. *Revista Brasileira de História*. v. 9, n. 18, São Paulo, ago./set. 1989, p.10.

PADILHA, Solange Viaro. *A Sketch of the Past e Mrs. Dalloway: a função poética da memória*. Anais... Uberlândia: EDUFU, SILEL., v. 2, n. 2., 2011.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In. ALMEIDA, Heloísa Buarque de & SZWAKO, José (orgs.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo, Berlendis & Vertecchia, 2009 p. 116-149.

RAGO, Margareth. Autobiografia, gênero e escrita de si: Nos bastidores da pesquisa. In: *O que pode a biografia*. Letra e Voz, 2017

_____. *Mujeres Libres: anarco-feminismo e subjetividade na revolução espanhola*. Verve, São Paulo, 2005.

_____. *Pensar diferentemente a História, viver femininamente o presente*. Questões de Teoria e Metodologia da História. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

ROSEMAN, Ellen Bayuk. *A Room of One's Own: Women Writers and the Politics of Creativity*. New York: Twayne Publishers, 1995.

RUBIN, Gayle S. O tráfico de mulheres: notas sobre a 'economia política' do sexo. Recife, *SOS Corpo*, 1993.

SARACENO, Chiara. A Dependência Construída e a Interdependência Negada. Estruturas de Gênero da Cidadania. In: *O Dilema da Cidadania: Direitos e Deveres das Mulheres*. São Paulo Editora: UNESP, 1995.

SCHMIDT, Rita Terezinha. O projeto iluminista e os direitos da mulher. In: *Caminhos para a liberdade: a revolução francesa e a inconfidência mineira: as letras e as artes*. Porto Alegre: UFRGS, 1991. p. 184-190.

SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

SCOTT, Joan. Ciudadanas pero no Individuos: El voto y despues. In: *Las mujeres y los derechos del hombre: feminismo y sufragio em Francia 1789-1944*. Buenos Aires: SigloVeintiuno, 2012.

_____. *A invisibilidade da experiência*. Projeto História, São Paulo, 1998.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & realidade*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, jul. /dez., 1990, p. 5-22.

_____. História das mulheres. In: *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p.63-95.

_____. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 216, jan. /abr., 2005.

SEFFNER, Fernando. Atravessamentos de gênero, sexualidade e educação: tempos difíceis e novas arenas políticas. In: *XI Reunião Científica Regional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação - ANPED SUL, 2016*, Curitiba: Anais da XI Reunião ANPED SUL 2016, v. 1. p. 1-17.

SILVA, Leonardo de Jesus. *Historiografia inglesa em revista: a English Historical Review e a história pensada no século XIX*. Goiânia: UFG, 2013.

SILVA, Natanael de Freitas. Quando dizer é fazer: a dimensão generificada do discurso historiográfico. *Cadernos do IL*, Porto Alegre. 2017. SMITH, Bonnie G. *Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica*. São Paulo: EDUSC, 2003.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Hannah Arendt e o Totalitarismo: o conceito e os mortos. *Politeia: História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v. 7, n. 1, p. 243-260, 2007.

THEBAUD, Françoise. A grande guerra. O triunfo da divisão sexual. In: G. Duby & M. Perrot (orgs.), *História das mulheres no ocidente*. Tradução de Alberto Couto. São Paulo: Afrontamento, 1991. p.31-93.

TORRAO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 24, p. 127-152, 2005.

VICENTE, Gabriele Alves; WITT, Marcos Antônio. A Educação na Alemanha durante o Terceiro Reich e seu Papel na Doutrinação das Crianças e Jovens. *Conhecimento Online*, Novo Hamburgo, v. 1 | jan. /jun. 2018.

VILLAR, Pierre. Por Qué La Guerra Civil? In: *La Guerra Civil Española*. Barcelo: Crítica, 1986.

WEEKS, Jeffrey. “O corpo e a sexualidade”. In: Guacira Louro (org.) *O corpo educado. Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

WHITE, Hayden. El pasado práctico. In: LAVAGNINO, Nicolas & TOZZI, Veronica (org.). *Hayden White, la escritura del pasado y el futuro de la historiografía*. Buenos Aires: Eduntref, 2012.

_____. “O Texto Histórico como Artefato Literário”. In: *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1984.

_____. Teoria literária e escrita da história. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 7, 1994, p. 21-48.

WOOLF, Virginia. *Woolf: contos completos*. São Paulo: Cosacnaify, 2005. 469 p.

_____. *Diário de uma escritora*. Buenos Aires: Sur, 1954.

_____. *Orlando*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

_____. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

_____. *Tres Guineas*. Buenos Aires: GODOT, 2015.

_____. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. *Momentos da vida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos Direitos da Mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016.